



# Relatório de Gestão 2020

Presidente da República

**Jair Messias Bolsonaro**

Ministro da Economia

**Paulo Roberto Nunes Guedes**

Secretário Especial de Fazenda

**Waldery Rodrigues Junior**

## **INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE**

Presidente

**Susana Cordeiro Guerra**

Diretora-Executiva

**Marise Maria Ferreira**

### ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES

Diretoria de Pesquisas

**Eduardo Luiz G. Rios Neto**

Diretoria de Geociências

**Claudio Stenner**

Diretoria de Informática

**Carlos Renato Pereira Cotovio**

Centro de Documentação e Disseminação de Informações

**Carmen Danielle Lins Mendes Macedo**

Escola Nacional de Ciências Estatísticas

**Maysa Sacramento de Magalhães**

### UNIDADE RESPONSÁVEL

Gerência de Planejamento e Gestão

**Ana Cristina Martins Bruno**

# Sumário

## Mensagem da Presidente do IBGE 5

### 1 Visão geral, organizacional e ambiente externo 11

Identidade Institucional

Quem somos

Onde estamos

Estrutura organizacional

Ambiente de atuação

Cenário nacional e internacional de 2020

O Modelo de Negócios do IBGE e a Cadeia de Valor

Institucional

Políticas e programas de governo

Modelo de negócios

Cadeia de Valor do IBGE

### 2 Riscos, oportunidades e perspectivas 24

Ciclo de Gerenciamento de Riscos 2020

Identificação e análise dos riscos

Avaliação dos riscos

Medidas de tratamento de riscos

### 3 Governança, estratégia e desempenho 31

Estratégia

Estrutura de governança

Apoio da estrutura de governança

Relacionamento com a sociedade

Resultados e desempenho da gestão

Resultados alcançados ante os objetivos estratégicos e as prioridades da gestão

Produção de Informações Estatísticas e Geocientíficas

Ensino superior, pesquisa e extensão

Outros resultados

Indicadores

Resultados das principais áreas de gestão do IBGE

Gestão orçamentária e financeira

Gestão de custos

Gestão de pessoas

Gestão de licitações e contratos

Gestão patrimonial e infraestrutura

Gestão da tecnologia da informação

Sustentabilidade ambiental

### 4 Informações orçamentárias, financeiras e contábeis 137

Demonstrações contábeis

Notas explicativas

Normas e procedimentos

Informações acerca do setor de contabilidade do IBGE





# **Mensagem da Presidente do IBGE**





**Susana Cordeiro Guerra**  
Presidente do IBGE

**"Honrando a máxima ibgeana de conciliar tradição com inovação, encaramos a crise como uma janela de oportunidade para impulsionar importantes saltos e transformações."**

## Mensagem da Presidente do IBGE

2020 foi um ano desafiador para todos. Um ano em que pessoas e instituições, no mundo todo, tiveram que se reinventar à luz do emergente contexto de pandemia, marcado por mudanças significativas nos mais variados domínios, trazendo novas configurações e perspectivas para as relações sociais, econômicas e para a estratégia das organizações.

No IBGE, o cenário de pandemia nos conduziu a decisões imediatas necessárias à proteção à saúde e à vida de todos os profissionais do instituto. Em questão de poucos dias, seguindo as recomendações das autoridades de saúde, todas as operações de campo e atividades presenciais foram suspensas. O Censo Demográfico, o maior e mais complexo projeto do IBGE, foi adiado para 2021, e todos os funcionários do instituto, da Sede, Unidades Estaduais e Agências, migraram para o regime de trabalho remoto.

O cenário de pandemia colocou à nossa frente dois grandes desafios: garantir a manutenção da produção estatística e geocientífica e gerar informações sobre os impactos da pandemia na saúde da população brasileira e na economia do país.

Honrando a máxima ibgeana de conciliar tradição com inovação, encaramos a crise como uma janela de oportunidade para impulsionar importantes saltos e transformações no desenvolvimento institucional do IBGE. No cerne de tais mudanças

estão o desafio de adaptação dos ambientes e processos de trabalho e a revisão dos métodos tradicionais de coleta de dados.

Para equacionar e endereçar esses desafios, recorremos a uma estratégia institucional que contemplou iniciativas coordenadas e paralelas em torno de 6 (seis) linhas de ação.

A primeira linha, que é a base de todas as outras, envolveu simultaneamente a adoção do regime de teletrabalho e a automatização dos processos e fluxos de atividades do IBGE, com a implantação da assinatura eletrônica. Trata-se de um ambiente de trabalho inteiramente inédito para o instituto, sem paralelo em seus 84 anos de história. Muito mais do que uma resposta concreta à necessidade de reorganização em função da pandemia, todo este marco de mudanças representou um esforço institucional na busca por agilidade, eficiência e otimização de resultados. No plano externo, com igual relevância, aderimos ao Sistema Eletrônico de Informações (SEI), ampliando de forma concreta nossa integração com os sistemas de governo à luz do objetivo de conferir maior eficiência à nossa atuação.

A segunda linha de ação se deu em torno do que podemos chamar de Transformação Tecnológica. Com ela, buscamos potencializar o uso de ferramentas tecnológicas na coleta de dados e, ao mesmo tempo, intensificar o uso de registros administrativos nas pesquisas regulares. Ferramentas e recursos como *Webscraping*, *Big Data*

e pareamento de bases de dados são grandes exemplos de áreas em que foram verificados significativos avanços. O trabalho nessas áreas envolveu um amplo esforço de capacitação de servidores através da oferta de módulos de treinamento e da transferência de conhecimento para a casa. Com isso, foi possível institucionalizar processos e técnicas para uso e processamento de bases e registros, ampliando a capacidade e a disponibilidade das equipes para se dedicar ao trabalho de natureza analítica.

Em terceiro lugar, fortalecemos aquilo que denominamos como abordagem da rede de coleta. Internamente, este trabalho significou na prática uma aproximação substantiva entre a Sede do IBGE e as Unidades Estaduais. Ao longo do ano, criou-se a rotina da organização de fóruns virtuais com representantes das unidades estaduais, muitos dos quais contaram com a participação de mais de 300 servidores em uma única sessão. Este ambiente proporcionou um maior contato entre a Direção e as áreas responsáveis pela entrega efetiva dos trabalhos de coleta, ensejando um constante *feedback* e fortalecendo a capacidade de resposta de todas as equipes para a solução de problemas em tempo real. No âmbito externo, promovemos ações de comunicação diversas, dentre elas a campanha publicitária dedicada às pesquisas de pulso, visando sensibilizar não somente os respondentes mas como toda

a sociedade brasileira acerca da importância do IBGE e daquilo que o Instituto produz para o país.

Este trabalho esteve diretamente relacionado à consolidação da quarta dimensão estratégica, que diz respeito à implantação das pesquisas de pulso PNAD COVID19 e Pulso Empresa: Impacto da Covid-19 nas empresas. A PNAD COVID19 foi concebida com o objetivo de mensurar o impacto da pandemia do coronavírus no mercado de trabalho brasileiro e na renda total da população, além de produzir informações relacionadas aos sintomas referidos de síndrome gripal. A Pulso Empresa, por sua vez, foi formulada com o propósito de estimar os impactos da pandemia da COVID-19 na economia brasileira, tendo como unidade de investigação as empresas não financeiras representativas das atividades de Indústria, Construção, Comércio e Serviços. A implantação desses novos produtos representou um marco disruptivo na instituição, uma forma ágil de levantar dados através de questionários curtos e eficientes, com a divulgação tempestiva de dados, em atendimento a uma demanda urgente e tangível da sociedade brasileira em um momento tão desafiador. A quinta linha de ação envolveu o desafio de desenvolver e alavancar um modelo de capacitação a distância, com ações adaptativas e inovadoras na estratégia de capacitação organizacional e com a nossa Escola Nacional de Ciências Estatísticas, a ENCE, fun-

cionando integralmente em plataforma virtual. Sob este modelo, milhares de funcionários foram treinados simultaneamente em um curto período de tempo, especialmente os profissionais que viriam a atuar nas pesquisas de pulso. Esta plataforma foi estruturante ao tornar viável a condução de todas as demais ações.

Por fim, mas não menos importante, foram empreendidas ações para o fortalecimento da estratégia geral de disseminação do IBGE. O *Hotsite* COVID-19 e a produção de painéis de dados interativos e acessíveis a diferentes tipos de usuários, com a integração de informações estatísticas e geográficas, exprimem o resultado e o sucesso desse esforço. Essa abordagem consagra o elo fundamental existente entre o IBGE e todos os potenciais usuários das informações estatísticas e geocientíficas, desde o cidadão até os agentes públicos tomadores de decisão, em todos os níveis, ao mesmo tempo em que promove a democratização do acesso à informação.

O alcance dos objetivos pretendidos com a condução dessas 6 linhas de ação só foi possível graças à sinergia entre as áreas e à sua capacidade de antever problemas e atuar proativamente em sua solução. As Diretorias do IBGE, as Unidades Estaduais e as Agências seguiram trabalhando de forma coesa, demonstrando, mais uma vez, que a despeito das dimensões de nosso

território e da capilaridade de nossa instituição, é possível atuar de forma integrada com eficiência, eficácia e efetividade.

Em um ano tão atípico e desafiador, o mérito da concretização de todas essas ações deve ser creditado ao corpo técnico deste Instituto, a todos os ibgeanos e ibgeanas que se dedicaram ao trabalho com compromisso e responsabilidade, e que reuniram forças em meio a adversidades para desempenhar seus papéis de forma extraordinária.

Essa postura reforça e valoriza o IBGE como Instituição de excelência, reconhecida pela sociedade brasileira por sua qualidade e confiabilidade.

Ao mesmo tempo em que reconhecemos o árduo trabalho ao longo de 2020, olhamos com esperança para 2021, ano em que estaremos todos dedicados a realizar o nosso maior desafio da década, que simboliza a essência da nossa missão no país: o Censo Demográfico. Com a grandiosidade dessa missão em mente, gostaria de lembrar o

legado de todos aqueles que perdemos esse ano para a pandemia. Que o comprometimento de cada um deles e o exemplo de dedicação ao IBGE continuem nos inspirando todos os dias para o cumprimento dos nossos objetivos.

Com a honra e o privilégio de servir e conduzir esta Instituição, convido todos à leitura deste Relatório, que apresenta um pouco mais de nossa trajetória e os resultados alcançados em 2020, bem como as perspectivas para o futuro.





# 1 **Visão geral, organizacional e ambiente externo**



## Identidade Institucional

### Quem somos

O IBGE é uma instituição da administração pública federal, vinculada ao Ministério da Economia, que tem por missão “retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento de sua realidade e ao exercício da cidadania”, por meio da produção, análise, pesquisa e disseminação de informações de natureza estatística – demográfica, socioeconômica e geocientífica – geográfica, cartográfica, geodésica e ambiental.

Suas principais atribuições incluem coordenar as atividades dos Sistemas Estatístico e Cartográfico Nacionais, bem como realizar pesquisas, levantamentos e estudos nesses campos para assegurar informações necessárias ao conhecimento das realidades física, econômica, social e ambiental do País. Tais competências visam prover insumos para o planejamento econômico e social e à segurança nacional, sendo o IBGE o principal provedor de dados e informações imprescindíveis ao diagnóstico e ao monitoramento das dinâmicas econômica, demográfica, social, política e espacial da sociedade brasileira.

É no desempenho de suas principais atribuições que o IBGE oferece uma visão completa e atual do País, atendendo às necessidades dos mais diversos segmentos da sociedade civil, bem como dos órgãos das esferas governamentais federal, estadual e municipal.

Fachada da Sede no Rio de Janeiro  
Foto: Acervo IBGE.

## IDENTIDADE INSTITUCIONAL

### NOME

Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

### MISSÃO

Retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento de sua realidade e ao exercício da cidadania.

### VISÃO DE FUTURO

Consolidar o Sistema Estatístico e Geocientífico Nacional com informações públicas, facilitando o acesso e o uso aos cidadãos.

### VALORES

Ética e profissionalismo; respeito à confidencialidade; imparcialidade e independência; qualidade e transparência; foco nos usuários; respeito ao informante; valorização dos talentos.



## Onde estamos

O IBGE está presente em todo o território brasileiro, por meio de uma rede nacional de pesquisa e disseminação.

### Norte

	agências
Acre	3
Amapá	1
Amazonas	13
Pará	22
Rondônia	5
Roraima	1
Tocantins	9
<b>Total</b>	<b>54</b>

### Nordeste

	agências
Alagoas	10
Bahia	50
Ceará	19
Maranhão	19
Paraíba	11
Pernambuco	20
Piauí	14
Rio Grande do Norte	9
Sergipe	6
<b>Total</b>	<b>158</b>

### Centro-Oeste

	agências
Distrito Federal*	4
Goiás	21
Mato Grosso	16
Mato Grosso do Sul	11
<b>Total</b>	<b>52</b>

### Sudeste

	agências
Espírito Santo	10
Minas Gerais	76
Rio de Janeiro	26
São Paulo	95
<b>Total</b>	<b>207</b>

### Sul

	agências
Paraná	38
Santa Catarina	21
Rio Grande do Sul	38
<b>Total</b>	<b>97</b>

26  
estados + DF

5570  
municípios

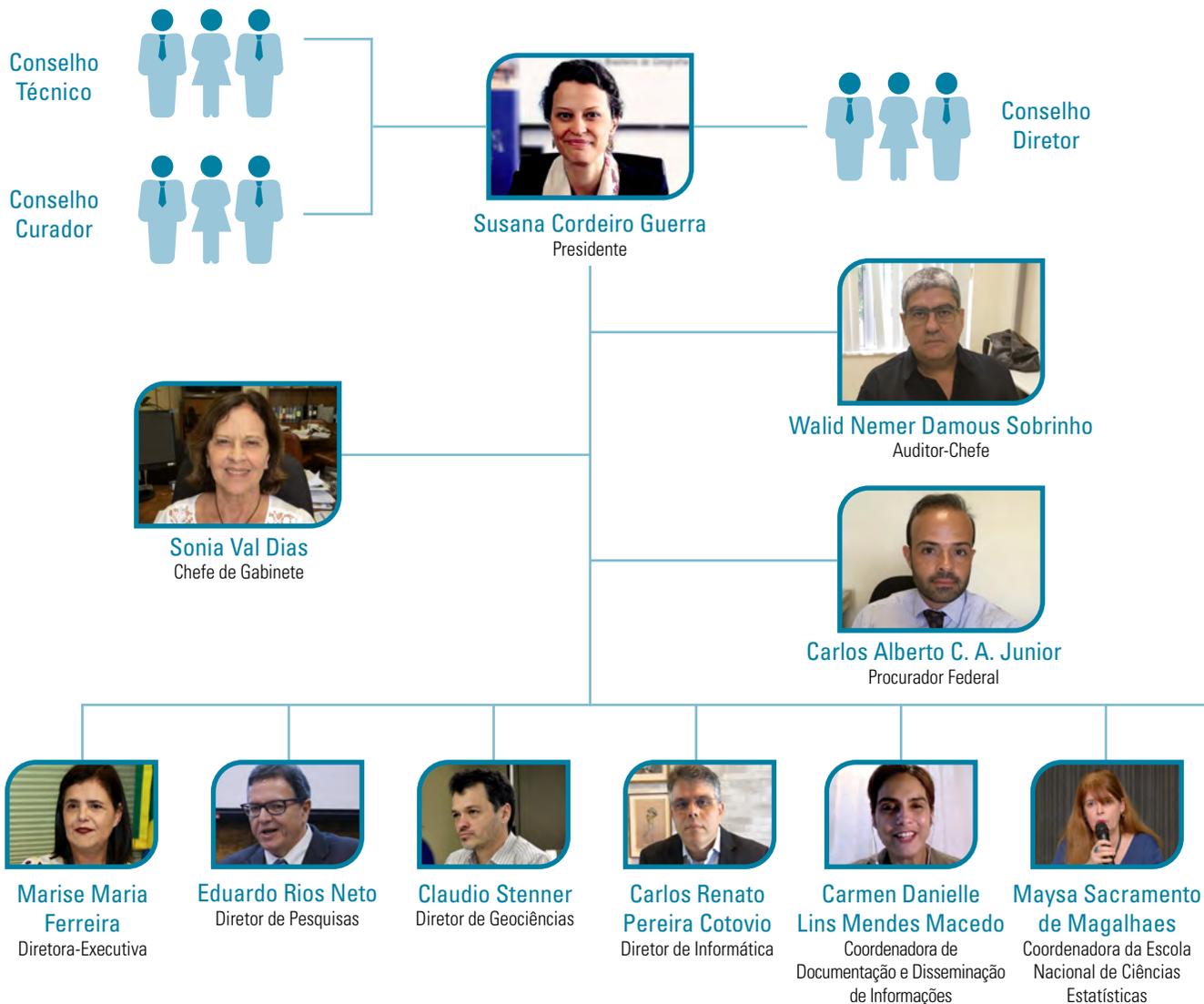
27  
unidades estaduais

568  
agências

\* O IBGE mantém, ainda, a Reserva Ecológica do Roncador, situada a 35 quilômetros ao sul de Brasília.

Fonte: IBGE, 2020

## Estrutura organizacional



### Chefes das Unidades Estaduais do IBGE

Marco Fábio de Sousa Esteves (AC)  
 Alcides Jerônimo de Almeida Tenório Júnior (AL)  
 José Icleson Mendes Coelho (AM)  
 Haroldo Canto Ferreira (AP)  
 Artur Ferreira da Silva Filho (BA)  
 Francisco José Moreira Lopes (CE)  
 Silvio Rogério Potier dos Santos (DF)  
 Max Athayde Fraga (ES)  
 Edson Roberto Vieira (GO)  
 Marcelo Virgínio de Melo (MA)  
 Maria Antônia Esteves da Silva (MG)  
 Mario Alexandre de Pinna Frazeto (MS)  
 Millane Chaves da Silva (MT)  
 Rony Helder Nogueira Cordeiro (PA)  
 Roberto Salgado Beato (PB)  
 Gliner Dias Alencar (PE)  
 Leonardo Santana Passos (PI)  
 Sinval Dias dos Santos (PR)  
 José Francisco Texeira Carvalho (RJ)  
 Damiao Ernane de Souza (RN)  
 Luiz Cleyton Holanda Lobato (RO)  
 Roberto Maykot Kuerten (RR)  
 Jose Renato Braga de Almeida (RS)  
 Roberto Kern Gomes (SC)  
 Adriane Almeida do Sacramento (SE)  
 Francisco Garrido Barcia (SP)  
 João Francisco Severo Santos (TO)

Fotos: Acervo IBGE, Agência Brasil/EBC.

## Ambiente de atuação

O IBGE é a instituição oficial de informações estatísticas e geocientíficas do Brasil. Sua atuação está voltada fundamentalmente à produção e à disseminação de informações estatísticas e geocientíficas públicas, em escala nacional, sendo a única instituição com tal tipo de responsabilidade e foco de atuação.

A particularidade e a relevância de seu papel devem-se ao fato de o IBGE produzir essas informações como bens públicos e de disponibilizá-las para toda a sociedade, com regularidade, confiabilidade, transparência e no tempo devido. Não por outra razão, a quantidade, diversidade e abrangência espacial das informações produzidas pelo IBGE não encontram similaridade expressiva com produtos oferecidos por outras instituições e empresas. É isso que torna os produtos do IBGE um poderoso instrumento de suporte à concepção, desenvolvimento, acompanhamento e avaliação da efetividade de praticamente todas as políticas públicas e programas governamentais, bem como das decisões privadas.

Conhecer o ambiente de atuação possibilita identificar oportunidades e desafios que influenciam nas escolhas estratégicas da instituição. Dentre as oportunidades identificadas no ambiente externo, encontram-se:

- a crescente demanda por informações para o planejamento, execução, monitoramento e avaliação de políticas públicas em diferentes estratos geográficos;
- os movimentos internacionais para o uso das tecnologias digitais e de geoprocessamento na captura e tratamento das informações, como *Big Data* e *Web Scraping*;

- a crescente procura por dados disseminados por meio de painéis interativos, direcionados para diferentes públicos, como os gestores e a sociedade;
- a intensa e emergente utilização de informações geoespaciais integradas às estatísticas;
- fortalecimento do papel do IBGE de coordenador do Sistema Estatístico e Geocientífico Nacional;
- avanço internacional na construção de modelos genéricos para adoção de estruturas e processos com maior garantia de uniformidade, harmonização e qualidade; e
- o maior interesse de organismos nacionais e internacionais em parcerias para o fortalecimento da infraestrutura do processo de produção estatística e geocientífica.

Além disso, desafios se fazem presentes no ambiente externo, provocando a necessidade de reflexão e definição de estratégias adequadas. Os principais desafios observados são:

- as pressões por maiores volumes de informação, cobrindo novos temas, com mais detalhamentos temático e espacial, maior frequência e menor prazo;
- a dificuldade crescente de obter informações básicas e cooperação dos informantes;
- a dificuldade de sistematizar o compartilhamento entre os principais produtores de dados e de registros administrativos no Brasil, para fins de produção estatística;
- a possibilidade de surgimento de novos agentes concorrentes na produção de informações decorrentes do uso massivo de tecnologias digitais e de geoprocessamento;
- a reposição insuficiente do quadro de servidores frente às aposentadorias;
- a incerteza e limitação na disponibilidade dos recursos orçamentários e financeiros;

A gravidade da COVID-19 e do cenário de pandemia levaram o IBGE a interromper, por recomendação do Ministério da Saúde, as atividades de coleta presencial de todas as suas pesquisas em março de 2020. Nesse ambiente de atuação, novos desafios foram impostos:

- a necessidade de adaptação e testagem de metodologias alternativas de coleta de dados estatísticos e geocientíficos e de pareamento de bases de dados, para a realização das pesquisas e levantamentos em contextos de isolamento social;
- o estabelecimento de canais de comunicação que fomentem a confiança da população nos novos procedimentos de coleta de dados, em momento de pandemia;
- a ampliação da oferta de capacitações e treinamentos na modalidade a distância; e
- a necessária adequação para manter os processos de trabalho da Instituição na modalidade de trabalho remoto.

## Cenário nacional e internacional de 2020

O ano de 2020 foi marcado pela atipicidade. A emergência da pandemia associada ao novo coronavírus (Covid-19), fato superveniente e imprevisível, obrigou as organizações a realizarem ajustes de grande extensão e complexidade em seus processos e rotinas de trabalho.

No caso do IBGE, isto significou a suspensão temporária de todas as atividades presenciais, inclusive a interrupção da coleta presencial de dados para fins de pesquisas. Com isso, os servidores do instituto migraram para o regime de trabalho de remoto em meados do mês de março, quando o Conselho Diretor do IBGE decidiu, também, adiar a realização do Censo Demográfico para 2021.

A par dos conhecidos impactos da pandemia na dinâmica de trabalho, cumpre registrar que, em 2020, permaneceu a conjuntura de restrições orçamentárias aos órgãos da Administração Pública Federal.

Esse cenário levou a readequações de alguns compromissos firmados ou na iminência de serem firmados, bem como à realização de ajustes internos, para adequação à realidade orçamentária e financeira. Todas as mudanças foram realizadas de maneira a priorizar as atividades finalísticas. Vale ressaltar, que parcerias importantes com outras instituições governamentais se mostraram cruciais, para apoio e financiamento de pesquisas relevantes para o país.

Mesmo em um cenário externo de dificuldades sem precedentes em seus 84 anos de existência, o IBGE não apenas cumpriu a sua missão e garantiu a manutenção de seu programa regular de pesquisas,

como, adicionalmente, desenvolveu novas soluções tecnológicas e criou produtos novos visando gerar dados tempestivos sobre os impactos da pandemia na saúde da população e na economia brasileira, destacando-se, neste aspecto, a implantação das pesquisas de pulso PNAD COVID e Pulso Empresa, ambas com a coleta realizada por telefone.

Institucionalmente, o IBGE segue ocupando posições relevantes dentro e fora do país. A singularidade e representatividade do Órgão conferem ao Instituto um papel de destaque nos cenários nacional e internacional. Como uma instituição de excelência, o IBGE mantém amplo diálogo com as instituições similares em todo mundo, representando o Brasil no ambiente estatístico e geocientífico internacional.

A participação em eventos nacionais e internacionais, em 2020 realizados virtualmente, reforça o papel de excelência da Instituição.

### Eventos com participação do IBGE

- 17ª Reunião do Comitê de Estatísticas e Políticas Estatísticas da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).
- 68ª Reunião Plenária da Conferência dos Estatísticos Europeus (CES).
- 3ª Reunião do Friends of the Chair Group on Economic Statistics, da ONU.
- 12ª Reunião dos Institutos de Estatística dos BRICS.
- 8º Fórum Estatístico do Fundo Monetário Internacional.
- Reunião Especializada de Estatísticas do Mercosul (REES).
- Webinar "Pesquisas de dados, inovação e produção estatística durante a pandemia de Covid-19", promovido pela CEPAL e pelo Cetic.br/NIC.br.
- Fórum Virtual de Alto Nível sobre Gestão Global de Informações Geoespaciais das Nações Unidas.

- 15º Encontro do Comitê de Especialistas em Contabilidade Ambiental-Econômica da ONU (<https://seea.un.org/content/un-committee-experts-environmental-economic-accounting-unceea>).

- 10ª Sessão do Comitê de Especialistas em Gestão Global de Informações Geoespaciais das Nações Unidas (UN-GGIM).

- 26ª Reunião do London Group on Environmental Accounting.

- 7ª Reunião do Expert Group on Environment Statistics (EGES).

- 17ª, 18ª e 19ª Reuniões do Expert Group on National Quality Assurance Frameworks (EG-NQAF), realizadas em 13/02, 30/09 e 28/10, respectivamente, pela plataforma webex.

- 7ª Sessão do Comitê do UN-GGIM Américas, na qual foi aprovado o novo grupo de trabalho de Geodésia GRFA - Global Reference Frame for Americas.

- Live do Fórum de Desenvolvimento do Rio: "Rio em Foco apresenta pesquisa do IBGE sobre deslocamentos para atendimento médico" (<https://www.querodiscutiromeuestado.rj.gov.br/noticias/5817-rio-em-foco-apresenta-pesquisa-do-ibge-sobre-deslocamentos-da-populacao-para-atendimento-medico>).

- Organização internacional do Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas (SIRGAS), com a participação na coordenação dos webinars nacional e internacional, na organização do Simpósio Científico SIRGAS 2020 e nas reuniões do Conselho Diretor e dos Grupos de trabalho técnicos.

### Eventos promovidos pelo IBGE

- 2º Simpósio Brasileiro de Infraestrutura de Dados Espaciais – SBIDE. Evento internacional não presencial que comemorou os 12 anos de instituição da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais – INDE (<https://inde.gov.br/simposio-12-anos/sbide-home.html>).

- Live para a divulgação dos primeiros resultados da pesquisa PNAD COVID19, por regiões e estados do país.

- Lançamento do livro sobre os 20 anos da pós-graduação da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE).

## O Modelo de Negócios do IBGE e a Cadeia de Valor Institucional

O modelo de negócios do IBGE apresenta o sistema em prática para a transformação de seus capitais (humanos, organizacionais, intelectuais, tecnológicos) e recursos financeiros em produtos, disponibilizados gratuitamente à sociedade, com regularidade, transparência e tempestividade.

Para que o IBGE cumpra sua missão e seus objetivos estratégicos e entregue valor aos usuários, a instituição realiza um conjunto de 26 macroprocessos, que se desdobram em 159 processos. Os macroprocessos estão organizados em 5 linhas de negócio, a saber: Governança; Suporte Corporativo; Melhoria e Inovação; e duas linhas finalísticas: Produção de Informações Estatísticas e Geocientíficas; e Ensino Superior, Pesquisa e Extensão. Todo esse conjunto está representado na Cadeia de Valor do IBGE, que se constitui em um documento institucional de referência para a gestão integrada dos mais diversos processos. Importante destacar, no entanto, que a Cadeia de Valor é um instrumento vivo e passível de ser modificado e atualizado sempre que necessário, para refletir as mudanças institucionais.

A produção de informações estatísticas e geocientíficas resulta em levantamentos geocientíficos e em diversas estatísticas sociais, eco-

nômicas, demográficas e de multidomínio. A produção do IBGE é fundamental para subsidiar, acompanhar e avaliar políticas públicas em prol do desenvolvimento sustentado, da paz e da segurança, sendo relevante insumo aos governos municipais, estaduais e federal e ao próprio cidadão. Por oferecer respostas efetivas e úteis às necessidades e demandas da sociedade é, também, de interesse de universidades, institutos de pesquisa e da iniciativa privada. São valores públicos gerados por essa linha de negócios: o “retrato da realidade física, ambiental, econômica e social do Brasil”; e a “garantia da integridade e disponibilidade de informações estatísticas e geocientíficas nacionais”.

O Ensino Superior, a Pesquisa e a Extensão são atividades coordenadas pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE) do IBGE, na qual são formados profissionais para o mercado de trabalho em níveis de Graduação (Bacharelado em Estatística), Especialização (Análise Ambiental e Gestão do Território), Mestrado e Doutorado (em População, Território e Estatísticas Públicas). Como valores públicos gerados por essa linha de negócios destacam-se a “geração e difusão dos conhecimentos em estatísticas sociais, econômicas, demográficas e em geociências”.

O trabalho do IBGE é regulado pelo respeito aos valores institucionais e pelo cumprimento do Código de Ética Profissional do servidor público do IBGE, do Código de Boas Práticas das Estatísticas do IBGE, dos Princípios Fundamen-

tais das Estatísticas Oficiais e dos Princípios compartilhados que orientam a Gestão da Informação Geoespacial.

O grande interesse da sociedade e a expressiva repercussão da produção institucional pode ser comprovada pelo número de matérias sobre o IBGE em veículos impressos e sites, em matérias em jornais, revistas e TV, bem como pelos milhões de usuários únicos da Agência IBGE Notícias e do Portal do IBGE.

### Políticas e programas de governo

O ano de 2020 marca o início de um novo Plano Plurianual que abrange o período de 2020 a 2023 (PPA 2020-2023). Aprovado pela Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019, o novo PPA teve a metodologia reformulada, bem como as características dos programas, sendo marcado pela simplificação. Ao contrário do PPA anterior, no plano atual cada programa traz apenas uma unidade responsável, um objetivo e uma meta.

O IBGE não é responsável, especificamente, por um programa, objetivo ou metas do PPA 2020-2023, mas deste participa por meio de ações previstas em três programas. O quadro a seguir apresenta as ações orçamentárias que foram executadas pelo Instituto e seus respectivos programas de governo, previstos no PPA.

## Programas de ações orçamentárias do PPA 2020-2023 com participação do IBGE

Programa	Tipo	Ministério	Ação Orçamentária
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	Gestão	Ministério da Economia	2000 - Administração da Unidade 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes 20TP - Ativos Civis da União 20U6 - Pesquisas e Estudos Estatísticos 20U7 - Censos Demográfico, Agropecuário e Geográfico 20U8 - Pesquisas, Estudos e Levantamentos Geocientíficos 212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes 2230 - Gestão da Documentação e Disseminação de Informações 15DM - Integração do Sistema Estatístico e Geocientífico Nacional 15MV - Atualização da Cobertura e da Produção Estatística e Geocientífica 0181 - Aposentadorias e Pensões Civis da União 09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais
2218 - Gestão de Riscos e Desastres (Defesa Civil)	Finalístico	Ministério do Desenvolvimento Regional	15DN - Bases Cartográficas para o Plano Nacional de Gestão de Riscos e Respostas a Desastres Naturais
5013 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	Finalístico	Ministério da Educação	20U5 - Ensino de Graduação e Pós-Graduação em Estatísticas e Geociências

Fonte: IBGE, 2021.

## Modelo de negócios

### Capitais e Recursos

aplicados às

### Linhas de Negócio e Macroprocessos

resultaram em

### Produtos



#### Produção de Informações Estatísticas e Geocientíficas

Especificar necessidades

Planejar

Construir

Coletar

Processar

Analisar

Disseminar

Avaliar

#### Ensino Superior, Pesquisa e Extensão

Gerir a organização acadêmica

Gerir e executar o ensino

Acompanhar egressos

Desenvolver pesquisas acadêmicas e extensão

e apoiados por processos de

GOVERNANÇA

MELHORIA E INOVAÇÃO

SUPORTE CORPORATIVO

disponibilizados gratuitamente, com regularidade, transparência, no tempo devido e fundamentais para subsidiar, acompanhar e avaliar políticas públicas.

#### Estatísticas Sociodemográficas e Econômicas

**258** Resultados divulgados

#### Levantamentos Geocientíficos

**31** Informações divulgadas

#### Alunos graduados e pós-graduados

Bacharelado em Estatística

**18**

Especialização em Análise Ambiental e Gestão do Território

**3**

Mestrado e Doutorado em População, Território e Estatísticas Públicas

**22**

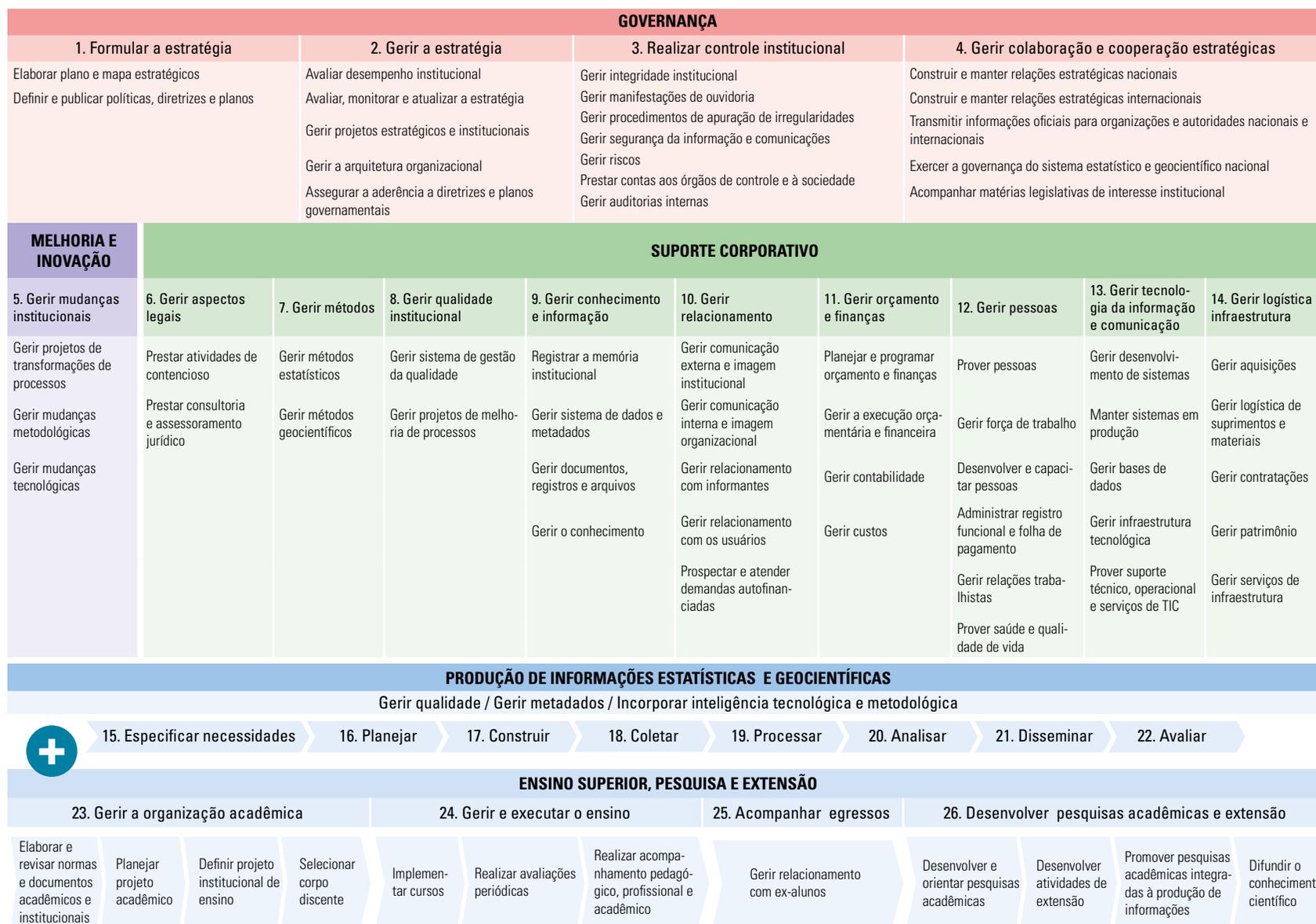
#### Valores Públicos gerados à sociedade: Estado, iniciativa privada, academia e cidadãos

Retrato da realidade física, ambiental, econômica e social do Brasil

Garantia da integridade e disponibilidade de informações estatísticas e geocientíficas Nacionais

Geração e difusão de conhecimentos em estatísticas sociais, econômicas, demográficas e em geociências

## Cadeia de Valor do IBGE



### VALOR PÚBLICO GERADO

▶ Retratar a realidade física, ambiental, econômica e social do Brasil

▶ Garantir a integridade e disponibilidade de informações estatísticas e geocientíficas nacionais

▶ Gerar e difundir conhecimentos em estatísticas sociais, econômicas, demográficas e em geociências

**PRODUÇÃO DE INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS E GEOCIÊNCIAS**

Gerir qualidade / Gerir metadados / Incorporar inteligência tecnológica e metodológica

	15. Especificar necessidades	16. Planejar	17. Construir	18. Coletar	19. Processar	20. Analisar	21. Disseminar	22. Avaliar
 <b>Modelo Genérico do Processo de Produção Estatística - GSBPM</b>	Identificar as Necessidades	Desenhar os Resultados	Construir os Instrumentos de Coleta	Criar os Cadastros e Selecionar as Amostras	Integrar Dados	Preparar os Resultados	Atualizar Sistemas de Resultados	Reunir as Informações de Avaliação
	Consultar e Confirmar as Necessidades	Definir as Variáveis	Construir / Melhorar os Componentes do Processamento	Preparar a Coleta	Classificar e Codificar	Validar os Resultados	Produzir os Resultados para Disseminação	Realizar a Avaliação
	Estabelecer os Objetivos	Definir a Metodologia de Coleta	Construir / Melhorar os Componentes da Disseminação	Coletar	Revisar, Validar e Criticar	Interpretar e Explicar os Resultados	Gerenciar a Disseminação	Acordar um Plano de Ação
	Identificar os Conceitos	Especificar o Cadastro e a Amostragem	Configurar Fluxos de Trabalho	Finalizar a Coleta	Editar e Imputar	Assegurar a Confidencialidade	Promover os Produtos de Disseminação	
	Verificar a Disponibilidade de Dados	Definir o Processamento e a Análise	Testar os Sistemas de Produção		Derivar Novas Variáveis e Unidades	Finalizar os Resultados	Gerenciar o Suporte ao Usuário	
	Preparar o Plano de Ação	Desenhar Fluxograma e Sistema de Produção	Testar o Processo Estatístico de Produção		Calcular os Pesos			
			Finalizar os Sistemas de Produção		Calcular Resultados Agregados			
					Finalizar os Arquivos de Dados			
<b>Modelo Genérico de Processos de Produção de Geoinformação - GGIBPM</b>	Identificar as Necessidades	Definir os Resultados Esperados	Construir/Melhorar Instrumentos de Coleta	Preparar Coleta/ Levantamento de Dados Primários	Preparar Dados para Processamento	Conformar os Resultados do Processamento	Preparar Produtos para Editoração	Reunir as Informações
	Identificar as Necessidades de Melhorias	Definir a Metodologia de Coleta e Produção	Construir/Melhorar Sist. Comp. Proces. e Análise	Coletar/Levantar	Processar	Interpretar e Sintetizar os Resultados do Processamento	Carregar os Metadados	Avaliar a Satisfação do Usuário
	Estabelecer Objetivos e Conceitos	Definir os Requisitos para Processamento e Análise	Construir/Melhorar o Ambiente da Disseminação	Obter Dados Secundários	Descrever, Tabular e Espacializar	Consolidar a Análise	Editorar Produto	Avaliar o Fluxo Geral do Processo
	Confirmar as Necessidades	Definir a Modelagem de Dados	Elaborar Material de Treinamento	Validar Conjunto de Dados	Validar os Resultados do Processamento	Gerar Metadados	Produzir Material Promocional	Acordar Ações para Melhoria do Processo
	Verificar a Disponibilidade dos Dados	Definir os Requisitos de Infraestrutura Tecnológica	Capacitar Equipes	Integrar Conjunto de Dados			Preparar Produtos para Formatos Online	
	Verificar a Viabilidade de Produzir os Dados	Elaborar o Modelo de Publicação	Testar o Ambiente de Produção				Publicar	
	Elaborar o Plano de Ação	Definir Teste Piloto				Promover o Produto		
		Executar o Teste Piloto						





# **2 Riscos, oportunidades e perspectivas**



## Ciclo de Gerenciamento de Riscos 2020

A discussão sobre gestão de riscos é promovida pelo IBGE desde 2017 e já contabiliza resultados significativos, como a publicação da Política de Gestão de Riscos e da Metodologia de Gestão de Riscos, além da realização de ciclos de avaliação de riscos estratégicos no âmbito do Comitê de Governança, Riscos e Controles do IBGE (CGOV). Ao implementar formalmente a gestão de riscos (Objetivo Estratégico 7 - Implementar a política de gestão de riscos), o IBGE busca prover confiança de que os recursos são aplicados corretamente e que o Órgão cumpre seus objetivos e a sua missão institucional. Além disso, é uma ferramenta de gestão que fortalece a qualidade e os controles internos.

Em 2020, foi desenvolvida e ofertada, na modalidade a distância, a Oficina sobre a Metodologia de Gestão de Riscos do IBGE. Com carga horária de 25 horas, cumpridas em cinco semanas, o curso atendeu ao público de 60 servidores, indicados pelas lideranças, distribuídos em três turmas. O objetivo foi prepará-los para atuarem como facilitadores internos e implementarem efetivamente a gestão de riscos em suas Unidades. A Oficina contou com servidores mediadores que estimularam uma abordagem reflexiva e uma aplicação prática dos conceitos em processos reais de trabalho elencados pelos participantes.

Para o **Ciclo de Gerenciamento de Riscos 2020**, no que se refere aos **Riscos Estratégicos**, foram priorizados 4 (quatro) processos que integram a Cadeia de Valor do IBGE para avaliação de riscos que possam impactar o Censo Demográfico 2021 e a consecução dos objetivos da operação. Esse trabalho foi construído ao longo de 2020, em reuniões regulares do CGOV, contando, também, com a presença de convidados especialistas, em função da temática específica em discussão.

O quadro a seguir apresenta os 4 (quatro) processos priorizados:

Macroprocesso	Processo/Subprocesso
Gerir Orçamento e Finanças	Planejar e programar orçamento e finanças
Gerir pessoas	Prover pessoas/Gerir contratação de pessoas/ Realizar concurso público ou processo seletivo simplificado (PSS)
	Desenvolver e capacitar pessoas/ Promover capacitações e treinamentos
Coletar	Coletar

## Identificação e análise dos riscos

O ano de 2020 foi marcado pelo elevado nível de incertezas provocado pela pandemia da COVID-19, o que levou o IBGE, por recomendação do Ministério da Saúde, a interromper suas atividades presenciais, instituir o teletrabalho emergencial e adiar para 2021 o Censo Demográfico. No contexto de pandemia, com distanciamento social, a incerteza quanto às condições operacionais e à adequação do orçamento constituem fator de risco para a realização da operação censitária.

O eventual cancelamento ou adiamento do Censo Demográfico pode acarretar prejuízos à sociedade pela falta de insumos para pesquisas (vide atualização da amostra mestra), prejuízos ao planejamento público e privado e, ainda, afetar a precisão das estimativas populacionais necessárias ao repasse dos fundos constitucionais (FPM e FPE).

Com a eventual permanência da situação de pandemia da COVID-19 no território nacional ou de agravamento da situação, o Processo Seletivo Simplificado (PSS) para a contratação da equipe de servidores temporários para atuação na operação censitária pode ficar comprometido, implicando eventualmente a necessidade de ajustes no cronograma da operação e na data de início da coleta.

Uma estratégia mitigadora dessa incerteza é a criação de um modelo híbrido de treinamento da equipe que irá atuar no Censo Demográfico 2021. Assim, as etapas da preparação de especialistas até a fase de treinamento nos polos regionais (público-alvo: servidores efetivos) ocorreriam na modalidade de ensino a distância, e as etapas seguintes (público-alvo: temporários contratados), com treinamento de Coordenador Censitário de Subárea (CCS), de Agente Censitário Municipal (ACM), de Agente Censitário Supervisor (ACS) e de Recenseador (REC), ocorreriam no modelo presencial tradicional.

As novas exigências de segurança e saúde e necessidade de atendimento a medidas de distanciamento social podem afetar, em todas as etapas para os treinamentos presenciais, as configurações das salas de aula. Em situações de normalidade, a rede pública de ensino cede espaços para o treinamento presencial do Censo Demográfico, mas, em 2021, há incertezas associadas ao calendário escolar, dada a suspensão de aulas em 2020 e, conseqüentemente, incertezas associadas à disponibilidade dos espaços no período. O contexto interfere, ainda, em possibilidades de atrasos nos ajustes dos materiais instrucionais e dificuldades

na logística de distribuição de equipamentos e manuais para as etapas, por força do distanciamento social. Tais riscos afetariam a adequada preparação dos treinandos. Um eventual agravamento da pandemia pode aumentar as restrições das medidas sanitárias de isolamento social, afetando atividades presenciais durante um certo período.

Por fim, uma medida de qualidade de um Censo Demográfico refere-se aos erros de cobertura. Estes erros consistem em falhas na capacidade de identificação e alcance de todas as unidades de coleta (domicílios e endereços não domiciliares) e todas as pessoas. Erros de cobertura podem comprometer as estimativas e projeções populacionais para toda a década. Uma série de medidas referentes à coleta, e mesmo à fase que a antecede, são tomadas para mitigar a possibilidade deste tipo de erro.

Para gerenciar todos os riscos identificados, suas causas e conseqüências, são executados controles consistentes e efetivos e, também, quando necessário, foram planejadas medidas de tratamento adicionais para mitigação dos riscos e redução da probabilidade de ocorrência ou da gravidade de seus impactos.

## Avaliação dos riscos

No Ciclo de Gerenciamento de Riscos 2020, foram identificados quatorze riscos, em quatro processos do Censo Demográfico.

O Quadro a seguir lista os quatorze riscos e apresenta o nível de risco residual (considerando os controles existentes) para cada um deles, informação que resulta da combinação entre a probabilidade residual e o impacto residual. O nível de risco residual é comparado ao nível de risco tolerável, para avaliar a necessidade de implementação de medidas de tratamento adicional.

## Riscos estratégicos identificados no Ciclo de Gerenciamento de Riscos 2020

Processos priorizados	Riscos identificados	Probabilidade Residual	Impacto Residual	Nível de Risco Residual	Nível Risco Tolerável	Medida de tratamento necessária?
Planejar e Programar Orçamento e Finanças	1. Dispor de recursos orçamentários e financeiros governamentais insuficientes ou intempestivos para execução do Censo Demográfico 2021	5- Média	5- Médio	Médio	Baixo	Sim
Realizar concurso público ou processo seletivo simplificado	2. Não ser possível a realização dos Processos Seletivos Simplificados para o Censo Demográfico 2021	8- Alta	5- Médio	Alto	Baixo	Sim
	3. Atrasar o processo de contratação das empresas organizadoras dos processos seletivos simplificados	2- Baixa	2- Baixo	Baixo	Baixo	Não
	4. Não ter candidatos aprovados em determinadas funções/localidades	2- Baixa	2- Baixo	Baixo	Baixo	Não
	5. Serviço da organizadora não ser prestado a contento	2- Baixa	2- Baixo	Baixo	Baixo	Não
	6. Atrasar o processamento do resultado final	2- Baixa	2- Baixo	Baixo	Baixo	Não
	7. Ter que anular ou suspender os processos seletivos simplificados	1-Muito Baixa	8- Alto	Baixo	Baixo	Não
	8. Adiar e reaplicar a prova em determinadas localidades/funções	1-Muito Baixa	5- Médio	Baixo	Baixo	Não
	Promover capacitações e treinamentos	9. Não capacitar adequadamente os treinandos por meio do ensino a distância (servidores efetivos)	5- Média	5- Médio	Médio	Baixo
10. Não capacitar adequadamente os treinandos (contratados)		5- Média	5- Médio	Médio	Baixo	Sim
11. Não ser possível efetuar o treinamento presencial para as etapas de CCS, ACM/ACS e REC no período planejado		10- Muito alta	10- Muito alto	Extremo	Baixo	Sim
Coletar	12. Cometer erros de cobertura na operação censitária	5- Média	5- Médio	Médio	Baixo	Sim
	13. Registrar baixa qualidade das respostas no Censo Demográfico 2021	2- Baixa	2- Baixo	Baixo	Baixo	Não
	14. Identificar desvios éticos ou conduta antiética e fraudes na coleta do Censo Demográfico 2021	5- Média	5- Médio	Médio	Baixo	Sim

Fonte: IBGE; Comitê de Governança, Riscos e Controles (CGOV).

Sete riscos ficaram acima do nível tolerável e, por essa razão, foram planejadas medidas de tratamento adicionais a serem implementadas e monitoradas.

A Figura a seguir apresenta os riscos distribuídos na Matriz de Riscos do IBGE. Visualmente, é possível identificar que os riscos 1, 2, 9, 10, 11, 12 e 14 são os que precisam ser gerenciados e tratados, com maior atenção aos riscos 2 (nível de risco alto) e 11 (nível de risco extremo) que correspondem, respectivamente, à “Não ser possível realizar os Processos Seletivos Simplificados para o Censo Demográfico 2021” (2) e à “Não ser possível efetuar o treinamento presencial” (11) devido ao agravamento da pandemia da COVID-19 no país.

Matriz de riscos						
Impacto	Muito Alto 10					11
	Alto 8	7				
	Médio 5	8		1 9 10 12 14	2	
	Baixo 2		3 4 5 6 13			
	Muito Baixo 1					
		Muito Baixa 1	Baixa 2	Média 5	Alta 8	Muito Alta 10
		Probabilidade				

Fonte: IBGE; Comitê de Governança, Riscos e Controles (CGOV).

A identificação, análise e avaliação de riscos conduzem à intensificação dos controles existentes e, quando necessário, ao planejamento de medidas de tratamento e definição de controles complementares para redução ao nível aceitável.

## Medidas de tratamento de riscos

As Medidas de Tratamento propostas pelo CGOV, os prazos e os responsáveis pela implementação das ações foram documentados no Plano de Tratamento dos Riscos. Parte das ações previstas foram implementadas em 2020 e parte serão realizadas em 2021. O CGOV, em suas reuniões regulares, ao longo de 2021, fará o monitoramento da efetividade e do cumprimento das ações planejadas.





# **3 Governança, estratégia e desempenho**



# Estratégia

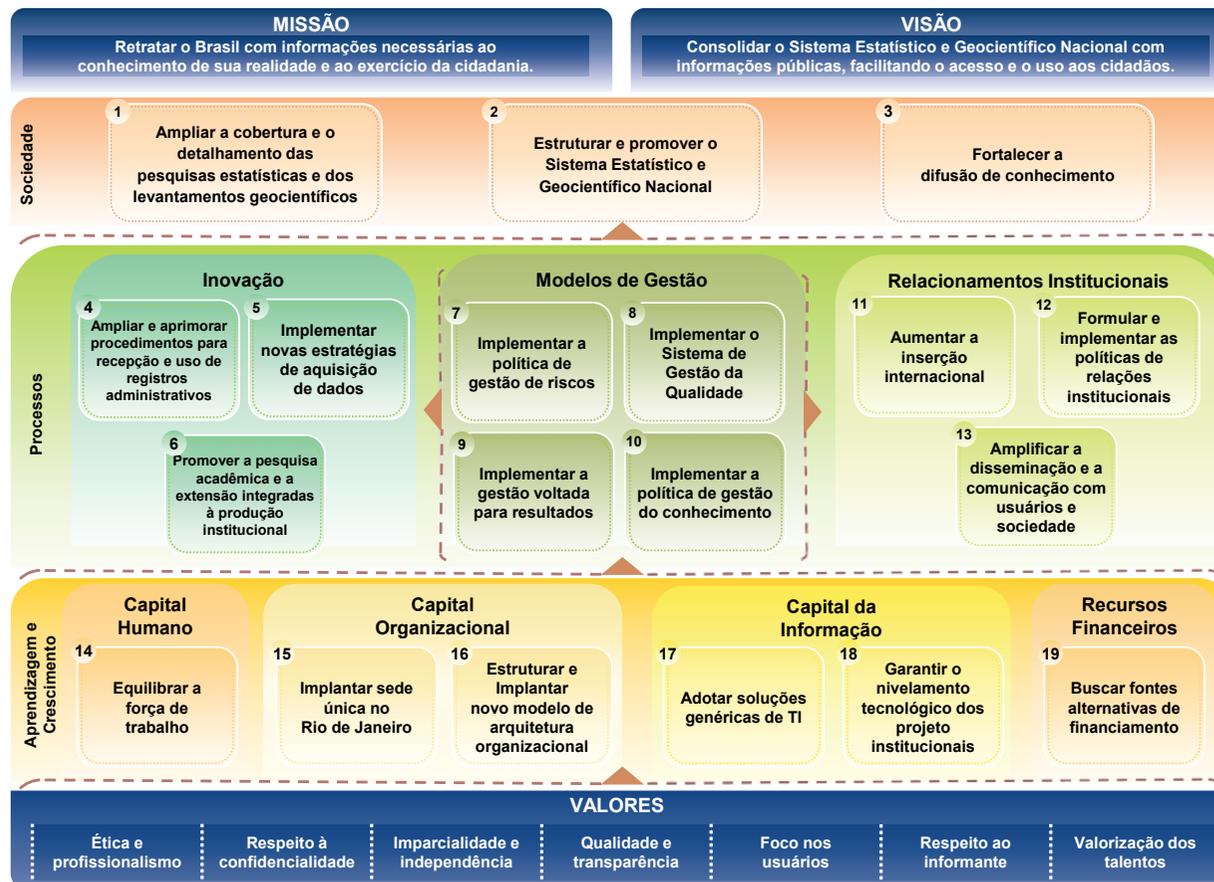
## Para onde a Organização deseja ir e como pretende chegar lá?

O **Planejamento Estratégico** serve de referencial para todos aqueles que envidam esforços para a realização da missão institucional. O **plano estratégico** representa um direcionamento para os servidores, um veículo de transparência das intenções e atividades da Instituição ao governo e à sociedade.

A gravidade da COVID-19 em todo o mundo levou Institutos Nacionais de Estatística de mais de 200 países a interromperem a coleta presencial, de modo a zelar pela saúde, tanto dos profissionais envolvidos com a coleta de dados, quanto dos cidadãos que prestam as informações. Em março de 2020, o IBGE interrompeu, por recomendação do Ministério da Saúde, a coleta presencial de todas as suas pesquisas e adiou para 2021 a realização do Censo Demográfico.

Mesmo nesse contexto desafiador de grandes incertezas, o IBGE manteve, em 2020, sua produção regular e o compromisso com o **cumprimento de sua missão**. As Unidades, por meio do **trabalho remoto**, realizaram as atividades e processos de trabalho e deram conta das metas institucionais e dos principais objetivos estabelecidos para o exercício. Para a manutenção da produção estatística e geocientífica neste período de distanciamento social, o IBGE investiu em soluções tecnológicas e substituiu as entrevistas presenciais por outros mecanismos de coleta de dados.

## Mapa Estratégico 2017-2027



No decorrer desse ano, cada servidor precisou aprender a usar novas ferramentas de tecnologia da informação para dar continuidade ao trabalho remotamente. Foi necessário acelerar a adoção de tecnologias para que o trabalho fosse mantido

e a missão institucional fosse preservada. A crise provocada pela COVID-19 acelerou mudanças e levou a soluções inovadoras para atender novas demandas mais rapidamente.

Foram priorizadas seis frentes e linhas de ação, em 2020. Essas se alinham e se desdobram de sete objetivos estratégicos (Vide Mapa Estratégico do IBGE 2017-2027):

- a) Implementação da **plataforma de trabalho remoto**, automatização de processos e fluxos de trabalho e utilização da assinatura eletrônica, estabelecendo **rotinas mais ágeis e eficientes** (ações que se desdobram dos objetivos estratégicos “17 – Adotar soluções genéricas de TI” e “18 – Garantir o nivelamento tecnológico dos projetos institucionais”);
- b) Aceleração da **transformação tecnológica**, por meio de ferramentas e técnicas novas para a coleta de preços e o pareamento de bases de dados (Ações de inovação, associadas ao objetivo estratégico “5 – Implementar novas estratégias de aquisição de dados”);
- c) Inovação com **pesquisas de pulso**, como a PNAD COVID19 e a Pulso Empresa, que geraram dados inéditos e com maior frequência (ação aderente ao Objetivo Estratégico “1 – Ampliar a cobertura e o detalhamento das pesquisas estatísticas e dos levantamentos geocientíficos”). Em função das demandas por dados durante a pandemia, para a nova pesquisa PNAD COVID19, foram coletados por telefone dados sobre os sintomas da doença, dados socioeconômicos e do mercado de trabalho

no país. Os resultados foram apresentados à sociedade, com representatividade para o Brasil e as macrorregiões e, também, para as unidades da federação;

d) Ampliação do **ensino a distância**, com aulas integralmente online na Escola Nacional de Ciências Estatísticas e ampliação da oferta de treinamentos a distância aos servidores (em alinhamento ao Objetivo Estratégico “3 – Fortalecer a difusão de conhecimento”);

e) Aprimoramento da **disseminação de dados** por meio de painéis interativos, acessíveis a diferentes públicos, do governante local ao cidadão, veiculados especialmente no **Hotsite** temático Covid-19. (A ação deriva do Objetivo Estratégico “13 – Amplificar a disseminação e a comunicação com usuários e sociedade”);

f) Fortalecimento da abordagem e da comunicação com a **rede de unidades estaduais**, onde acontece efetivamente a coleta de dados em campo (o que permite melhor direcionar e engajar os servidores de diferentes localidades e alinhar estratégias, processos e recursos, sendo base para a construção do Sistema de Gestão da Qualidade previsto no Objetivo 8).

Por meio dessas ações, o IBGE vem trabalhando para ser a cada ano mais inovador e moderno, transformando e otimizando seus processos

de trabalho, incorporando novas tecnologias, ao mesmo tempo que mantém uma produção relevante, que prima pela qualidade do gasto e pelo bom uso de recursos públicos.

Para o próximo exercício, o foco da Instituição estará em assegurar o sucesso em seu maior desafio, que simboliza a essência de sua missão no país: o Censo Demográfico.

Outras iniciativas estratégicas estão no radar, como a aderência ao Programa de Gestão, em alinhamento à Instrução Normativa 65, ou seja, instituir o teletrabalho no IBGE, não para atender ao contexto emergencial, mas para promover expressiva redução de despesas e gastos ao mesmo tempo em que traz mais qualidade de vida ao servidor. Essa e outras iniciativas de modernização estarão previstas no Plano de Gestão e Transformação Institucional (PGT), documento em elaboração, a ser firmado pelo Instituto junto ao Ministério da Economia, no início do próximo ano.

Destacam-se, também, ações de ampliação de pareamento de bases de dados, especialmente com registros administrativos e o fortalecimento da coleta de preços via Web Scraping.

## Estrutura de governança

### Como a estrutura de governança da Organização apoia sua capacidade de gerar valor em curto, médio e longo prazos?

A estrutura de governança e autocontrole da gestão do IBGE é composta pelos seguintes órgãos colegiados de direção superior e seccionais:

#### Órgãos colegiados de direção superior

##### CONSELHO DIRETOR

Previsto no art. 5º do Estatuto do IBGE, aprovado pelo Decreto nº 4.740, de 13 de junho de 2003, e regido pelas normas e disposições contidas no regimento do Instituto, aprovado pela Portaria nº 215, de 12 de agosto de 2004.

Órgão colegiado ao qual cabe estabelecer as políticas reitoras da atuação da Instituição, dando publicidade de seus atos e deliberações.

**Susana Leite Ribeiro Cordeiro Guerra**  
Presidente

**Sonia Val Dias**  
Chefe de Gabinete

**Marise Maria Ferreira**  
Diretora-Executiva

**Eduardo Luiz Gonçalves Rios Neto**  
Diretor de Pesquisas

**Claudio Stenner**  
Diretor de Geociências

**Carlos Renato Pereira Cotovio**  
Diretor de Informática

**Carmen Danielle Lins Mendes Macedo**  
Coordenadora de Documentação e Disseminação de Informações

**Maysa Sacramento de Magalhães**  
Coordenadora da Escola Nacional de Ciências Estatísticas

##### CONSELHO CURADOR

Previsto no art. 13 da Lei nº 5.878, de 11 de maio de 1973, e no art. 5º do Estatuto do IBGE, aprovado pelo Decreto nº 4.740, de 13 de junho de 2003.

Órgão colegiado destinado a exercer, em caráter permanente, a fiscalização, o acompanhamento e o controle de gestão patrimonial, econômica, orçamentária e financeira da Instituição, cabendo-lhe, também, o exercício de atividades consultivas da Presidência do Instituto.

Atua com reuniões ordinárias, duas vezes por ano e, extraordinariamente, por convocação do seu Presidente ou da maioria de seus membros.

**Susana Leite Ribeiro Cordeiro Guerra**  
Presidente

**Celso José Costa Junior**  
Representante da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia (SPE-ME)

**Rafael Cavalcanti de Araújo**  
Representante da Secretaria do Tesouro Nacional (STN)

**Leonardo Lima dos Santos**  
Representante do Banco Central do Brasil (BACEN)

**Edson Wanderlei Fontana**  
Representante do Quadro de Pessoal Permanente do IBGE

**Elis Regina Manhobosco Allegranzi**  
Representante do Quadro de Pessoal Permanente do IBGE

##### CONSELHO TÉCNICO

Está previsto no art. 13, da Lei nº 5.878, de 11 de maio de 1973, e no art. 5º do Estatuto do IBGE, aprovado pelo Decreto nº 4.740, de 13 de junho de 2003.

Órgão colegiado destinado a acompanhar e pronunciar-se acerca de questões concernentes ao planejamento e à execução das atividades nas áreas de competência da missão institucional.

Atua com reuniões ordinárias, duas vezes por ano e, extraordinariamente, sempre que convocado por seu Presidente ou pela maioria de seus membros.

Atualmente, está em andamento o processo de obtenção das indicações por parte dos Ministérios para uma nova formação do Conselho.

## Órgão de assistência direta e imediata da presidente

### GABINETE DA PRESIDÊNCIA (GPR)

Previsto no art. 14º do Estatuto do IBGE, aprovado pelo Decreto nº 4.740, de 13 de junho de 2003, e nas normas e disposições contidas no regimento interno, aprovado pela Portaria nº 215, de 12 de agosto de 2004.

É o órgão que assiste à presidência na representação política e social, no preparo e despacho do expediente e nas relações interinstitucionais.

**Sonia Val Dias**  
Chefe de Gabinete

## Órgãos seccionais

### PROCURADORIA FEDERAL (PF)

Prevista no art. 16º do Estatuto do IBGE, aprovado pelo Decreto nº 4.740, de 13 de junho de 2003, e nas normas e disposições contidas no regimento interno, aprovado pela Portaria nº 215, de 12 de agosto de 2004.

Órgão vinculado à Advocacia-Geral da União, nos termos do art. 2º, § 3º, da lei complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e, na qualidade de órgão executor da Procuradoria-Geral Federal, compete a ela representar judicial e extrajudicialmente a Fundação IBGE e prestar assessoria aos órgãos da estrutura regimental do IBGE, nos assuntos de natureza jurídica, aplicando-se, no que couber, o disposto no art. 11 da lei complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993.

**Carlos Alberto Pires Carvalho Albuquerque Junior**  
Procurador Federal

### AUDITORIA INTERNA (AUD)

Prevista no art. 15º do Estatuto do IBGE, aprovado pelo Decreto nº 4.740, de 13 de junho de 2003, e nas normas e disposições contidas no regimento interno, aprovado pela Portaria nº 215, de 12 de agosto de 2004.

Órgão seccional que, no exercício de suas competências, vincula-se, administrativamente, ao Conselho Curador, conforme estabelecido no Parágrafo único do art. 37 do regimento interno do IBGE, aprovado pela Portaria nº 215, de 12 de agosto de 2004.

A atuação da Auditoria Interna está sujeita à supervisão técnica e orientação normativa do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, prestando apoio aos órgãos que o integram.

A atividade de auditoria interna tem como finalidade agregar valor e melhorar as operações da organização, mediante a prestação de serviços de avaliação que compreendem a análise objetiva de evidências pelo auditor interno, com vistas a fornecer opiniões ou conclusões em relação à execução das metas previstas no plano plurianual; à regularidade, à economicidade, à eficiência e à eficácia da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, de pessoal e demais sistemas administrativos, bem como fiscalizar o uso adequado dos recursos por parte das unidades gestoras do IBGE.

**Walid Nemer Damous Sobrinho**  
Auditor-Chefe

### DIRETORIA-EXECUTIVA (DE)

Prevista no art. 17º do Estatuto do IBGE, aprovado pelo Decreto nº 4.740, de 13 de junho de 2003, e nas normas e disposições contidas no regimento interno, aprovado pela Portaria nº 215, de 12 de agosto de 2004.

É a área responsável por exercer as atividades de planejamento e coordenação geral; de administração de recursos humanos, materiais e patrimoniais, orçamentários e financeiros; de registros e análises contábeis; e de atividades de suporte às unidades descentralizadas.

**Marise Maria Ferreira**  
Diretora-Executiva

## Órgãos específicos singulares

### DIRETORIA DE PESQUISAS (DPE)

Prevista no art. 18º do Estatuto do IBGE, aprovado pelo Decreto nº 4.740, de 13 de junho de 2003, e nas normas e disposições contidas no regimento interno, aprovado pela Portaria nº 215, de 12 de agosto de 2004.

É responsável por levantar a realidade social e econômica do país, de forma sistemática, fundamentando o planejamento público e privado em suas políticas e estratégias de ação, por meio da realização de pesquisas e estudos estatísticos.

#### **Eduardo Luiz Gonçalves Rios Neto**

Diretor de Pesquisas

### DIRETORIA DE GEOCIÊNCIAS (DGC)

Prevista no art. 19º do Estatuto do IBGE, aprovado pelo Decreto nº 4.740, de 13 de junho de 2003, e nas normas e disposições contidas no regimento interno, aprovado pela Portaria nº 215, de 12 de agosto de 2004.

É responsável pela produção de informações territoriais básicas e sistemáticas, além de análises espaciais integradas, com o objetivo de representar o país em linguagem cartográfica, com mapas e cartas que retratam a paisagem natural do território nacional, a delimitação de áreas legais e operacionais, elaborando e levantando informações geográficas, ambientais, cartográficas e geodésicas.

#### **Claudio Stenner**

Diretor de Geociências

### DIRETORIA DE INFORMÁTICA (DI)

Prevista no art. 20º do Estatuto do IBGE, aprovado pelo Decreto nº 4.740, de 13 de junho de 2003, e nas normas e disposições contidas no regimento interno, aprovado pela Portaria nº 215, de 12 de agosto de 2004.

É responsável por prover a constante prospecção, integração e disponibilização da Tecnologia da Informação, assim como administra o acervo institucional de dados, em consonância à missão do IBGE de satisfazer às necessidades de informação da sociedade. Para tanto, é sua responsabilidade planejar, pesquisar, orientar, adquirir, desenvolver, integrar, implementar, disponibilizar, suportar e gerir o ambiente de informática da Instituição.

#### **Carlos Renato Pereira Cotovio**

Diretor de Informática

### CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES (CDDI)

Prevista no art. 21º do Estatuto do IBGE, aprovado pelo Decreto nº 4.740, de 13 de junho de 2003, e nas normas e disposições contidas no regimento interno, aprovado pela Portaria nº 215, de 12 de agosto de 2004.

É responsável por buscar o desenvolvimento de produtos e serviços com as informações adequadas aos vários segmentos dos usuários do IBGE, divulgando e comercializando os produtos institucionais.

#### **Carmen Danielle Lins Mendes Macedo**

Coordenadora de Documentação e Disseminação de Informações

### ESCOLA NACIONAL DE CIÊNCIAS ESTATÍSTICAS (ENCE)

Prevista no art. 22º do Estatuto do IBGE, aprovado pelo Decreto nº 4.740, de 13 de junho de 2003, e nas normas e disposições contidas no regimento interno, aprovado pela Portaria nº 215, de 12 de agosto de 2004.

Instituição federal de ensino superior que promove atividades de pesquisa, atua em três níveis de ensino, oferece cursos avulsos de atualização e extensão, além de ser responsável pelas atividades de capacitação e treinamento de servidores do IBGE.

#### **Maysa Sacramento de Magalhães**

Coordenadora da Escola Nacional de Ciências Estatísticas

## Órgãos descentralizados

### UNIDADES ESTADUAIS (UEs)

Previstas no art. 23º do Estatuto do IBGE, aprovado pelo Decreto nº 4.740, de 13 de junho de 2003, e nas normas e disposições contidas no regimento interno, aprovado pela Portaria nº 215, de 12 de agosto de 2004.

O IBGE possui 27 Unidades Estaduais (UEs), sendo uma em cada capital estadual e uma no Distrito Federal, subordinadas imediatamente à presidência do IBGE. As UEs têm como competência planejar, coordenar, executar e controlar as atividades técnicas e administrativas do IBGE, no limite de suas jurisdições.

Essas Unidades contam, ainda, com 568 agências de coleta de dados, nos principais municípios brasileiros, para ampliar a abrangência de atuação e agilizar as coletas de dados pelo IBGE.

#### **Marco Fábio de Sousa Esteves**

Chefe da Unidade Estadual do Acre

#### **Alcides Jeronimo de Almeida Tenorio Junior**

Chefe da Unidade Estadual de Alagoas

#### **José Ilcleson Mendes Coelho**

Chefe da Unidade Estadual do Amazonas

#### **Haroldo Canto Ferreira**

Chefe da Unidade Estadual do Amapá

#### **Artur Ferreira da Silva Filho**

Chefe da Unidade Estadual da Bahia

#### **Francisco José Moreira Lopes**

Chefe da Unidade Estadual do Ceará

#### **Silvio Rogério Potier dos Santos**

Chefe da Unidade Estadual do Distrito Federal

#### **Max Athayde Fraga**

Chefe da Unidade Estadual do Espírito Santo

#### **Edson Roberto Vieira**

Chefe da Unidade Estadual de Goiás

#### **Marcelo Virgínio de Melo**

Chefe da Unidade Estadual do Maranhão

#### **Maria Antônia Esteves da Silva**

Chefe da Unidade Estadual de Minas Gerais

#### **Mario Alexandre de Pinna Frazeto**

Chefe da Unidade Estadual do Mato Grosso do Sul

#### **Millane Chaves da Silva**

Chefe da Unidade Estadual do Mato Grosso

#### **Rony Helder Nogueira Cordeiro**

Chefe da Unidade Estadual do Pará

#### **Roberto Salgado Beato**

Chefe da Unidade Estadual da Paraíba

#### **Gliner Dias Alencar**

Chefe da Unidade Estadual de Pernambuco

#### **Leonardo Santana Passos**

Chefe da Unidade Estadual do Piauí

#### **Sinval Dias dos Santos**

Chefe da Unidade Estadual do Paraná

#### **Jose Francisco Teixeira Carvalho**

Chefe da Unidade Estadual do Rio de Janeiro

#### **Damiao Ernane de Souza**

Chefe da Unidade Estadual do Rio Grande do Norte

#### **Luiz Cleyton Holanda Lobato**

Chefe da Unidade Estadual do Rondônia

#### **Roberto Maykot Kuerten**

Chefe da Unidade Estadual do Roraima

#### **Jose Renato Braga de Almeida**

Chefe da Unidade Estadual do Rio Grande do Sul

#### **Roberto Kern Gomes**

Chefe da Unidade Estadual de Santa Catarina

#### **Adriane Almeida do Sacramento**

Chefe da Unidade Estadual de Sergipe

#### **Francisco Garrido Barcia**

Chefe da Unidade Estadual de São Paulo

#### **João Francisco Severo Santos**

Chefe da Unidade Estadual do Tocantins

## Principais instâncias internas de apoio à governança

### COMITÊ DE COORDENAÇÃO DE TREINAMENTO (CCT)

Instituído pela Resolução nº 27 do Conselho Diretor, de 22 de dezembro de 2003.

É um fórum colegiado constituído por representantes de unidades setoriais, nomeados pelo Presidente do IBGE, para tomada de decisão sobre as políticas de treinamento da Instituição, bem como avaliar os pleitos de afastamentos temporários de servidores para cursar programas de pós-graduação.

As principais competências do comitê são:

- identificar e propor políticas e diretrizes de treinamento e aperfeiçoamento;
- propor ações de treinamento;
- coordenar os levantamentos das necessidades de treinamento dos servidores de todas as unidades organizacionais;
- elaborar o Plano Anual de Treinamento, em conjunto com a Coordenação de Treinamento e Aperfeiçoamento (ENCE/CTA);
- analisar e decidir quanto aos pedidos de afastamento de servidores para a realização de programas de formação e aperfeiçoamento; e
- acompanhar e avaliar, continuamente, os programas de treinamento e aperfeiçoamento do IBGE.

### COMITÊ GESTOR DE PLANOS DE CARRERAS E CARGOS (CGPCC)

Instituído pela Resolução nº 10 do Conselho Diretor, de 10 de julho de 2007, considerando o disposto nos §§ 1º e 2º do artigo 82 e artigo 88, §§ 1º e 2º da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, com a redação dada pela Medida Provisória nº 341, de 29 de dezembro de 2006.

Comitê com o objetivo de subsidiar o Conselho Diretor do IBGE na coordenação e no acompanhamento do Plano de Carreiras e Cargos de que trata o art. 70 da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006 e de auxiliar na execução da política de recursos humanos no âmbito da Fundação IBGE.

### COMITÊ DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (CSI)

Instituído pela Resolução nº 47 do Conselho Diretor, de 20 de dezembro de 2019, em consonância com Decreto nº 9.191, de 1º de novembro de 2017; Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019; Decreto nº 9.812, de 30 de maio de 2019; e Decreto nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018, alterado pelo Decreto nº 9.832, de 12 de junho de 2019.

São as seguintes as competências do comitê:

- assessorar a implementação das ações de segurança da informação;
- constituir grupos de trabalho para tratar de temas e propor soluções específicas sobre segurança da informação;
- propor atualizações na Política de Segurança da Informação e Comunicação (POSIC) do IBGE; e
- propor normas internas relativas à segurança da informação.

### COMISSÃO DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO GERAL DOS CENSOS (CPO)

Instituído pela Resolução nº 49 do Conselho Diretor, de 20 de dezembro de 2019.

Compete a este comitê estabelecer a política geral e as diretrizes para planejamento e organização global das operações, bem como decidir sobre:

- programações orçamentárias e de desembolsos financeiros, segundo os exercícios fiscais, a serem submetidas ao Ministério da Economia;
- cronogramas gerais de atividades; e
- outros assuntos estratégicos.

### COMITÊ DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (CTIC)

Instituído pela Resolução nº 48 do Conselho Diretor, de 20 de dezembro de 2019, em consonância com Decreto nº 9.191, de 1º de novembro de 2017; Decreto nº 8.638, de 15 de janeiro de 2019; Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019; Decreto nº 9.812, de 30 de maio de 2019; e Portaria nº 778, de 04 de

abril de 2019, da Secretaria de Governo Digital do Ministério da Economia.

São as seguintes as competências do comitê:

- apreciar e encaminhar ao Conselho Diretor, para sua aprovação, o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação do IBGE, com o objetivo de alinhar os investimentos nesta área com o planejamento e metas institucionais;
- deliberar sobre diretrizes, normas, padrões, metodologias, planos, programas e projetos de Tecnologia da Informação e Comunicação;
- criar grupos de trabalho para a atualização e acompanhamento do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação do IBGE;
- convidar especialistas externos para subsidiar trabalhos quando necessário; e
- sanar eventuais dúvidas sobre assuntos relativos a Tecnologia da Informação e Comunicação.

### COMITÊ DE GOVERNANÇA, RISCOS E CONTROLES (CGOV)

Instituído pela Resolução nº 26 do Conselho Diretor, de 24 de julho de 2020, em consonância com a IN Conjunta MP/CGU nº 01, de 10/05/2016; Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2016; Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019; IN do ME nº 24, de 18 de março de 2020.

São as seguintes as competências do comitê:

- auxiliar o Conselho Diretor na manutenção e monitoramento do sistema de gestão de riscos e controles internos, com vistas à identificação, análise, avaliação, tratamento e monitoramento de riscos que possam impactar a implementação da estratégia e o cumprimento da missão institucional;
- atualizar e monitorar o plano estratégico institucional e promover a integração da gestão de riscos ao planejamento estratégico e seus desdobramentos, atividades, processos e projetos relevantes para a execução da estratégia e o alcance dos objetivos institucionais;
- promover, manter e acompanhar a implementação

de processos, estruturas, mecanismos e práticas organizacionais de governança;

- incentivar iniciativas de acompanhamento de resultados, soluções de melhoria do desempenho institucional e aprimoramento do processo decisório;
- assegurar o cumprimento dos princípios éticos e de boa governança e incentivar a adoção de boas práticas de gestão de riscos e controles internos, garantindo aderência às orientações do Comitê de Gestão de Riscos, Transparência, Controle e Integridade (CRTCI) do Ministério da Economia; e
- revisar e atualizar anualmente o plano estratégico institucional e assegurar o monitoramento trimestral de resultados.

## Apoio da estrutura de governança

### Atuação da Auditoria Interna

No exercício de suas competências, a Auditoria Interna (AUD) vincula-se, administrativamente, ao Conselho Curador, nos termos do §3º, art. 15 do Decreto nº 3.591, de 6 de setembro de 2000, com a redação dada pelo Decreto nº 4.304, de 16 de julho de 2002.

Conforme Regimento Interno do IBGE, aprovado pela Portaria nº 215, de 12 de agosto de 2004, do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, são competências da Auditoria Interna:

- I. fiscalizar o uso adequado dos recursos por parte das Unidades Gestoras da Fundação IBGE; e
- II. comprovar a legalidade e a legitimidade das ações administrativas quanto à economicidade, eficiência e eficácia da gestão orçamentária, financeira, patrimonial, de pessoal e demais sistemas administrativos.

Em dezembro de 2020, a AUD compunha-se de: Auditor-Chefe, Assistente Técnico, Secretária e Auditores.

A nomeação e exoneração do Auditor-Chefe é submetida pelo Presidente da Fundação IBGE ao Conselho Curador para aprovação e, posteriormente, à Controladoria-Geral da União (CGU).

Atuando sob supervisão técnica e orientação normativa do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, as atividades de auditoria são anualmente planejadas e consubstanciadas no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT), em consonância com a Instrução Normativa CGU nº 9, de 09 de outubro de 2018. As informações sobre a execução do PAINT e a análise dos resultados decorrentes dos trabalhos

de auditoria são apresentados no Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT). Esse relatório é encaminhado à CGU/RJ para o exercício da supervisão técnica desse órgão.

O RAINTE 2020 se encontra disponível no site "Acesso à informação" do Portal do IBGE ou por meio do link: <https://acessoainformacao.ibge.gov.br/acesso-a-informacao/auditorias.html>.

## Gerência de Processos Administrativos Disciplinares (GEPAD)

A Gerência de Processos Administrativos Disciplinares (GEPAD) é a entidade responsável pela coordenação e apuração das irregularidades administrativas do quadro de servidores do IBGE, na forma da Lei 8.112/90 (servidores efetivos) e da Lei 8.745/93 (servidores temporários), além de atuar com as atribuições de corregedoria geral, ainda não instituída pelo órgão.

Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos

As atividades relacionadas à apuração de irregularidades são exercidas, via de regra, pelos servidores lotados na Gerência, mas, em razão de carência de pessoal, em muitas ocasiões são exercidas contando com a participação de colaboradores lotados em unidades estaduais ou em outras áreas da Sede.

Nas Unidades Estaduais, os processos de apuração são executados por servidores locais, supervisionados pela GEPAD, sempre que necessário, excetuando-se aqueles que envolvem fatos de maior gravidade, para os quais a

Administração determina que sejam apurados pela equipe de servidores que compõem a GEPAD, com maior experiência em procedimentos disciplinares mais complexos.

No exercício de 2020, verificou-se uma expressiva redução da atividade correicional no IBGE, quando feita a comparação com o ano anterior, uma vez que, neste ano, foi adotado o teletrabalho, que diminuiu drasticamente a possibilidade de conflitos interpessoais e, além disso, a instituição das Investigações Preliminares Sumárias, regulamentadas pela Instrução Normativa da CGU nº 08, de 19/03/20, evitou a instauração de Processos Administrativos Disciplinares (PAD) sem que houvesse um robusto conjunto probatório.

Ao contrário, para 2021, espera-se significativo aumento de ocorrências que exigirão a intervenção da entidade responsável pela coordenação e apuração dos ilícitos disciplinares em razão da realização do Censo Demográfico 2021, com a previsão de contratação, de cerca de 200 mil servidores temporários.

Ressalte-se que todos os procedimentos disciplinares foram devidamente registrados no sistema CGU/PAD, atendendo aos preceitos estabelecidos pela Portaria CGU nº 1.043, de 24 de julho de 2007.

**42** procedimentos registrados



**2017**

**140** procedimentos registrados



**2018**

**68** procedimentos registrados



**2019**

**13** procedimentos registrados



**2020**

### RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS POR ASSUNTO EM 2020

Assunto	Número de procedimentos realizados
Acumulação indevida de cargos	0
Assédio moral	0
Assédio Sexual	0
Ausência de presteza nas atividades ou na prestação de informações	0
Ausência ou impuntualidade ao serviço	0
BDE - A Classificar	0
Concessão irregular de benefícios, licenças ou autorizações	0
Conflito de interesse entre a função pública e atos da vida privada	0
Desaparecimento ou perecimento de bens públicos	3
Descumprimento da Lei de Acesso à Informação	0
Descumprimento de normas relacionadas ao orçamento público	0
Descumprimento de Regime de Dedicção Exclusiva	0
Designação de atribuições a pessoa estranha a repartição	0
Desproporção entre patrimônio e renda	0
Desrespeito ao sigilo de informações	0
e-OUV - A Classificar	0
e-PAD - A Classificar	0
Erros procedimentais ou descumprimento de normas ou regulamentos	5
Falta de urbanidade; conduta escandalosa; incontinência pública; manifestação de apreço ou despreço	3
Favorecimento próprio ou de terceiros	0
Irregularidades definidas em normativos ou regulamentos	2
Irregularidades ou fraudes em convênios ou outros acordos	0
Irregularidades ou fraudes em licitações ou contratos	0
Monitor - A Classificar	0
Nepotismo	0
Reconhecimento de dívida	0
Representação de interesse particular junto à administração	0
<b>Total de procedimentos:</b>	<b>13</b>

Fonte: CGU/PAD – janeiro de 2021

## Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao erário

Os casos de dano ao erário são apurados em Termos de Ajuste de Conduta (TACs), cujo alcance aumentou significativamente com a edição da Instrução Normativa da CGU nº 04 de 21/02/20, que, agora, permite a celebração desse instrumento de resolução consensual de conflitos, inclusive em casos de dano ao erário cujo montante não ultrapasse o valor estabelecido como de licitação dispensável, nos termos da norma de licitações e contratos aplicável.

No exercício de 2020, dos 13 procedimentos disciplinares instaurados, 3 foram destinados a apurar responsabilidades pelo desaparecimento ou perecimento de bens públicos, correspondendo a 23,08% do total de procedimentos instaurados, dentro de uma média histórica verificada nos últimos exercícios.

Não houve nenhum caso de Tomadas de Contas Especial, bem como não ocorreram fatos em apuração que, de acordo com a avaliação da unidade responsável, tenham elevado potencial de se converterem nesse tipo de processo administrativo.

**13** procedimentos registrados



**3** procedimentos de desaparecimento ou perecimento de bens públicos

## Unidade de Gestão da Integridade do IBGE (UGI)

A Unidade de Gestão da Integridade (UGI) é subordinada à Presidência do IBGE e foi instituída por meio da RCD nº 17/2019. Em 28/02/2020, a Resolução do Conselho Diretor nº 02/2020 atualizou as competências da UGI para os seguintes termos:

- I. Coordenar as fases de instituição do Programa de Integridade, que é o conjunto estruturado de medidas institucionais voltadas para a prevenção, detecção, punição e remediação de práticas de corrupção, fraudes, irregularidades e desvios éticos e de conduta; e da sua formalização por meio do Plano de Integridade, que é um documento aprovado pelo Conselho Diretor, que organiza as ações a serem adotadas e as revisões periódicas;
- II. Coordenar a estruturação, execução e monitoramento do Programa de Integridade;
- III. Atuar na orientação e treinamento dos servidores do IBGE com relação aos temas atinentes ao Programa de Integridade;
- IV. Promover outras ações relacionadas à implementação do Programa de Integridade, em conjunto com as demais áreas do IBGE; e
- V. Monitorar a implementação da Política de Gestão de Riscos do IBGE, no que se refere aos Riscos de Integridade.

Além da atualização das competências, por meio da Portaria 105/ 2020, de 03/03/2020, foi instituído o Grupo de Trabalho, coordenado pela UGI, para ações de fortalecimento dos processos e funções de integridade, composto pelos seguintes representantes:

- I. Representante da Comissão de Ética do IBGE (CE/IBGE);
- II. Representante da Diretoria-Executiva (DE);
- III. Representante da Gerência de Atendimento do CDDI (CDDI/GEATE);
- IV. Representante da Gerência de Processos Administrativos (DE/GEPAD);
- V. Representante da Coordenação de Treinamento e Aperfeiçoamento da ENCE (ENCE/CTA);
- VI. Representante da Auditoria Interna (PR/AUD).

Atuações do Grupo de Trabalho Integridade em 2020:

- a) Análise do material sobre Ética e Integridade para uso no Censo Demográfico 2021: revisão do conteúdo do Manual dos Recenseadores e Manual dos Agentes Censitários, bem como da apresentação sobre o tema que será feita no treinamento do Censo Demográfico 2021;
- b) Criação do termo de ciência desenvolvido para o protocolo de tratamento de denúncias e apuração de irregularidades para o Censo Demográfico 2021;
- c) Elaboração de questões teóricas e de conteúdo específico para o treinamento EAD - Capacita Censo 2021, no que se refere aos temas ligados à integridade e questões disciplinares; e
- d) Presença em eventos de capacitação, de forma remota, como o curso de Gestão e Apuração da Ética Pública da ENAP, *lives* e *Webinar* sobre Ética.

## Atuações da UGI

O IBGE tem norteado suas ações na busca da promoção de uma cultura de ética e integridade, objetivando a consolidação de um ambiente institucional pautado por condutas íntegras. Citam-se aquelas que evidenciam o seu comprometimento com a melhoria contínua sobre o tema:

- a) O responsável pela UGI (suplente) e o Presidente do CGOV (titular), representam o IBGE no Comitê de Gestão de Riscos, Transparência, Controle e Integridade (CRTCI) do Ministério da Economia. Em 2020 foram acompanhadas todas as reuniões e as discussões e recomendações específicas relativas ao tema integridade para o devido alinhamento interno;
- b) A UGI tem assento no Comitê de Governança, Riscos e Controles do IBGE (CGOV) e em 2020 participou das reuniões ordinárias para identificação, análise, avaliação e proposição de medidas de tratamento de riscos em quatro processos prioritizados do Censo Demográfico 2021, no Ciclo de Gerenciamento de Riscos Estratégicos de 2020. Especialmente no processo de Coleta, foi identificado o risco de integridade relativo ao desvio de conduta (tratando de conduta ética) e fraude e foram planejadas as medidas de tratamento adicionais, a serem implementadas em 2021, para fortalecer os controles existentes;
- c) Elaboração de conteúdo e orientação para UE/SC, sobre a Solicitação de Auditoria nº: 836010/01 da CGU/SC;
- d) Revisão do Plano de Integridade do IBGE: revisão dos Fluxos de trabalhos das Instâncias de Integridade; elaboração de proposta de plano de ações para 2021 e 2022; e proposta de reformulação – Macroprocesso 3 – Realizar Controle Institucional, na Cadeia de Valor do IBGE, para melhor aderência aos processos das instâncias de integridade;

e) Disseminação interna de campanhas e pesquisas referentes a integridade pública promovidas pela CGU em parceria com a OCDE e com a *Alliance for Integrity* (Campanha #INTEGRIDADE SOMOS TODOS NÓS; 1ª e 2ª fases da pesquisa Valores do Serviço Público Federal; pesquisa sobre a percepção acerca dos programas de integridade implementados nas instituições públicas federais). Divulgação de questões relacionadas à ética e à integridade, aos servidores do IBGE.

## Comissão de Ética do IBGE

A Comissão de Ética do IBGE integra o Sistema de Gestão de Ética do Poder Executivo Federal e tem a atribuição de prevenir, orientar e aconselhar os agentes públicos sobre a ética profissional, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público.

Foi instituída pela Resolução nº 06 da Presidência, de 28 de junho de 2013, em consonância com a Resolução nº 10, de 29 de setembro de 2008, da Comissão de Ética Pública.

As principais competências dessa comissão:

- atuar como instância consultiva do dirigente máximo, diretores e dos respectivos servidores do IBGE;
- aplicar o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, aprovado pelo Decreto nº 1.171, de 1994;
- representar o IBGE na Rede de Ética do Poder Executivo Federal a que se refere o art. 9º do Decreto nº 6.029, de 2007;
- orientar e aconselhar sobre a conduta ética do servidor, inclusive no relacionamento com o cidadão e no resguardo do patrimônio público;
- receber denúncias e representações contra servidores por suposto descumprimento às normas éticas, procedendo à apuração, instaurando processo, se for o caso, para

apuração de fato ou conduta que possa configurar descumprimento ao padrão ético recomendado aos agentes públicos;

f. esclarecer e julgar comportamentos com indícios de desvios éticos;

g. aplicar a penalidade de censura ética ao servidor;

h. elaborar e propor alterações ao código de ética ou de conduta e ao regimento interno próprio.

A Comissão é composta por três servidores titulares e seus respectivos suplentes – todos pertencentes ao quadro de pessoal do IBGE – e atua com base no Código de Ética Profissional do Servidor Público do IBGE, instituído e aprovado pela Resolução nº 04/2014 do Conselho Diretor, de 14 de janeiro de 2014. O Código de Ética do IBGE foi resultado de uma tarefa coletiva realizada pela Comissão de Ética do IBGE e segue, de maneira estrita, o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, a ele agregando importantes princípios e particularidades inerentes ao trabalho realizado nesta Instituição.

O trabalho da Comissão de Ética visa a contribuir de maneira decisiva para a avaliação e profunda compreensão do papel de todos os agentes públicos lotados no IBGE, constituindo um esforço interno de promover um ambiente de trabalho

mais ético. Dentre as suas atividades, recebe e avalia denúncias relacionadas à possível prática de desvios éticos e atua como instância consultiva.

Resumo Executivo referente a 2020:

Denúncia Recebidas	Procedimentos Preliminares	Processos de Apuração Ética
12	06	0

Consultas Recebidas	Consultas Respondidas
07	07

O Presidente da Comissão de Ética do IBGE é representante suplente no CGOV e membro do Grupo de Trabalho de Integridade, coordenado pela UGI.

## Relacionamento com a sociedade

O relacionamento com os usuários e a sociedade é um tema acompanhado com muita atenção no IBGE. Presente na estratégia da instituição, por meio do objetivo 13 (Amplificar a disseminação e a comunicação com usuários e a so-

cidade), busca-se sempre o contato com esse público de maneira a conhecer e entender suas necessidades, bem como avaliar sua satisfação em relação às informações produzidas pelo Instituto.

### Canais de acesso do cidadão

Para criar e manter essa proximidade, o IBGE possui diversos canais de comunicação pelos quais se relaciona com a sociedade:



**PORTAL DO IBGE**  
[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)

Por meio do Portal do IBGE, na Internet, seu principal canal de comunicação, são disponibilizados os resultados das pesquisas em páginas dinâmicas, arquivos para download e banco de dados.



**ATENDIMENTO TELEFÔNICO**  
0800-721-8181

Informações rápidas são fornecidas por meio de call center, com tempo de espera da chamada de até 20 segundos.



**ATENDIMENTO PRESENCIAL**  
<https://www.ibge.gov.br/novoportal-atendimento.html>

É realizado atendimento presencial, por meio das unidades de documentação e disseminação de informações nas capitais. Essas unidades são sinalizadas com o logotipo da Instituição e contam com áreas de atendimento imediato presencial, oferecendo um dos maiores acervos de publicações impressas e eletrônicas, como, também, bases de dados, com informações estatísticas e geográficas do país.



**ATENDIMENTO POR E-MAIL**  
[ibge@ibge.gov.br](mailto:ibge@ibge.gov.br)

O IBGE oferece, também, atendimento via e-mail, respondendo aos usuários em um prazo padrão de 5 dias.



**ATENDIMENTO AO INFORMANTE**  
<https://respondendo.ibge.gov.br/>

A relação com o informante é entendida como uma questão de natureza estratégica para o IBGE, por isso o respeito ao informante é considerado um dos valores nos quais a Instituição se apoia. Isso porque a eventual resistência à prestação de informações incide de maneira crítica sobre os processos de trabalho da rede de coleta, tendo impactos diretos sobre os resultados. O canal **Respondendo ao IBGE** é destinado aos informantes, para tirar dúvidas, verificar a identidade do entrevistador e conhecer mais sobre nossas pesquisas.



**BIBLIOTECA**  
<https://biblioteca.ibge.gov.br/>

Todo o acervo institucional pode ser pesquisado, bem como ser feito o download de parte dele, no canal Biblioteca.



**LOJA VIRTUAL**  
<https://loja.ibge.gov.br/>

Os produtos do IBGE são comercializados nas principais livrarias do país e, também, na Loja Virtual.

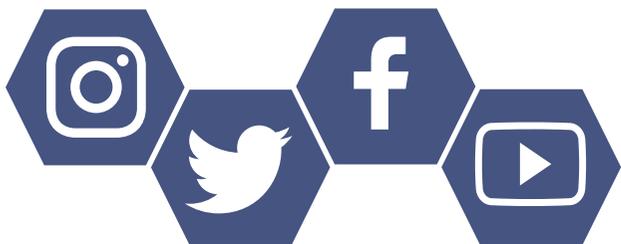


**ATENDIMENTO À IMPRENSA**  
Agência IBGE Notícias  
[www.agenciadenoticias.ibge.gov.br](http://www.agenciadenoticias.ibge.gov.br)  
[agenciadenoticias@ibge.gov.br](mailto:agenciadenoticias@ibge.gov.br)  
[comunica@ibge.gov.br](mailto:comunica@ibge.gov.br)



**MINUTO IBGE**  
<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/minuto-ibge.html>

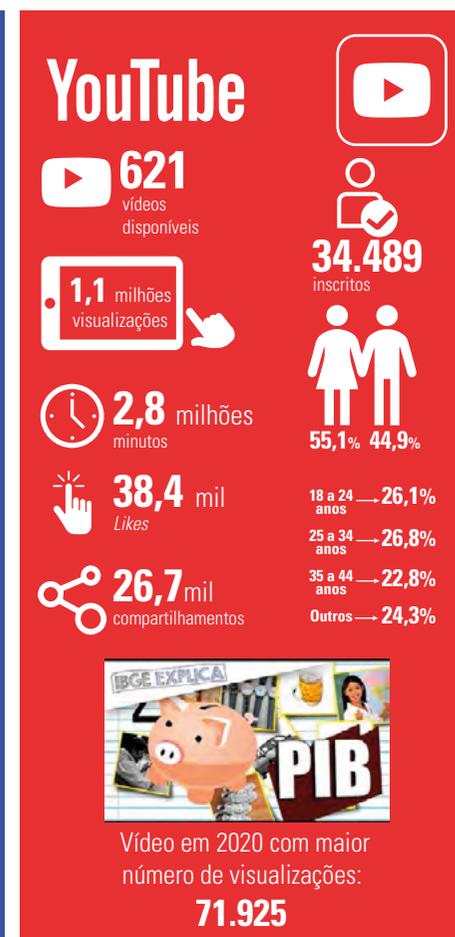
Programa de rádio semanal, disponibilizado gratuitamente para emissoras de todo o país.



## Mídias sociais

Com linguagem e temas adequados a cada rede social, o IBGE está presente nas principais plataformas de mídias sociais, que se configuram como canais diretos e interativos, capazes de estreitar o relacionamento e a comunicação com o cidadão.

A dedicação às nossas redes sociais, em 2020, possibilitou um ganho geral de 14% no total de seguidores, sendo que os maiores crescimentos ocorreram no Instagram e YouTube, conforme apresentado a seguir:



## Como atendemos



Os serviços de atendimento do IBGE são prestados a todo e qualquer cidadão, que pode fazer suas solicitações por meio de e-mail, carta, telefone ou presencialmente. Em função da pandemia causada pela COVID-19, o serviço de atendimento pessoal foi interrompido em abril de 2020.

Cada solicitação é analisada pelas Equipes de Atendimento que, de acordo com o seu grau de complexidade, pode ser respondida imediatamente ou por meio da mediação das equipes responsáveis pelos estudos e pesquisas do IBGE. A qualquer momento, a consulta sobre o andamento das demandas pode ser feita por meio de chamadas telefônicas ou de e-mail. Havendo problema com qualquer desses meios, o usuário pode dirigir-se às demais formas de atendimento oferecidas pelo Instituto. As respostas às solicitações são encaminhadas, preferencialmente, por e-mail, mas podem seguir pelos os mesmos canais utilizados pelo cidadão, no momento da sua manifestação.

As sugestões e reclamações são registradas e encaminhadas ao CDDI para posterior resposta ao cidadão. O prazo máximo de atendimento às manifestações feitas ao IBGE é de 20 dias. Em caso de questões complexas, que demandem pesquisa aprofundada do tema, tal prazo pode ser estendido.



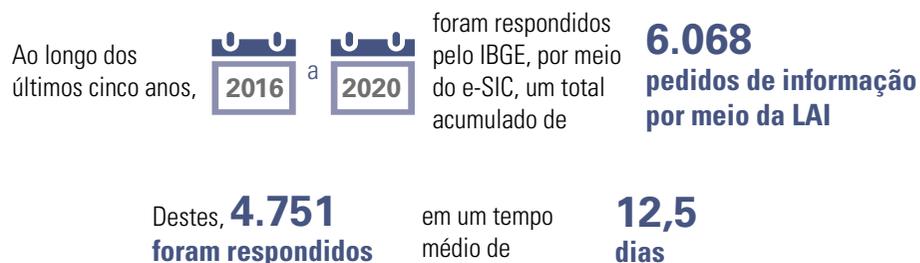
Acesso à  
Informação

Lei de Acesso à Informação

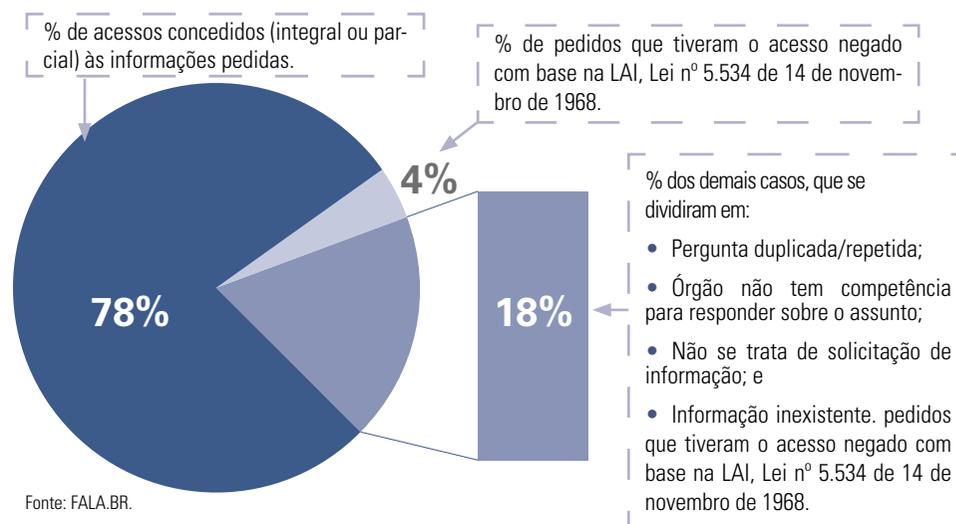
Visando garantir a efetividade do acesso à informação pública, o IBGE responde a pedidos de informação que estejam em conformidade com a Lei de Acesso à Informação (LAI), por meio de uma ferramenta desenvolvida pela Controladoria-Geral da União (CGU), denominada Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação - Fala.BR. Essa ferramenta passou a ser utiliza-

da no segundo semestre de 2020, quando o Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC) passou a ser integrado a ela.

Conforme o Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012 (que regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988), uma vez recebido o pedido, e estando a informação disponível, o acesso deverá ser imediato. Não sendo possível o acesso imediato, uma resposta deverá ser enviada, no prazo de até 20 dias.



Os percentuais correspondentes a este período são apresentados no gráfico a seguir.



### Número de pedidos e concessões (integrais e parciais) de acesso à Informação



Fonte: FALA.BR.

### Tempo médio de resposta aos pedidos de informação recebidos



Fonte: FALA.BR.

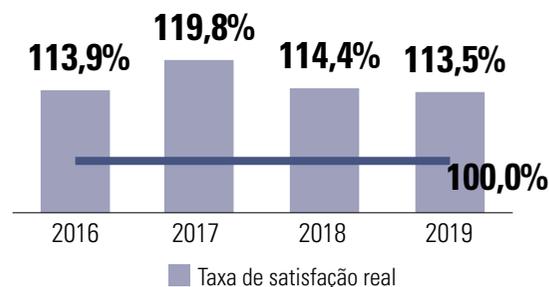
As solicitações ao serviço de acesso ao cidadão - SIC vem crescendo ao longo do tempo, embora em 2020 tenha ocorrido uma pequena queda justificada pela pandemia da COVID-19. O baixo índice de acessos não concedidos é resultado do esforço da instituição de atender bem aos cidadãos.

### Satisfação dos Usuários

Orientado pela Qualidade no Serviço Público, o IBGE realiza, anualmente, uma Pesquisa de Satisfação dos Usuários nas unidades de documentação e disseminação de informações, localizadas nas 26 capitais dos estados brasileiros e no Distrito Federal.

Os dados dessa pesquisa refletem a opinião dos usuários que buscaram informações fornecidas pela Instituição, por meio do indicador **Taxa Geral de Satisfação dos Usuários**.

### Taxa de satisfação dos usuários



Fonte: IBGE - Pesquisa de Satisfação dos Usuários.  
Nota: Pesquisa de satisfação não realizada em 2020.

Entretanto, em 2020, por motivos do teletrabalho e do isolamento social, a Pesquisa de Satisfação dos Usuários não pode ser executada.

Por outro lado, em 2020 foi realizada a pesquisa Perfil de Usuários do Portal do IBGE, no período de 16/11/2020 a 17/12/2020, com um total de 2746 respostas.

De acordo com a metodologia da pesquisa, deve-se desejar taxas de satisfação em torno de 100%, tendo em vista que esse indicador é obtido a partir da relação entre a avaliação do atendimento pelo usuário e a expectativa que ele tinha antes de ser atendido.

Realizada desde 2003, a pesquisa apresenta resultados com taxas que variam entre 113,1% e 119,8%, indicativas de que o IBGE vem oferecendo serviços que superam as expectativas dos usuários, conforme pode ser visto nos gráficos a seguir.

### Nota dos usuários sobre a expectativa do serviço e a avaliação do serviço prestado



Fonte: IBGE - Pesquisa de Satisfação dos Usuários.  
Nota: Pesquisa de satisfação não realizada em 2020.

Desse total, o perfil de usuário que mais acessou o portal foi o de estudante de nível superior (37,3% das respostas), seguido de crianças e adolescentes (19,6%).

Das informações mais procuradas pelos respondentes estavam dados de população (20,4%), seguidas de informações sobre cidades ou estados (20,2%).

## Resultados e desempenho da gestão

### Resultados alcançados ante os objetivos estratégicos e as prioridades da gestão

A existência de informações estatísticas e geocientíficas oficiais confiáveis, públicas e atualizadas é essencial à consolidação de uma sociedade democrática, além de ser indispensável ao aumento da eficiência na concepção e execução das políticas públicas, assim como na transparência das ações de governo. Tais informações devem ser assumidas como bens públicos, cabendo ao Estado a responsabilidade de garantir o seu provimento. O IBGE produz e fornece, para diversos segmentos da sociedade e órgãos governamentais de todas as esferas, informações estatísticas e geocientíficas determinantes para a tomada de decisão fundamentada. O Instituto realiza, ainda, ações voltadas ao ensino, pesquisa e difusão do conhecimento por ele produzido, com o objetivo de ampliar a compreensão dos cidadãos sobre a realidade brasileira e sua capacidade de apropriar-se dessas informações.

A geração e difusão de conhecimento estatístico e geocientífico, bem como as informações produ-



zidas e disseminadas pelo Instituto, são valores entregues à sociedade, capazes de proporcionar contribuições estruturantes para o desenvolvimento do país, transcendendo os limites das gestões governamentais.

Assegurar que as informações sejam produzidas e disseminadas com qualidade, regularidade, confiabilidade, transparência e no tempo devido é um dever institucional e um compromisso para manter a credibilidade, o reconhecimento

e a confiança da sociedade no trabalho do IBGE para bem retratar a realidade de nosso País.

No exercício de 2020, o IBGE atuou em consonância com os objetivos estratégicos estabelecidos em seu plano estratégico, bem como suas ações foram executadas em conformidade com os Programas do PPA 2020-2023: Gestão e Manutenção do Poder Executivo; Gestão de Riscos e Desastres; e Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão.

## Produção de Informações Estatísticas e Geocientíficas

Valor: Retratar a realidade física, ambiental, econômica e social do Brasil.

Valor: Garantir a integridade e disponibilidade de informações estatísticas e geocientíficas nacionais.

**1**  
Ampliar a cobertura e o detalhamento das pesquisas estatísticas e dos levantamentos geocientíficos

Fonte: IBGE, Mapa Estratégico 2017-2027.

**2**  
Estruturar e promover o Sistema Estatístico e Geocientífico Nacional

Fonte: IBGE, Mapa Estratégico 2017-2027.

A Produção Estatística e Geocientífica é uma linha de negócio basilar de competência do IBGE, organizada com enfoques específicos para a produção de informações estatísticas e geocientíficas. O objetivo primordial dos processos contidos nessa linha de negócio é a produção e disseminação de informações e seus respectivos indicadores, aprimorando o conhecimento sobre a realidade territorial, socioeconômica e ambiental do país, contribuindo para a elaboração de diagnósticos mais precisos e para o monitoramento periódico mais eficiente das políticas públicas e programas de

governo. Contribui, ainda, com os Programas do PPA 2020-2023: Gestão e Manutenção do Poder Executivo; e Gestão de Riscos e Desastres.

Em síntese, a produção estatística e geocientífica tem como principais valores gerados para a sociedade: a elaboração de um retrato da realidade física, ambiental, econômica e social do país; e a garantia da integridade e disponibilidade de informações estatísticas e geocientíficas nacionais, como visto na Cadeia de Valor do IBGE e em seu Modelo de Negócios.

O IBGE busca aprimorar as informações disponibilizadas à sociedade, sempre se pautando nos valores institucionais que são a base de sua estratégia: ética & profissionalismo, respeito à confidencialidade, imparcialidade & independência, qualidade & transparência, foco nos usuários, respeito ao informante, e valorização dos talentos.

No âmbito das informações estatísticas, foram divulgados 258 resultados, cobrindo as áreas socio-demográfica e econômica. Os resultados divulgados foram superiores em relação ao ano anterior, principalmente em função das seguintes pesquisas: Pesquisa Nacional de Saúde 2019 (três divulgações), Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018 (quatro divulgações) e as pesquisas desenvolvidas para atender à necessidade de informação em função do cenário de pandemia da COVID-19, que foram a Pesquisa Pulso Empresa – Impacto da Covid-19 nas empresas (PPEmp) e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD COVID19 (trinta divulgações).

### VALOR PÚBLICO GERADO

- ▶ Retratar a realidade física, ambiental, econômica e social do Brasil
- ▶ Garantir a integridade e disponibilidade de informações estatísticas e geocientíficas nacionais

### PRODUÇÃO DE INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS E GEOCIENÉTICAS

Gerir qualidade / Gerir metadados / Incorporar inteligência tecnológica e metodológica



15. Especificar necessidades

16. Planejar

17. Construir

18. Coletar

19. Processar

20. Analisar

21. Disseminar

22. Avaliar

Fonte: IBGE, Cadeia de Valor do IBGE.

No âmbito da Geociências, as 31 informações geocientíficas produzidas pelo IBGE, no exercício de 2020, dividem-se entre os temas: Organização do território; Posicionamento Geodésico; Atlas; Cartas e Mapas; Informações ambientais; e Métodos e documentos de referência.

A seguir os principais resultados de 2020.

### **Estatísticas sociais**

Para as estatísticas da área social, podemos destacar os seguintes temas abordados nas pesquisas:

#### **População**

##### **Características gerais da população**

Compreende as informações sobre tamanho e estrutura por idade e sexo, cor ou raça, distribuição da população, densidade e urbanização.

##### **Componentes da dinâmica demográfica e estatísticas vitais**

Abrange as informações sobre os níveis e características da fecundidade, migração e mortalidade da população, bem como sobre os nascimentos e óbitos.

### **Família**

Envolve informações sobre as estruturas familiares e das unidades domésticas, seus padrões de organização (famílias constituídas por pais e seus filhos, casais sem filhos, famílias reconstituídas, casais do mesmo sexo, casais que moram separados, crianças com dupla residência, famílias monoparentais e pessoas que moram sozinhas) e os ciclos de vida familiar (considerando a presença de crianças e jovens em diferentes faixas etárias, idosos e participação dos adultos membros no mercado de trabalho).

### **Nupcialidade**

Compreende informações sobre os modelos de formação e dissolução dos arranjos conjugais, casamentos e divórcios, e as transformações econômicas e culturais que impactam sobre a nupcialidade da população brasileira.

### **Grupos populacionais específicos**

Consiste nas estatísticas agrupadas por segmentos específicos da população a partir dos grupos geracionais (crianças, adolescentes, jovens, idosos), étnico raciais (indígenas, quilombolas, entre outros) ou regionais. Compreende, também, pessoas com deficiência.

Podemos destacar a **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua)**, que visa a acompanhar as flutuações trimestrais e a evolução, no curto, médio e longo prazos, da força de trabalho, e outras informações necessárias para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do País.

### **Temas e tópicos suplementares pesquisados e divulgados no ano:**

- Turismo;
- Educação;
- Acesso à televisão e à Internet e posse de telefone móvel celular para uso pessoal.

### **Temas e tópicos pesquisados ao longo do ano:**

- Habitação;
- Características gerais dos moradores;
- Informações adicionais da força de trabalho;
- Outras formas de trabalho (afazeres domésticos, cuidados de pessoas, produção para o próprio consumo e trabalho voluntário);
- Trabalho de crianças e adolescentes; e
- Rendimentos de outras fontes.

Podemos citar também:

- Estatísticas do Registro Civil - 2019
- Tábua Completa de Mortalidade para o Brasil - 2019
- Estimativas de População - 2019

## Trabalho

### Trabalho remunerado

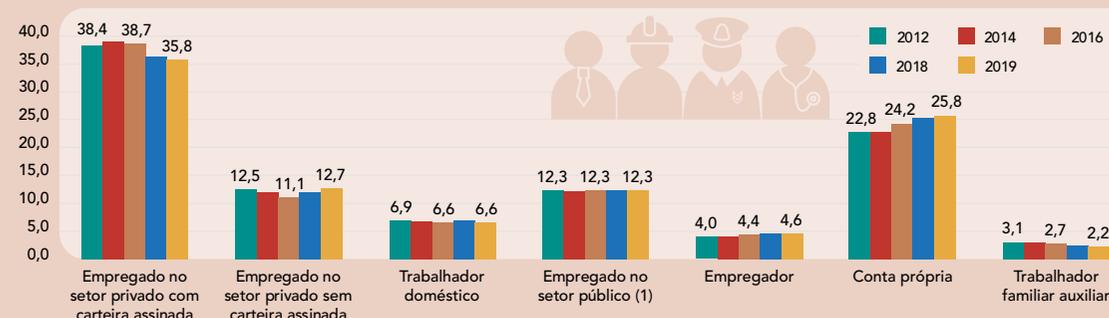
Engloba as informações sobre força de trabalho e mercado de trabalho, abrangendo informações sobre população na força de trabalho, ocupação, desocupação, posição na ocupação, horas trabalhadas; características do empreendimento ou negócio (atividade econômica, tamanho do empreendimento, existência de estabelecimento para funcionar); saúde e segurança no trabalho (acidentes e enfermidades ocupacionais); trabalho decente; e grupos vulneráveis, entre outros aspectos.

### Outras formas de trabalho

Envolve as informações sobre as outras formas de trabalho (trabalho para o próprio consumo, trabalho voluntário, afazeres domésticos e cuidados de pessoas moradoras do próprio domicílio ou familiares residentes em outros domicílios).

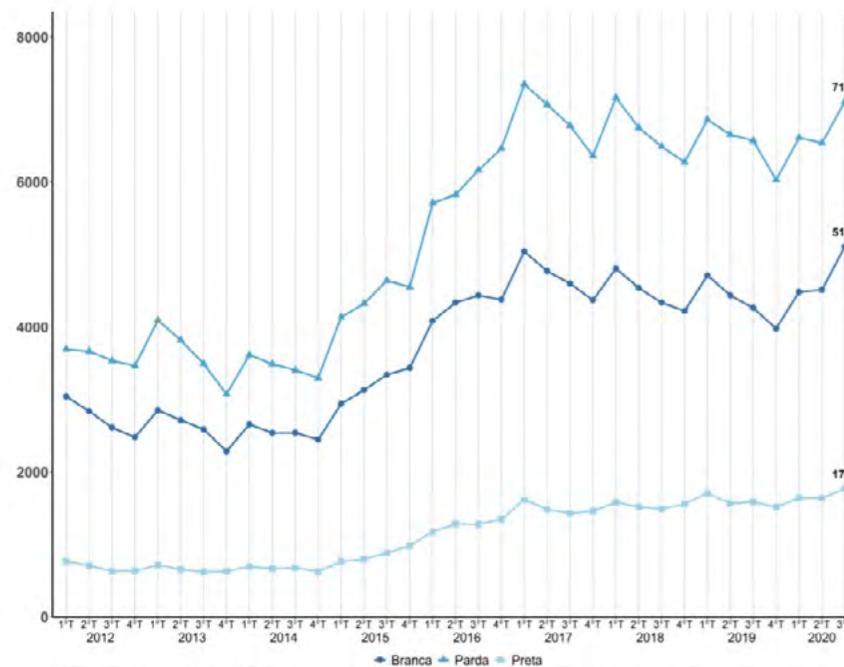
Como fonte de informação, destaca-se a PNAD Contínua, que divulga informações conjunturais (mensais e trimestrais) e estruturais (anuais e variáveis), bem como o suplemento PNAD Contínua 2012-2019 – Características adicionais do mercado de trabalho. As informações conjunturais de periodicidade mensal abarcam um conjunto restrito de indicadores relacionados à força de trabalho e somente para o nível geográfico de Brasil (trimestres móveis), enquanto as de periodicidade trimestral contemplam indicadores relacionados à força de trabalho (trimestres convencionais) para todos os níveis de divulgação da pesquisa. As informações estruturais de periodicidade anual correspondem aos demais temas permanentes suplementares da pesquisa e indicadores complementares relacionados à força de trabalho.

### Posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2019.  
(1) Inclusive servidor estatutário e militar.

### Pessoas de 14 anos ou mais de idade, desocupadas na semana de referência, segundo cor ou raça - Brasil - 2012-2020

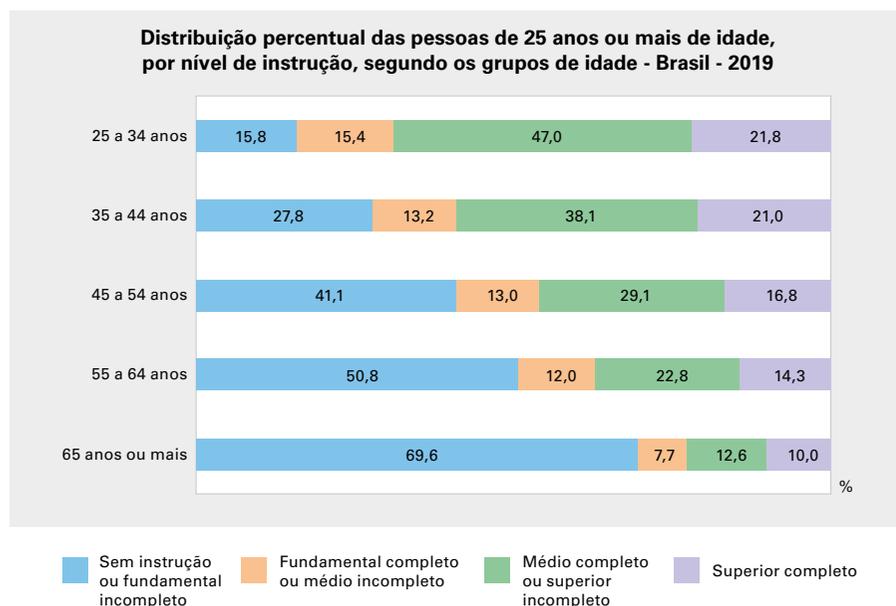


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

## Educação

Compreende as informações sobre educação, abrangendo condição de alfabetização, frequência a creche ou a escola, rede e área de ensino, grau de instrução, e gestão da educação, entre outros aspectos.

Destacamos a **Síntese de Indicadores Sociais - SIS 2020**, uma publicação que reuniu múltiplas informações sobre as condições de vida da população brasileira, acompanhadas de comentários que ressaltam, em cada uma das dimensões temáticas de análise, algumas das principais características observadas nos diferentes estratos populacionais, com base em indicadores que visam contemplar a heterogeneidade da sociedade sob a perspectiva das desigualdades sociais. Trata da temática da educação, considerando dois níveis distintos: educação infantil e ensino superior.

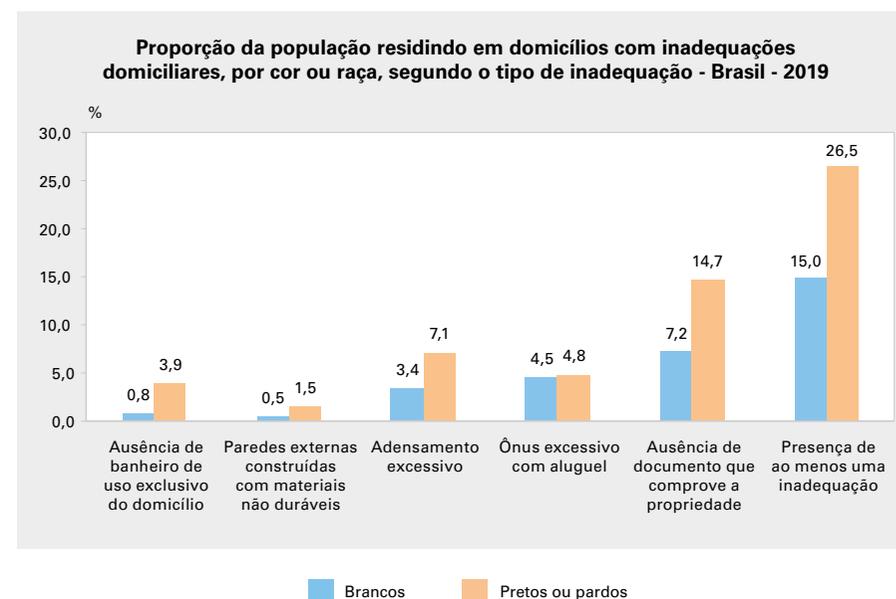


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019.  
Nota: Dados referentes ao 2º trimestre.

## Habitação

Reúne as informações sobre habitação, abrangendo tipo de domicílio; material utilizado na construção do domicílio (piso, parede); serviços de infraestrutura básica (abastecimento de água, esgotamento sanitário, destino do lixo e iluminação elétrica) disponíveis no domicílio; urbanização e vizinhança; condição de ocupação; posse de bens duráveis; e gestão pública da habitação, entre outros aspectos.

Ressaltamos a **SIS 2020**, que fez uma análise das desigualdades a partir de indicadores de distribuição do rendimento, acesso a bens e serviços (condições de moradia), pobreza monetária e restrições de acesso em múltiplas dimensões.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019.  
Nota: Dados consolidados de primeiras entrevistas.

## Saúde

Compreende as informações sobre saúde, abrangendo morbidade e causas de mortalidade; acesso e utilização de serviços de saúde; gastos com saúde; estilo de vida (alimentação, tabagismo, consumo de álcool); nutrição (aquisição de alimentos, segurança alimentar e nutricional, avaliação nutricional); deficiência e capacidade funcional; infraestrutura e gestão da saúde; e conta-satélite da saúde, entre outros aspectos.

Devido a emergência pandêmica da COVID-19, o Instituto desenvolveu duas pesquisas ligadas à temática da pandemia: a **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD COVID19**, que objetiva estimar o número de pessoas com sintomas referidos associados à síndrome gripal e monitorar os impactos da pandemia da COVID-19 no mercado de trabalho brasileiro; e a **Pesquisa Pulso Empresa: Impacto da Covid-19 nas empresas (PPEmp)**, que objetiva estimar os impactos da pandemia da Covid-19 na economia brasileira, tendo como unidade de investigação as empresas não financeiras representativas das atividades de Indústria, Construção, Comércio e Serviços.

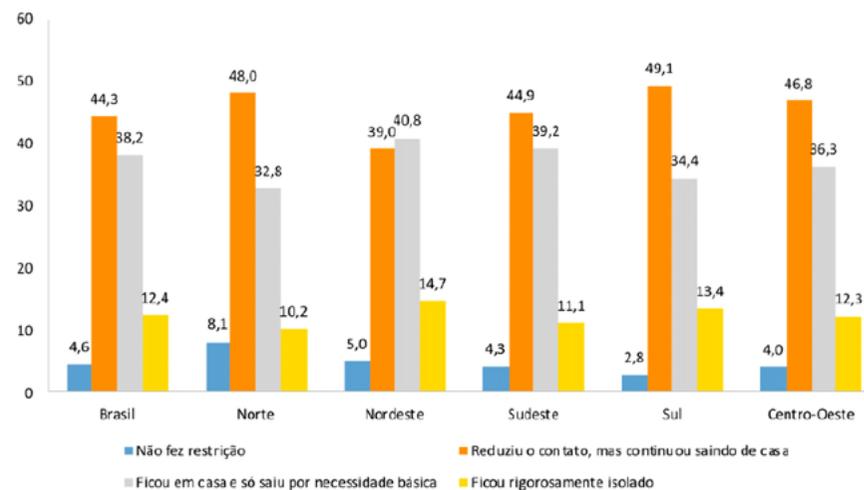
A coleta da **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD COVID19** teve início em 4 de maio de 2020, com entrevistas realizadas por telefone em, aproximadamente, 48 mil domicílios por semana, totalizando cerca de 193 mil domicílios por mês, em todo o Território Nacional. A amostra foi fixa, ou seja, os domicílios entrevistados no primeiro mês de coleta de dados permaneceram na amostra nos meses subsequentes, até o fim da pesquisa.

A coleta da **Pesquisa Pulso Empresa – Impacto da Covid-19 nas empresas (PPEmp)**, realizada quinzenalmente, teve início em 15 de junho de 2020, por meio de entrevista telefônica assistida por computador (*Computer Assisted Telephone Interview - CATI*) em todo o Território Nacional.

Foram promovidas ainda, em 2020, as publicações da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) 2019, realizada em parceria com o Ministério da Saúde, com os subtemas: informações sobre domicílios, acesso e utilização dos serviços de saúde; atenção primária à saúde e informações antropométricas; e percepção do estado de saúde, estilos de vida, doenças crônicas e saúde bucal.

A PNS visa a coleta de informações sobre o desempenho do sistema nacional de saúde no que se refere ao acesso e uso dos serviços disponíveis e à continuidade dos cuidados, bem como sobre as condições de saúde da população, a vigilância de doenças crônicas não transmissíveis e os fatores de risco a elas associados.

**Distribuição de pessoas segundo o comportamento diante do distanciamento social (%) - Brasil e Grandes Regiões – outubro de 2020**



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD COVID19 outubro/2020

**32,9 %**

indicaram **diminuição** sobre as vendas ou serviços comercializados

na 2ª quinzena de agosto 2020 em relação à anterior

**32,2 %**

indicaram **aumento** das vendas ou serviços comercializados

**31,4 %**

indicaram **dificuldade** para fabricar produtos ou atender clientes

na 2ª quinzena de agosto 2020 em relação à anterior

**13,9 %**

indicaram **facilidade** para fabricar produtos ou atender clientes

**46,8 %**

indicaram **dificuldade** para acessar fornecedores de insumos, matérias-primas ou mercadorias

na 2ª quinzena de agosto 2020 em relação à anterior

**7,3 %**

indicaram **facilidade** para acessar fornecedores de insumos, matérias-primas ou mercadorias

**40,3 %**

indicaram **dificuldade** para realizar pagamentos de rotina

na 2ª quinzena de agosto 2020 em relação à anterior

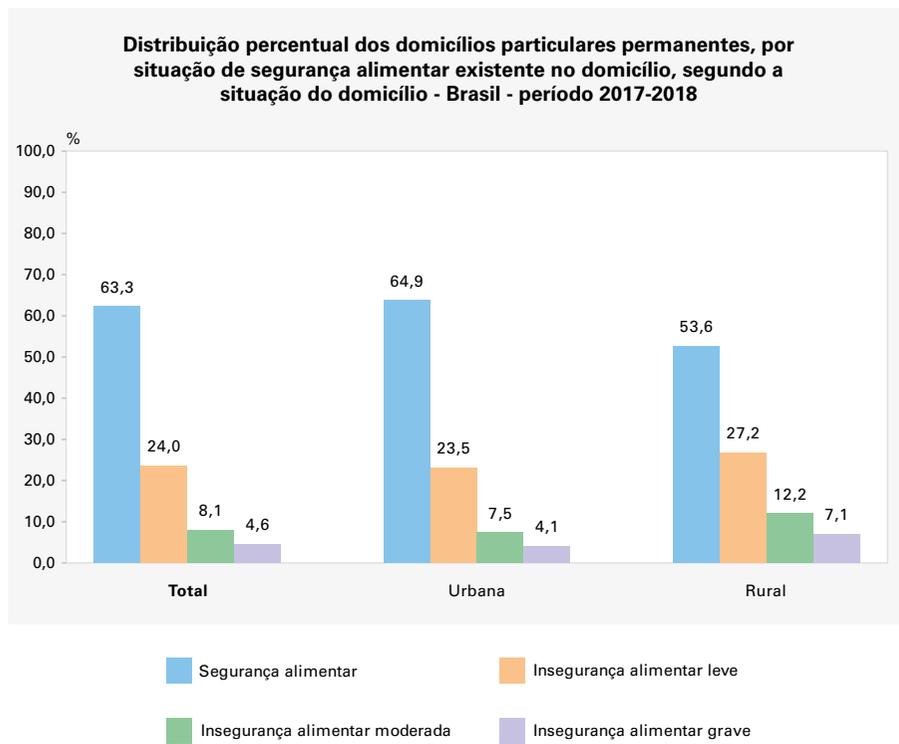
**5,6 %**

indicaram **facilidade** para realizar pagamentos de rotina

## Rendimento, despesa e consumo

O tema compreende as informações sobre rendimento (monetário e não monetário), abrangendo tipos e distribuição de rendimentos e despesas; transferências recebidas e pagas; padrões de consumo; posse de bens de consumo e duráveis; e orçamentos familiares, entre outros aspectos.

Em 2020, os destaques desse tema foram as publicações da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2017-2018, com os seguintes subtemas: avaliação nutricional da disponibilidade domiciliar de alimentos no Brasil; análise do consumo alimentar pessoal no Brasil; análise da segurança alimentar no Brasil; e perfil das despesas no Brasil. Além disso, a pesquisa serviu de base de ponderação para a publicação Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor: estruturas de ponderação a partir da Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018.

Também destacamos a PNAD Contínua, que investiga trimestralmente indicadores, como os de rendimentos de trabalhos e de outras fontes (aposentadoria ou pensão; pensão alimentícia, doação ou mesada de não morador; aluguel e arrendamento; e outros), com detalhamentos geográficos para o Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. O rendimento de tra-

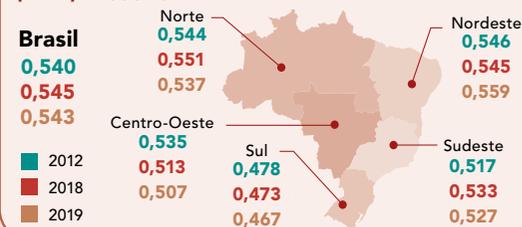
### Rendimento médio mensal real de todos os trabalhos da população ocupada (1) (2) (R\$)

	Brasil	Homem	Mulher
2012	2 213	2 486	1 830
2018	2 317	2 551	2 010
2019	2 308	2 555	1 985

### Participação na composição do rendimento médio mensal real domiciliar per capita, segundo o tipo de rendimento (%)

	2012	2018	2019
Todos os trabalhos	73,9	72,4	72,5
Aposentadoria e pensão	18,1	20,5	20,5
Aluguel e arrendamento	2,4	2,5	2,5
Pensão alimentícia, doação e mesada de não morador	1,2	1,2	1,1
Outros rendimentos	4,4	3,3	3,4

### Índice de Gini do rendimento médio mensal real domiciliar per capita (3) (R\$)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2019.  
(1) A preços médios de 2019. (2) Rendimento habitualmente recebido pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade. (3) A preços médios do ano.

balho é captado somente entre as pessoas com 14 anos ou mais de idade e os de outras fontes são captados entre as pessoas de todas as idades. O conjunto dessas informações possibilita estudos relacionados aos rendimentos provenientes das atividades laborais e ao rendimento total do domicílio.

## Administração pública e participação político-social

### Estrutura e gestão da administração pública

Envolve as informações sobre gestão da administração pública, a estrutura e a relação dos entes federados.

### Participação política e conexões sociais

Informações sobre os instrumentos utilizados pelas pessoas para expressar seus interesses sociais, econômicos e políticos, abrangendo filiação a sindicatos, associação a órgãos de classe e comunitários, e participação através do sistema de representação política, entre outros aspectos.

Para avaliar a administração pública, o IBGE realiza a Pesquisa de Informações Básicas Estaduais (ESTADIC) e a Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC), que perfazem um retrato abrangente de duas esferas administrativas.

A **ESTADIC** efetua, periodicamente, um levantamento pormenorizado de informações sobre a estrutura, a dinâmica e o funcionamento das instituições públicas estaduais, tendo como unidade de investigação o governo do estado, por meio dos diversos setores que o compõem.

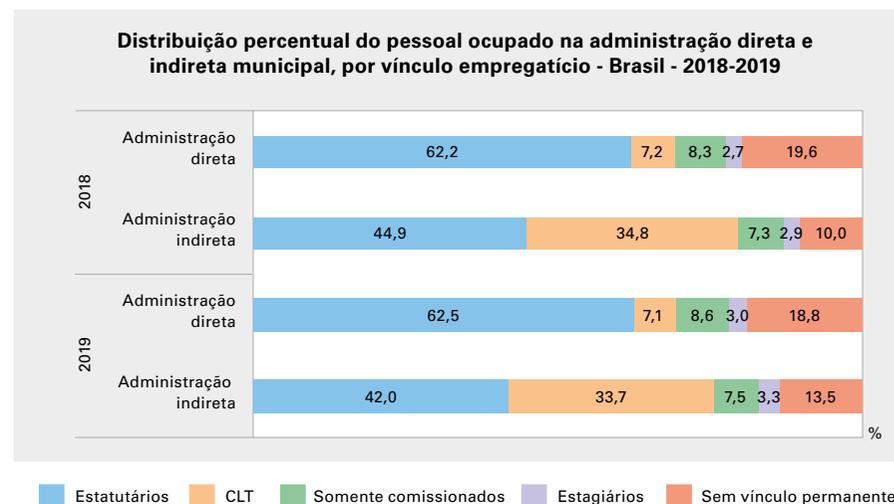
A pesquisa fornece informações variadas sobre a gestão pública estadual, incluindo a legislação vigente e os instrumentos de planejamento existentes nessa esfera da administração; organização do governo estadual; composição do quadro de pessoal por vínculo empregatício, tanto na administração direta quanto na indireta; recursos financeiros utilizados para a gestão; políticas públicas setoriais no âmbito das áreas pesquisadas (habitação, transporte, agropecuária, meio ambiente etc.), entre outros aspectos.

A **MUNIC** efetua, periodicamente, um levantamento pormenorizado de informações sobre a estrutura, a dinâmica e o funcionamento das instituições públicas municipais, tendo como unidade de investigação o município e, como informante principal, a prefeitura, por meio dos diversos setores que a compõem.

A pesquisa fornece informações variadas sobre a gestão pública municipal, incluindo a legislação vigente e os instrumentos de planejamento existentes nessa esfera da administração, especialmente aqueles discriminados no Estatuto da Cidade e que, junto com o Plano Diretor, têm por meta regular o uso e a ocupação do solo urbano; organização das prefeituras; composição do quadro de pessoal por vínculo empregatício das prefeituras, tanto na administração direta quanto na indireta; recursos financeiros utilizados para a gestão; políticas públicas setoriais no âmbito das áreas pesquisadas (habitação, transporte, agropecuária, meio ambiente etc.), entre outros aspectos.

Ainda é necessário mencionar a Pesquisa Nacional de Saúde 2019, cujas publicações foram divulgadas em 2020, tendo como um dos seus eixos principais a análise do desempenho do sistema nacional de saúde, particularmente do Sistema Único de Saúde (SUS).

Importante, também, para o conhecimento da realidade brasileira, foi a publicação dos resultados da Pesquisa do Turismo, realizada em parceria com o Ministério do Turismo, como um suplemento no âmbito na PNAD Contínua. A pesquisa teve como objetivo quantificar os fluxos de turistas nacionais entre as diferentes regiões do País e para o exterior, com foco na avaliação sobre a demanda turística doméstica.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2018-2019.

## Estatísticas econômicas

### Agricultura, pecuária e outros

Compreende as informações econômico-financeiras, de produção, bens e serviços consumidos, e emprego, entre outros aspectos, específicas das atividades da agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura, que pertencem à seção A da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0).

Para essa importante área da economia brasileira, o IBGE traça um grande painel do agronegócio divulgando os resultados oriundos das seguintes pesquisas:

A **Pesquisa Trimestral do Abate de Animais, a Pesquisa Trimestral do Couro, a Pesquisa Trimestral do Leite e a Produção de Ovos de Galinha (POG)**, que levantam dados trimestralmente, entre outros temas, da quantidade de animais abatidos e o peso total das carcaças, por espécie pesquisada; da quantidade de couro cru de bovino adquirida e curtida; da quantidade de leite fluido cru e da variação da produção física de ovos de galinha, respectivamente, em âmbito nacional.

O **Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA)**, que fornece estimativas de área plantada, área colhida, quantidade produzida e rendimento médio de produtos selecionados, com base em critérios de importância econômica e social para o País. Ele permite não só o acompanhamento de cada cultura investigada, desde a fase de intenção de plantio até o final da colheita, no ano civil de referência, como, também, o prognóstico

da safra do próximo ano, para o qual é realizado o levantamento nos meses de outubro, novembro e dezembro.

A **Produção Agrícola Municipal (PAM)**, que investiga um conjunto de produtos das lavouras temporárias e permanentes do País, que se caracterizam não só pela grande importância econômica que possuem na pauta de exportações, como, também, por sua relevância social, componentes que são da cesta básica do brasileiro, tendo como unidade de coleta o município. A PAM é integrada ao LSPA, isto é, todos os dados referentes aos produtos agrícolas investigados pelo LSPA durante o ciclo da

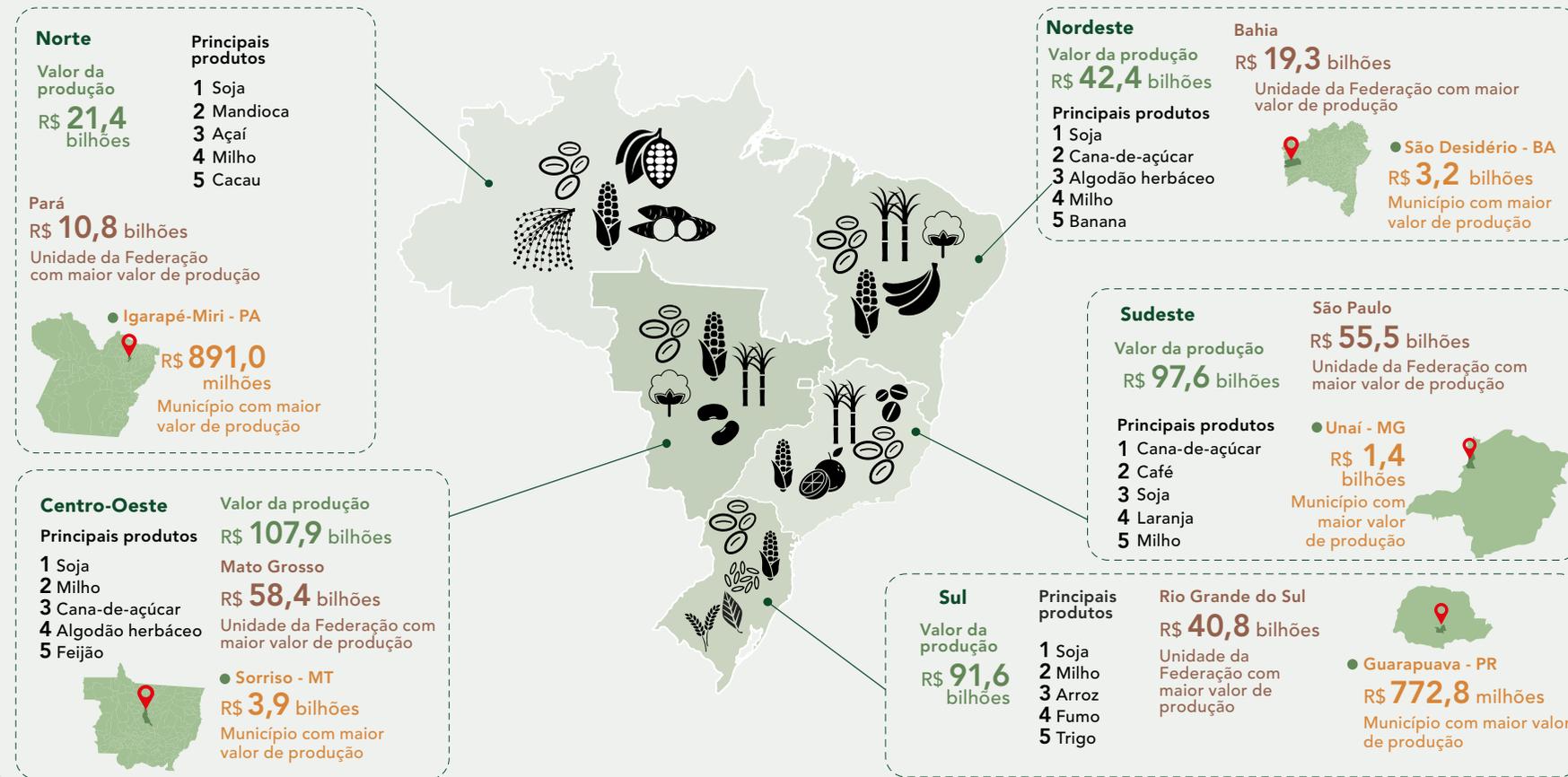
cultura migram automaticamente para a PAM em 31 de dezembro, o que constitui uma consolidação anual dos dados mensais obtidos por aquele levantamento.

A **Pesquisa de Estoques**, que investiga informações sobre o volume e a distribuição espacial dos estoques de produtos agrícolas armazenáveis básicos e sobre as unidades onde é feita a sua guarda, tendo como unidade de coleta o estabelecimento que tem instalações ou unidades armazenadoras apropriadas e dedicadas à prestação de serviços de armazenagem ou à guarda de produtos agrícolas vinculados à sua atividade principal.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária, Produção Agrícola Municipal 2019.

## Valor da produção agrícola, cinco principais produtos das Grandes Regiões e Unidades da Federação e municípios com maiores valores de produção

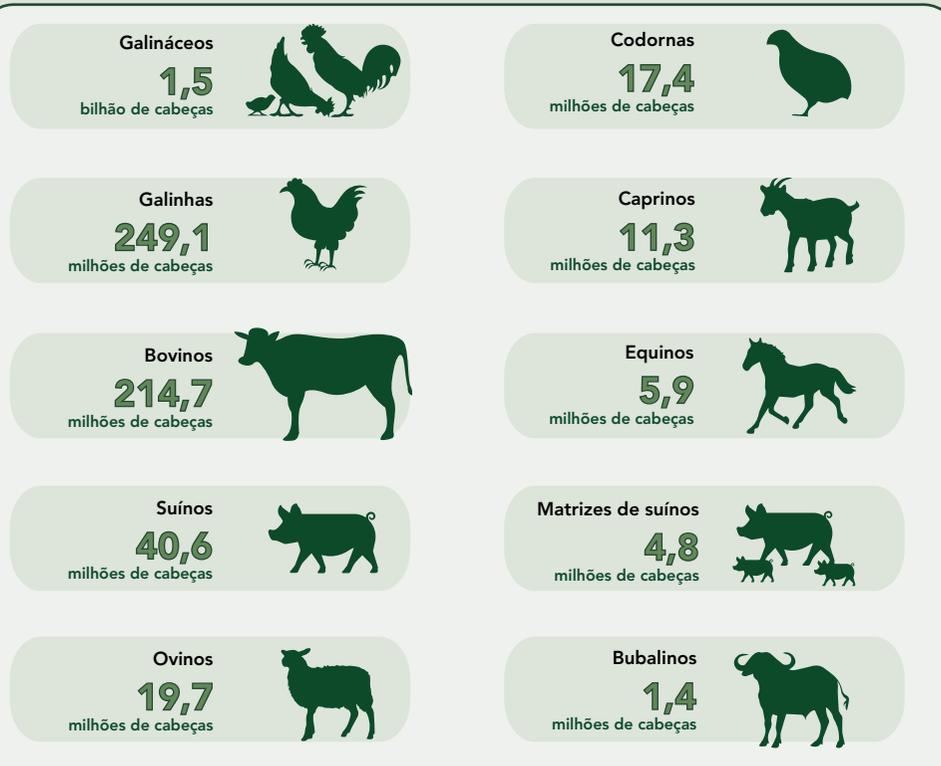


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária, Produção Agrícola Municipal 2019.

A **Pesquisa da Pecuária Municipal (PPM)**, que fornece informações sobre os efetivos da pecuária existentes no município, na data de referência do levantamento, bem como a produção de origem animal, e o valor da produção durante o ano de referência. Os efetivos incluem bovinos, suínos, matrizes de suínos, galináceos, galinhas, codornas,

equinos, bubalinos, caprinos e ovinos. A produção de origem animal, por sua vez, contempla a produção de leite, ovos de galinha, ovos de codorna, mel, lã bruta e casulos do bicho-da-seda; as quantidades de vacas ordenhadas e ovinos tosquiados; e a aquicultura, que engloba as produções da piscicultura, carcinocultura e malacocultura.

### Efetivos da pecuária



### Produtos da pecuária



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária, Produção Agrícola Municipal 2019.

## Efetivo de bovinos e cinco principais Unidades da Federação e municípios produtores

### Unidades da Federação

**1** Mato Grosso  
**31,7** milhões  
de cabeças

**2** Goiás  
**22,8** milhões  
de cabeças

**3** Minas Gerais  
**22,0** milhões  
de cabeças

**4** Pará  
**20,9** milhões  
de cabeças

**5** Mato Grosso  
do Sul  
**19,4** milhões  
de cabeças



### Municípios

**1** São Félix  
do Xingu - PA  
**2,2** milhões  
de cabeças

**2** Corumbá - MS  
**1,8** milhão  
de cabeças

**3** Vila Bela da  
Santíssima  
Trindade - MT  
**1,2** milhão  
de cabeças

**4** Porto Velho - RO  
**1,1** milhão  
de cabeças

**5** Marabá - PA  
**1,1** milhão  
de cabeças

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária, Pesquisa da Pecuária Municipal 2019.

A **Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (PEVS)**, que investiga informações sobre a quantidade e o valor da produção decorrente dos processos de exploração dos recursos vegetais

nativos e dos maciços florestais plantados, tendo como unidade de coleta o município. A área total existente e a área colhida de cultivos florestais também são objetos da pesquisa.

### Produção florestal

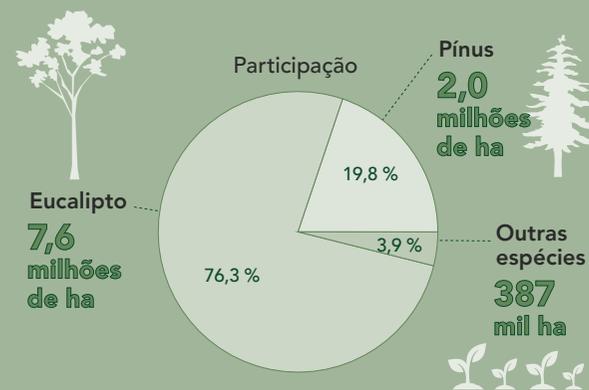
Valor da produção  
**R\$ 20,0 bilhões**  
↓ **2,7 %**  
em relação a 2018

**4 867**  
municípios  
registraram  
produção florestal



### Área de florestas plantadas

Total  
**10,0 milhões**  
de hectares



## Varição anual do valor de produção dos principais produtos não madeireiros do extrativismo



### Açaí (fruto)

↑ 8,1% em relação a 2018

Valor da produção

R\$ 588,5 milhões

Limoeiro do Ajuru (PA)

1 42,0 mil toneladas



### Erva-mate

↓ 2,6% em relação a 2018

Valor da produção

R\$ 393,1 milhões

Cruz Machado (PR)

1 55,4 mil toneladas



### Carnaúba (pó)

↑ 69,8% em relação a 2018

Valor da produção

R\$ 219,1 milhões

Granja (CE)

1 1,6 mil toneladas



### Castanha-do-pará

↑ 4,5% em relação a 2018

Valor da produção

R\$ 135,8 milhões

Humaitá (AM)

1 4,5 mil toneladas



### Babaçu (amêndoa)

↑ 1,5% em relação a 2018

Valor da produção

R\$ 89,3 milhões

Vargem Grande (MA)

1 4,3 mil toneladas



### Pinhão (semente)

↑ 96,0% em relação a 2018

Valor da produção

R\$ 28,3 milhões

Virgínia (MG)

1 930,0 toneladas



### Pequi (fruto)

↑ 1 023,9% em relação a 2018

Valor da produção

R\$ 19,9 milhões

Santo Antônio do Retiro (MG)

1 3,8 mil toneladas



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária, Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura 2019.

## Indústria e construção

Este tema investiga as atividades das **indústrias extrativas, de transformação e da construção**. As pesquisas levantam informações econômico-financeiras, de produção, bens e serviços consumidos, e emprego, entre outros aspectos das atividades específicas. As principais pesquisas que tiveram resultados divulgados para essa área foram:

A **Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física (PIM-PF)**, que produz indicadores de curto prazo desde a década de 1970, relativos ao comportamento do produto real das indústrias extrativa e de transformação.

A **Pesquisa Industrial Anual - Empresa (PIA-Empresa)**, que tem por objetivo identificar as características estruturais básicas do segmento empresarial da atividade industrial no País. Seus resultados constituem referência para a análise das atividades que compõem este segmento e subsidiam o Sistema de Contas Nacionais nas estimativas de valor da produção, consumo intermediário, valor adicionado, formação de capital e pessoal ocupado.

A **Pesquisa Industrial Anual - Produto (PIA-Produto)**, que investiga informações referentes a produtos e serviços produzidos pela indústria nacional, tendo por base uma nomenclatura preestabelecida, a Lista de Produtos da Indústria (Prodlist-Indústria) elaborada pelo IBGE, a partir da CNAE 2.0 e da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM). Seus resultados constituem referência para o estudo pormenorizado da composição da produção industrial e para a análise articulada dos fluxos de produção interna e do comércio externo de produtos industriais.

### Resultados das empresas industriais



Número de empresas

**309,0 mil**

Indústrias extrativas	Indústrias de transformação
5,9 mil	303,1 mil



Pessoas ocupadas

**7,7 milhões**

Indústrias extrativas	Indústrias de transformação
0,2 milhão	7,5 milhões



Receita líquida de vendas

**R\$ 3,4 trilhões**

Indústrias extrativas	Indústrias de transformação
R\$ 192,0 bilhões	R\$ 3,2 trilhões



Valor bruto da produção industrial

**R\$ 3,1 trilhões**

Indústrias extrativas	Indústrias de transformação
R\$ 190,9 bilhões	R\$ 2,9 trilhões



Custo das operações industriais

**R\$ 1,7 trilhão**

Indústrias extrativas	Indústrias de transformação
R\$ 63,7 bilhões	R\$ 1,7 trilhão



Valor da transformação industrial

**R\$ 1,4 trilhão**

Indústrias extrativas	Indústrias de transformação
R\$ 127,2 bilhões	R\$ 1,2 trilhão



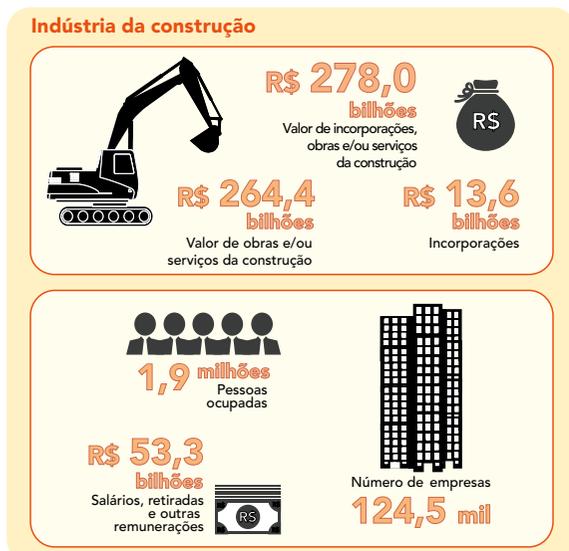
Investimentos realizados para o ativo imobilizado

**R\$ 186,6 bilhões**

Indústrias extrativas	Indústrias de transformação
R\$ 36,2 bilhões	R\$ 150,4 bilhões

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Serviços e Comércio, Pesquisa Industrial Anual - Empresa 2018.

A **Pesquisa Anual da Indústria da Construção (PAIC)**, que identifica anualmente as características estruturais da atividade de construção e de suas transformações no tempo. As informações levantadas priorizam as estimativas do valor adicionado da mão de obra ocupada e sua remuneração e dos investimentos em capital fixo, entre outras.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Serviços e Comércio, Pesquisa Anual da Indústria da Construção 2018.

## Comércio

Tema que abrange as informações econômico-financeiras, de produção, bens e serviços consumidos e emprego, entre outros aspectos específicos das atividades de comércio. Envolve, ainda, a reparação de veículos automotores e motocicletas que pertencem à seção G da CNAE 2.0.

A **Pesquisa Mensal de Comércio (PMC)**, que produz indicadores que permitem acompanhar o comportamento conjuntural do comércio varejista no País, investigando a receita bruta de revenda nas empresas formalmente constituídas, com 20 ou mais pessoas ocupadas, e cuja atividade principal é o comércio varejista. A pesquisa foi iniciada em janeiro de 1995, apenas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, produzindo indicadores de faturamento real e nominal, pessoal ocupado, salários e outras remunerações.

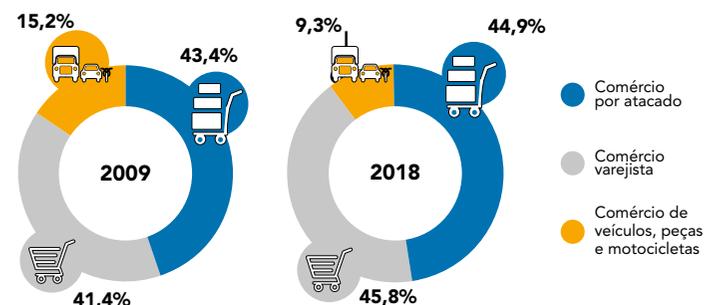
A **Pesquisa Anual de Comércio (PAC)**, que constitui uma importante fonte de dados setoriais para compreender o comportamento do mercado sob a lógica da oferta, uma vez que as atividades comerciais empregam significativa parcela da população e contribuem, em grande medida, para a composição do Produto Interno Bruto (PIB).

## Empresas comerciais



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Serviços e Comércio, Pesquisa Anual de Comércio 2018.

## Participação dos setores do comércio na receita operacional líquida



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Serviços e Comércio, Pesquisa Anual de Comércio 2009/2018.

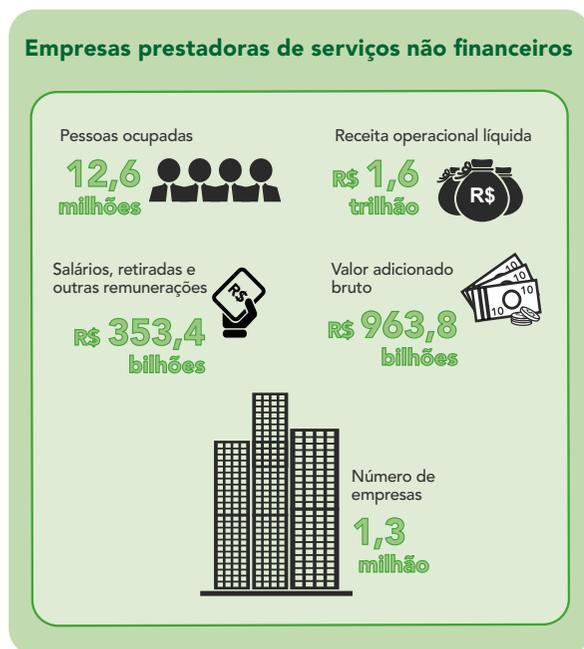
## Serviços

O tema engloba as informações econômico-financeiras, de produção, bens e serviços consumidos, e emprego, entre outros aspectos, específicas das atividades dos Serviços, que pertencem às seguintes seções da CNAE 2.0: H - Transporte, armazenagem e correio; I - Alojamento e alimentação; J - Informação e comunicação; L - Atividades imobiliárias; M - Atividades profissionais, científicas e técnicas; N - Atividades administrativas e serviços complementares; parte da seção R - Artes, cultura, esporte e recreação; e S - Outras atividades de serviços. Os

resultados divulgados desse tema são referentes às seguintes pesquisas:

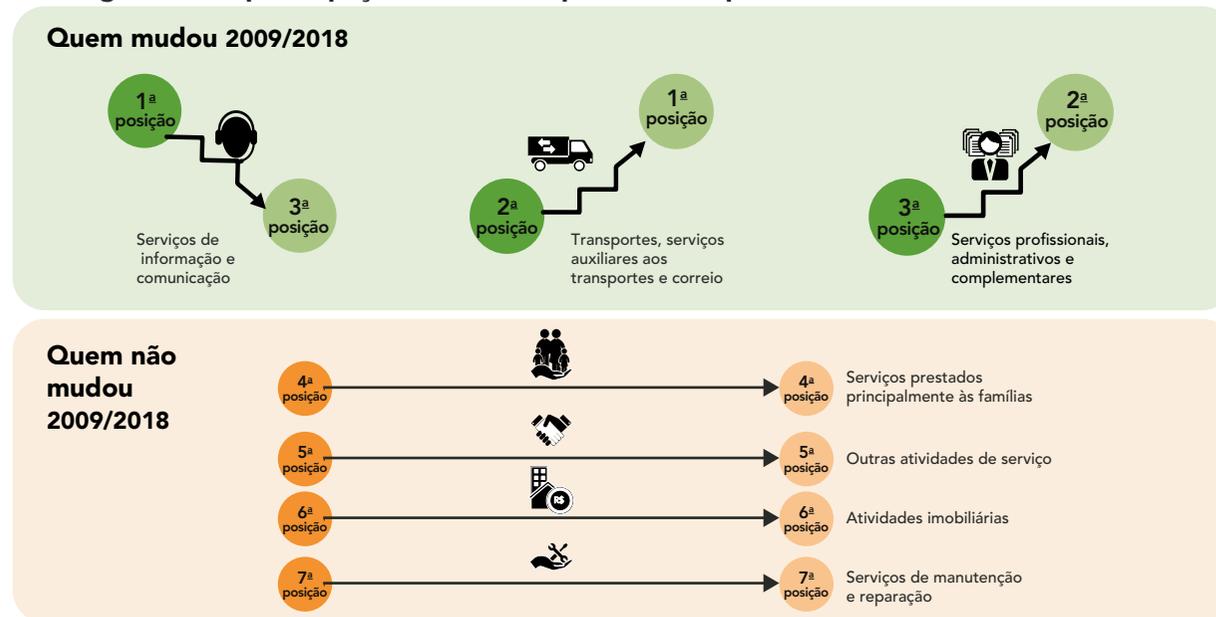
A **Pesquisa Mensal de Serviços (PMS)**, que produz indicadores que permitem acompanhar o comportamento conjuntural do setor de serviços no País, investigando a receita bruta de serviços nas empresas formalmente constituídas, com 20 ou mais pessoas ocupadas, que desempenham como principal atividade um serviço não financeiro, excluídas as áreas de saúde e educação.

A **Pesquisa Anual de Serviços (PAS)**, que levanta dados econômicos financeiros para conhecer detalhadamente o setor de serviços. Ela investiga anualmente empresas que atuam nos seguintes setores de serviços empresariais não financeiros: prestados principalmente às famílias; de informação e comunicação; profissionais, administrativos e complementares; transportes, auxiliares dos transportes e correio; atividades imobiliárias; e de manutenção e reparação, além de outras atividades de serviços.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Serviços e Comércio, Pesquisa Anual de Serviços 2018.

### Ranking da maior participação na receita operacional líquida



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Serviços e Comércio, Pesquisa Anual de Serviços 2009/2018.

## Preços e custos

Aborda as informações sobre as variações de preços dos bens e serviços produzidos na economia, abrangendo índices de preços ao consumidor, índices de preços ao produtor, e, ainda, comparações internacionais, visando medir as paridades de poder de compra e os níveis correspondentes de preço e volume do Produto Interno Bruto (PIB), entre outros aspectos. Compreende, também, as informações sobre custos e índices da construção civil. O tema é composto pelas seguintes pesquisas, que tiveram seus resultados divulgados:

O **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)**, produzido contínua e sistematicamente pelo Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor (SNIPC), que tem por objetivo medir a inflação de um conjunto de produtos e serviços comercializados no varejo, referentes ao consumo pessoal das famílias. Esta faixa de renda foi criada com o objetivo de garantir uma cobertura de 90% das famílias pertencentes às áreas urbanas de cobertura do SNIPC.

Esse índice de preços tem como unidade de coleta estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços, concessionária de serviços públicos e internet e sua coleta estende-se, em geral, do dia 01 a 30 do mês de referência.

O **Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC)**, também produzido contínua e sistematicamente pelo SNIPC, que tem por objetivo a correção do poder de compra dos salários, através da mensuração das variações de preços da cesta de consumo da população assalariada com mais baixo rendimento. Esta faixa de renda foi criada com

o objetivo de garantir uma cobertura populacional de 50% das famílias cuja pessoa de referência é assalariada e pertencente às áreas urbanas de cobertura do SNIPC.

O **Índice de Preços ao Produtor - Indústrias Extrativas e de Transformação (IPP)**, cujo âmbito são as indústrias extrativas e de transformação, que tem como principal objetivo mensurar a mudança média dos preços de venda recebidos pelos produtores domésticos de bens e serviços, bem como sua evolução ao longo do tempo, sinalizando as tendências inflacionárias de curto prazo no País. Constitui, assim, um indicador essencial para o acompanhamento macroeconômico e, por conseguinte, um valioso instrumento analítico para tomadores de decisão, públicos ou privados.

O **Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI)**, que tem por objetivo a produção de séries mensais de custos e índices para o setor habitacional, e de séries mensais de salários medianos de mão de obra e preços medianos de materiais, máquinas e equipamentos e serviços da construção para os setores de saneamento básico, infraestrutura e habitação. O Sistema é uma produção conjunta do IBGE e da Caixa Econômica Federal (CAIXA), realizada por meio de acordo de cooperação técnica, cabendo ao Instituto a responsabilidade da coleta, apuração e cálculo, enquanto à CAIXA, a definição e manutenção dos aspectos de engenharia, tais como projetos, composições de serviços etc. As estatísticas do SINAPI são fundamentais na programação de investimentos, sobretudo para o setor público.

Os preços e custos auxiliam na elaboração, análise e avaliação de orçamentos, enquanto os índices possibilitam a atualização dos valores das despesas nos contratos e orçamentos.

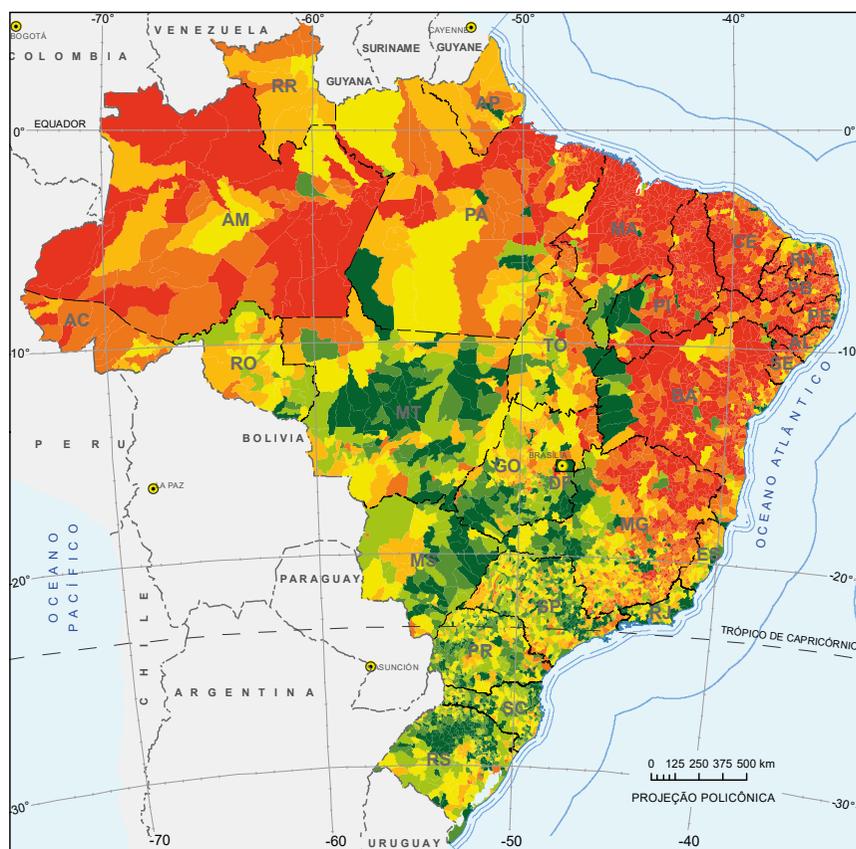
## Contas nacionais

Tema que compreende as informações sobre geração, distribuição e uso da renda no País, acumulação de ativos não financeiros e relações entre a economia nacional e o resto do mundo, abrangendo indicadores como Produto Interno Bruto (PIB), PIB per capita, e Renda Nacional Bruta, Contas Regionais, PIB dos Municípios, entre outros aspectos. Tem como referência metodológica as recomendações internacionais sobre a compilação de dados econômicos expressas no manual *System of National Accounts* (SNA). Os resultados divulgados no ano foram referentes aos seguintes produtos:

O **Sistema de Contas Nacionais Trimestrais (SCNT)**, que apresenta os valores correntes e os índices de volume (1995=100) trimestralmente para o PIB a preços de mercado, impostos sobre produtos, valor adicionado a preços básicos, consumo pessoal, consumo do governo, formação bruta de capital fixo, variação de estoques, exportações e importações de bens e serviços.

O **Produto Interno Bruto dos Municípios**, que é uma operação estatística onde o IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, as Secretarias Estaduais de Governo e a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), divulga, as estimativas do PIB dos Municípios.

## PIB per capita 2018

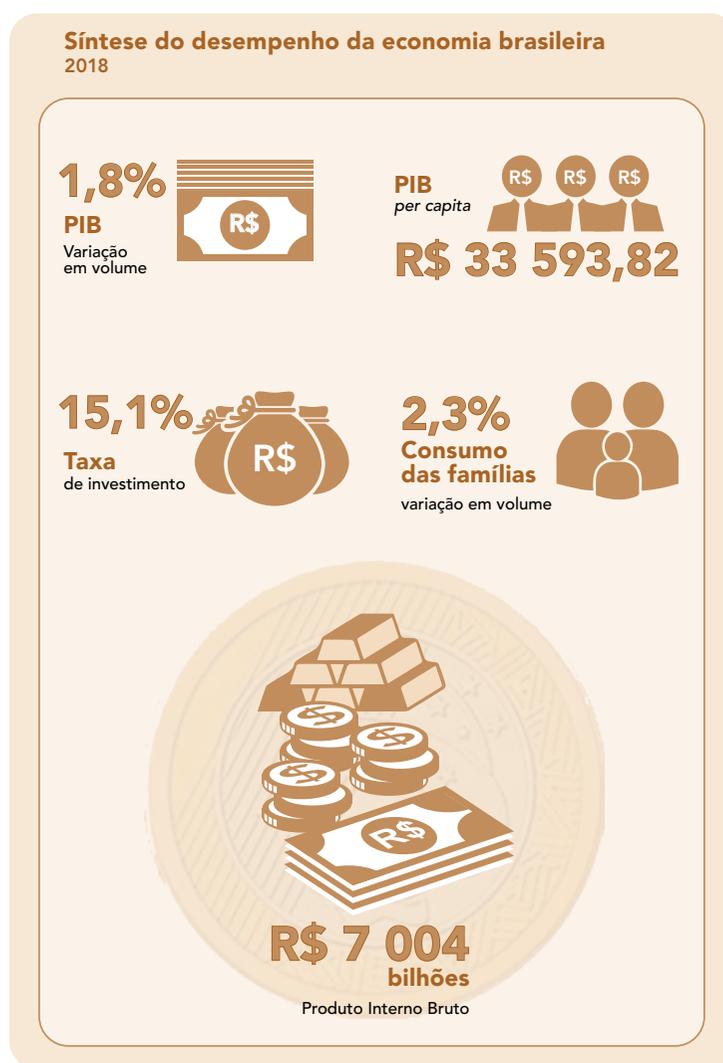


PIB per capita por Município (R\$)		Número de Municípios por classe
Abaixo da média nacional	> 4 788 a 10 000	1 422
	> 10 000 a 15 000	989
	> 15 000 a 20 000	759
	> 20 000 a 27 000	842
Acima da média nacional	> 27 000 a 35 000	611
	> 35 000 a 45 000	410
	> 45 000 a 583 172	537

**Produto Interno Bruto per capita brasileiro: R\$ 33 593,82**

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

O **Sistema de Contas Nacionais (SCN)**, que apresenta informações sobre a geração, a distribuição e o uso da renda no País. Há, também, dados sobre a acumulação de ativos não financeiros, patrimônio financeiro e sobre as relações entre a economia nacional e o resto do mundo. São apresentados comentários analíticos sobre os principais destaques, ilustrados graficamente e com comparações em relação ao ano anterior e, para alguns indicadores, também, em relação a 2000, ano de início da série, fornecendo, assim, uma síntese do desempenho da economia brasileira no período.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

### Evolução da taxa de investimento (%)

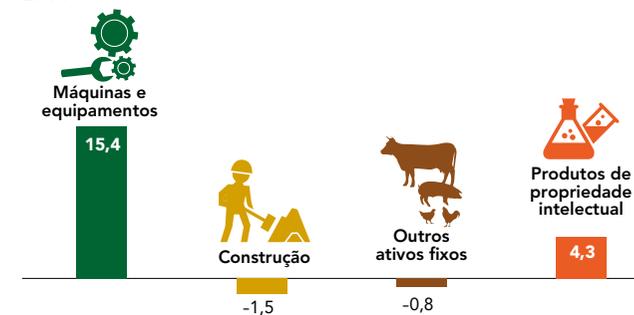
1995-2018



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

### Variação em volume dos componentes da formação bruta de capital fixo (%)

2018



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

## Censo Demográfico 2021

Conhecer em detalhes como é e como vive a nossa população em todos os municípios do País e em seus recortes territoriais internos é de extrema importância para o governo e para a sociedade. Os resultados obtidos a partir da realização do **Censo Demográfico**, a mais complexa e grandiosa operação estatística realizada pelos países no mundo todo, permitem traçar um retrato abrangente e fiel do País.

O Censo produz informações atualizadas e precisas, que são fundamentais para o desenvolvimento e implementação de políticas públicas e para a realização de investimentos, tanto do governo quanto da iniciativa privada. Além disso, uma sociedade que conhece a si mesma pode executar com eficácia ações imediatas e planejar com segurança o seu futuro.

Realizar uma operação de tamanha importância para a sociedade, com eficiência no uso dos recursos e eficácia no alcance de seus objetivos, é uma tarefa que exige um planejamento longo e sólido, o que pressupõe a consecução de diversas etapas fundamentais para garantia de uma produção de informações relevantes e confiáveis.



## Adiamento do Censo

Com coleta prevista para ter início em 01 de agosto de 2020, o cronograma do Censo Demográfico seguia sem alterações quando a necessidade do isolamento devido à pandemia da COVID-19 exigiu a suspensão de atividades preparatórias que seriam executadas presencialmente.

Em março de 2020, o Conselho Diretor do IBGE cumpriu a recomendação do Senhor Ministro da Saúde e adiou o Censo Demográfico para o ano de 2021.

Dessa maneira, a data de referência do Censo Demográfico, então, deixa de contemplar os últimos Censos realizados no Brasil passando a ser a noite do dia 31 de julho de 2021, com coleta de dados prevista entre 1º de agosto e 31 de outubro de 2021.

## Adequações para a coleta em 2021

A decisão do adiamento levou em consideração, também, a natureza de coleta domiciliar do Censo, predominantemente presencial em todo o território nacional, e a impossibilidade de realização, em tempo hábil, de toda a cadeia de treinamentos para a operação censitária, cuja primeira etapa se iniciaria em abril de 2020, de forma centralizada, e, posteriormente, replicada em polos regionais e locais até o mês de julho de 2020.

Foram, então, desenvolvidos novos projetos técnico e tecnológico que atendessem às necessidades oriundas da pandemia. Um novo cronograma, de acordo com essas necessidades, foi preparado para permitir, entre outros grandes desafios, a execução remota de atividades, en-

tre elas, entrevistas por telefone e treinamento. O novo cronograma previu um teste de homologação em duas fases: a primeira, Teste de Abordagem por telefone, em novembro, em escritório; e a segunda fase, no início de 2021, com a ida a campo. Além de validar as alterações que foram identificadas no Censo Experimental, realizado em 2019, a proposta da Fase 1 aprimorava a operação censitária no cenário de pandemia, impeditivo para a execução de trabalhos presenciais em campo. Com isso, a homologação de equipamentos e sistemas foi feita por simulação e foram executadas atividades de entrevistas por telefone e de treinamento a distância, valorizando, assim, o isolamento social recomendado. Pela primeira vez, o IBGE testou a modalidade EaD em um treinamento do Censo.

Para criar a proposta didática do treinamento do Teste de Abordagem por Telefone, o IBGE se baseou em experiências próprias e recentes, sem perder de vista as dimensões e peculiaridades da capacitação censitária. Para formar o seu público-alvo, reuniu 4 grupos distintos formados por coordenadores censitários de subárea (CCSs), reunidos de acordo com as especificidades da coleta: 2 grupos de coleta do questionário por telefone partindo de diferentes bases amostrais; 1 grupo de percurso e cobertura do setor, por meio do *Google Street View* e inclusão de questionários prontos; e 1 grupo e suporte para o preenchimento do questionário pela internet e esclarecimento de dúvidas. O conteúdo programático da coleta regular foi adaptado para a coleta por telefone, conforme os objetivos de cada um desses grupos.

O treinamento para a operação foi iniciado em 2020, segundo o modelo anteriormente planejado, com a etapa “Preparação Didática dos Especialistas”, da Cadeia de Coleta e Supervisão. O seu término coincidiu com a expedição das orientações sobre o distanciamento social que suspenderam as atividades presenciais. Mediante a impossibilidade da sequência da cadeia de treinamento, foi, então, aprimorado o processo de revisão, ajuste e rediagramação dos recursos instrucionais, envolvendo todas as áreas que produzem os conteúdos técnicos do Censo e as coordenações estaduais de treinamento. Esses

**Teste de abordagem por telefone do Censo 2021**  
Esclarecimento

Colabore com o teste. Seus dados serão mantidos em sigilo

www.ibge.gov.br 0800 721 8181 **IBGE**

**Teste de abordagem por telefone do Censo 2021**  
Agradecimento

Sua participação foi fundamental!

Agradecemos muitíssimo a sua colaboração para o Teste de abordagem por telefone do Censo 2021! 🙏

Com a sua contribuição e a de outros brasileiros, o IBGE está concluindo mais uma etapa fundamental na preparação do Censo Demográfico, que vai retratar a realidade de nosso país com dados sobre domicílios em todos os municípios. 🇧🇷

Continue acompanhando as informações do IBGE e veja em breve os frutos deste e de outros trabalhos desenvolvidos pelo Instituto:

[censo2021.ibge.gov.br](http://censo2021.ibge.gov.br)

www.ibge.gov.br 0800 721 8181 **IBGE**

recursos vão desde manuais impressos e digitais, slides e apostilas, até cursos em EaD, videoaulas e aplicativos de aula e treinamento.

Abraçando a nova realidade forçada pela pandemia, foi elaborado um Parecer Técnico, com ponderações e reflexões sobre as modalidades de treinamento que poderiam ser adotadas. Após amplo debate com todas as áreas e instâncias do IBGE foram definidas, valorizando a minimização de riscos e custos, as modalidades de treinamento a distância e presencial, de acordo com cada etapa da cadeia de treinamento. O grande desafio para o treinamento de 2021 é a transposição das etapas presenciais para a modalidade de EaD, uma vez que elas, de natureza mais estratégica, nunca foram realizadas on-line, em nenhuma outra operação censitária. O desafio se avoluma pelo curto tempo disponível para a preparação de seus instrutores e para testar o modelo de capacitação.

Visando a preparar melhor os coordenadores censitários de subárea (CCSs), o Programa CAPACITA Censo 2020, hospedado no Ambiente de Aprendizagem da Escola Virtual IBGE, recebeu novos conteúdos que passaram a incluir temas como ética, orientação para parcerias institucionais, segurança da informação e outras rotinas inerentes à operação.

Em destaque, a retomada da oferta curso de Didática para Multiplicadores do Treinamento (DMT), que foi revisto e ajustado para a modalidade plenamente feita a distância.

Foram, também, executadas tratativas com as empresas já contratadas para a realização dos Processos Seletivos Simplificados para atender todas as recomendações de ordem sanitária e adequando ao novo quadro de vagas exigido pelas alterações do projeto.

Um novo cronograma de realização orçamentária e de licitações foi elaborado de maneira que as compras de maior impacto, especialmente de equipamentos de tecnologia, pudessem ser feitas ainda em 2020.

### Continuidade das atividades preparatórias

Outras atividades preparatórias seguiram remotamente, entre elas aquelas voltadas à realização das Reuniões de Planejamento e Acompanhamento do Censo (REPACs), cujas etapas de cadastro, agendamento e registro de atas foram informatizadas no Banco de Dados Operacionais. Cabe também ressaltar algumas parcerias institucionais firmadas entre o IBGE e entidades de diversos segmentos da sociedade civil. Como exemplo, destacam-se as Administradoras de Condomínios, Associações de Síndicos, Sindicatos, Conselhos Profissionais, Universidades, dentre outras, sempre objetivando a sensibilização dos informantes, além da divulgação e obtenção de apoio à operação censitária do IBGE. Outra vertente dessas iniciativas resultou no Projeto de Intercâmbio de Endereços cadastrais entre as Prefeituras e o Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos (CNEFE), por meio de parceria institucional firmada com os Municípios afiliados à Confederação Nacional de Municípios (CNM) e à Frente Nacional de Prefeitos (FNP). Um fruto

destas parcerias de grande valor para o IBGE, em 2020, correspondeu à capacitação voltada aos agentes municipalistas, por meio do Projeto CNM Qualifica. A capacitação aborda a importância e o conhecimento do Censo Demográfico, incentivo à participação nas REPACs, além da adoção do Padrão de Registro de Endereços do IBGE, para membros interessados em todo território nacional.



### Cadastro nacional de endereços para fins estatísticos

Como o Censo Demográfico se constitui, além da coleta de dados, em uma atualização total dos endereços do país, o CNEFE estaria totalmente atualizado no final de 2020, com a sua realização. Baseado nisso, todas as atividades de atualização previstas para o ano deveriam se encerrar no final de março, pela necessidade de gerar os insumos para a operação censitária (lista prévia de endereços) a partir de abril. Apesar da pandemia e do consequente isolamento social, essa meta quase foi alcançada. Em seguida, com a adoção do teletrabalho, os esforços foram concentrados para a atualização de setores da PNAD Contínua, de modo a atenuar os impactos da parada. A pandemia acelerou, assim, a discussão e desenvolvimento de alternativas para prosseguir com a atualização de endereços utilizando ferramentas que permitissem realizá-la remotamente e, tam-

bém, pela integração das suas bases com registros administrativos, como os de empresas de energia, da Receita Federal e de outros órgãos. Dessa maneira, o percentual de atualizações poderia ser aumentado, e os custos desse tipo de atividade reduzidos. Com isso, foram desenvolvidas ferramentas de edição do banco do CNEFE, que permitiram melhorias de sua qualidade. Mais de 1.000.000 de verificações, correções e/ou aprimoramentos foram realizados remotamente pelas equipes das unidades estaduais, durante o ano de 2020. Foram feitas, ainda, a avaliação e a utilização do pareamento de endereços entre o CNEFE e o cadastro de CPFs por meio de uma amostra de 7.000 endereços inspecionada visualmente. O resultado destas informações pareadas foi utilizado no apoio à coleta telefônica da PNAD Contínua, no 3º trimestre, e no teste de homologação do Censo, realizado em novembro. O CNEFE desenvolveu e testou, em 26 cidades, procedimentos para aprimoramento do registro de endereços com base no Diretório Nacional de Endereços da ECT que será implantado em 426 cidades, em janeiro de 2021. Foram executados testes de metodologia de pareamento envolvendo os cadastros de CPF e do INSS para futura aplicação nas áreas urbanas de todo o país, visando a incorporação de novos endereços a serem utilizados como insumos para a operação censitária de 2021.

## Organização do território

### Estrutura territorial

No que tange à Pesquisa de Regiões Metropolitanas, Regiões Integradas de Desenvolvimento e Aglomerações Urbanas, foram divulgadas as composições referentes ao segundo semestre de 2019 e primeiro semestre de 2020. Essa pesquisa tem sido realizada semestralmente, desde 2013, identificando a mudança na composição dos recortes legais acima descritos. Existem atualmente, no Brasil, 74 regiões metropolitanas, sendo que o Estado com maior número é a Paraíba (12), seguido por Santa Catarina (11), Alagoas (9) e Paraná (8). Além disso, no país há um total de cinco Aglomerações Urbanas, sendo três no estado de São Paulo e duas no Rio Grande do Sul. Manteve-se o número (3) de Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDEs) no país.

Os três recortes em questão fazem parte do Quadro Geográfico de Referência para Produção, Análise e Disseminação de Estatísticas (QG), sendo possível de serem acessados via o portal interativo (<https://mapasinterativos.ibge.gov.br/recestat/>), lançado no mês de junho de 2020. O QG é a referência da instituição para divulgação das estatísticas produzidas pelo IBGE, sendo previsto o seu contínuo aprimoramento, atualização e manutenção, o que levará, em 2021, à disponibilização de novos formatos e ferramentas para consulta e consumo dos recortes geográficos abastecidos.

### Tipologias do território

As tipologias do território podem ser definidas como as análises geográficas que classificam recortes territoriais segundo critérios sociais, eco-

nômicos e ambientais, agregando áreas com características semelhantes. Os resultados do ano de 2020, para esse eixo temático, compreendem a entrega dos insumos para o planejamento da operação do Censo Demográfico 2021: versão atualizada da base de **Aglomerados Subnormais** para a Base Territorial; documentação metodológica e operacional da **Pesquisa Urbânica do Entorno dos Domicílios**; materiais de treinamento, parâmetros e especificações de sistemas e aplicativos; e resultados de testes e pilotos, dentre outros.

**4**  
Ampliar e aprimorar procedimentos para recepção e uso de registros administrativos

Em 2020, foi divulgada, de forma inédita e excepcional, a prévia da base de Aglomerados Subnormais 2019 para apoiar as ações de enfrentamento da Covid-19, **Aglo-**

**merados Subnormais 2019: Classificação preliminar e informações de saúde para o enfrentamento à Covid-19.** O mapeamento usou informações do Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde (CNES), cadastro oficial do Ministério da Saúde, como os estabelecimentos de assistência primária, além dos serviços com suporte de observação e internação.

**13**  
Amplificar a disseminação e a comunicação com usuários e sociedade

Com os dados georreferenciados, qualquer usuário pode identificar a localização das informações no território, seja por meio do visualizador do IBGE, seja por

Sistemas de Informação Geográfica (SIG). Os dados preliminares apontaram que o país tem quase dois terços (64,93%) dos Aglomerados

Subnormais localizados a menos de dois quilômetros de distância de hospitais. A maioria dessas localidades (79,53%) também está próxima, a menos de 1 km, de unidades básicas de saúde.

### Redes e fluxos geográficos

**4**  
Ampliar e aprimorar procedimentos para recepção e uso de registros administrativos

**5**  
Implementar novas estratégias de aquisição de dados

Em 2020, foram divulgados os resultados da **Pesquisa Regiões de Influência das Cidades (REGIC) 2018.** Essa pesquisa, realizada decenalmente e cuja última versão captava a realidade nacional de 2007, identifica e analisa a rede urbana brasileira, estabelecendo a hierarquia dos centros urbanos e as regiões de influência das cidades. O resultado mostra a forma pela qual as cidades se relacionam entre si, através do deslocamento de pessoas em busca de bens e serviços, bem como pelas ligações entre sedes e filiais de empresas e instituições públicas multilocalizadas. A publicação completa e as tabelas de apoio estão disponíveis em <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/redes-e-fluxos-geograficos/15798-regioes-de-influencia-das-cidades.html?=&t=o-que-e>.

A REGIC teve seu questionário coletado pela Rede do IBGE em 2018, juntamente com a Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC), utilizando dispositivos móveis de co-

leta (DMC) e sistemas de acompanhamento da coleta - Sistema de Indicadores Gerenciais de Coleta (SIGC), que permitiram acompanhamento em 'tempo real', estabelecimento de críticas automáticas e maior eficiência da supervisão. Além dessas estratégias inovadoras, a REGIC faz amplo uso de registros administrativos – dados de localização e jurisdição de instituições

públicas, dados de infraestrutura de transporte, dados cadastrais como o Cadastro Central de Empresas (CEMPRE) e informações de levantamentos e pesquisas utilizados pelo IBGE, como a Pesquisa de Ligações Rodoviárias e Hidroviárias.

Num panorama geral, a rede urbana é uma estrutura estável no tempo, sofrendo pequenas alterações no decorrer dos anos. As causas des-

as alterações, quando ocorrem, são as mais diversas possíveis e podem ser da dinâmica econômica regional e nacional, tendências históricas observáveis no decorrer de décadas, eventos singulares como grandes projetos econômicos, alterações de infraestruturas de transporte e mobilidade, questões migratórias, dentre outras.

### Classificação das unidades descentralizadas de gestão pública em níveis de gestão

Nível de gestão	INSS	Secretaria do Trabalho	Receita Federal	IBGE	Justiça Federal	Justiça Eleitoral	Justiça do Trabalho
5	Sede do INSS	Sede da Secretaria do Trabalho	Sede da Receita Federal	Sede do IBGE	Superior Tribunal de Justiça	Tribunal Superior Eleitoral	Tribunal Superior do Trabalho
4	Superintendências Regionais	-	Regiões Fiscais	-	Tribunais Regionais Federais	-	-
3	-	Superintendências Regionais do Trabalho	-	Unidades Estaduais	Seções Judiciárias	Tribunais Regionais Eleitorais	Tribunais Regionais do Trabalho
2	Gerências Executivas	Gerências Regionais do Trabalho	Delegacias da Receita Federal e Delegacias de Julgamento	-	Subseções Judiciárias	-	-
1	Agências	Agências Regionais do Trabalho	Agências e Inspetorias da Receita Federal	Agências	-	Zonas Eleitorais	Varas do Trabalho

Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia, Regiões de Influência das Cidades 2018.

A maioria (86,12%) das Cidades manteve a hierarquia de 2007, o que evidencia o aspecto estrutural da rede urbana. Uma pequena parte (2,92%) caiu uma posição e apenas 7 (sete) Cidades caíram mais que uma posição, sendo que dessas só uma caiu três posições hierárquicas. As Cidades que subiram posições foram 485, perfazendo aproximadamente 10% do total, sendo que a maioria delas (7,29%) subiu apenas uma posição.

Dentre os resultados, destaca-se Campinas/SP, Florianópolis/SC e Vitória/ES que passaram a figurar entre as atuais 15 Metrôpoles. E o surgimento de 32 novas Capitais Regionais, totalizando 97 cidades nessa categoria.

### Mudança de hierarquia entre 2007 e 2018

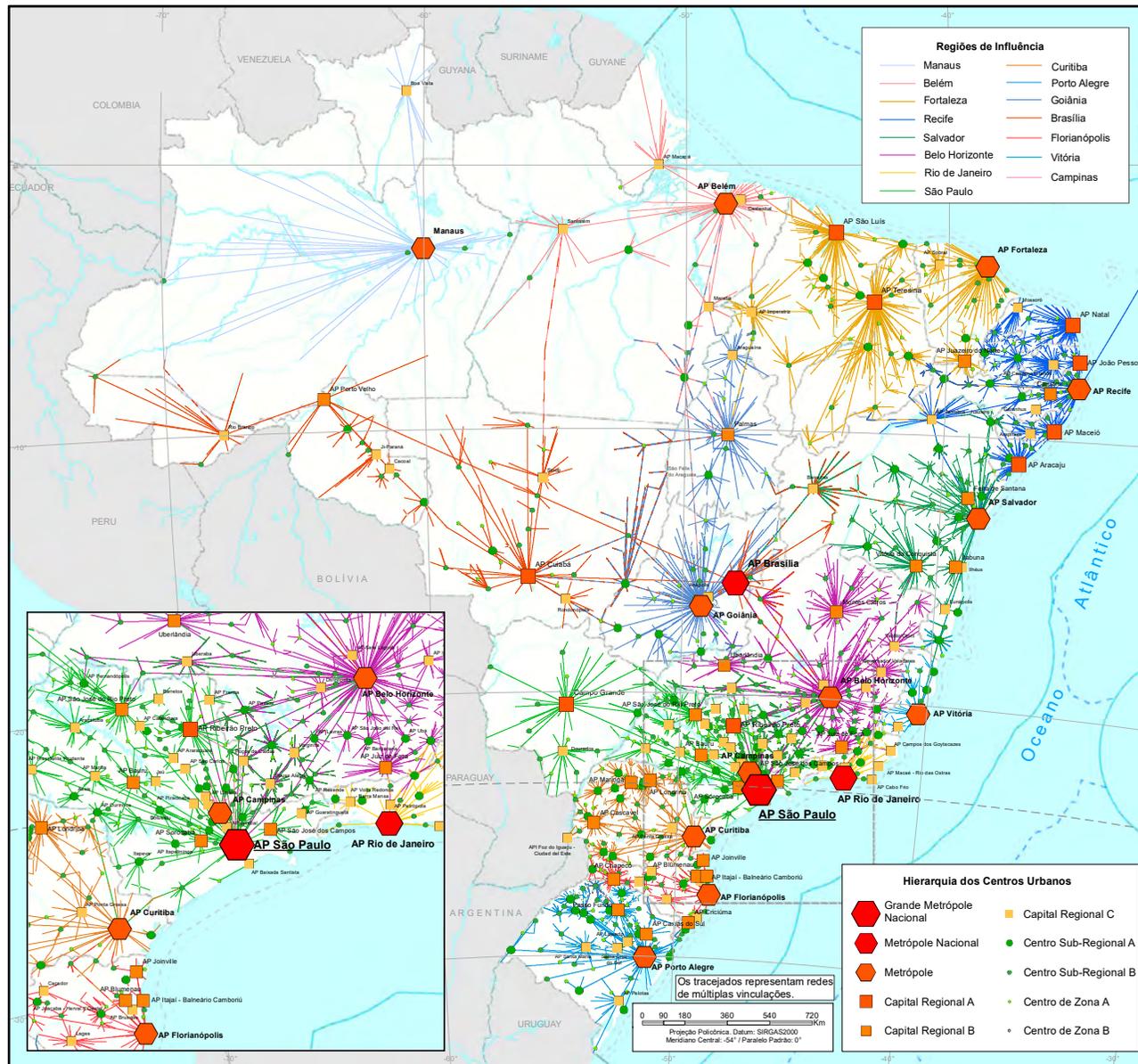
Alterações hierárquicas	Cidades	
	Total	Percentual (%)
<b>Total</b>	<b>4 899</b>	<b>100,00</b>
Caiu 3 níveis hierárquicos	1	0,02
Caiu 2 níveis hierárquicos	6	0,12
Caiu 1 nível hierárquico	143	2,92
Manteve	4 219	86,12
Subiu 1 nível hierárquico	357	7,29
Subiu 2 níveis hierárquicos	96	1,96
Subiu 3 níveis hierárquicos	31	0,63
Subiu 4 níveis hierárquicos	1	0,02
Sem hierarquia em 2007	45	0,92

Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia, Regiões de Influência das Cidades 2018.

### Distribuição regional dos cinco níveis de hierarquia urbana, segundo as Grandes Regiões - 2018

Grandes Regiões	Distribuição regional dos cinco níveis de hierarquia urbana									
	Metrópole		Capital Regional		Centro Sub-Regional		Centro de Zona		Centro Local	
	Cidades	Nível hierárquico (%)	Cidades	Nível hierárquico (%)	Cidades	Nível hierárquico (%)	Cidades	Nível hierárquico (%)	Cidades	Nível hierárquico (%)
<b>Brasil</b>	<b>15</b>	<b>100,0</b>	<b>97</b>	<b>100,0</b>	<b>352</b>	<b>100,0</b>	<b>398</b>	<b>100,0</b>	<b>4 037</b>	<b>100,0</b>
Norte	2	13,3	11	11,3	27	7,7	21	5,3	373	9,2
Nordeste	3	20,0	21	21,7	88	25,0	135	33,9	1 436	35,6
Sudeste	5	33,3	38	39,2	120	34,1	107	26,9	1 074	26,6
Sul	3	20,0	21	21,7	83	23,6	90	22,6	819	20,3
Centro-Oeste	2	13,3	6	6,2	34	9,7	45	11,3	335	8,3

Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia, Regiões de Influência das Cidades 2018.



Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia, Regiões de Influência das Cidades 2018.

## Atlas

Em relação ao tema Atlas, o principal produto elaborado em 2020 foi a divulgação da segunda edição do **Atlas do Espaço Rural Brasileiro**.



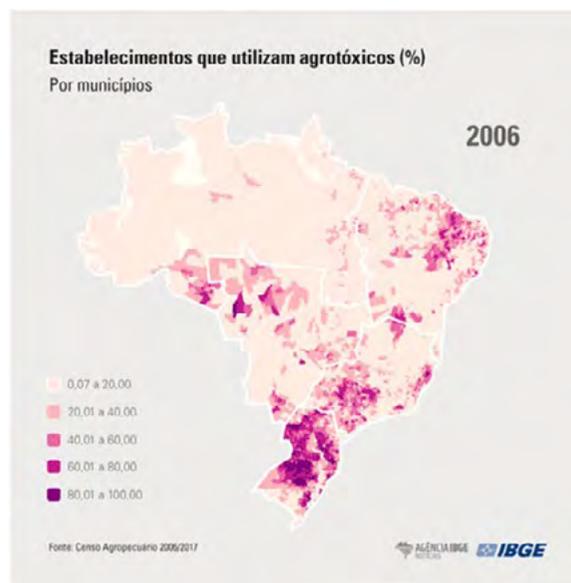
Esse Atlas fornece uma visão integrada das informações levantadas pelo Censo Agropecuário 2017, analisadas em conjunto com as demais pesquisas agropecuárias, populacionais, geográficas, ambientais e econômicas realizadas pelo IBGE – como a publicação Regiões de Influência das Cidades (REGIC 2018), a Pesquisa da Pecuária Municipal (PPM) e a Produção Agrícola Municipal (PAM) além de informações provenientes de fontes externas, como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), valendo-se de um refinamento estatístico e cartográfico na análise do complexo espaço rural brasileiro. O Atlas fez parte da comemoração dos 100 anos do Censo Agropecuário.

13

Amplificar a disseminação e a comunicação com usuários e sociedade

Em quase 250 páginas de mapas, gráficos, tabelas e textos, o Atlas traz informações sobre as características do produtor e dos 5 073 324 estabelecimentos agropecuários pesquisados.

Além disso, o Atlas apresentou novas abordagens e representações territoriais, fomentando análises e leituras mais abrangentes das diversidades e desigualdades territoriais do país. O Atlas conta, ainda, com uma aplicação na **Plataforma Geográfica Interativa (PGI)**, que foi repaginada para receber as novas informações.



## Impactos da Covid-19 no Portfólio de Projetos de Infraestrutura Geodésica e Cartográfica

Ao longo do exercício, em razão das condições excepcionais de trabalho remoto impostas pela pandemia da Covid-19, vários projetos pertencentes ao portfólio de infraestrutura geodésica e cartográfica foram afetados de maneira direta. As ações impactadas dependem, em diferentes graus, de atividades presenciais de coleta e tratamento de dados geoespaciais em campo e em gabinete, distribuídas por todo o território nacional.

Como reflexos dessa situação temporária, não foi possível continuar a expansão das redes de alta precisão altimétrica e gravimétrica e a ocupação de estações geodésicas por Sistemas Globais de Navegação por Satélite (*Global Navigation Satellite System*, GNSS), diretamente correlacionadas à melhoria contínua do modelo geoidal brasileiro. Também foram paralisadas as operações presenciais de manutenção e troca de equipamentos das estações das redes ativas do Sistema Geodésico Brasileiro (SGB): a Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo (RBMC) e a Rede Maregráfica Permanente para a Geodésia (RMPG).

No que concerne à infraestrutura cartográfica do País, foram interrompidas campanhas de campo de atualização de bases cartográficas oficiais na escala 1:100.000, bem como operações piloto de inovações tecnológicas e metodológicas e inserção de procedimentos modernos de controle de qualidade em aquisição de dados geoespaciais. Destaca-se, também, o adiamento do lançamento do produto "Mapa Índice Digital", que teve seu fluxo produtivo impactado pela inserção de rotinas de conexão remota, necessárias para o acesso a licenças de software proprietário e máquinas com

configuração robusta, disponíveis no parque instalado no escritório central do IBGE.

Com relação aos projetos especiais desenvolvidos em regime de cooperação interinstitucional, foram suspensas temporariamente as atividades de campo dos programas ALT-BAT, Ampliação da RBMC e RISCO, ações temáticas diretamente ligadas a iniciativas de monitoramento e detecção de impactos de mudanças climáticas e ambientais.

## Posicionamento geodésico

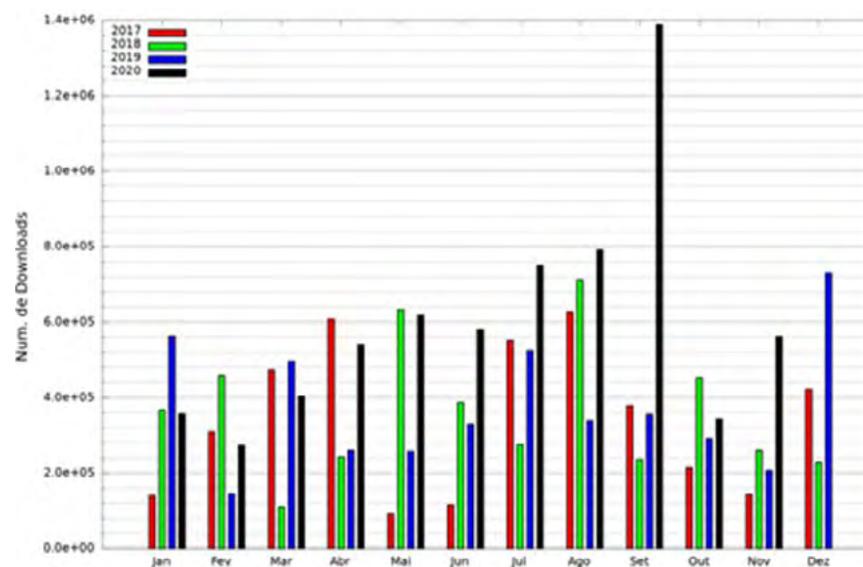
### Redes geodésicas

Atualmente, na área de Geodésia, em nível global, a Resolução da Organização das Nações Unidas (ONU), de 26 de fevereiro de 2015 (A/RES/69/266), recomenda às nações a manutenção de uma "Infraestrutura Geodésica Global de Referência para o Desenvolvimento Sustentável", apontando a Geodésia como a ciência capaz de quantificar as variações espaciais que ocorrem no meio ambiente de maneira precisa. No Brasil, o IBGE, gestor do Sistema Geodésico Brasileiro (SGB), tem como responsabilidade o estabelecimento, manutenção e acesso às infraestruturas de referência posicional no País. Em decorrência da evolução tecnológica, principalmente com o advento dos Sistemas Globais de Navegação por Satélite (GNSS), dentre os quais destaca-se o GPS, e a melhoria das tecnologias de comunicação, é possível realizar o monitoramento posicional de fenômenos que ocorrem no meio ambiente, tarefa fundamental para a prevenção de desastres e mitigação dos impactos de danos ambientais, que recebe a importante contribuição das redes geodésicas de operação contínua, a RBMC e a RMPG.

Para garantir a continuidade e disponibilidade de informações geocientíficas nacionais, a RBMC contou com um quantitativo de 150 estações, tendo sido descontinuadas duas estações em 2020. Nove estações da RBMC continuam contribuindo para o cálculo dos produtos IGS (*International GNSS Service*), por exemplo, nas órbitas precisas. Todas as estações também fazem parte da rede regional SIRGAS-CON – Rede GNSS de Operação Contínua do Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas (SIRGAS), contribuindo com a infraestrutura geodésica do continente americano. Foram disponibilizados no portal do IBGE 51.935 arquivos e mais de sete milhões de *downloads* foram realizados.

A partir de janeiro de 2020, os usuários também puderam contar com dados GNSS com intervalo de coleta de um segundo em 11 estações da RBMC, atividade que deve ser continuada em 2021. Os dados de um segundo são relevantes para as atividades de georreferenciamento dos usuários, considerando que poderão ter o seu trabalho otimizado, reduzindo o tempo no campo na obtenção de coordenadas de alta precisão. O serviço da RBMC em tempo real, RBMC-IP, também é outra forma de otimização do georreferenciamento para o usuário, sendo necessária a disponibilidade de rede de telefonia móvel na obtenção de coordenadas de alta precisão. Em 2020, 129 estações operaram em tempo real, sendo 43 com dados de multiconstelação. Foram adquiridos mais

Número de *downloads* entre os anos de 2017 e 2020

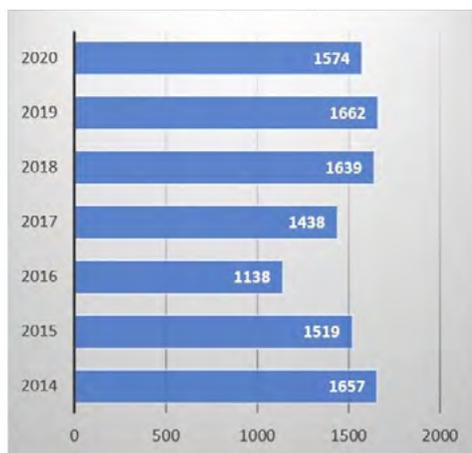


Fonte: IBGE.

três novos conjuntos de receptores e antenas referentes ao termo aditivo de contrato da licitação de 2019. Estes equipamentos ainda não foram instalados em decorrência das restrições do trabalho de campo devido à pandemia da Covid-19.

Atualmente, a RMPG possui um total de seis estações que contribuem para o painel global de monitoramento do nível do mar em tempo quase real (envio de dados a cada cinco minutos, via satélite e 3G) da Comissão Oceanográfica Intergovernamental da Unesco (IOC). Trata-se de mais uma contribuição do IBGE para o Programa Global de Observação do Nível do Mar (GLOSS, [www.gloss-sealevel.org](http://www.gloss-sealevel.org)) e para o Programa de Alerta de Tsunami do Caribe, que possuía uma significativa carência de informações no Atlântico Sul. Um conjunto de 1.595 arquivos das estações RMPG foi publicado no portal do IBGE em 2020.

**Evolução do quantitativo de arquivos disponíveis entre 2014 e 2020**



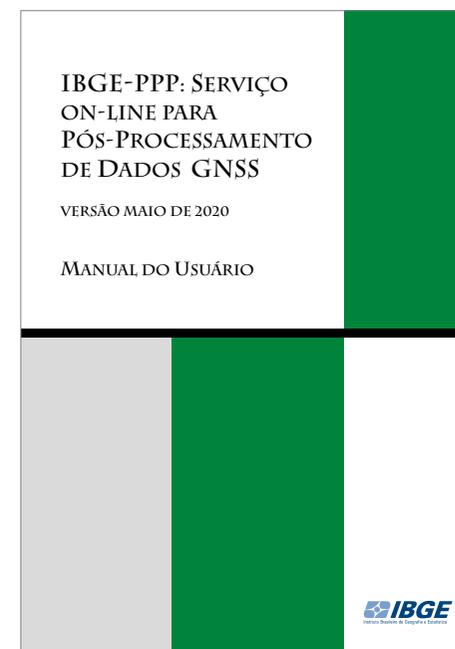
Fonte: IBGE.

Outras ações ligadas à melhoria das infraestruturas de referência posicional no Brasil foram:

- inclusão de 241 novas estações geodésicas de referência de nível sobre o território brasileiro;
- revisão e, conseqüentemente, a atualização de informações referentes a 3 056 estações geodésicas no Banco de Dados Geodésicos – BDG;
- homologação de 20 novas estações GPS oriundas de contribuições de entidades externas;
- medição e carga no BDG de 997 novas estações gravimétricas decorrente da implantação de novas metodologias de processamento de dados. Essas informações contribuem com o Objetivo Estratégico 1, de ampliar a cobertura e o detalhamento das pesquisas estatísticas e dos levantamentos geocientíficos. As novas estações se referem aos levantamentos realizados no segundo semestre de 2019.

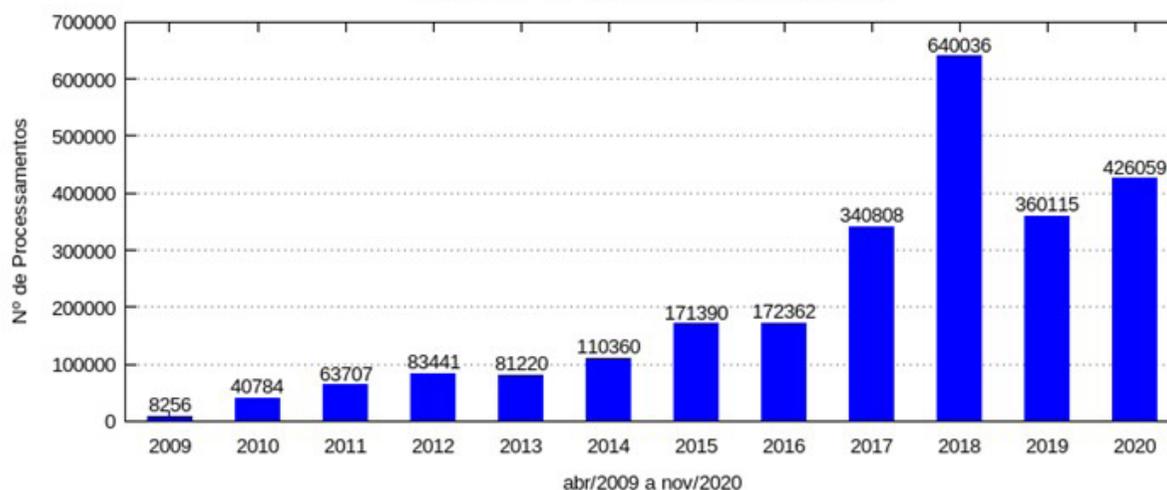
Em 2020, também foi atualizado o manual do **serviço online de Posicionamento por Ponto Preciso (PPP)**, um aplicativo web que fornece coordenadas de latitude, longitude e altitude de qualquer ponto do planeta. O aplicativo processa dados gerados em equipamentos de navegação por satélite, como o GPS topográfico e geodésico – utilizados por profissionais de engenharia e agrimensura –, o GLONASS e o GNSS. Todas as coordenadas indicadas pelo aplicativo estão de acordo com o Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas (SIRGAS2000) oficialmente adotado no país.

O manual passou a contar com um capítulo sobre estatísticas de uso do aplicativo web. Ele mostra, por exemplo, que o serviço já realizou mais de dois milhões de processamentos de cerca de 60 mil usuários no Brasil e no exterior desde 2009, ano de seu lançamento. A nova edição traz também uma visão geral sobre o perfil dos usuários quanto ao tipo de equipamento utilizado no levantamento, ao modo de processamento (estático ou cinemático) e ao tempo de coleta dos dados.



Capa da nova edição do manual IBGE-PPP

### Quantitativo de uso do IBGE-PPP entre 2009 e 2020



Fonte: IBGE.

#### Resumo:

- Novo manual traz estatísticas de uso do serviço online de Posicionamento por Ponto Preciso (IBGE-PPP).
- Foram mais de dois milhões de processamentos desde que foi lançado, em 2009.
- O app web permite que usuários de equipamentos de navegação por satélite, como o GPS, obtenham coordenadas de alta precisão.
- Resultados com precisão milimétrica são enviados em poucos minutos e de acordo com o sistema oficial (SIR-GAS2000).
- Brasil é o único país da América Latina com esse serviço de processamento de dados online e gratuito.

#### Cartas e mapas

O IBGE, integrante do Sistema Cartográfico Nacional, exerce atividades orientadas ao mapeamento do território brasileiro em diferentes escalas de representação e através de um conjunto de produtos que subsidiam ações de análise, planejamento, gestão e educação. Esse mapeamento constitui a base cartográfica sobre as quais outras informações geoespaciais produzidas pelo IBGE e outros órgãos do poder público podem ser referenciadas.

#### Mapas murais

##### Mapa das Redes do Sistema Geodésico Brasileiro

Este mapa mural na escala 1:5.000.000, na qual 1cm do mapa equivale a 50km no terreno, apresenta as cinco redes do sistema geodésico

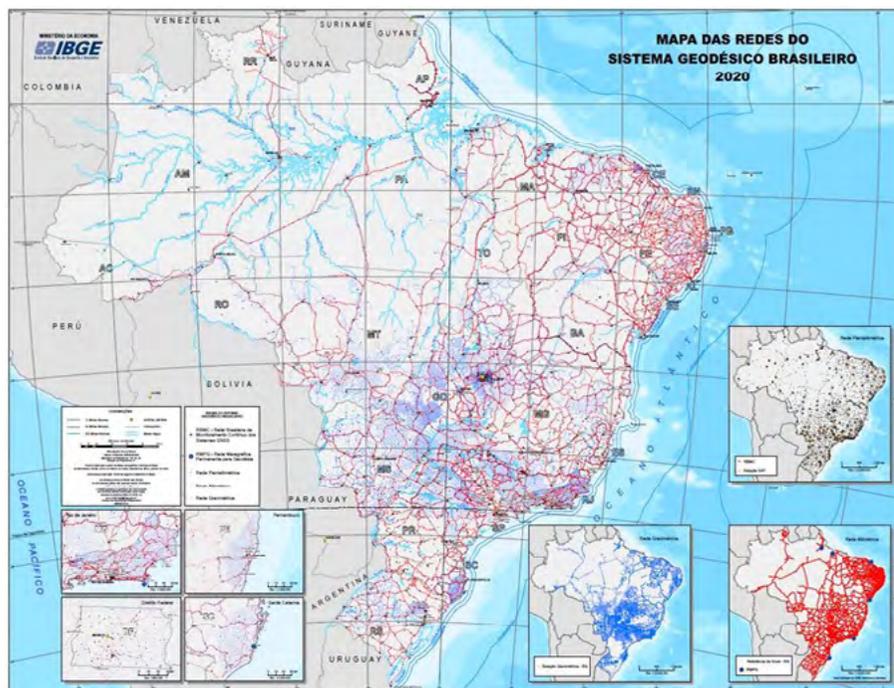
do país: a gravimétrica, composta por estações gravimétricas com informações sobre a aceleração da gravidade; a altimétrica, composta pelas referências de nível, as quais possuem altitudes de precisão obtidas através de nivelamento geométrico; a planialtimétrica, composta pelas estações SAT, cujas coordenadas geodésicas foram obtidas através do posicionamento por satélites GNSS. No contexto das redes geodésicas ativas, é apresentada a configuração atual da RMPG e da RBMC.

O mapa fornece uma visão ampla da distribuição das estações geodésicas que compõe estas redes no território brasileiro e apresenta individualmente cada tipo de rede em três mapas na escala 1:22.000.000 (1cm = 220 km). Devido ao elevado número de estações geodésicas, o Estado do Rio de Janeiro, o Distrito Federal e as regiões de Florianópolis e Recife são mostradas em destaque em escalas específicas.

O produto foi elaborado a partir das informações de outubro de 2020, obtidas no Banco de Dados Geodésicos (BDG), e de 2016, para a Base Cartográfica Contínua do Brasil ao Milionésimo (BCIM). Informações completas sobre cada estação dessas redes podem ser obtidas no portal do BDG. <http://www.bdg.ibge.gov.br/appbdg/>

Esse mapa que retrata a infraestrutura geodésica de referência construída, desde a década de 40 do século passado, por meio da contribuição de todas as unidades descentralizadas de levantamentos geodésicos e cartográficos da DGC, é voltado a estudantes e profissionais da educação, da engenharia, do georreferenciamento, da formulação e execução de políticas públicas e de estudos científicos.

**Mapa das Redes do Sistema Geodésico Brasileiro, versão 2020**



Fonte: IBGE

### Bases cartográficas contínuas

No tocante às Bases Cartográficas Contínuas, foi publicada a **Base Cartográfica Contínua do Estado de Santa Catarina, escala 1:25.000 (BC25\_SC)**, versão 2020. Nesse produto, também chamado “Conjunto de dados geospaciais de referência”, são estruturadas bases de dados digitais que permitem uma visão integrada do território nacional para múltiplos usos públicos ou privados.

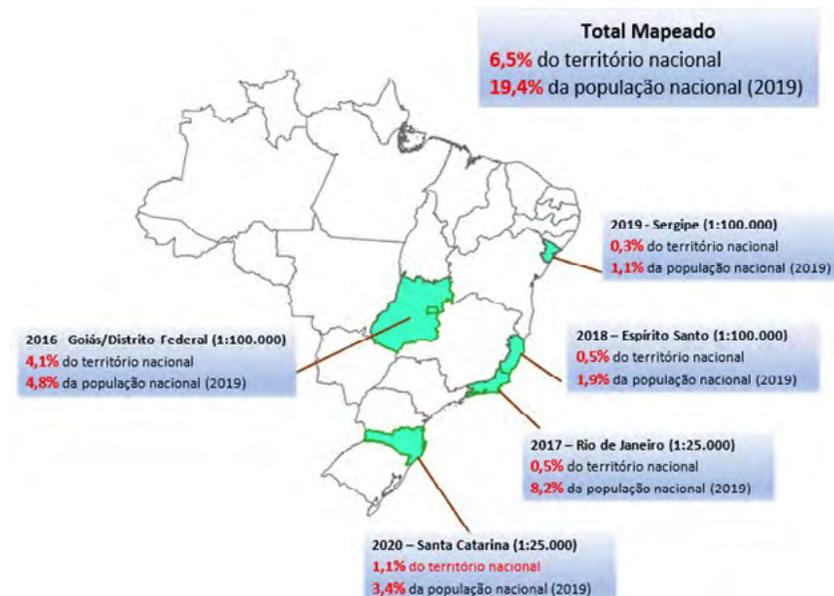
A Base Cartográfica de Santa Catarina integra o projeto da Base Cartográfica Contínua do Brasil na escala 1:100.000, que objetiva mapear todas as 27 unidades da federação, possibilitando a elaboração de um produto cartográfico de maior detalhamento e de abrangência nacional.

**Santa Catarina – BC25\_SC, versão 2020**



Fonte: IBGE

### Evolução da produção de Bases Cartográficas Contínuas Estaduais entre 2016 e 2020



Fonte: IBGE

## Informações ambientais

### Estatísticas e indicadores ambientais

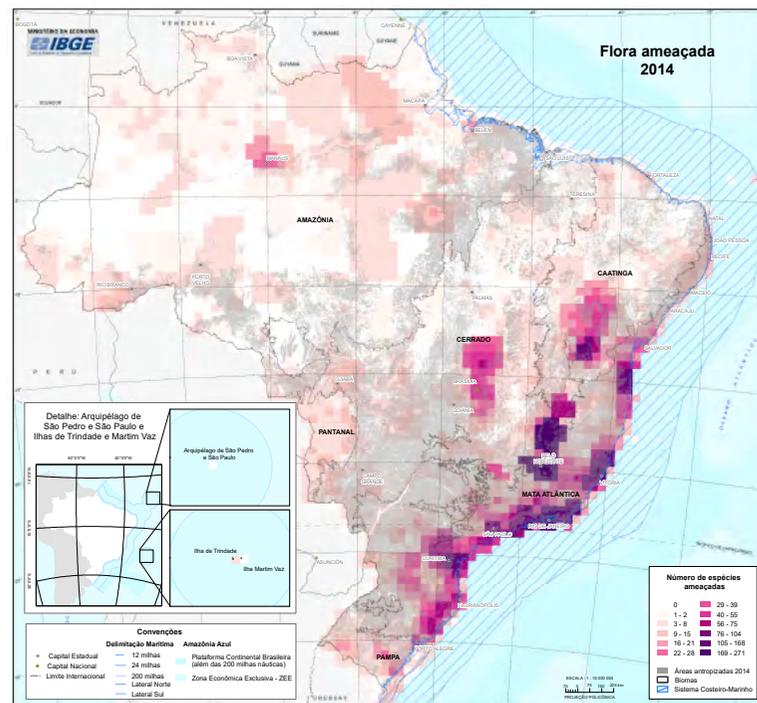
**1**  
**Ampliar a cobertura e o detalhamento das pesquisas estatísticas e dos levantamentos geocientíficos**

O IBGE divulgou as **“Contas de Ecossistemas: o Uso da Terra nos Biomas Brasileiros (2000-2018)”**, em mais uma etapa do projeto de incluir os indicadores ambientais do país nas Contas Nacionais. O estudo, realizado com base em imagens de satélite e pesquisas de campo, apresentou o grau de preservação dos ecossistemas e analisou as áreas naturais remanescentes a partir das conversões do uso da terra em atividades como agricultura, pastagem e silvicultura. Esta publicação inaugurou a linha das Contas Econômicas Ambientais dos Ecossistemas do Brasil.



Fonte: IBGE. Acesso em: [https://geoftp.ibge.gov.br/informacoes\\_ambientais/estatisticas\\_e\\_indicadores\\_ambientais/contas\\_economicas\\_ambientais/contas\\_de\\_extensao\\_dos\\_biomas/2000\\_2018/mapas/extensao\\_areas\\_naturais\\_2018.png](https://geoftp.ibge.gov.br/informacoes_ambientais/estatisticas_e_indicadores_ambientais/contas_economicas_ambientais/contas_de_extensao_dos_biomas/2000_2018/mapas/extensao_areas_naturais_2018.png)

A pesquisa **“Contas de Ecossistemas: Espécies Ameaçadas de Extinção no Brasil”**, que o IBGE divulgou em 2020, mostrou o grau de preservação das espécies de animais e plantas no Brasil. Ela analisou as listas oficiais nacionais de espécies ameaçadas de 2014 e as avaliações sobre a sua conservação, publicadas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e Centro Nacional de Conservação da Flora do Jardim Botânico do Rio de Janeiro (CNC-Flora/JBRJ). As Contas de Espécies Ameaçadas fazem parte das Contas Econômicas Ambientais do IBGE.



## Cobertura e uso da terra

**1** Ampliar a cobertura e o detalhamento das pesquisas estatísticas e dos levantamentos geocientíficos

O IBGE divulgou o **Monitoramento da Cobertura e Uso da Terra do Brasil para 2018**, ampliando a série histórica que já abrange os anos 2000, 2010, 2012, 2014 e 2016. A análise da série histórica permite observar a evolução e os padrões de ocupação do território brasileiro. O objetivo do trabalho é acompanhar a dinâmica, os processos de ocupação e suas transformações, a partir do monitoramento espacial e quantitativo da cobertura vegetal e do uso da terra em todo o país. O trabalho resulta da interpretação de imagens de satélite, além de informações complementares e levantamentos de campo; os dados são divulgados na Grade Estatística do IBGE, que divide o território brasileiro em células de 1km<sup>2</sup>.

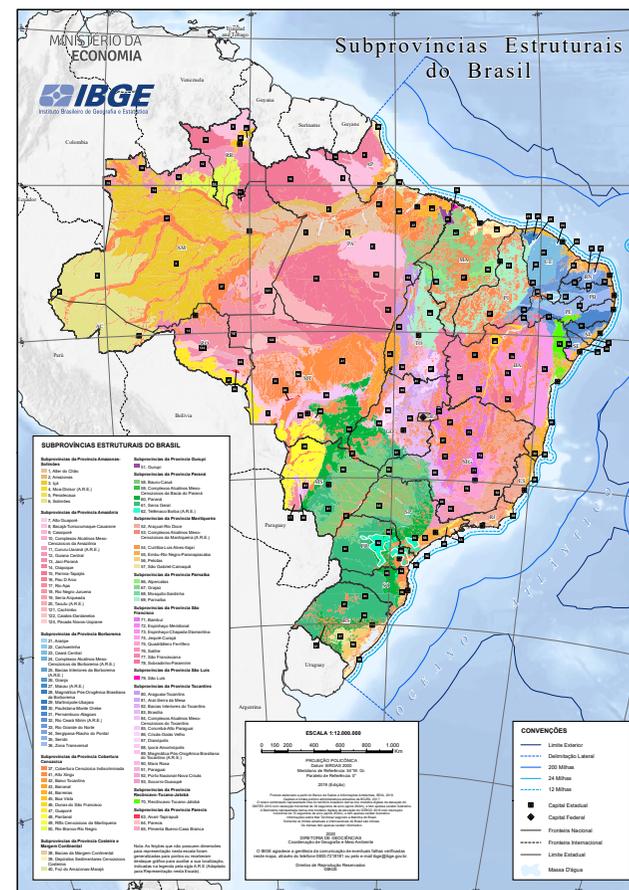
ocupação e suas transformações, a partir do monitoramento espacial e quantitativo da cobertura vegetal e do uso da terra em todo o país. O trabalho resulta da interpretação de imagens de satélite, além de informações complementares e levantamentos de campo; os dados são divulgados na Grade Estatística do IBGE, que divide o território brasileiro em células de 1km<sup>2</sup>.



Fonte: IBGE. Acesso em: [https://www.ibge.gov.br/apps/monitoramento\\_cobertura\\_uso\\_terra/v1/](https://www.ibge.gov.br/apps/monitoramento_cobertura_uso_terra/v1/)

## Geologia

No terceiro volume da coleção **Macrocaracterização dos Recursos Naturais do Brasil**, o tema Geologia apresentou o que pode ser considerado um complemento ao primeiro volume, que é a subdivisão das províncias estruturais em subunidades, ou domínios tectônicos, denominados subprovíncias estruturais. Essa compartimentação agrupa as unidades litoestratigráficas diretamente envolvidas na sua formação, ou deformação, e na transformação geodinâmica. Tais eventos estão relacionados diretamente à dinâmica interna da Terra, mais precisamente à movimentação/ interação de fragmentos da litosfera conhecidos como placas tectônicas.



Fonte: IBGE. Acesso em: [https://geofp.ibge.gov.br/informacoes\\_ambientais/estudos\\_ambientais/macrocaracterizacao/mapa/subprovincias\\_estruturais\\_20200727.pdf](https://geofp.ibge.gov.br/informacoes_ambientais/estudos_ambientais/macrocaracterizacao/mapa/subprovincias_estruturais_20200727.pdf)

## Métodos e documentos de referência

### Revistas e manuais técnicos

13

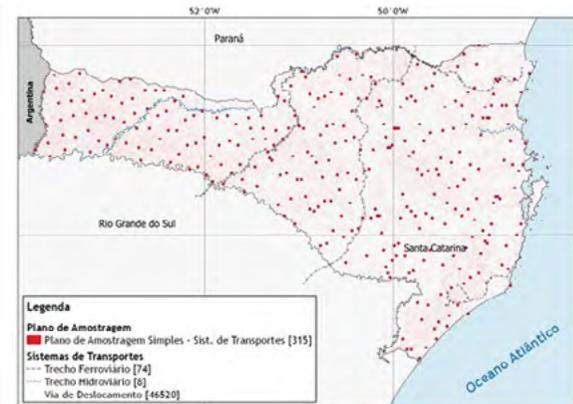
Amplificar a disseminação e a comunicação com usuários e sociedade

São publicações voltadas para a sociedade com o objetivo de apresentar conceitos e metodologias das atividades de Geociências. Em 2020, foram disponibilizados dois volumes da Revista Brasileira de Geografia (RBG). Trata-se de uma publicação científica digital, que busca intensificar o intercâmbio do IBGE com instituições de ensino, pesquisa e demais instituições que produzem reflexões sobre diferentes dimensões da sociedade brasileira, porque acredita que a produção de informações não pode prescindir desse contato, sob pena de tornar-se descolada da realidade que pretende retratar.

O segundo número do volume 64 da RBG contou com dois artigos e duas resenhas, abordando temas como uso sustentável de solos e relações luso-brasileiras no domínio da geografia. O primeiro número do volume 65 da Revista publicou três artigos e uma resenha, discorrendo sobre temas como a intensa modificação e contaminação de rios que cruzam as grandes cidades, a formação de cadeias produtivas e o planejamento regional na França do século XX, entre outros.

Também foi disponibilizado o **Manual de Serviço de Procedimentos de Inspeção de Qualidade de Bases Cartográficas Contínuas**, manual técnico que tem como objetivo nortear a realização das inspeções de qualidade das bases citadas, estruturadas em formato vetorial. A publicação facilita, com abordagem prática, o entendimento e a aplicação dos conceitos e normas descritos no Manual Técnico de Geociências de Avaliação da Qualidade de Dados Geoespaciais, cuja 2ª edição foi publicada em 2019.

Cabe, ainda, destacar, como ação de melhoria, a atualização do documento denominado “Especificação Técnica de Aquisição de Dados Geoespaciais para a Base Cartográfica Contínua do Brasil na Escala 1:100.000”, que tem como objetivo principal definir as diretrizes e critérios a serem adotados para a aquisição dos elementos que devem estar presentes na Base Cartográfica Digital Contínua do Brasil na escala 1:100.000 (BC100). Produzida no âmbito da Coordenação de Cartografia do IBGE, tem como finalidade a



Capa da nova edição do manual de Procedimentos de Inspeção de Qualidade e exemplo de Plano de Amostragem  
Fonte: IBGE.

obtenção de uma padronização da atividade de extração de feições durante a construção dessa base. O documento encontra-se consolidado e em fase de preparação para ser submetido à consulta pública perante a sociedade.

### Outros documentos técnicos

No âmbito da colaboração com o Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), o IBGE forneceu insumos e subsídios para as Políticas Nacionais de Desenvolvimento Regional e de Desenvolvimento Urbano.

6

Promover a pesquisa acadêmica e a extensão integradas à produção institucional

Com a iniciativa de uniformizar as diferentes maneiras de representar o relevo, o IBGE lançou o Relatório Técnico do 1º Workshop sobre o Sistema Brasileiro de Classificação do Relevo. Ele reúne as diretrizes e deliberações referentes à construção do Sistema, estabelecidas a partir das apresentações, debates e sessões de trabalho em grupo no evento formalizando os compromissos assumidos pela comunidade científica. Este trabalho dialoga com a metodologia e padronização para mapeamento de relevo já consagradas nos manuais técnicos do IBGE.

## Infraestrutura nacional de dados espaciais



Outro tema que merece destaque é a atuação do IBGE na **Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE)**. A INDE, dentre outros objetivos, visa o compartilhamento de dados e informações geoespaciais que se encontram dispersos nas várias instituições do setor público. Até pouco tempo, essas informações mantinham-se isoladas, servindo apenas a fins setoriais e departamentais específicos, sua

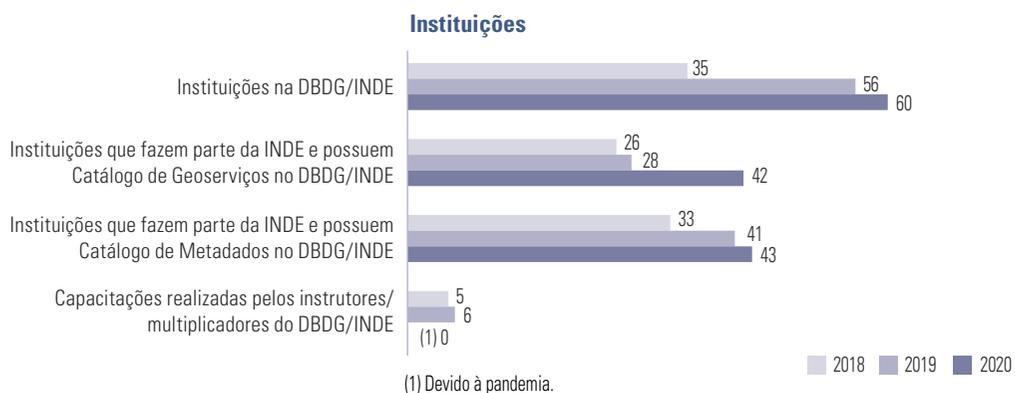
existência e localização eram, muitas vezes, desconhecidas. Isso obrigava o usuário, não raramente, a acessar várias fontes em busca dos dados e informações e a submetê-los a complexos e demorados processos de integração. A INDE vem, gradualmente, modificando esse quadro, ao propiciar os mecanismos institucionais, normativos e tecnológicos que permitem aos usuários localizar, explorar e acessar os dados e as informações geoespaciais de que necessitam. O IBGE desempenha vários papéis relevantes na implantação da INDE: é um dos principais produtores de dados geoespaciais de referência e temáticos do país e, também, de produtos de geoinformação de alto valor agregado; é o gestor do Diretório Brasileiro de Dados Geoespaciais (DBDG), como é chamada a rede de servidores que reúne produtores de dados geoespaciais e usuários, por meio da In-

ternet; é o criador e mantenedor do geoportal oficial da INDE; além de apoiar tecnicamente as instituições integrantes do DBDG, prover capacitações e participar da elaboração de normas e padrões.

O Portal da INDE, que dá acesso aos recursos distribuídos do DBDG, foi inaugurado em 10 de abril de 2010 e, desde então, vem evoluindo gradualmente.

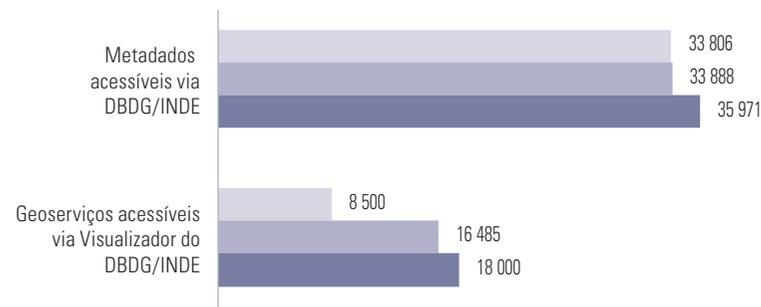
A expansão e a evolução passam, necessariamente, pelo fortalecimento institucional da INDE e do IBGE em seu papel de Gestor do DBDG e de captador dos recursos necessários para assegurar o crescimento e o sucesso dessa importante iniciativa do Estado brasileiro.

### Indicadores da INDE



Fonte: IBGE.

### Metadados e Geoserviços



## Ensino superior, pesquisa e extensão

Valor: Gerar e difundir conhecimentos em estatísticas sociais, econômicas, demográficas e em geociências.

3

**Fortalecer a difusão de conhecimento**

Fonte: IBGE, Mapa Estratégico 2017-2027.

Ensino superior, pesquisa e extensão é uma segunda importante linha de negócio de competência do IBGE, que tem como principais valores entregues para a sociedade a geração e difusão de conhecimentos em: estatísticas sociais, econômicas demográficas e em geociências. Os resultados alcançados contribuíram com as diretrizes existentes no Programa Temático Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão, do PPA 2020-2023.

As Geociências englobam um conjunto de disciplinas científicas sobre o estudo da Terra que contribuem para uma visão integrada do ambiente, uma compreensão da relação do ser humano com a natureza e da apropriação e uso dos recursos naturais. São orientadoras dos processos de gestão e organização do espaço territorial e da proteção ao meio ambiente. Juntamente com as Geociências, encontra-se a Estatística, ampliando a capacidade de conhecimento da realidade sociodemográfica e econômica do país.

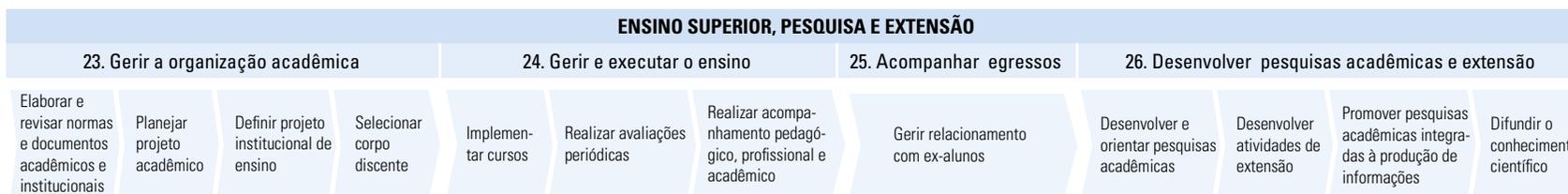
O que se conhece como Ciências Estatísticas ou simplesmente Estatística, é o conjunto de técnicas e métodos de pesquisa e análise de dados que, entre outros tópicos, envolve o planejamento do experimento a ser realizado, a coleta qualificada dos dados, a inferência, o processamento, a análise e a disseminação das informações.

O desenvolvimento e o aperfeiçoamento das técnicas estatísticas de obtenção e análise de

informações permitem o controle e o estudo adequado de fenômenos, fatos, eventos e ocorrências em diversas áreas do conhecimento.

A Estatística tem por objetivo fornecer métodos e técnicas para lidarmos racionalmente com situações sujeitas a incertezas.

O crescente uso da Estatística vem ao encontro da necessidade de realizar análises e avaliações objetivas, fundamentadas em conhecimentos científicos. As informações estatísticas são concisas, específicas e eficazes, fornecendo, assim, subsídios imprescindíveis para a tomada racional de decisão. Nesse sentido, a Estatística fornece ferramentas importantes para que as empresas e instituições possam definir suas metas, avaliar sua performance, identificar seus pontos fracos e atuar na melhoria contínua de seus processos. Na prática, a Estatística pode ser empregada como ferramenta fundamental em várias outras ciências.



### VALOR PÚBLICO GERADO

► Gerar e difundir conhecimentos em estatísticas sociais, econômicas, demográficas e em geociências

Fonte: IBGE, Cadeia de Valor do IBGE.

O IBGE, por meio da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE), executa ações relativas ao ensino e à pesquisa, com oferta de Programas de Pós-Graduação Stricto e Lato Sensu e um curso de graduação em Estatística, iniciados em 1998, 1997 e 1953, respectivamente.

O curso de Mestrado foi implementado em 1998 e reformulado para incluir um curso de doutorado. Inicialmente chamado de mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais, o programa de pós-graduação stricto sensu teve sua nomenclatura alterada, em 2014, para População, Território e Estatísticas Públicas, com o início da 1ª turma de doutorado em 2015. Atualmente, conta com 379 dissertações de mestrado e 11 teses de doutorado defendidas. Desde 1997, a Escola oferece a Especialização em Análise Ambiental e Gestão do Território, curso Lato Sensu, com 259 monografias concluídas. Na graduação, já foram formados 1.969 bacharéis em Estatística até 2020.

O curso de pós-graduação Stricto Sensu, que exige dedicação integral por parte dos alunos, tem como objetivo a formação de pessoal qualificado para atividades de docência, pesquisa e de profissionais que possam desenvolver abordagens teóricas, métodos e práticas para a produção, análise, interpretação, preservação e disseminação de estatísticas e informações que ampliem o conhecimento da realidade demográfica, econômica, social, territorial e ambiental do País.

A partir de 2014, com a reformulação do Programa e inclusão do nível de doutorado, ele passou a ser organizado em duas linhas de pesquisa, intrinsecamente relacionadas às atividades de pesquisa rea-

lizadas no IBGE: População; Território e Condições de Vida; e Produção de Estatísticas Públicas. A primeira linha, tem como objetivo o estudo da dinâmica populacional e territorial e das condições de vida da população, principalmente a partir do uso de indicadores e do emprego de métodos e modelos que reflitam tais dinâmicas, explorando as bases de dados existentes, a partir de informações quantitativas e qualitativas. Já a segunda, tem como foco o estudo de questões ligadas ao planejamento e à condução de levantamentos como censos, pesquisas amostrais e registros administrativos usados para a produção de estatísticas públicas que retratem o estado e a dinâmica populacional e territorial e as condições de vida da população.

Durante 2020, atuaram, nos três cursos, o quantitativo de docentes descrito na tabela a seguir. Dada a organização trimestral dos cursos de pós-graduação e as atividades de orientação de trabalhos de conclusão de curso (dissertações e teses), o total de docentes é fixo ao longo do ano, sendo o mesmo em ambos os semestres. Destaca-se que, na Especialização, o quantitativo de colaboradores é superior aos outros dois programas (graduação e pós stricto sensu) dado o caráter temático do curso, que relaciona áreas do saber específicas em geociências e, conseqüentemente, é concebido com a forte colaboração de profissionais lotados na Diretoria de Geociências do IBGE.

**Número de professores em 2020**

	Docentes		2020/1	2020/2
	Graduação em Estatística	Permanentes		27
Colaboradores			3	2
Mestrado/Doutorado	Permanentes		15	15
	Colaboradores		2	2
Especialização	Permanentes		6	6
	Colaboradores		14	14

Fonte: IBGE, ENCE.

Na Graduação em Estatística, foram oferecidas 44 turmas no primeiro semestre letivo (32 referentes às disciplinas obrigatórias e 12 às disciplinas eletivas) e 42 turmas no segundo semestre letivo (32 referentes às disciplinas obrigatórias e 10 às disciplinas eletivas). Os cursos de pós-graduação contam com um número inferior de turmas, dado que nos níveis de mestrado e especialização as disciplinas são cursadas durante um ano e, no doutorado, durante 2 anos. As informações sobre o número de turmas abertas em 2020 constam na tabela a seguir.

**Número de turmas abertas em 2020**

Nível	Graduação (semestre)		Pós-Graduação Stricto Sensu (trimestre)			Pós-graduação Lato Sensu (trimestre)		
	2020/1	2020/2	2020/1	2020/2	2020/3	2020/1	2020/2	2020/3
Período								
Disciplinas obrigatórias	32	32	3	3	2	11	9	10
Disciplinas eletivas	12	10	2	4	3	0	0	0
Total	44	42	5	7	5	11	9	10

Fonte: IBGE, ENCE.

Em 2020, na graduação em Estatística, foram registrados 280 alunos matriculados no primeiro semestre letivo e 326 alunos matriculados no segundo, em dois turnos, manhã e noite. No programa de pós-graduação stricto sensu, em 2020, 69 alunos estiveram regularmente matriculados. Desses, 23 foram alunos ingressantes em 2020, sendo 13 em nível de mestrado e 10 de doutorado. Estiveram, ainda, com matrículas regulares, 27 alunos no mestrado e 19 alunos no doutorado – ingressantes em 2017, 2018 e 2019, no caso do doutorado, e em 2018 e 2019, no caso do mestrado. No tocante ao curso de Especialização em Análise Ambiental e Gestão do Território, em 2020 matricularam-se no curso 22 alunos (turma regular 2020). Ao final do ano, há 16 matrículas ativas cumprindo os créditos das disciplinas e, portanto, houve 6 trancamentos do curso/abandono (o trancamento foi permitido excepcionalmente nesse ano devido à pandemia). Além dessas 16 matrículas, há 22 alunos da turma 2019 em elaboração de monografia (cujo prazo para defesa foi estendido para fevereiro/2021, também devido à pandemia).

Os processos seletivos para ingresso de alunos de 2020 ofertaram 120 vagas na graduação, sendo 60 vagas para o turno noturno (1.o semestre letivo) e 60 vagas para o turno matutino (2.o semestre). Na graduação, o número de candidatos inscritos no Processo Seletivo Discente (PSD 2020) chegou a 430, no primeiro semestre letivo, e 418, no segundo, com a relação candidato/vaga aproximadamente igual a 7 em cada semestre. Para os Programas stricto sensu (Mestrado e Doutorado) e lato sensu (Especialização), são feitos processos seletivos anuais, ofertando até 24 vagas para o mestrado, até 10 vagas para o doutorado e até 30 vagas para a especialização.

Para a seleção dos ingressantes em 2021, os processos foram realizados em 2020. As informações sobre os processos seletivos constam na tabela a seguir.

**Número de candidatos e relação de candidatos por vaga no PSD 2020**

Nível	Graduação (semestre)		Mestrado	Doutorado	Especialização
	2020/1	2020/2			
Período	2020				
Número de candidatos	430	418	71	34	125
Candidatos por vaga	7,2	7,0	2,95	3,4	4,16

Fonte: IBGE, ENCE.

Os totais de alunos com conclusão de curso em 2020, por nível de ensino, podem ser observados na tabela a seguir.

**Número de alunos concluintes por nível de ensino em 2020**

Nível	Alunos concluintes
Graduação*	18
Mestrado	16
Doutorado	6
Especialização	3

\*Como o segundo semestre letivo de 2020 ainda está em andamento, o valor apresentado se refere ao número de alunos concluintes na graduação apenas no primeiro semestre letivo de 2020.

Fonte: IBGE, ENCE.

No contexto da pandemia da COVID-19, a ENCE se destacou pela resposta rápida, em relação à retomada das atividades de ensino remoto e síncrono, por meio do uso de tecnologias de comunicação

e informação. A retomada do ensino, em maio de 2020, apenas dois meses após a suspensão das atividades presenciais, minimizou os impactos sobre o cronograma de aulas e atividades, bem como na vida profissional futura dos alunos. Não só foram retomadas as aulas, mas, também, a apresentação de trabalhos, as avaliações, os exames de qualificação e as defesas de trabalho de final de curso (monografia, dissertação e tese), bem como as capacitações e os treinamentos. Tal contexto representou, ao mesmo tempo, desafios (adequação quanto ao uso de plataformas on-line, organização de conteúdos para disponibilização aos discentes, dinâmica das avaliações) e avanços, uma vez que as principais dificuldades foram superadas.



Durante o verão de 2020 (nos meses de janeiro e fevereiro) foi oferecida, pela Pós-Graduação, a disciplina Tópicos Especiais: Perspectiva de Gênero em Pesquisas Sociais, que teve 12 matrículas de alunos regulares e outras 3 de alunos avulsos (externos). Pela Coordenação de Graduação, foram oferecidos os cursos: “Conceitos de bioestatística e epidemiologia”, com 29 alunos matriculados; “Excel”, com duas turmas com 16 alunos matriculados em cada; “VBA”, com duas turmas com 16 alunos matriculados em cada; “Gestão emocional: autocontrole para

o trabalho”, com 29 alunos matriculados; e “Estratégias de comunicação para estatísticos: combinando hard e soft skills”, com 20 alunos matriculados.

Nos dois meses que as aulas ficaram suspensas devido à pandemia associada à COVID-19, foram oferecidos aos alunos da Graduação da ENCE os seguintes cursos a distância: “Elaboração de gráficos e tabelas”, “Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA)” e “Princípios fundamentais das estatísticas oficiais”.

Também é importante destacar que, mesmo de forma remota, a Graduação da ENCE promoveu os seguintes eventos: Mostra de Talentos da ENCE, Comemoração ao Dia do Estatístico, Comemoração ao Dia Mundial da Estatística, IV Semana de Iniciação Científica e o 2º Workshop ENCE e o Mercado de Trabalho.

Como incentivo ao desenvolvimento acadêmico e profissional dos alunos, houve a oferta de bolsas nos cursos de graduação, mestrado e doutorado.

Na graduação, foram oferecidas 7 bolsas de monitoria, tanto no primeiro semestre letivo, quanto no segundo. Assim, a participação dos discentes em atividades de apoio didático e de pesquisa foi garantida. Com o intuito de estimular o desenvolvimento do pensamento científico e facilitar a iniciação nas atividades de pesquisa dos estudantes, é mantido o Programa de Iniciação Científica, contando, em 2020, com 10 bolsas do CNPq por mês, ao longo do primeiro semestre letivo de 2020 e, no segundo semestre letivo, com 9 bolsas, sendo 5 delas oferecidas pelo CNPq.

O Projeto Ação Afirmativa - Inclusão Social, cujo objetivo é propiciar condições de permanência do

aluno da graduação com carência financeira e, conseqüentemente, maior dedicação aos estudos e aumento no rendimento escolar, contou, em 2020, com 9 bolsas-auxílio por mês, ao longo do primeiro semestre letivo, e mais outras 9, no segundo semestre letivo.

**6**  
**Promover a pesquisa acadêmica e a extensão integradas à produção institucional**

No programa de pós-graduação stricto sensu, foram ofertadas 13 bolsas com recursos do programa de Demanda Social, oferecida pela CAPES, no mestrado; e 7, no doutorado. Adicionalmente, também foram implementadas bolsas financiadas pelo IBGE, com 3 bolsistas de doutorado e 1 aluno bolsista de mestrado. Em 2020, 4 alunos de doutorado realizaram estágio de docência em disciplinas dadas na Graduação. Ainda em 2020, foi mantido o projeto de cooperação do IBGE com o Ministério do Turismo, iniciado em 2019, com a oferta de bolsas de estudo para realização de pesquisas na área de turismo e com uso da PNAD Contínua. Foram ofertadas 5 bolsas, sendo 2 de mestrado e 3 de doutorado. Ainda, foram realizadas 10 defesas de Mestrado e 1 de doutorado, durante o período de isolamento, reafirmando o compromisso de docentes e discentes quanto aos prazos regularmente assumidos para a conclusão desses níveis de ensino.

Os estágios realizados pelos alunos da graduação são acompanhados regularmente. Ao todo, 26 alunos realizaram estágio supervisionado durante o ano de 2020, com a remuneração média de R\$ 1.423,35. As atividades de estágio dos alunos são sempre reguladas por meio de convênios firmados pelo IBGE/ENCE com as empresas contratantes.

É relevante destacar, também, a participação de docentes e discentes em eventos científicos nacionais

e internacionais ao longo de 2020, em especial no segundo semestre de 2020 e de forma remota.

Além das atividades de docência em sala de aula, os professores da ENCE participaram de projetos de pesquisa, sendo muitos contemplados em editais por agências de fomento; realizaram orientações de trabalhos de final de curso/monografias/dissertações/teses; tiveram publicações em pelo menos um periódico classificado pelo Qualis da CAPES (sistema da Capes utilizado para estratificação da qualidade de artigos publicados em periódicos científicos); participaram de comitês, comissões, comitês editoriais de periódicos científicos, na organização de eventos pertinentes à Estatística, Geociências, Demografia e ao IBGE; além de compor quadros de diretorias de associações científicas, como a ABEP e o IASI.



## Outros resultados

A seguir, são apresentados os principais resultados e ações realizadas relacionados aos objetivos estratégicos priorizados no período.

## Registros administrativos

**4**  
**Ampliar e aprimorar procedimentos para recepção e uso de registros administrativos**

Uma série de bases de dados de registros administrativos foi incorporada às pesquisas para complementar e melhorar seus processos, além de terem sido realizadas etapas

preparativas para o aproveitamento de novos registros em outras pesquisas. Abaixo, segue a lista de iniciativas do IBGE nesse sentido:

**I.** Utilização de bases de registros administrativos externos e internos para pareamento de informações, nas pesquisas domiciliares PNAD Contínua e PNAD COVID19, realizadas de forma pioneira por telefone, com a finalidade de identificação dos números de telefone dos moradores. Foram 9 (nove) bases no total: Auxílio Emergencial, Cadastro Único, Receita Federal, Sercomtel, Base dos Servidores, Vivo, Anatel, Ministério da Saúde e Oi;

**II.** Utilização de registros administrativos nos experimentos de pareamento do Censo Agro 2017 para a construção e atualização do Banco de Dados Integrados sobre Agropecuária (BDIAgro), com dados fornecidos pela Secretaria de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins, pela Secretaria de Defesa Agropecuária do Estado do Pará e com o Cadastro Central de Empresas (CEMPRE), em articulação também com o Ministério da Economia;

**III.** Utilização de imputação da base de dados do Sistema Nacional de Informações de Saneamento (SNIS) para uso na Conta da Água, em pesquisas de Contas Nacionais;

**IV.** Realização do estudo de possibilidades de uso de registros administrativos para auxiliar na crítica e validação das séries de comércio eletrônico provenientes dos dados da Pesquisa Anual do Comércio (PAC), em articulação com a Subsecretaria do Ministério da Economia (antigo MDIC), que realizou estudo de batimento dos dados da PAC e dos provenientes da NF-e, além da tabulação com algumas variáveis da base da ECF/Receita Federal, a fim de identificar potencialidade de uso nesse tema;

**V.** Aprimoramento dos programas de crítica interna da Pesquisa Anual de Serviços (PAS), utilizando os dados administrativos do Sistema Integrado de Comércio Exterior de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio (Siscoserv). Infelizmente, esse sistema informatizado desenvolvido pelo Governo Federal com o objetivo de aprimorar as ações e orientações relacionadas à exportação e importação de serviços e intangíveis entre residentes/domiciliados no Brasil e estrangeiros será descontinuado. Porém, para o ano de 2020 os aprimoramentos ocorreram e foram implementados de forma satisfatória;

**VI.** Desenvolvimento de estudos de pareamento das bases de dados do Registro Civil do IBGE com as bases de dados do Sistema Nacional de Informações de Registro Civil (SIRC). O objetivo principal é avaliar a cobertura e qualidade dos dados, com vistas a futura possibilidade de recebimento dos dados dos cartórios via SIRC, substituindo a coleta feita por servidores em contato direto com esses estabelecimentos;

**VII.** Acordo de Cooperação Técnica com Ministério da Justiça, Polícia Federal e UnB para parear, harmonizar, sistematizar e disseminar registros administrativos sobre migrações internacionais e refúgio, entre eles autorizações de trabalho, autorizações de residência, movimentação pelos postos de fronteiras, solicitações e concessão de refúgio, RAIS, CAGED;

**VIII.** Criação do GT Migração para trabalhar com registros administrativos que possam orientar o comportamento da mobilidade espacial interna da população, envolvendo pesquisadores da UFMG, UFRN, UNICAMP, ENAP e ENCE. Os registros a serem investigados serão os da RAIS, INEP e CadÚnico;

**IX.** Compatibilização das bases de dados do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), do Ministério da Saúde, do Cadastro Central de Empresas (CEMPRE) e do cadastro da Pesquisa de Assistência Médica Sanitária (AMS) 2009, para a elaboração do cadastro da AMS 2022/2023; e

**X.** Preparação do Informativo Estatísticas de Gênero 2ª edição, a ser divulgado em 2021, por meio das seguintes bases:

- Censo do Ensino Superior do INEP, Ministério da Educação;
- Repositório de dados eleitorais, do Tribunal Superior Eleitoral; e
- Sistema de Informações de Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde.

## Tecnologia

5

Implementar novas estratégias de aquisição de dados

17

Adotar soluções genéricas de TI

18

Garantir o nivelamento tecnológico dos projetos institucionais

Em tecnologia, o IBGE tem trabalhado para caminhar em direção ao *Big Data*, ao uso de novas ferramentas de coleta, como o *Web Scraping*, e rumo à adoção de diferentes formas de processamento e de armazenamento de dados. Em 2020, destacam-se as seguintes iniciativas:

**I.** Estudos de viabilidade do uso de técnicas de *Web Scraping* para coleta de preços on-line de hospedagem. Atualmente apenas os preços de passagens aéreas são coletados dessa maneira;

**II.** Uso de *Application Programming Interface* (API) para coleta de tweets relacionados ao IBGE. O projeto, em fase de conclusão, visa a monitorar mensagens no Twitter que possam prejudicar a imagem do IBGE, além de identificar grandes temas nos tweets que estejam relacionados ao IBGE;

**III.** Desenvolvimento de um projeto de utilização do sensoriamento remoto para auxiliar a produção de estatísticas agropecuárias, reduzindo a subjetividade que permeia algumas pesquisas. Uma primeira versão do projeto ficou pronta em 2020, mas deve evoluir em 2021;

**IV.** Implantação, ainda em desenvolvimento, dos questionários das pesquisas agropecuárias no Dispositivo Móvel de Coleta (DMC), o mesmo utilizado na PNAD Contínua e em outras pesquisas do IBGE, de modo a substituir os questionários em papel utilizados hoje por questionários eletrônicos;

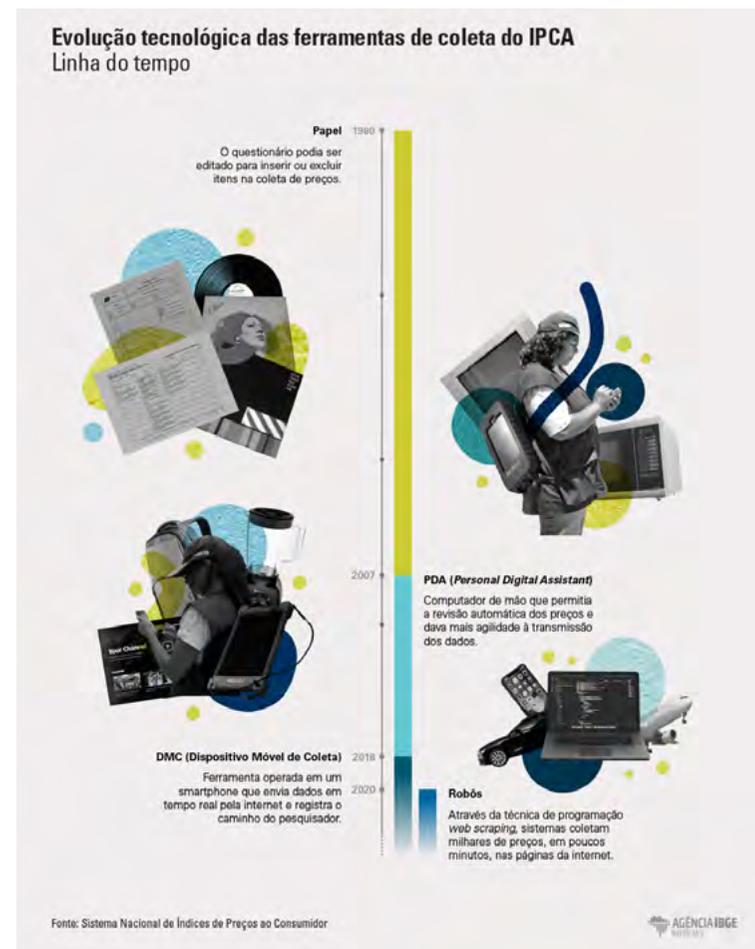
**V.** Automatização de diversos processos de análise de resultados, crítica e divulgação das pesquisas estruturais por empresa (PAS, PAC, PIA-Empresa, PIA-Produto e PAIC), por meio de programas em SAS e R, com ganho de produtividade e diminuição de erros;

**VI.** Estudos para aplicação de novas ferramentas que possibilitem a confecção de dashboards interativos e automatizados para as pesquisas especiais por empresa, como a PINTEC, como soluções em *Power BI*, em *Python* e *R Markdown*;

**VII.** Realização da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC) 2020 e da Pesquisa de Informações Básicas Estaduais (ESTADIC) 2020, com a coleta sendo realizada pela primeira vez por sistema via web e questionário editável.

A evolução das geotecnologias, em 2020, se deu através da inclusão de imagens orbitais de alta resolução por meio de geosserviços incorporados aos aplicativos de diagnose e controle geoespacial de alterações do território, somada à exploração de registros administrativos

de outras instituições. Com isso, foi possível a visualização de todos os pontos do território nacional tendo resultado no crescimento de 42% dos setores censitários em relação ao Censo 2010. Em razão das referidas ações também foi possível ampliar a localização de povoados em 65%,



de lugarejos em 257% e chegou-se ao patamar de 4.357 núcleos urbanos, 41.375 aglomerados rurais, 5.777 agrupamentos indígenas e 2.349 agrupamentos quilombolas.

O IBGE também está investindo em programas de capacitação em Ciência de Dados para criação de metodologias que permitam a obtenção e a validação de informações colaborativas, como contribuição da sociedade para incorporação a produtos do IBGE, consoante o **Projeto Estratégico 17** – Geoinformação Colaborativa.

### Pesquisas amostrais

1

Ampliar a cobertura e o detalhamento das pesquisas estatísticas e dos levantamentos geocientíficos

4

Ampliar e aprimorar procedimentos para recepção e uso de registros administrativos

5

Implementar novas estratégias de aquisição de dados

Em 2020, o IBGE manteve o foco estratégico no aprimoramento e fortalecimento das pesquisas amostrais, como pode ser observado nas iniciativas apresentadas a seguir:

- I. Estudos sobre sigilo nos microdados da Pesquisa Nacional da Saúde do Escolar (PeNSE);
- II. Elaboração do plano amostral da Pesquisa Nacional da Agropecuária (PNAGRO), ainda a ser implementada, com base no cadastro do Censo Agropecuário 2017;
- III. Estudos para elaboração da Pesquisa de Consumo Intermediário (PCI);

IV. Elaboração do plano amostral da Pesquisa de Inovação Tecnológica (PINTEC) Semestral, que deverá ir a campo em breve;

V. Elaboração do plano amostral da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios COVID19 (PNAD COVID19);

VI. Elaboração do plano amostral, expansão, crítica dos dados e plano tabular da Pesquisa Pulso Empresa;

VII. Seleção da amostra da Pesquisa de Pós-Enumeração do Censo 2021;

VIII. Estudos sobre a pesquisa da qualidade da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) 2019;

IX. Estudos para a definição de frações amostrais diferenciadas para as Terras Indígenas e Territórios Quilombolas;

X. Elaboração de guia com as formas de apresentação de erros amostrais associados às estimativas obtidas a partir de pesquisas por amostragem probabilística;

XI. Avaliação de questões relacionadas à coleta das novas amostras e soluções para futuras alterações cadastrais da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) e da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS); e

XII. Atividades de crítica e imputação no módulo da parceria de Aspectos de Segurança e Vitimização da PNAD Contínua, que irá a campo em 2021, do Censo 2021, da PeNSE 2019 e da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2017-2018.

### Inserção internacional

11

Aumentar a inserção internacional

A inserção internacional é uma estratégia importante para o IBGE, não apenas para contribuir com os demais países na produção estatística e geocientífica, mas, também, para interagir com sistemas avançados de produção de informações.

Institucionalmente, o IBGE segue ocupando posições relevantes dentro e fora do país. A singularidade e representatividade do Órgão confere ao Instituto um papel de destaque nos cenários nacional e internacional. Como uma instituição de excelência, o IBGE mantém amplo diálogo com as instituições similares em todo mundo, representando o Brasil no ambiente estatístico e geocientífico internacional.

A participação em eventos internacionais reforça o papel de excelência da Instituição, que mesmo em um cenário de pandemia esteve presente, em 2020, nos seguintes eventos:

- I. 17ª Reunião do Comitê de Estatísticas e Políticas Estatísticas da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE);
- II. 68ª Reunião Plenária da Conferência dos Estatísticos Europeus (CES);
- III. 3ª Reunião do *Friends of the Chair Group on Economic Statistics*, da ONU;
- IV. 12º Reunião dos Institutos de Estatística dos BRICS;
- V. 8º Fórum Estatístico do Fundo Monetário Internacional;

**VI.** Reunião Especializada de Estatísticas do Mercosul (REES);

**VII.** Fórum Virtual de Alto Nível sobre Gestão Global de Informações Geoespaciais das Nações Unidas;

**VIII.** 15º Encontro do Comitê de Especialistas em Contabilidade Ambiental-Econômica da ONU (UNCEEA);

**IX.** 10º Sessão do Comitê de Especialistas em Gestão Global de Informações Geoespaciais das Nações Unidas (UN-GGIM);

**X.** 26ª Reunião do London Group on Environmental Accounting;

**XI.** 7ª Reunião do Expert Group on Environment Statistics (EGES);

**XII.** 17ª, 18ª e 19ª Reuniões do Expert Group on National Quality Assurance Frameworks (EG-N-QAF), realizadas em 13/02, 30/09 e 28/10, respectivamente, pela plataforma webex;

**XIII.** 7ª Sessão do Comitê do UN-GGIM Américas, na qual foi aprovado o novo grupo de trabalho de Geodésia *Global Reference Frame for Americas* (GRFA);

**XIV.** Organização internacional do Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas (SIRGAS), com a participação na coordenação dos *webinars* nacional e internacional, na organização do Simpósio Científico SIRGAS 2020 e nas reuniões do Conselho Diretor e dos Grupos de trabalho técnicos.

Além das atividades internacionais alinhadas à agenda 2030 dos Objetivos do Desenvolvi-

mento Sustentável (ODS), em 2020, merece destaque a participação da Diretoria de Geociências do IBGE no Grupo de Trabalho de Estatísticas Ambientais - CEA CEPAL, focado na proposta de produção de Estatísticas Ambientais a partir de fontes não convencionais, especialmente baseadas em registros administrativos ambientais e observação da terra.

Em 2020, o IBGE passou a ofertar o curso Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais na plataforma *UN SDG: Learn*, portal da Organização das Nações Unidas (ONU), que disponibiliza uma série de iniciativas de aprendizagem relacionadas aos ODS. Cabe ressaltar que o IBGE é o primeiro instituto nacional de estatística a oferecer cursos nessa plataforma.

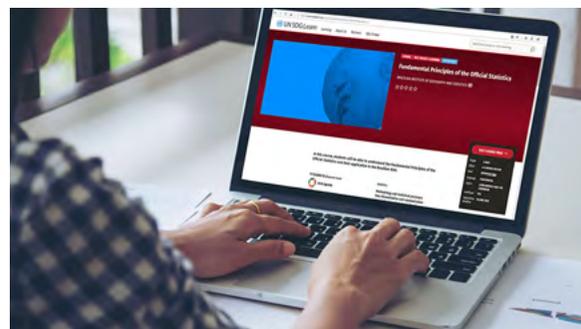


Foto: Montagem sobre foto de Suksao/Freepik.

### Disseminação e comunicação

13

**Amplificar a disseminação e a comunicação com usuários e sociedade**

São fundamentais as iniciativas para amplificar a disseminação e ampliar o uso das informações estatísticas e geocientíficas produzidas pelo IBGE. Merecem destaque algumas das ações realizadas em 2020.

Em abril de 2020, o IBGE lançou o *hotsite* **IBGE COVID-19** (<https://covid19.ibge.gov.br>). Um canal que reúne as iniciativas realizadas e as ações em desenvolvimento em relação aos estudos e pesquisas do IBGE para apoiar os esforços no combate à COVID-19. Na página foram disponibilizados resultados de pesquisas, informações sobre parcerias com outros órgãos públicos e as mudanças nas rotinas e projetos do Instituto durante o período de distanciamento social. Também foram divulgados painéis com informações e mapas interativos mostrando dados relevantes para a tomada de decisões sobre saúde, sociedade e economia, apresentados por Unidades da Federação, Regiões de Influência e municípios, associados à ocorrência de casos confirmados de COVID-19.



Exclusivamente para fundamentar a estrutura territorial do *hotsite*, foi antecipada a disponibilização dos arquivos da divisão político-administrativa municipal do Brasil. Os setores censitários também foram disponibilizados para suportar análises de informações associadas à COVID-19, com diferenciação segundo características urbanas ou rurais, indicação de terras Indígenas, territórios quilombolas, aglomerados subnormais, alojamentos/acampamentos, instituições de acolhimento de idosos e crianças, conventos e hospitais, além de estimativas aproximadas de domicílios, não representando a realidade de famílias instaladas.

Por ocasião das primeiras divulgações dos resultados da PNAD COVID19, em junho de 2020, foi lançado junto com o hotsite IBGE COVID-19, uma **Landing page** (<https://covid19.ibge.gov.br/doeseutempo>) com todos os itens da campanha de divulgação da pesquisa.

Essa nova página funciona como repositório de todo o conteúdo da campanha da PNAD COVID19 para facilitar a organização das mídias e a busca para o público externo em navegadores da internet.

Logo na sequência, em junho de 2020, foi realizada uma **live no perfil do IBGE Oficial no Instagram**, com a participação do jornalista Fernando Rocha e do diretor-adjunto de pesquisas, Cimar Azeredo, para apresentar e explicar a pesquisa PNAD COVID19. Até o final de 2020, o vídeo da *live*, que está disponível no canal IGTV do IBGE, teve mais de 6 mil visualizações.

Em setembro, foi lançado no ambiente do hotsite IBGE COVID-19 o Painel COVID-19 Síntese por Município, que permite ao usuário selecionar um município de interesse e visualizar, no respectivo mapa, informações consolidadas em 25 indicadores relevantes para o planejamento de ações de apoio ao enfrentamento da pandemia. Os dados são apresentados nas categorias População vulnerável, Capacidade de resposta do sistema de saúde e Acompanhamento da pandemia. O painel foi produzido a partir do cruzamento de pesquisas do IBGE com informações da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) e do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), ambos do Ministério da Saúde, e da Fiocruz.

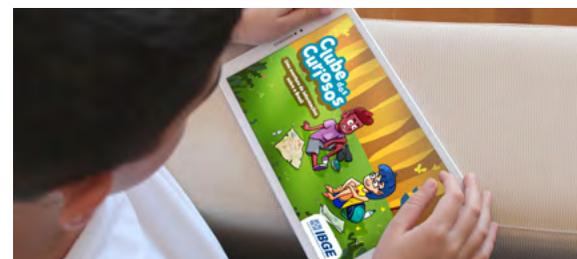
Os mapas interativos trazem também as regiões de saúde identificadas pela pesquisa Regiões de Influência das Cidades – REGIC 2018, que reúnem municípios de acordo com o destino principal ao qual a população recorre para a obtenção de serviços de saúde de baixa e média complexidades.

Também teve destaque nesse ano, o lançamento da Calculadora IPCA, no portal do IBGE, que permite ao usuário atualizar um valor pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), simulando a correção de uma quantia numa determinada data e saber o valor correspondente numa outra data.

Foi realizada a integração da **Loja Virtual** do IBGE (<https://loja.ibge.gov.br>) ao Pagtesouro, com ampliação das formas de pagamento por meio da modalidade PIX. A nova forma de pagamento possibilita maiores agilidade e praticidade para os usuários que desejarem adquirir publicações e serviços do IBGE.

Ao longo do ano de 2020, o **IBGEeduca**, que serviu como base de pesquisa e inspiração para professores e estudantes do país num momento em que a maior parte das escolas trabalhou com ensino remoto, teve como destaques:

- O webinar “Conhecendo o portal IBGE Educa: uma oportunidade pedagógica para o Ensino de Geografia, realizado para a Rede Estadual de Educação do Paraná, com mais de 3500 visualizações;
- O lançamento do livro digital infantil “Clube dos Curiosos”, uma publicação interativa, voltada para crianças dos anos iniciais do Ensino Fundamental, com informações sobre o Brasil e com uma abordagem lúdica;



- A preparação dos materiais para a divulgação do Censo 2021, tanto as peças impressas que estão previstas para esse projeto quanto vídeos e materiais digitais.

Além dessas ações, o IBGEeduca passou a integrar o portal **UN SDG:Learn da Organização das Nações Unidas (ONU)**, como uma iniciativa de **micro-learning**, o que amplia as possibilidades de divulgação e trocas internacionais.

Também pode ser destacado em 2020, a consolidação do atendimento virtual à imprensa, com a implementação de videoconferências desde o início da pandemia e com a criação de listas de WhatsApp de jornalistas para divulgação das pesquisas, contribuindo para a ampliação da presença do IBGE na mídia. Este ano também foram oferecidas 90 vagas de **media training** para capacitar porta-vozes do IBGE a atenderem à imprensa nos âmbitos nacional e regional.

O conteúdo da **Agência IBGE Notícias** (<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br>) passou a ter mais visibilidade no Portal do IBGE e a contar com resumos que sintetizam os resultados das pesquisas estruturais e das publicações geocientíficas. A Agência também organizou uma **série especial de notícias sobre a COVID-19**, reunindo todos os produtos do IBGE que contribuíram no combate à pandemia.

O **Minuto IBGE**, programa semanal disponibilizado gratuitamente para emissoras de rádios de todo o país, chegou a 124 edições, se mantendo como um importante canal de comunicação com a sociedade. Além disso, para valorizar a diversidade regional do país, 15 edições do programa tiveram a participação de profissionais de nove unidades da federação na produção e na locução.

### Principais parcerias que contribuíram para o alcance dos resultados

12

Formular e implementar as políticas de relações institucionais

As parcerias celebradas pelo IBGE com entidades públicas e privadas são sempre fundamentais para a excelência na entrega de resultados e, em 2020, destacam-se as seguintes:

- Parcerias essenciais com o Ministério da Saúde e com o Banco Mundial, para o desenvolvimento da PNAD COVID19, uma pesquisa robusta e construída em tempo exíguo;
- Parceria com o Ministério do Turismo, por meio de Termo de Execução Descentralizada, da qual derivou a inclusão do módulo sobre turismo em entrevistas da PNAD Contínua de 2020, trazendo importante retrato da realidade dessa área no país ao longo do ano. A parceria já havia ocorrido em anos anteriores e, com o sucesso, foi renovada para 2021;
- Tratativas com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) permitiram o recebimento pelo IBGE do cadastro de estabelecimentos de estocagem investigados por eles, em troca do fornecimento antecipado, mensalmente,

te, dos dados agregados sobre a estocagem dos principais produtos agrícolas pesquisados pelo IBGE;

- Parceria com o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) com o objetivo de conscientizar e mobilizar contadores e empresas sobre a importância do preenchimento dos questionários das Pesquisas Estruturais do IBGE; e
- Parceria com a Confederação Nacional de Indústria (CNI) para o lançamento da PINTEC 2017.

### Ações fomentadoras da Inovação

6

Promover a pesquisa acadêmica e a extensão integradas à produção institucional

11

Aumentar a inserção internacional

12

Formular e implementar as políticas de relações institucionais

Dentro de suas atribuições como gestor do Diretório Brasileiro de Dados Geoespaciais (DBDG/INDE), o IBGE realizou, em parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR) e a Universidade de São Paulo (USP), a segunda edição do Simpósio Brasileiro de Infraestrutura de Dados Espaciais (II SBIDE), de 20 a 23 de outubro de 2020. O SBIDE é um evento bienal internacional misto (corporativo e acadêmico), que visa promover a sinergia entre organizações da academia, do setor público dos três níveis de governo – federal, estadual, municipal – e do setor privado, envolvidas com as temáticas de produção, manutenção e disseminação de geoinformação.

O II SBIDE teve como objetivo apresentar, discutir e promover a troca de conhecimento e expe-

riências em assuntos de tecnologia, do estado da arte da implementação de Infraestruturas de Dados Espaciais (IDEs), de normas e padrões estabelecidos, nacionais e internacionais, assim como de iniciativas de desenvolvimento e pesquisa no campo das IDEs. Em 2020, devido à pandemia, o evento foi totalmente realizado em modo on-line, e o número de participantes superou as expectativas. A quantidade total de inscrições no II SBIDE foi de 6.394, e o número de participações efetivas, isto é, de participantes que permaneceram pelo menos 20 minutos nas sessões, foi de 1.772. Foram apresentados 71 trabalhos.

Do total de 6.394 inscrições no evento, 6.186 foram brasileiras e 208 foram internacionais. Apesar do momento crítico da pandemia, os resultados do evento superaram as expectativas mais otimistas na avaliação dos membros da Comissão Organizadora, conforme os testemunhos de inúmeros participantes.

### Principais desafios e ações futuras

4

Ampliar e aprimorar procedimentos para recepção e uso de registros administrativos

12

Formular e implementar as políticas de relações institucionais

O grande desafio do IBGE para o próximo exercício é a realização do Censo Demográfico 2021, cujos próximos passos serão refinar e garantir a implementação do projeto técnico na operação e seu acompanhamento analítico, com a produção de indicadores demográficos durante e após a operação.

Em outra frente, destacam-se as ações que precisarão ser aprofundadas na área de pareamento de bases de dados, especialmente com registros administrativos, com destaque para a parceria a ser feita nesse sentido com a Receita Federal. A coleta de preços via *Web Scraping* é outra importante atuação que deverá ser ampliada na Instituição.

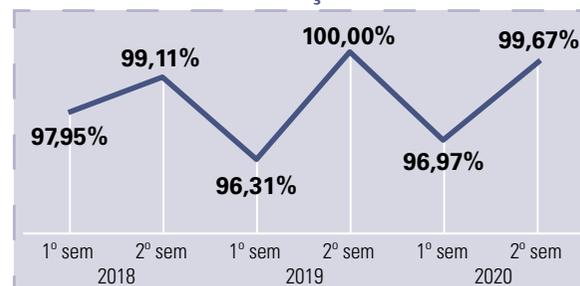
## Indicadores

O sucesso sustentado é alcançado quando a organização atrai e retém a confiança dos usuários e de outras partes interessadas e tem, nesta interação, uma oportunidade de criação de valor. Compreender e atender às necessidades (atuais e futuras) dos usuários e empenhar-se em exceder suas expectativas, produzindo e disseminando produtos relevantes que acompanhem as mudanças e as demandas da sociedade, são condições fundamentais para o alcance desse sucesso.

Um conjunto de indicadores contribui para que o IBGE monitore e avalie se as informações produzidas e disseminadas pelo Instituto têm se mantido relevantes e capazes de atender às necessidades dos usuários.

Além dos indicadores **Taxa Geral de Satisfação dos Usuários**, que avalia o grau de satisfação, possibilitando conhecer até que ponto suas expectativas são atendidas, e **Tempo Médio de Resposta**, abordados na seção “Relacionamento com a sociedade” desse capítulo, merecem destaque os seguintes indicadores:

## Taxa de resultados alcançados

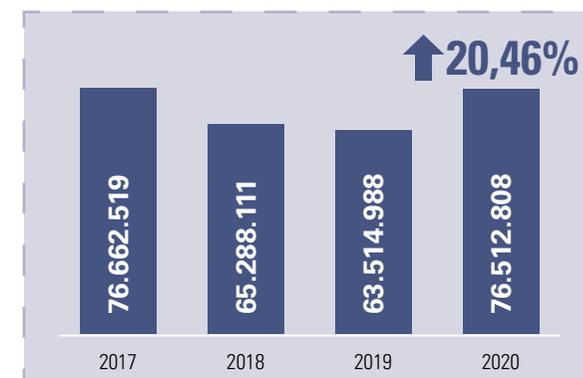


Fonte: IBGE, 2020.

O objetivo do indicador é mensurar a dimensão eficácia, avaliando o cumprimento das metas das Ações Orçamentárias do IBGE, consideradas para efeito da Avaliação de Desempenho Institucional.

Em 2020, a Instituição apresentou uma queda, chegando ao resultado de 96,97% no primeiro semestre, em função do adiamento do lançamento da Base Cartográfica Contínua do Estado de Santa Catarina, escala 1:25.000, para o segundo semestre. Tal fato se deu em função da pandemia, quando as atividades de campo necessárias para a finalização do produto foram suspensas. No segundo semestre, foi apresentada uma recuperação, atingindo um patamar superior ao primeiro semestre, mas, ainda, não alcançando o resultado máximo, uma vez que, em decorrência de dificuldades apresentadas, também no contexto da pandemia, a divulgação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Mensal teve um resultado adiado e, conseqüentemente, uma divulgação a menos dentro do semestre.

## Número de usuários atendidos pelo portal do IBGE



Fonte: IBGE, 2020.

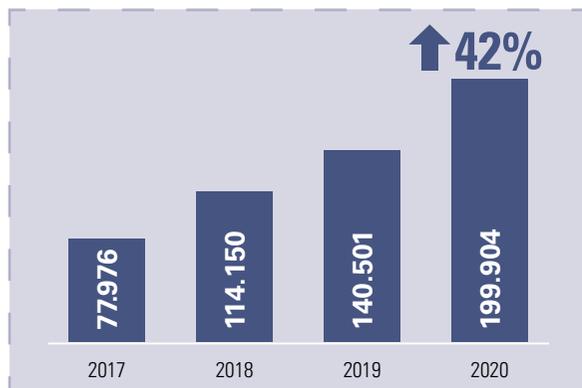
O indicador representa o número de usuários de informações estatísticas e geocientíficas atendidos pelo Portal do IBGE.

No ano de 2020, observa-se um aumento expressivo no número de usuários atendidos pelo Portal, boa parte em função de melhorias implementadas nas técnicas de SEO (*Search Engine Optimization*), um conjunto de estratégias utilizado com o objetivo de melhorar o posicionamento do Portal nas páginas de resultado dos sites de busca.

O aumento de 20,46% sobre o total de 2019 reverteu as quedas dos dois anos anteriores e pode indicar uma tendência de alta para os próximos anos.

O indicador monitora as menções feitas na mídia utilizando o termo “IBGE”.

### Número de matérias na mídia que citaram o IBGE



Fonte: IBGE, 2020.

Em 2020, observa-se considerável aumento em relação ao ano anterior, demonstrando a relevância dos dados disseminados pelo IBGE e o valor da instituição para a sociedade.

Contribuíram de maneira significativa para a alta do indicador as divulgações que retrataram a conjuntura econômica e social do país, as pesquisas relacionadas à pandemia, como a PNAD COVID19 e a Pulso Empresa, e as publicações com resultados estruturais (Pesquisa Nacional de Saúde, Pesquisa de Orçamentos Familiares, Regiões de Influência das Cidades e outras), além dos conteúdos relacionados ao Censo Demográfico.

## Resultados das principais áreas de gestão do IBGE

### Gestão orçamentária e financeira

#### Perfil do gasto do IBGE

As Funções de Governo representam o maior nível de agregação das diversas áreas das despesas que competem ao setor público. Estão diretamente relacionadas à competência do órgão orçamentário ao qual a ação se vincula. No que diz respeito às Funções de Governo, nos últimos anos, as atividades do IBGE contribuíram para três destas quais sejam Administração, Previdência Social e Encargos Especiais.

Dentre essas funções, a de maior representatividade no orçamento do IBGE tem sido a de “Administração” que, representando uma média de 53,9% do orçamento dos últimos anos, agrega tanto Ações finalísticas (voltadas à realização das atividades de produção de informações estatísticas e geocientíficas, bem como o ensino superior, pesquisa e extensão) quanto Ações de apoio (voltadas à manutenção da infraestrutura da instituição).

A representatividade dessa função tem diminuído, reflexo da redução do orçamento aprovado para o IBGE nos últimos anos, muito em função do contexto de restrição econômica que vive o país. Importante destacar, ainda, que a pandemia vivida no ano de 2020 influenciou a redução da execução orçamentária, a ser detalhada a seguir.

Em segundo lugar fica a Função “Previdência Social” com uma média de 48,2% na Ação Aposentadorias e Pensões Civis da União e, por fim, a Função “Encargos Especiais” que engloba as Contribuições a organismos internacionais e as despesas com benefícios e pensões indenizatórias.

### Evolução dos últimos anos da execução orçamentária da despesa por função

#### Empenhado

Funções de Governo	2018	%	2019	%	2020	%
Administração	1.568.488.261,17	56,9%	1.450.052.520,22	53,9%	1.294.965.457,13	50,9%
Previdência Social	1.186.119.965,30	43,1%	1.238.013.335,94	46,1%	1.249.176.795,56	49,1%
Encargos Especiais	62.415,98	0,0%	64.681,00	0,0%	58.329,00	0,0%
<b>Total Geral</b>	<b>2.754.670.642,45</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.688.130.537,16</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.544.200.581,69</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Tesouro Gerencial (extração em 18/01/2021)

#### Liquidado

Funções de Governo	2018	%	2019	%	2020	%
Administração	1.522.339.497,19	56,2%	1.219.450.741,76	49,6%	1.209.777.026,72	49,2%
Previdência Social	1.186.015.116,28	43,8%	1.238.013.335,94	50,4%	1.247.717.874,81	50,8%
Encargos Especiais	62.415,98	0,0%	64.681,00	0,0%	53.006,00	0,0%
<b>Total Geral</b>	<b>2.708.417.029,45</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.457.528.758,70</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.457.547.907,53</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Tesouro Gerencial (extração em 18/01/2021)

#### Pago

Funções de Governo	2018	%	2019	%	2020	%
Administração	1.435.655.917,55	56,2%	1.134.311.858,73	49,2%	1.145.686.460,45	49,9%
Previdência Social	1.120.845.841,04	43,8%	1.170.011.780,24	50,8%	1.152.216.980,72	50,1%
Encargos Especiais	58.599,98	0,0%	60.689,00	0,0%	48.826,00	0,0%
<b>Total Geral</b>	<b>2.556.560.358,57</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.304.384.327,97</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.304.384.327,97</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Tesouro Gerencial (extração em 18/01/2021)

## Detalhamento das despesas por grupo e elemento de despesa

Grupo de despesa / Elemento de despesa	2018	%	2019	%	2020	%
<b>Pessoal</b>	<b>2.145.698.318,35</b>	<b>77,9%</b>	<b>2.149.046.369,91</b>	<b>79,9%</b>	<b>2.137.287.868,80</b>	<b>84,0%</b>
01 - Aposent. RPPS, Reser. Remuner. e Refor. Militar	955.264.270,44	44,5%	992.559.650,14	46,2%	998.807.344,95	46,7%
11 - Vencimentos e vantagens fixas - Pessoal Civil	696.384.333,67	32,5%	639.009.848,79	29,7%	611.505.494,73	28,6%
03 - Pensões do RPPS e do Militar	224.289.887,77	10,5%	233.132.186,85	10,8%	243.981.153,74	11,4%
Demais despesas de pessoal	269.759.826,47	12,6%	284.344.684,13	13,2%	282.993.875,38	13,2%
<b>Custeio</b>	<b>580.684.752,28</b>	<b>21,1%</b>	<b>358.289.216,02</b>	<b>13,3%</b>	<b>361.434.994,66</b>	<b>14,2%</b>
39 - Outros serviços de terceiros - PJ	66.928.835,17	11,5%	78.194.046,73	21,8%	62.990.570,55	17,4%
40 - Serviços de tecnologia da informação e comunicação - PJ	39.766.008,36	6,8%	64.235.129,39	17,9%	43.173.646,99	11,9%
04 - Contratação por tempo determinado	232.598.704,26	40,1%	50.877.708,49	14,2%	140.482.573,82	38,9%
37 - Locação de mão-de-obra	37.066.381,54	6,4%	37.149.297,30	10,4%	26.498.346,66	7,3%
46 - Auxílio alimentação	28.288.035,81	4,9%	25.725.307,99	7,2%	24.474.348,83	6,8%
30 - Material de consumo	23.597.841,79	4,1%	24.978.943,92	7,0%	7.231.663,82	2,0%
Demais despesas de custeio	152.438.945,35	26,3%	77.128.782,20	21,5%	56.583.843,99	15,7%
<b>Investimento</b>	<b>28.287.571,82</b>	<b>1,0%</b>	<b>180.794.951,23</b>	<b>6,7%</b>	<b>45.477.718,23</b>	<b>1,8%</b>
52 - Equipamentos e material permanente	17.488.141,62	61,8%	156.147.226,52	86,4%	26.273.440,09	57,8%
40 - Serviços de tecnologia da informação e comunicação - PJ	6.101.334,83	21,6%	19.868.674,15	11,0%	7.490.043,07	16,5%
Demais despesas de investimento	4.698.095,37	16,6%	4.779.050,56	2,6%	11.714.235,07	25,8%
<b>Total Geral</b>	<b>2.754.670.642,45</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.688.130.537,16</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.544.200.581,69</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Tesouro Gerencial (extração em 18/01/2021)

Errata: No Relatório de Gestão 2019, página 83, foram informados, para os anos de 2018 e 2019, as despesas nos elementos 04 e 39 considerando apenas a modalidade de aplicação 90. No presente relatório, foi feita a correção informando as duas modalidades de aplicação: 90 e 91.

A tabela acima traz os valores empenhados nos anos de 2018 a 2020, por Grupo de Natureza da Despesa (GND), principais Elementos de despesa. A título elucidativo cabe mencionar que o Grupo de Natureza de Despesa (GND) constitui um agregador de elementos de despesa com as mesmas características no que se refere ao objeto do gasto e o elemento de despesa trata-se de um código de dois algarismos que tem por finalidade identificar o objeto do gasto. A partir da análise da tabela, é possível verificar que os gastos do IBGE se concentram, ba-

sicamente, nos grupos de despesa: Pessoal, Custeio (Outras Despesas Correntes) e Investimento.

Os gastos de pessoal englobam as despesas com o pagamento de pessoal ativo e aposentadorias, representando a maior parcela dos grupos de despesa com uma participação de, aproximadamente, 84% dos valores empenhados no exercício de 2020.

Em segundo lugar, com, aproximadamente, 14% dos valores empenhados em 2020, ficam as des-

pesas de Custeio, que dão conta das atividades finalísticas e da manutenção da infraestrutura da instituição. O principal gasto nesse grupo se deu com elemento de despesa “Contratação por Tempo Determinado” voltado para o pagamento do pessoal contratado para as atividades censitárias, e em seguida, pelo grupo “Outros serviços de terceiros – PJ”, para o pagamento de despesas com locação de imóveis, serviços de energia elétrica, condomínios, manutenção e conservação de veículos e serviços de comunicação em geral. Embora a operação cen-

sitária tenha sido adiada em função do distanciamento social causado pela pandemia da COVID-19, para garantir a continuidade das etapas preparatórias do projeto em 2020 o pessoal temporário já contratado foi mantido e alocado nas atividades de coleta da pesquisa PNAD COVID19, implementada pelo IBGE em parceria com o Ministério da Saúde.

No que se refere ao grupo “Investimentos” que representou, aproximadamente, 2% dos empenhos de 2020, a maior parcela do gasto destinou-se à aquisição de material permanente e à contratação de serviços de tecnologia por parte de Pessoa Jurídica. A redução em relação ao ano anterior, se deu em função de que em 2019 foi um ano de preparação para a coleta do Censo Demográfico em que foram adquiridos equipamentos e serviços de TIC para coleta e armazenamento de dados.

Devido à situação de pandemia, fato superveniente, imprevisível e grave, impactos diversos e inevitáveis foram observados não apenas em cronogramas e processos de trabalho, mas, também, na execução do orçamento da Instituição. Observou-se uma redução em despesas de custeio, não apenas ligadas à produção de informações, tais como combustíveis, manutenção de veículos, locomoção urbana, mas, também, aquelas voltadas à manutenção da infraestrutura, tais como materiais de expediente, consumo de energia elétrica, água, esgoto e manutenção de bens móveis e imóveis.

Acrescenta-se ainda, a orientação para o encerramento, suspensão ou supressão de contratos continuados com mão de obra, em especial no último trimestre, em função da projeção do Coronavírus e da permanência do isolamento e do trabalho remoto.

### Execução orçamentária das principais Ações do IBGE

Categories / Ações	2018	%	2019	%	2020	%
<b>Obrigatória</b>	<b>2.240.934.377,58</b>	<b>81,4%</b>	<b>2.246.039.543,37</b>	<b>83,6%</b>	<b>2.221.943.791,22</b>	<b>87,3%</b>
Aposentadorias e Pensões Civis da União	1.186.119.965,30	52,9%	1.238.013.335,94	55,1%	1.249.176.795,56	56,2%
Ativos Civis da União	824.523.714,03	36,8%	786.804.309,97	35,0%	753.430.276,48	33,9%
Demais ações	230.290.698,25	10,3%	221.221.897,46	9,8%	219.336.719,18	9,9%
<b>Discricionária</b>	<b>513.736.264,87</b>	<b>18,6%</b>	<b>442.090.993,79</b>	<b>16,4%</b>	<b>322.256.790,47</b>	<b>12,7%</b>
Administração da Unidade	163.958.824,11	31,9%	151.538.785,49	34,3%	113.103.272,26	35,1%
Censos Demográfico, Agropecuário e Geográfico	284.283.258,90	55,3%	245.235.153,88	55,5%	190.213.388,62	59,0%
Pesquisas e Estudos Estatísticos	40.906.725,47	8,0%	36.565.299,28	8,3%	15.109.075,06	4,7%
Demais ações	24.587.456,39	4,8%	8.751.755,14	2,0%	3.831.054,53	1,2%
<b>Total Geral</b>	<b>2.754.670.642,45</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.688.130.537,16</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.544.200.581,69</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Tesouro Gerencial (extração em 18/01/2021)

A tabela acima traz a execução (empenhado) das ações do IBGE nos últimos três anos, divididas em duas categorias de despesa: despesas obrigatórias e despesas discricionárias. A categoria das despesas obrigatórias inclui ações do Governo sobre as quais o IBGE não tem poder de decisão, visto que são despesas obrigatórias da União, como: salário dos servidores, aposentadorias, previdência e benefícios.

Já a segunda (discricionárias) refere-se às Ações sobre as quais o IBGE possui ingerência e, portanto, faz a gestão orçamentária. Compõem esse grupo tanto as Ações voltadas à realização das pesquisas estatísticas e levantamentos geocientíficos, quanto as Ações direcionadas à manutenção da infraestrutura de trabalho e capacitação dos servidores.

As Ações obrigatórias como um todo representaram, em 2020, 87,3% do total empenhado, sen-

do esse percentual equivalente a 2,22 bilhões de reais. Ainda no que tange às despesas obrigatórias, as Ações “Aposentadorias e Pensões Civis da União” e “Ativos Civis da União” foram as de maior expressividade nesta categoria e representaram, conjuntamente, em torno de 78,7% dos valores empenhados nos últimos anos. Particularmente em 2020 a execução dessas duas Ações totalizou, aproximadamente, 2 bilhões de reais como pode ser verificado na tabela que baliza a presente análise.

O percentual restante dos valores empenhados em 2020, aproximadamente 12,7% (322,2 milhões de reais), destinou-se à realização das Ações discricionárias do IBGE. Dentre essas, destacaram-se as Ações “Administração da Unidade”, “Censos Demográfico, Agropecuário e Geográfico” e “Pesquisas e Estudos Estatísticos” que, juntas, somaram cerca de 318 milhões de reais.

## Análise do desempenho atual em comparação com o desempenho esperado/orçado

Em R\$ bilhões

Categorias / Grupo de despesa	2018			2019			2020		
	Dotação atualizada	Execução	% Exec.	Dotação atualizada	Execução	% Exec.	Dotação atualizada	Execução	% Exec.
Obrigatória	2,41	2,24	92,8%	2,38	2,25	94,4%	2,28	2,22	97,5%
Pessoal	2,31	2,15	92,9%	2,28	2,15	94,4%	2,18	2,14	96,3%
Custeio	0,10	0,10	90,8%	0,10	0,10	94,3%	0,10	0,08	3,6%
Discricionária	0,52	0,51	99,0%	0,55	0,44	80,6%	0,37	0,33	87,3%
Custeio	0,49	0,49	99,4%	0,32	0,26	81,5%	0,32	0,28	87,5%
Investimento	0,03	0,03	92,1%	0,23	0,18	79,3%	0,05	0,05	86,4%
<b>Total Geral</b>	<b>2,93</b>	<b>2,75</b>	<b>93,9%</b>	<b>2,93</b>	<b>2,69</b>	<b>91,8%</b>	<b>2,65</b>	<b>2,55</b>	<b>96,1%</b>

Fonte: Tesouro Gerencial (extração em 18/01/2021)

A tabela acima traz as dotações orçamentárias do IBGE entre os exercícios de 2018 a 2020, suas respectivas execuções e percentuais de execução, estando divididas por Categoria e Grupo de Despesa. A análise dos percentuais de execução considera a divisão por categoria de despesa, dado que uma avaliação correta da performance do IBGE na execução de seus recursos implica, necessariamente, na separação entre os recursos sobre os quais o IBGE possui ingerência (discricionário) e aqueles que o IBGE não possui qualquer tipo de gestão (obrigatório). Dentro desse contexto, pode-se afirmar que, no que tange à execução orçamentária dos créditos voltados às atividades discricionárias, o IBGE tem, historicamente, apresentado elevada aderência entre o planejamento (materializado na figura da dotação atualizada) e a execução do orçamento programado.

O ano de 2020 foi atípico em função do isolamento causado pela pandemia. Apesar da mu-

dança no perfil de despesas e na execução do orçamento, observou-se um aumento dessa métrica, em relação ao ano anterior, conforme se pode aferir na última coluna da tabela (% Exec em 2020), na linha relativa às despesas discricionárias (87,3%). Tal aumento se deu em função das iniciativas na busca de uma maior execução orçamentária possível, favorecida pelas medidas do Ministério da Economia que, enquanto órgão setorial, possibilitaram o remanejamento e uma melhor gestão do orçamento.

Apesar disso, o resultado ficou abaixo do esperado pelo IBGE, em função do prolongamento da pandemia da COVID-19 e a extensão do quadro de isolamento. Em que pese a coleta presencial em campo tenha sido substituída por uma coleta remota, de menor custo, planejava-se a perspectiva de retorno à coleta e aos levantamentos de forma presencial, mesmo que parcial, o que não aconteceu. Ademais, algumas obras e licitações

não ocorreram devido à impossibilidade de entrega do produto, falta de matéria prima, capacidade reduzida do quadro de pessoal por parte das empresas, dentre outras causas.

Vale ressaltar que no presente exercício o IBGE contou também com recursos advindos de convênios firmados com outras instituições governamentais que foram executados da seguinte maneira:

Conveniente / Subelemento de despesa	Empenhado
<b>Ministério do Turismo</b>	<b>1.065.422,41</b>
Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	235.531,40
Bolsas de estudo no país	235.200,00
Manutenção corretiva/adaptativa softwares	349.868,13
Demais despesas	244.822,88
<b>Ministério dos Direitos Humanos - MDH</b>	<b>1.800.306,58</b>
Serviços de Energia Elétrica	284.846,03
Limpeza e Conservação	388.509,58
Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	287.404,24
Demais despesas	839.546,73
<b>Fund. Coord. de Aperf. de Pessoal Nível Superior</b>	<b>1.229,20</b>
Restituições	1.229,20
<b>Total Geral</b>	<b>2.866.958,19</b>

Fonte: Tesouro Gerencial (extração em 18/01/2021)

### Tendências identificadas

No que diz respeito a possíveis tendências diante do quadro orçamentário apresentado, verificam-se alguns pontos de atenção que cabem ser mencionados.

Em 2020, observou-se a manutenção das tendências já apontadas no relatório anterior e pe-

Ações	Execução 2018	Execução 2019	Var 18-19	Execução 2020	Var 19-20
<b>Pessoal</b>	<b>2.145.698.318,35</b>	<b>2.149.046.369,61</b>	<b>0,2%</b>	<b>2.137.287.868,00</b>	<b>-0,5%</b>
Aposentadorias e Pensões Civis da União	1.186.119.965,30	1.238.013.335,94	4,4%	1.249.176.795,56	0,9%
Ativos Civis da União	824.523.714,03	786.804.309,97	-4,6%	753.430.276,48	-4,2%
Ação Contribuição da União, de Suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	135.054.639,02	124.228.724,00	-8,0%	134.680.796,76	8,4%
<b>Total Pessoal</b>	<b>2.145.698.318,35</b>	<b>2.149.046.369,91</b>	<b>0,2%</b>	<b>2.137.287.868,80</b>	<b>-0,5%</b>

Fonte: Tesouro Gerencial (extração em 18/01/2021)

las quais passam a grande maioria das instituições públicas. São elas: redução do gasto com pessoal ativo e o consequente aumento do gasto com aposentadorias e pensões. Apesar disso, uma análise mais apurada mostra que, em

relação à variação observada entre 2018 e 2019 verifica-se uma tendência de diminuição no ritmo de redução dessa despesa, o que denota uma desaceleração no quantitativo de aposentadorias em 2020, quando comparado a 2019.

## Gestão de custos

O processo de desenvolvimento do sistema de informações e da metodologia de apuração de custos se encontra em fase de implantação no IBGE (Base fundamental para concretizar o Objetivo Estratégico 9 - Implementar a gestão voltada para resultados). O modelo desenvolvido, que vem sendo o principal referencial analítico e de trabalho para implementação na instituição do Sistema de Custos, permitirá o acompanhamento e a avaliação da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, conforme prevê o inciso XIX do art. 7º do Decreto nº 6.976, de 07 de outubro de 2009.

Com base no modelo até então utilizado, o IBGE priorizou o planejamento orientado à apuração dos custos de despesas correntes nas diversas unidades do IBGE, mantendo a consistência en-

tre a base de unidades do Sistema Integrado de Administração de Pessoal (SIAPE) com a do Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal (SIORG).

Importa ressaltar, contudo, que nesse exercício atípico de 2020, dadas as necessidades prementes de isolamento social, o IBGE focou na adaptação da sua Tecnologia de Informação visando atender, de forma emergencial, ao trabalho remoto, sendo inviável avançar efetivamente na implementação da gestão de custos.

Mesmo com um evento externo forte, a Ministério da Economia seguiu com a melhoria dos Sistemas Estruturantes, no caso, o SIORG, que com certeza será uma ferramenta funda-

mental para a implantação do Custo no Governo Federal. Além disso, a partir do Decreto nº 10.382/2020 que instituiu o Programa TransformaGov, provocou-se uma reflexão em todas as organizações, visando rever suas estratégias com foco em alcançar maior eficiência do Gasto Público e, conseqüentemente, entregar mais valor à sociedade. No decorrer de 2020, o IBGE se dedicou à elaboração do seu Plano de Gestão Estratégica e Transformação Institucional (PGT) e, entre os compromissos assumidos, foi incluída a ação 3.4.7 – Estruturar metodologia para o piloto do sistema de custos do IBGE, com prazo de conclusão previsto para junho de 2022. Assim, o IBGE mantém o seu compromisso de continuar envidando esforços para a implantação desse projeto.

## Gestão de pessoas

### Conformidade legal

Para assegurar a conformidade com a lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e demais normas aplicáveis à Gestão de Pessoas, o IBGE observa o conjunto de regras e diretrizes estabelecidas ou referendadas pelo Governo Federal e órgãos de controle.

Nesse contexto, o IBGE verifica diariamente as normas publicadas pela Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal (SGP) do Ministério da Economia (ME), Órgão Central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC), e orienta as Unidades Estaduais quanto aos regulamentos aplicáveis.

### Controles e auditorias

As informações registradas no Sistema Integrado de Administração de Pessoal (SIAPE) são submetidas a auditorias internas preventivas, a fim de verificar se as atividades de administração de pessoal encontram-se de acordo com os normativos vigentes. A folha de pagamento também é objeto de frequentes auditorias pelo próprio Ministério da Economia, encaminhadas via SIAPE, e pelo TCU.

Todos os processos de aposentadoria e pensão, bem como seus cálculos, são verificados por auditoria interna. Além disso, todas as diligências apontadas por órgãos externos de fiscalização, como TCU e CGU, são analisadas para que as correções pertinentes sejam realizadas.

Em atendimento ao Decreto nº 1867 de 1996, o registro de assiduidade e pontualidade dos servidores,

estagiários e contratados temporários é realizado mediante controle eletrônico de ponto. No caso de ausências ao trabalho não compensadas nos termos da Instrução Normativa nº 2 de 2018 (até o mês subsequente da ocorrência), há desconto na remuneração dos servidores, de forma proporcional aos minutos não trabalhados.

O IBGE instruiu processos de reposição ao erário para devolver aos cofres públicos valores recebidos indevidamente por servidores ativos, aposentados e pensionistas, bem como o atendimento às orientações estabelecidas na Portaria Normativa SEGRT/MP nº 1 de 2017 de cobrança anual dos servidores e pensionistas que recebem o benefício de 'auxílio saúde' para que comprovem o

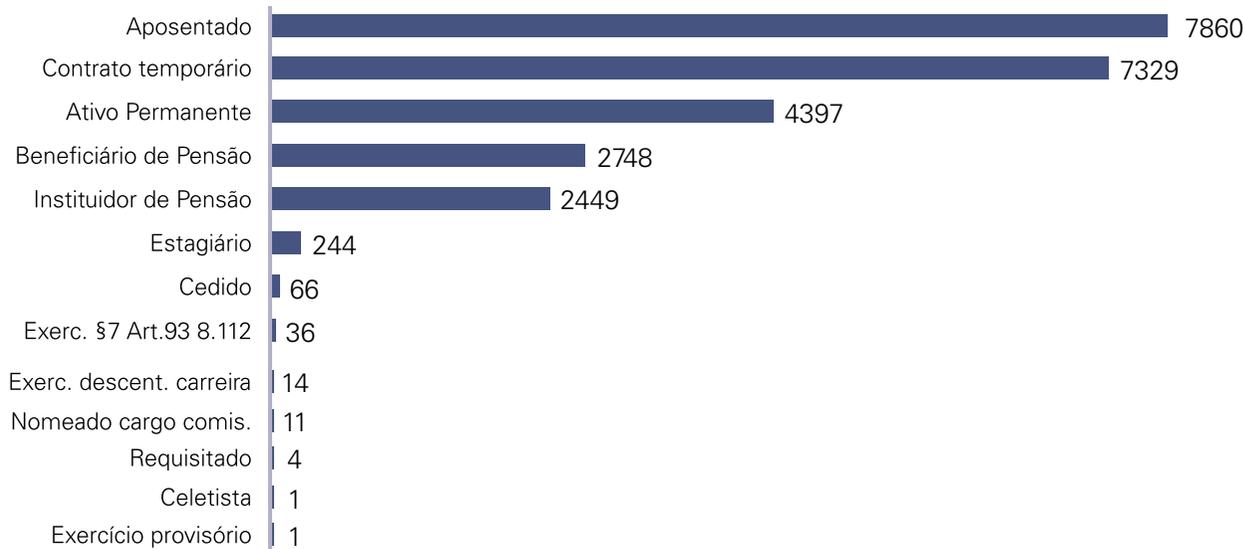
pagamento de plano de saúde/odontológica, condição necessária para fazerem jus ao benefício.

Em 2020, o total de descontos de reposição ao erário lançados em folha de pagamento (janeiro a dezembro) foi de R\$ 1.894.800,79.

### Avaliação da força de trabalho

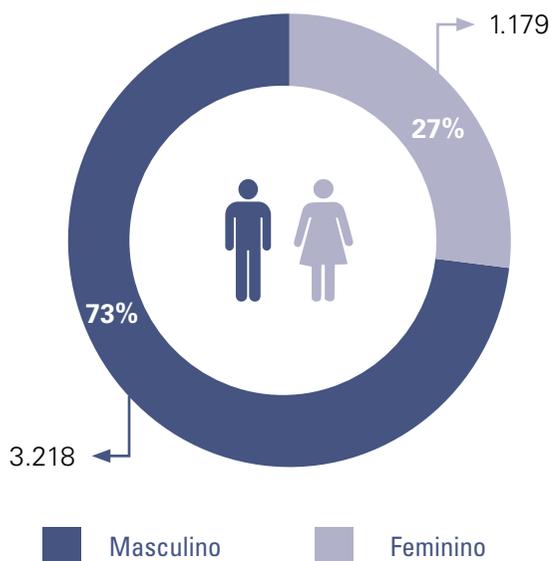
O IBGE conta com cerca de 10.000 trabalhadores em campo, entre servidores efetivos e temporários. Incluídos os aposentados e pensionistas, totaliza mais de 20.000 pessoas em sua folha de pagamento, o que representa mais de 80% de todo o orçamento do Instituto. Logo, a gestão de pessoas é atividade estratégica e importantíssima na instituição.

### Número de servidores por situação funcional

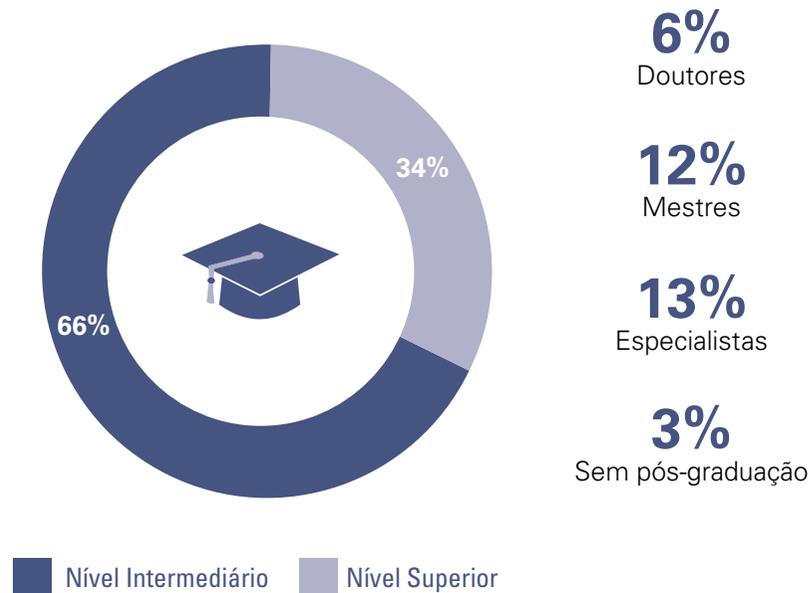


Referência: SIAPE e SAPC | Dez 2020

Gênero dos servidores efetivos



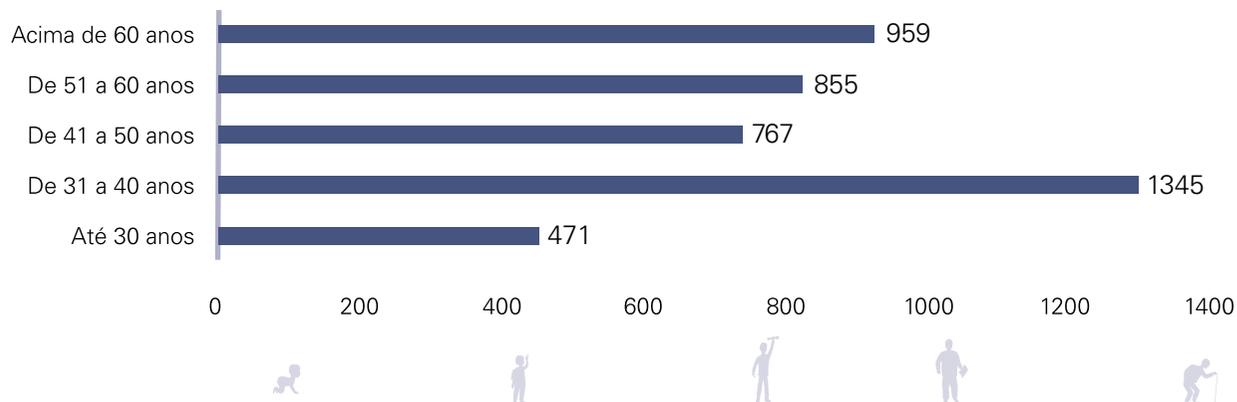
Escolaridade dos servidores efetivos



Distribuição dos servidores por etnia

Etnia	Nº
Branca	2613
Parda	1226
Não informado	222
Preta	211
Amarela	123
Indígena	2
Total Geral	4397

Faixa etária dos servidores



**108 servidores com deficiência**

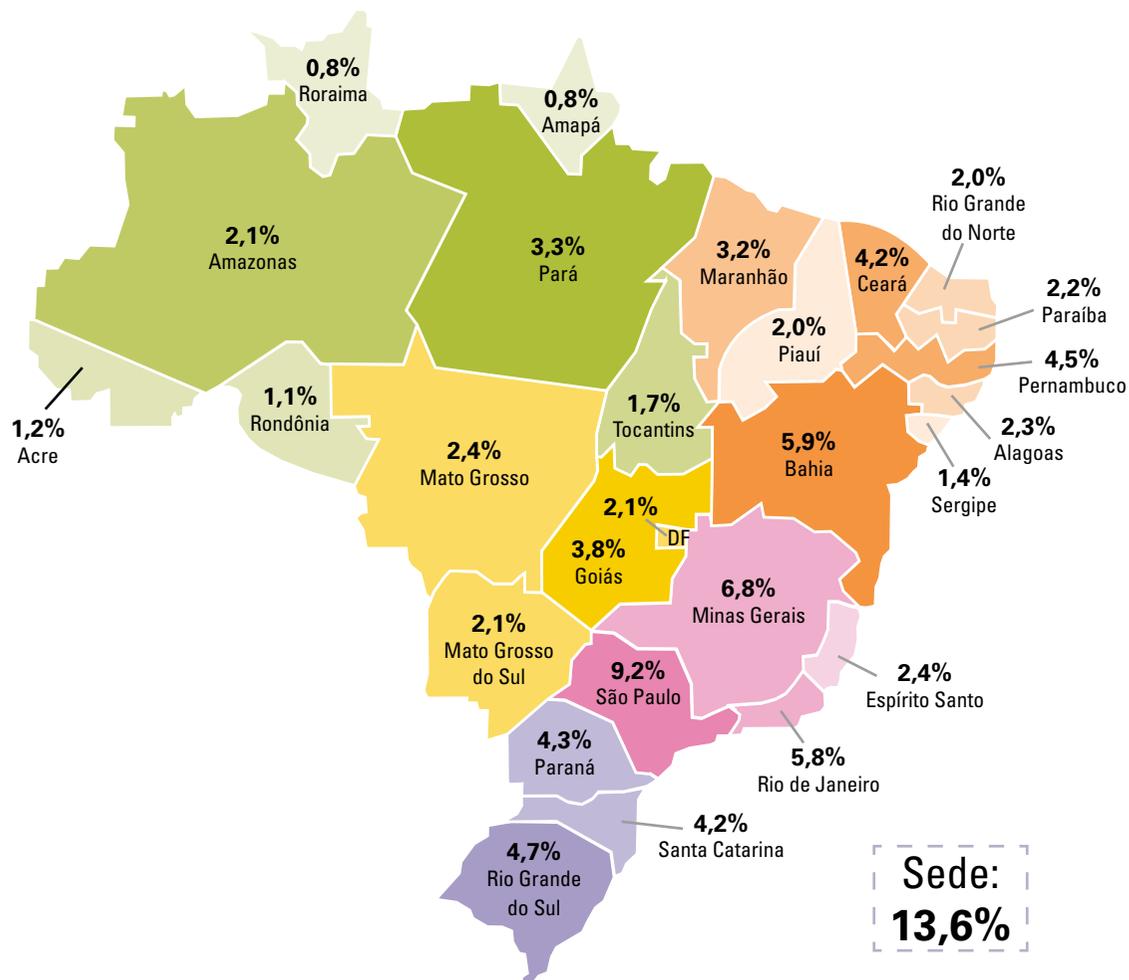


Referência: SIAPE | Dez 2020

### Quadro de servidores efetivos e contratados por unidade da federação

UF	Efetivos	Contratados	Total Geral
Sede do IBGE	1316	281	13,6%
Acre	29	109	1,2%
Alagoas	62	212	2,3%
Amazonas	54	191	2,1%
Amapá	27	71	0,8%
Bahia	244	446	5,9%
Ceará	158	338	4,2%
Distrito Federal	102	150	2,1%
Espirito Santo	70	206	2,4%
Goiás	117	324	3,8%
Maranhão	93	277	3,2%
Minas Gerais	313	487	6,8%
Mato Grosso do Sul	69	178	2,1%
Mato Grosso	66	210	2,4%
Pará	128	257	3,3%
Paraíba	79	182	2,2%
Pernambuco	138	393	4,5%
Piauí	64	167	2,0%
Paraná	177	327	4,3%
Rio de Janeiro	197	480	5,8%
Rio Grande do Norte	71	164	2,0%
Rondônia	35	98	1,1%
Roraima	15	73	0,8%
Rio Grande do Sul	181	374	4,7%
Santa Catarina	134	356	4,2%
Sergipe	49	115	1,4%
São Paulo	372	702	9,2%
Tocantins	37	161	1,7%
<b>Total Geral</b>	<b>4397</b>	<b>7329</b>	<b>100%</b>

Referência: SIAPE e SAPC. Acesso em: dez/2020.



## Estratégia de recrutamento e alocação de pessoas (em aderência ao Objetivo Estratégico 14 - Equilibrar a força de trabalho)

### Censo Demográfico 2020

Em 2020, foram realizados os seguintes processos seletivos simplificados para contratações temporárias regidas pela Lei nº 8.745/1993:

- Edital nº 01/2020 - Teste de homologação de Equipamentos e Sistemas: 5 vagas para as funções de Agente Censitário Municipal (ACM) e Agente Censitário Supervisor (ACS) e 5 vagas para a função de Recenseador;
- Edital nº 02/2020: 5.462 vagas para a função de Agente Censitário Municipal (ACM) e de 22.676 vagas para a função de Agente Censitário Supervisor (ACS);

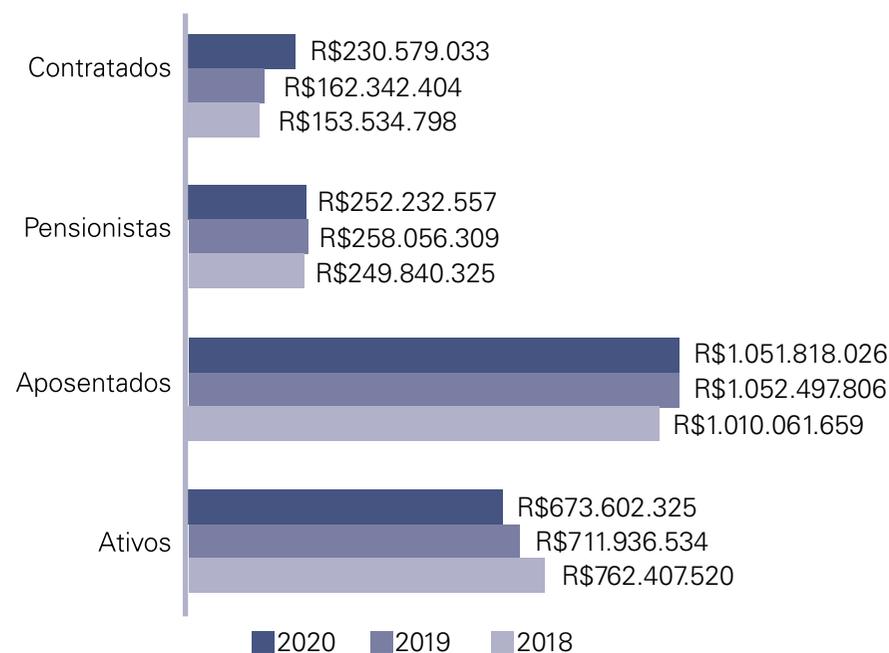
Em razão do adiamento do Censo Demográfico para o ano de 2021, motivado pela pandemia causada pela COVID-19, houve a suspensão do processo seletivo Edital nº 03/2020, que se destinava à contratação de 180.557 vagas para a função de Recenseador.

### Demais Pesquisas

O IBGE obteve autorização do Ministério da Economia, em 2020, para a contratação de 5.623 Agentes de Pesquisas e Mapeamento, 552 Supervisores de Coleta e Qualidade, 300 Agentes de Pesquisas por Telefone e 25 Supervisores de Pesquisas. Esse processo realizar-se-á no primeiro semestre de 2021.

### Detalhamento da despesa de pessoal

As alterações nos valores se justificam pelo número de aposentadorias ocorridas nos últimos anos, sem que houvesse reposição equivalente e aos preparativos para a operação censitária.



Referência: SIAPE e SAPC | Dez 2020

## Remuneração e avaliação de desempenho

Composição remuneratória aplicada aos servidores do IBGE

O IBGE possui cinco cargos, cuja composição remuneratória é apresentada abaixo:

Cargos de Nível Superior						
Cargos	Classe A Padrão I	Vencimento Básico	GDIBGE (80 pontos)	Retribuição por Titulação	Remuneração Total	Jornada Semanal
Pesquisador	Mestrado	5.440,06	3.159,20	991,81	9.591,07	40h
	Doutorado			2.269,54	10.868,80	

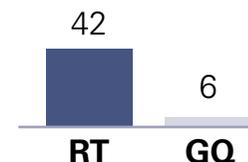
Cargos de Nível Superior						
Cargos	Classe A Padrão I	Vencimento Básico	GDIBGE (80 pontos)	Retribuição por Titulação	Remuneração Total	Jornada Semanal
Analista e Tecnologista	Sem Titulação	4.821,47	2.933,60	-	7.755,07	40h
	Especialização			435,26	8.190,33	
	Mestrado			870,51	8.625,58	
	Doutorado			1.921,27	9.676,34	

Cargos de Nível Intermediário/Médio						
Cargos	Classe A Padrão I	Vencimento Básico	GDIBGE (80 pontos)	Retribuição por Titulação	Remuneração Total	Jornada Semanal
Técnico	Sem GQ	2.455,27	977,60	-	3.432,87	40h
	GQ I			472,30	3.905,17	
	GQ II			897,37	4.330,24	
	GQ III			1.705,00	5.137,87	

Referência: Tabelas Salariais com vigência desde 1º de janeiro de 2017, Lei nº 11.355/2006.

Em 2020, registrou-se um total de 2.392 progressões funcionais deferidas e 192 progressões funcionais indeferidas, por não atendimento aos requisitos legais previstos.

Em 2020, foram concedidas 42 Retribuições por Titulação para nível superior (RT) e 6 Gratificações por Qualificação para nível médio (GQ).



Fonte: Processos Automatizados

A busca da recomposição remuneratória, em termos de poder aquisitivo, das perdas acumuladas desde o último reajuste ocorrido, o qual se deu em 1º de janeiro de 2017, é um desafio para o IBGE, assim como para diversos órgãos da Administração Pública Federal.

### Avaliação de Desempenho Individual

O processo de avaliação de desempenho está configurado na Lei do Plano de Carreiras e Cargos do IBGE (Lei 11.355/2006) e regulamentado, internamente, pela Resolução do Conselho Diretor nº 14, de 2014. O desempenho dos servidores é aferido semestralmente, por meio de processo de avaliação que utiliza as metas de desempenho institucional e individual, como referência para pagamento da gratificação de desempenho do Órgão (GDIBGE), bem como para a homologação do estágio probatório.

### Avaliação de Desempenho Individual – servidores movimentados

A partir de outubro de 2019, servidores de outros órgãos da Administração Pública ingressaram para o exercício no IBGE, participando do plano de movimentação de pessoal para compor força de trabalho (regulamentado pela

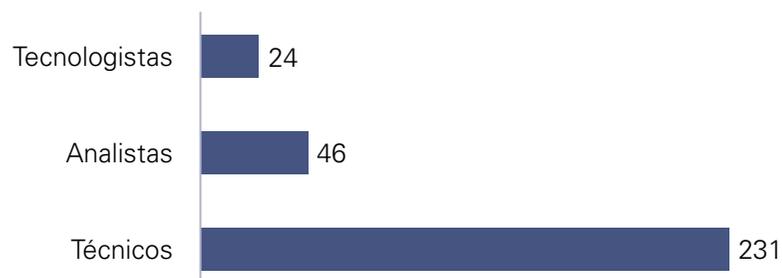
Portaria do Ministério da Economia nº 282/2020). Da mesma maneira, houve movimentação reversa, de servidores do IBGE para outras entidades.

Em 2020, foi dada continuidade ao procedimento, iniciado no final de 2019 pela instituição, para gerir o processo de avaliação de desempenho desses servidores movimentados, visando garantir a aplicação da ferramenta, conforme as instruções normativas cabíveis, em interface com as áreas de Recursos Humanos dos órgãos envolvidos.

### Estágio probatório

Em 2020, concluíram o estágio probatório 301 servidores, adquirindo estabilidade e passando a fazer jus a alguns benefícios que possuem a estabilidade como pré-requisito, dentre eles, Licença para Interesse Particular, Licença Capacitação e Licença para Mestrado e Doutorado:

### Número de servidores por cargo que concluíram o estágio probatório em 2020



Fonte: SDA.

### Capacitação

O IBGE, ciente da importância do desenvolvimento constante de seus servidores e de suas lideranças para o alcance dos objetivos e metas institucionais (Objetivo Estratégico 14 - Equilibrar a força de trabalho), vem adotando, ao longo dos últimos anos, com o objetivo de fortalecer as competências do quadro de servidores, uma série de ações e programas. No ano de 2020, atípico pela pandemia causada pelo coronavírus, não foi diferente. As ações que já eram realizadas foram adaptadas para a realidade do trabalho remoto e outras foram criadas, aumentando, consideravelmente, o número de participantes e trazendo um ganho inédito em termos de alcance das ações de desenvolvimento, ainda que o desenvolvimento de competências comportamentais, mais facilmente trabalhadas em ações presenciais, tenha sido afetado. No novo contexto de trabalho remoto, cabe destacar as ações Pílulas de Desenvolvimento, Ciclo de Desenvolvimento de Competências Profissionais, Palestras para Unidades Estaduais, Webinars da Coordenação de Recursos Humanos, o curso "Resolvendo problemas complexos com o uso da ferramenta PDIA (*Problem Driven Iterative Adaptation*)" e a realização da Semana das Lideranças, sendo esse último parte do Programa de Desenvolvimento de Lideranças, que tem como objetivo principal desenvolver os aspectos comportamentais de algumas competências dos gestores e potenciais líderes do IBGE. O Programa de Desenvolvimento de Lideranças, iniciado em 2017, contou com diferentes edições realizadas de forma presencial nos últimos anos e, este ano, seguiu com ações remotas para continuar promovendo conhecimento aos participantes.

A execução do Programa está alinhada ao Plano Estratégico do IBGE 2017–2027, que tem como objetivo estratégico nº 14 "Equilibrar a força de trabalho", o que inclui a "identificação e formação de líderes, sucessores e gestores e a retenção de talentos para alocação em projetos adequados às suas competências". Todas as ações de desenvolvimento realizadas ao longo de 2020 estão alinhadas às diretrizes da Política de Gestão de Pessoas do IBGE.

### Ações de Desenvolvimento durante o Trabalho Remoto

Com o objetivo de auxiliar todos os profissionais do IBGE a lidar com os desafios e novos procedimentos que o contexto de crise de saúde pública e trabalho remoto trouxe para o dia a dia do trabalho, foram realizadas as ações

de desenvolvimento abaixo apresentadas. As ações foram desenhadas considerando as necessidades específicas de cada grupo de profissionais que compõe o IBGE.

Ação	Participações
Ciclo de Desenvolvimento em Competências Profissionais	1159
Ações de Continuidade do Programa de Desenvolvimento de Lideranças	5342
Pílulas de Desenvolvimento	5585
Palestras para as Unidades Estaduais	2582
Curso "Resolvendo problemas complexos"	33
Webinars da Coordenação de Recursos Humanos	2237
Semana das Lideranças	841

Fonte: Visualizações na Intranet, RH Comunica, webex e google classroom.

Foram temas abordados nas ações: organização do trabalho e liderança em *home office*, autogestão no trabalho remoto, relacionamento interpessoal, comunicação, soluções eficazes para problemas complexos, gestão do conhecimento, dentre outros.

O papel da Escola Nacional de Ciências Estatísticas na capacitação dos servidores

A Coordenação de Treinamento e Aperfeiçoamento (CTA), da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE), tem como atribuição analisar, planejar, propor, desenvolver, implementar e monitorar ações de extensão, capacitação e desenvolvimento, e para isso, conta com uma equipe multidisciplinar de profissionais.

Em 2020, o IBGE levantou 742 necessidades de desenvolvimento para compor o Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP) de toda a Instituição. Foram 12.551 servidores solicitando as soluções de capacitação da ENCE/CTA, sendo as três mais pedidas: Boas práticas de Coleta e Abordagem ao Informante (1.430 servidores), Conhecendo o IBGE (1.161 servidores) e Suprimento de Fundos (704 servidores). O levantamento foi realizado pela ENCE/

CTA, em parceria com a Coordenação de Recursos Humanos (CRH), com o apoio dos representantes de capacitação de cada unidade setorial do IBGE.

As ações de capacitação realizadas pela ENCE/CTA, em 2020, atingiram o resultado de 40.074 servidores capacitados, nas modalidades a distância e híbrida, ultrapassando a meta física anual estabelecida de 40.000 concluintes. A carga horária total das soluções de capacitação ofertadas nesse ano foi de 665.319 horas. As ações de capacitação estão distribuídas em cinco áreas de conhecimento: Estatística; Geociências; Ensino; Tecnologia; e Comunicação, Gestão e Governança.

Na área Estatística, vale destacar as capacitações voltadas para as pesquisas realizadas pelo IBGE. O desenvolvimento de treinamentos, utilizando a internet, possibilita o acesso homogêneo da rede de coleta aos conhecimentos, bem como a otimização do tempo de capacitação e redução de seus custos. Trata-se de ação crucial para garantir a qualidade necessária para retratar a realidade do Brasil.



Por intermédio da Escola Virtual IBGE, foram capacitados 39.876 servidores, com destaque para: o Treinamento da Pesquisa Especial PNAD COVID19 (4.268 concluintes, com carga horária total de 17.072 horas), Abordagem ao Informante da PNAD COVID19 (4.391 concluintes, com carga horária total de 21.955 horas), Treinamento da PNAD Contínua (1.558 concluintes, com carga horária total de 34.029 horas), e para o Treinamento das Pesquisas Estruturais por Empresa 2020 - Módulos Básicos (1.624 concluintes, com carga horária de 26.796 horas).

Também em EaD, foram ofertadas capacitações transversais, tais como: SIDRA - Sistema IBGE de Recuperação Automática (1.394 concluintes, com carga horária total de 20.910 horas), Segurança da Informação e Comunicação (600 concluintes, com carga horária de 1.800 horas) e Oficina sobre a Metodologia de Gestão de Riscos do IBGE (60 concluintes, com carga horária total de 1.500 horas). A capacitação em Segurança da Informação e Comunicação está diretamente relacionada aos valores estratégicos do respeito à confidencialidade e ao informante, ética e profissionalismo. Já a capacitação em SIDRA visa ao fortalecimento da difusão do conhecimento pelo IBGE.

Vale destacar, também, a importância estratégica da capacitação de Metodologia de Gestão de Risco, cujo objetivo é capacitar os participantes para a compreensão da Política de Gestão de Riscos do IBGE e para a aplicação da Metodologia de Gestão de Riscos na Instituição. Esses dois pontos são essenciais para fazer valer os princípios de integridade do IBGE e para ajustar ações nos projetos, processos ou atividades, para o alcance dos objetivos institucionais. Essa ação alinha-se ao Objetivo Estratégico 7 - Implementar a política de gestão de riscos.

Outro destaque, na modalidade a distância, é o Programa CAPACITA Ce.nso 2021 desenvolvido em parceria com a Coordenação Operacional dos Censos (COC). O CAPACITA Censo 2021 se diferencia por seu atributo relativo à gestão de conhecimento (alinhando-se ao Objetivo Estratégico 10 - Implementar a política de gestão do conhecimento). Ele é incrementado à medida que demandas são percebidas e efetivadas, seja com novas ofertas ou com novos produtos adicionados às ofertas existentes. Por essa característica, suas ofertas são compostas por diferentes métodos e meios de capacitação, que envolvem cursos a distância, conjuntos de documentos e orientações para práticas. O Programa permite o desenvolvimento tanto de competências técnicas, como comportamentais. Até 03 de dezembro de 2020, o Programa contava com 10.297 concluintes.

Uma outra frente de ações de desenvolvimento em EaD ocorreu com a continuidade da parceria com a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), visando à ampliação das ofertas de capacitação no IBGE e à eficiência dos gastos dos recursos orçamentários. Foram capacitados 97 servidores, em nove cursos, por meio de encontros síncronos em ambiente remoto.

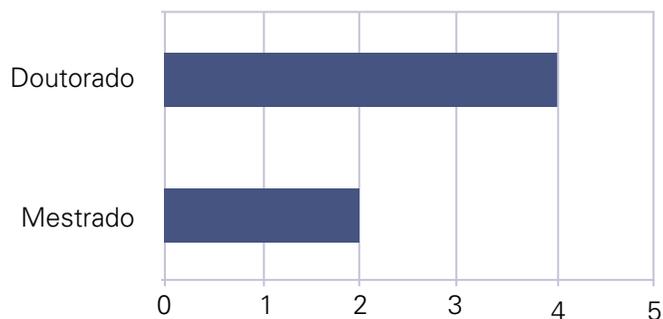


Dada a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19) e atendendo aos termos da Resolução do Conselho Diretor nº 14/2020 e IN - CRH 11/2020, os eventos de capacitação presenciais foram cancelados em 2020.

Antes do referido cancelamento, na modalidade híbrida, foi realizada a capacitação de Didática para Multiplicadores de Treinamento do Censo 2020, que reuniu servidores de todas as Unidades Estaduais, chegando ao resultado de 722 concluintes. Esses servidores terão papel fundamental na cadeia de treinamento para o Censo, e sua preparação didática refletirá no sucesso do repasse dos conceitos e na motivação de todos os agentes envolvidos na realização da operação. Os servidores aprenderam sobre princípios de aprendizagem, comunicação não violenta e planejamento. Embora a capacitação tenha sido aplicada ao contexto do Censo, trata-se do desenvolvimento de competências transversais que podem contribuir para qualquer outro contexto de atuação de multiplicadores na Instituição.

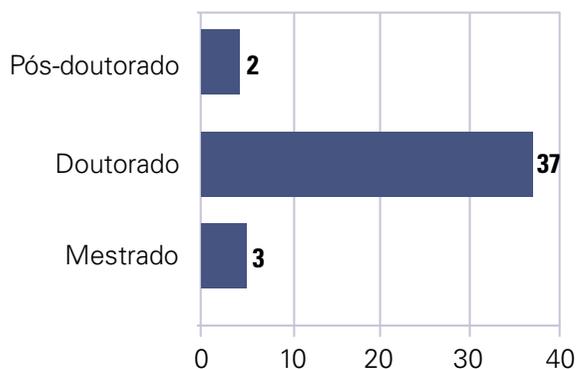
Somado a esses números, o IBGE patrocinou, por meio de ações de desenvolvimento em pós-graduação, a capacitação de 6 servidores. Desses, 4 concluíram o Doutorado e 2 concluíram o Mestrado. Encontram-se afastados ainda um total de 42 servidores, 37 para Doutorado, 3 para Mestrado e 2 para pós-doutorado.

Número de concluintes por tipo de programa de pós-graduação em 2020



Fonte: Sistema de Dados Administrativos – dezembro/2020.

Número de afastados por tipo de programa de pós-graduação em 2020



Fonte: Planilhas de Controle CTA – dezembro/2020

Como iniciativas de melhoria de seus processos e projetos internos, a ENCE/CTA implementou critérios de governança para o desenvolvimento de projetos, por meio de equipes virtuais, utilizando a ferramenta Microsoft Teams. Hoje, todos os seus projetos de solução estão organizados e transparentes

às partes interessadas, incluindo conteudistas, instrutores e a equipe da CTA. Dessa maneira, a coordenação respondeu com eficiência aos desafios impostos pelo trabalho remoto.

Outro avanço importante foi a implementação da oferta contínua das capacitações transversais, na modalidade a distância. Com essa ação, os alunos da Escola Virtual IBGE tiveram maior flexibilidade para o atendimento de suas necessidades de capacitação, uma vez que puderam fazer suas capacitações em tempo mais conveniente.

Vale destacar, também, a criação do Núcleo de Comunicação e Audiovisual (NUCA) com o objetivo de estabelecer um relacionamento mais efetivo com o seu público atual e alcançar outros públicos estratégicos. Dentre os trabalhos realizados pelo NUCA estão: a produção de matérias jornalísticas para a Intranet e de releases para a Agência IBGE Notícias; a elaboração do Plano de Comunicação Social (em processo de análise para a implementação); e uma campanha de comunicação voltada para a conscientização dos servidores do IBGE sobre a importância do Plano de Desenvolvimento Pessoal. Parte da equipe do NUCA passou a atuar na produção de roteiros de vídeos educacionais para as capacitações desenvolvidas na Coordenação, o que otimizou o tempo de produção dos cursos autoinstrucionais.

As principais dificuldades de 2020 foram o impedimento de execução do Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP) e a adição de tarefas emergenciais de grande complexidade. Em função das medidas de isolamento social, que resultaram no cancelamento das capacitações presenciais, o PDP não pode ser realizado integralmente. No entanto, outras oportunidades apareceram para capacitação dos servidores na modalidade a distância. Como o órgão Central flexibilizou a possibilidade de participar em capacitações fora do PDP, muitos servidores aproveitaram para se reciclar em ações não previstas.

Quanto às tarefas emergenciais, o maior desafio da ENCE/CTA foi assumir a responsabilidade pela transposição didático-pedagógica, do modelo presencial para o ensino a distância dos conteúdos referentes as três primeiras cadeias de treinamento para o Censo 2021. Esse projeto ainda está em andamento e seguirá até o primeiro semestre de 2021. Ele exige soluções para problemas complexos (infraestrutura, didática, logística) em prazo apertado,

exigindo a alocação de grande parte da equipe e com impacto no desenvolvimento de outros projetos internos de grande relevância. Na esteira dos projetos emergenciais, a Coordenação teve de desenvolver muito rapidamente um curso autoinstrucional para a PNAD COVID19 e acelerar o projeto da PNAD Contínua na modalidade a distância.

Em suma, o alcance da meta foi atingido, sendo realizado principalmente por meio da modalidade a distância. Além disso, a Coordenação tem enfrentado muita dificuldade com equipe reduzida, em face do que é solicitado, e sobrecarga de projetos emergenciais, todos com alto grau de priorização. Uma razão para isso é o estado de isolamento social que alçou a Escola Virtual IBGE a um nível estratégico superior, por permitir capacitação de pessoas com papel determinante na continuidade das atividades fim do IBGE.

#### Capacitações e eventos desenvolvidos no âmbito da Diretoria de Geociências (DGC)

A capacitação de servidores e a realização de eventos técnico-científicos têm o objetivo de contribuir para a ampliação da cobertura e do detalhamento das pesquisas geocientíficas e para a implementação de novas estratégias de aquisição de dados geoespaciais.

Apesar das dificuldades impostas pelo isolamento social decorrente da pandemia da COVID-19, foi possível ao corpo técnico o aperfeiçoamento profissional por meio da realização de capacitações a distância alinhadas aos objetivos estratégicos da instituição.

No âmbito das áreas de Geodésia e Cartografia, 18 servidores participaram de 29 capacitações, compreendendo um total de 1.116 horas. Os eventos de capacitação tiveram objetivos diversos e abrangeram diferentes temáticas. Todas as participações buscaram conformidade com o Planejamento Estratégico do IBGE, como demonstrado no gráfico a seguir, onde estão expostas as quantidades de eventos de capacitação e seu alinhamento com os objetivos estratégicos.

Quantidade de capacitações, em 2020, no âmbito das áreas de Geodésia e Cartografia, em conformidade com os Objetivos Estratégicos

Objetivo Estratégico	Quantidade de Eventos de Capacitação
1 - Ampliar a cobertura e o detalhamento das pesquisas estatísticas e dos levantamentos geocientíficos	11
3 - Fortalecer a difusão de conhecimento	3
5 - Implementar novas estratégias de aquisição de dados	2
6 - Promover a pesquisa acadêmica e a extensão integradas à produção institucional	2
9 - Implementar a gestão voltada para resultados	5
Outros objetivos	6

Fonte: IBGE, DGC.

#### Censo Demográfico

No âmbito da Estrutura Territorial, destaque para a atualização de setores e geração de mapas especiais para a operação do Censo Demográfico, formulação do material didático dos treinamentos e sugestões para os processos de acompanhamento da coleta em nível municipal. Houve resultados positivos em razão do trabalho integrado e harmônico com fundamento nas ferramentas de diagnose BTPLAN e SISMAP, envolvendo servidores e Agentes de Pesquisa e Mapeamento (APMs) da Sede, das 27 unidades estaduais e de agências diretamente envolvidas no preparo da Base Territorial para o Censo 2020.

No que tange à Organização Territorial foram atualizados os materiais de treinamento e capacitações do Censo que envolvem a Pesquisa Urbanística do Entorno dos Domicílios. A pesquisa fornece importantes elementos para caracterizar o entorno dos domicílios investigados na operação censitária, contribuindo para análises e formulação de políticas públicas.

## Capacitações e eventos desenvolvidos no âmbito da Diretoria de Pesquisas (DPE)

Devido ao distanciamento social, a maioria das capacitações de pesquisas, voltadas para os próprios servidores do IBGE e, normalmente, realizadas pelas respectivas Coordenações da Diretoria de Pesquisas, foi realizada no ambiente da Escola Virtual, sob comando da ENCE. Ainda assim, antes do distanciamento, foi realizado de maneira presencial o Encontro Nacional de Pesquisas por Empresa (ENAPE) 2020, com duração de 40 horas, para 70 treinandos.

Ademais, foram realizadas duas videoconferências com fins de treinamento, uma sobre o Sistema Nacional de Índice de Preços, com 418 participantes e duração de 2 horas, e outra, sobre a Pesquisa Anual da Indústria da Construção Civil, com 132 participantes e 8 horas de duração.

## Principais desafios e ações futuras

### Movimentação de pessoas

Até o momento, de 242 pedidos de movimentação enviados à Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal desde junho de 2019, por meio de dois editais de oportunidades, somente 67 foram respondidos, com 30 movimentações autorizadas e 37 não autorizadas. Ao total, foram 175 pedidos de movimentação não analisados pelo Ministério até seu encerramento em dezembro de 2020. Com a publicação de novos normativos sobre a movimentação de servidores (Portaria 282 de 2020 e a IN 95 de 2020), surgiu a necessidade de o IBGE adequar esses processos à documen-

tação nova e as unidades solicitantes já foram devidamente informadas. Por sua vez, o Acordo de Cooperação nº 19.2.0745.1, de 27/12/2019, celebrado entre o IBGE e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) culminou na movimentação de 6 empregados, com 1 processo ainda intercorrente ao final de 2020. Quanto às movimentações dos empregados públicos da INFRAERO, foram solicitadas 117 até o final de 2020, tendo sido 46 autorizadas pelo órgão de origem.

Com isso, constata-se que o IBGE realizou pedidos de movimentação o suficiente para atingir sua meta institucional de ter cerca de 250 servidores e empregados de outros órgãos para compor a sua força de trabalho. Entretanto isto não ocorreu em razão de fatores externos, como a baixa taxa de autorização pelos órgãos de origem (cerca de 44,8% dos servidores e 39,3% dos empregados da Infraero) e de resposta do órgão central do SIPEC (apenas 27,7% dos processos foram analisados até a publicação da Portaria 282). Por outro lado, apesar do baixo número de empregados do BNDES movimentados até o momento, o Acordo de Cooperação resultou em processos mais ágeis e uma interação mais estreita com o órgão de origem, o que pode configurar um indicativo de que o IBGE utilize esta estratégia com outros órgãos.

### Saúde e segurança do trabalho

Em 2020, foram enfrentados grandes desafios relacionados à prevenção da saúde de todos os funcionários do IBGE. A instituição atuou, com prioridade e responsabilidade, na elaboração de orientações e protocolos de prevenção contra o

novo coronavírus. Subsidiou o Conselho Diretor com insumos técnicos de saúde para as decisões que culminaram com a adoção do trabalho remoto em todas as unidades do IBGE, medida fundamental para a proteção da saúde de todos. Algumas atividades de promoção e prevenção da saúde deixaram de ser executadas, tais como: o exame médico periódico, campanhas de vacinação, o atendimento de saúde e as perícias médicas, inviabilizadas devido ao cenário de pandemia. Porém, outras foram implantadas com grande êxito ao longo do ano: rodas virtuais de conversas sobre temas de saúde, palestras e campanhas virtuais sobre prevenção da COVID-19, atendimento psicossocial a distância, construção do memorial virtual de homenagem às vidas perdidas em 2020. Para 2021, permanecerá o desafio de prestar serviços de saúde e segurança do trabalho de qualidade para todos.

### Trabalho remoto

Em 24 de março de 2020, foi estabelecido pelo Conselho Diretor do IBGE, o regime de trabalho remoto, em caráter excepcional, para todos os funcionários. Até então, a fundação não possuía qualquer forma de trabalho remoto.

O IBGE vem realizando, desde março de 2020, uma série de ações com o objetivo dar suporte aos servidores e contratados do Instituto nesta modalidade, dentre as quais pode-se destacar:

1. Disponibilização de guia com orientações para a realização do trabalho remoto;

2. Atendimento a distância por profissionais de psicologia e serviço social a funcionários com necessidade de apoio durante o período de distanciamento social;

3. Iniciativas diversas de capacitação, como palestras, publicações e encontros virtuais, para propiciar o desenvolvimento pessoal e profissional sobre temas relativos ao contexto do teletrabalho;

4. Implementação de sistema informatizado, em setembro de 2020, para registro periódico de pla-

no de trabalho remoto das unidades organizacionais do IBGE e resultados alcançados;

5. Desenvolvimento de duas pesquisas realizadas com os funcionários da casa sobre percepções acerca do trabalho remoto no período corrente. A primeira pesquisa ocorreu em junho e julho de 2020 e a segunda rodada, em outubro e novembro do mesmo ano. Os resultados de ambas as pesquisas demonstram índices de satisfação e adaptação ao trabalho remoto em torno de 70%.

Encontra-se em fase avançada de elaboração a proposta para a implantação do Programa de Gestão, que incluirá inovações importantes na área gestão de pessoas e de organização do trabalho, como, por exemplo, a modalidade teletrabalho, em consonância com o estabelecido na IN nº 65/2020, do Ministério da Economia.

## Gestão de licitações e contratos

### Aquisições

**687** processos de aquisição em 2020 em 29 unidades contratantes (UASGs) do IBGE.

Houve uma redução de 43,27% nas aquisições, em relação ao mesmo período no ano de 2019, reflexo do trabalho remoto adotado na instituição como medida para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19), bem como de ações visando à racionalização de gastos e redução de despesas.

#### Modalidades de contratação



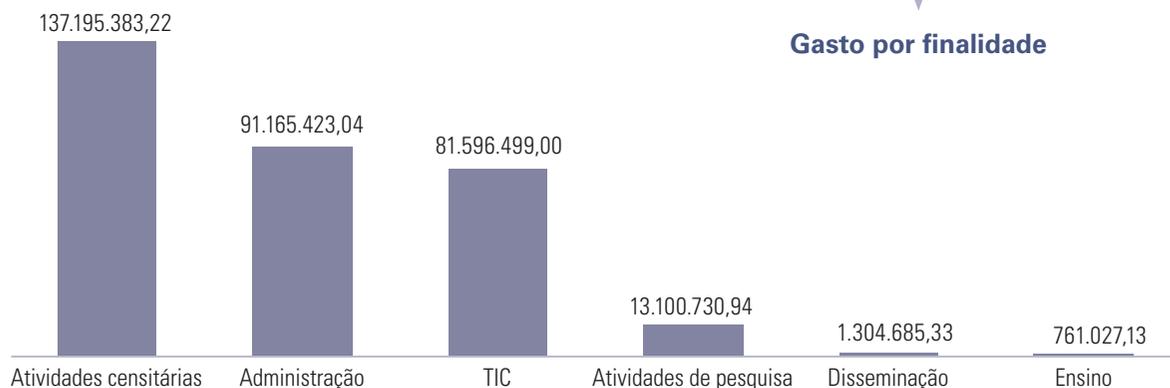
Fonte: Sistema interno do IBGE - Sistema de aquisições e entregas (SA-e).

#### Principais tipos das contratações diretas:

- I. Aquisições fundamentadas nos incisos I e II do artigo 24 da Lei 8.666/ 93 (391);
- II. Locações de imóveis (45);
- III. Inexigibilidades (55).

#### Contratações Diretas - Justificativas

As dispensas de licitação por baixo valor justificam-se pela manutenção da continuidade dos serviços pontuais nas diversas unidades do IBGE pelo Brasil e baseiam-se, principalmente, no inciso II do artigo 24 da Lei nº 8.666/1993.



Fonte: SIAFI.

**R\$ 325,12 milhões**

foram pagos em despesas relativas a custeio e a investimentos, em 2020.

#### Gasto por finalidade

A modalidade de licitação mais utilizada pela Instituição, em 2020, foi o pregão eletrônico. Foram realizadas 141 aquisições por pregão eletrônico (sendo que 31 por SRP), 1 aquisição por concorrência, 1 aquisição por tomada de preços e 29 aquisições por meio de adesão a atas de registro de preços de outros órgãos.

Fonte: Sistema interno do IBGE - Sistema de aquisições e entregas (SA-e)

Tipo de despesa em administração	Valor em R\$
Locação de imóveis	27.964.686,28
Limpeza e conservação	10.622.373,00
Apoio administrativo, técnico e operacional	8.214.551,02
Serviços de energia elétrica	7.208.975,18
Condomínios	7.186.474,94
Vigilância ostensiva	5.198.665,27
Serviços de comunicação em geral	2.059.821,45
Outras despesas	22.709.875,90

Fonte: SIAFI

## Observações importantes

I. Os valores despendidos em contratações, no ano de 2020, sofreram o impacto da pandemia de COVID-19. Mesmo diante desse cenário, o IBGE procurou manter a eficiência no desempenho de suas atividades adotando o trabalho remoto, o que foi possível devido, principalmente, à utilização de infraestrutura e tecnologia adequadas.

Em meio à pandemia, o IBGE ampliou ainda mais seu papel e sua relevância para o país. Além de dar continuidade aos levantamentos habituais que retrataram a conjuntura econômica e social do país, introduziu novas pesquisas e antecipou estudos para subsidiar ações de combate ao coronavírus.

Além dos fatores mencionados, as atividades relacionadas às contratações foram impulsionadas, também, pela proximidade da grande operação, o Censo Demográfico.

### II. Contratações TIC:

As contratações de tecnologia da informação e comunicação são de extrema importância para a Instituição. As despesas com TIC, no ano de 2020, revelam uma redução de 59,26% em relação ao ano de 2019.

### III. Contratações Atividades Censitárias:

A finalidade de Atividades Censitárias evidencia um incremento de 79,71%, quando comparado ao ano de 2019, tendo as despesas relacionadas aos contratos de servidores temporários grande participação no valor total.

### IV. Contratações Administração:

Os gastos da finalidade de Administração apresentam uma redução no total de 8,81%, em relação ao ano anterior, ocasionada, principalmente, pelo trabalho remoto adotado na Instituição e pela racionalização dos gastos.

As reduções mais significativas são verificadas nas despesas com limpeza e conservação - redução de 28,22%; apoio administrativo, técnico e operacional - redução de 36,88%; serviços de comunicação geral - redução de 45,36%; e energia elétrica - redução 32,49%. O maior gasto da finalidade administração continua sendo com a locação de imóveis e condomínios pelo Brasil.

V. As unidades contratantes da administração central são responsáveis por 78,66% do total das despesas relativas a custeio e investimento, destacando-se o fato de serem centralizadas na Sede do IBGE grande parte das despesas com as atividades censitárias, TIC, disseminação e ensino.

### VI. Obras:

Em 2020, foram contratados o montante de R\$ 8.215.511,99 em 2 obras:

i. Serviços de engenharia necessários para a instalação de novo datacenter principal do IBGE no Rio de Janeiro/RJ;

ii. Serviços de engenharia necessários à intervenções no térreo, jirau e em sala para *Call Center* situados no imóvel da Rua Equador.

Ainda, em 2020, foram gastos R\$ 1.933.545,48 com reformas iniciadas em outros anos, como segue:

i. Serviços de engenharia necessários à reforma dos banheiros e copas, troca da rede pluvial, hidráulica e sanitária e sistema de drenagem de ar-condicionado da Unidade Estadual de São Paulo, iniciada em 2018 e finalizada em 2020;

ii. Contratação de serviços de engenharia visando a instalação da sede da UE/PI, com início em 2019 e andamento com previsão de término em 2021;

iii. Modernização de um elevador na Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE) e adaptações no quadro do outro elevador, para que eles trabalhem em conjunto, com início em 2019 e previsão de término em 2021;

iv. Serviços de engenharia necessários para a instalação de novo Datacenter secundário do IBGE em São Paulo/SP, com início em 2019 e previsão de término em 2021;

v. Contratação de serviços comuns de engenharia visando a instalação da sede da UE/DF, com início em 2019 e término em 2020.

### Conformidade legal

As unidades do IBGE contam com a assessoria jurídica da Procuradoria Federal, o que garante a conformidade das contratações com as normas, principalmente com as Leis nº 8.666/93 e 10.520/02, Decreto nº 7.892/2013 e Instruções Normativas do Ministério da Economia (ME), com destaque à IN 01/2019 (SGD/ME) e 05/2017 (SEGES/ME).

### Objetivos estratégicos

As contratações mais relevantes do IBGE estão alinhadas com os objetivos estratégicos formalizados no Mapa Estratégico do IBGE ([https://www.ibge.gov.br/np\\_download/novoportal/documentos\\_institucionais/MAPA ESTRATEGICO\\_2017-2027-12-06.pdf](https://www.ibge.gov.br/np_download/novoportal/documentos_institucionais/MAPA ESTRATEGICO_2017-2027-12-06.pdf))

### Desafios, fraquezas e riscos na gestão das licitações e contratos

O IBGE está presente nas 26 unidades federativas do Brasil e no Distrito Federal, distribuído por meio das unidades estaduais e suas agências. Assim, são muitas as particularidades, especificidades e necessidades a serem alinhadas na gestão de licitações e contratos, sendo esse o principal risco e desafio na busca por eficiência e cumprimento da missão institucional de retratar o país.

Outro desafio, é o recorrente contingenciamento orçamentário que exige uma contínua readaptação do planejamento e da manutenção da qualidade dos serviços prestados o que, no ano de 2020, representou um desafio ainda maior, tendo em vista a situação de emergência de saúde pública decorrente do coronavírus (COVID-19), a manutenção das atividades de forma remota e a necessidade de redução de gastos.

Dentre as principais dificuldades enfrentadas, cabe ressaltar o número reduzido de servidores atuando na área de licitações e contratos, a qualificação requerida para o desempenho dessas atribuições, as recorrentes mudanças na legislação e as instabilidades dos sistemas governamentais.

Entre as fraquezas, tem-se o elevado número de servidores aptos a aposentar.

## Gestão patrimonial e infraestrutura

### Conformidade legal

Todas as Unidades do IBGE atuam em conformidade com a legislação referente a Gestão Patrimonial na Administração Pública, tais como Lei 8.245/91 e Decreto 7.689/2012 para bens imóveis e Decreto 9.373/2018 para bens móveis, assim como a Lei 8.666/93 e normativos internos ao IBGE.

### Principais investimentos de capital

Em 2020, o IBGE fez significativos investimentos de capital na aquisição de materiais permanentes, que ocasionaram tombamentos de 219.233 bens, com valor total de R\$ 179.368.560,29. A maior parte dessas aquisições foi para atendimento das demandas de infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) planejadas para o Censo Demográfico, correspondendo a 97,09% dos bens tombados (Equipamentos de Processamento de Dados). A distribuição de tombamentos por grupo de materiais permanentes é mostrada na tabela a seguir.

Distribuição de tombamentos por grupo de materiais permanentes		
Grupo patrimonial	Quantidade (und)	Valor total (R\$)
EQUIP. DE PROCESSAMENTO DE DADOS	212.855	131.091.673,55
VEÍCULOS DE TRACÇÃO MECÂNICA	794	38.209.600,00
MÁQ. UTENS. EQUIP. DIVERSOS	557	4.591.820,49
MÁQUINAS E EQUIP. GRÁFICOS	1	2.599.900,00
MOBILIÁRIO EM GERAL	3.283	1.699.207,14
APARELHOS E UTENS. DOMÉSTICOS	542	700.556,50
MÁQUINAS E EQUIP. ENERGÉTICOS	895	163.147,52
APARELHOS DE MEDIÇÃO	6	143.670,00
EQUIP. PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	66	104.491,30
EQUIP. PROTEÇÃO SEGURANÇA SOCORRO	47	25.028,40
APARELHOS E EQUIP. DE COMUNICAÇÃO	150	17.460,00
PEÇAS NÃO INCORPORÁVEIS A IMÓVEIS	31	14.232,25
EQUIP. HIDRÁULICOS E ELÉTRICOS	3	3.379,85
APAR. EQUIP. MÉD. ODONTO. LABOR. HOSP.	2	2.800,00
MÁQ. INSTAL. E UTENS. DE ESCRITÓRIO	1	1.593,29
<b>Total Geral</b>	<b>219.233</b>	<b>179.368.560,29</b>

Fonte: SDA/Bens Móveis (2020)



Tombamentos

**219.233**



Valor total tombamentos

**R\$ 179,4 mi**

Equipamentos de processamento de dados



**R\$ 131,1 mi**

Aparelhos de medição



**R\$ 143 mil**

Equipamento para áudio, vídeo e foto



**R\$ 104 mil**

Mobiliário em geral



**R\$ 1,6 mi**

Considerando a distribuição dos tombamentos por Unidade de Tombamento, percebe-se a concentração das aquisições na Sede, com 97,83% dos bens tombados, conforme a tabela a seguir. Essa característica é decorrente da continuidade do plano de aquisições centralizado na Sede, com entregas parceladas nas Unidades Estaduais. Esse padrão de aquisições é utilizado pela Administração Central como estratégia para obtenção de ganhos de escala e melhores condições de fornecimento nas licitações.

Distribuição de tombamentos por Unidade de Tombamento	
Unidade de tombamento	Quantidade (und)
SEDE	214.483
UE/AM	235
UE/TO	136
UE/MT	56
UE/MS	136
UE/AC	41
UE/RO	38
UE/PA	6
UE/GO	464
UE/SP	915
UE/PI	324
UE/MG	382
UE/PR	470
UE/AL	152
UE/BA	258
UE/RJ	153
UE/MA	119
UE/RS	184
UE/PE	102
UE/CE	109
UE/SC	204
UE/PB	50
UE/SE	51
UE/RN	59
UE/DF	53
UE/AP	42
UE/ES	9
UE/RR	2
<b>Total Geral</b>	<b>219.233</b>

Fonte: SDA/Bens Móveis (2020)

## Desfazimento de ativos

Em 2020, foram registradas alienações de bens diversos por doações e/ou venda em 12 Unidades Estaduais e na Sede, com total geral de 19.307 bens, conforme pode ser visto na tabela a seguir.

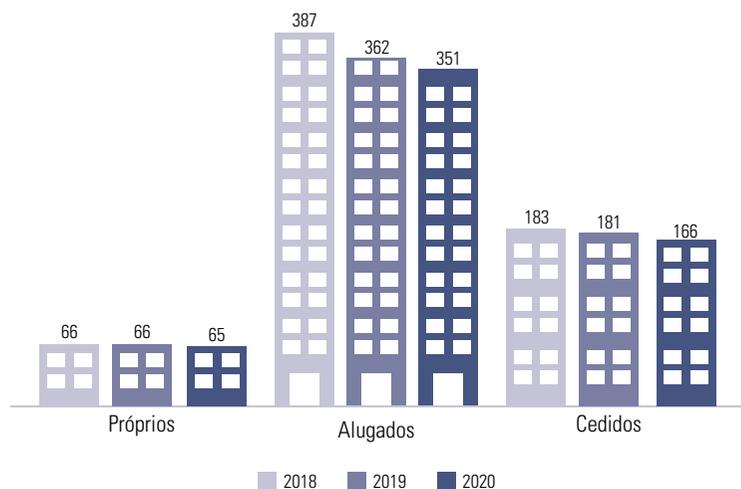
Alienações de bens por doação e venda efetuadas por Unidade de Tombamento			
Unidade de tombamento	Doação (und)	Venda (und)	Quantidade total (und)
UE/MG	17	6.270	6.287
UE/ES	3.656	0	3.656
UE/BA	0	3.019	3.019
UE/AM	0	2.499	2.499
UE/PB	2.287	0	2.287
UE/PR	0	30	30
UE/PE	656	0	656
UE/RS	0	15	15
UE/SP	150	0	150
UE/PI	547	0	547
UE/AL	115	0	115
SEDE	40	0	40
UE/SE	0	6	6
<b>Total Geral</b>	<b>7.468</b>	<b>11.839</b>	<b>19.307</b>

Fonte: SDA/Bens Móveis (2020)

## Gestão de imóveis

Para o desempenho de suas atividades, ao final de 2020, o IBGE conta com 65 imóveis próprios, 351 imóveis alugados e 166 cedidos. O gráfico a seguir mostra a evolução dos quantitativos de imóveis no período 2018 a 2020.

Evolução de imóveis próprios, alugados e cedidos de 2018 a 2020



Fonte: SPIUNET / SDA-Imóveis (2020)

A tabela a seguir apresenta a distribuição geográfica dos imóveis próprios do IBGE, considerando a sua evolução no período 2019-2020.

Em 2020, houve a atualização no valor total dos imóveis próprios do IBGE, com acréscimo de R\$ 12.930.232,85 proveniente de benfeitorias e reavaliações cadastradas pelas Unidades Estaduais.

Distribuição geográfica dos imóveis próprios		
Unidade da Federação	Exercício 2019	Exercício 2020
Acre	1	1
Alagoas	1	1
Amazonas	1	1
Amapá	0	0
Bahia	5	4
Ceará	7	7
Distrito Federal	2	2
Espírito Santo	0	0
Goiás	1	1
Maranhão	6	6
Minas Gerais	2	2
Mato Grosso	3	4
Mato Grosso do Sul	1	1
Pará	2	2
Paraíba	1	1
Pernambuco	2	1
Piauí	1	1
Paraná	0	0
Rio de Janeiro	19	18
Rio Grande do Norte	1	1
Rio Grande do Sul	1	1
Roraima	1	1
Rondônia	1	2
Santa Catarina	1	1
São Paulo	1	1
Sergipe	1	1
Tocantins	4	4
<b>Total</b>	<b>66</b>	<b>65</b>
<b>Total Valor (R\$)</b>	<b>275.008.191,08</b>	<b>287.938.423,93</b>

Fonte: SPIUNET / SDA-Sistema de Imóveis (2020)

Em função de ajuste no cadastro geral dos imóveis, o quantitativo de imóveis próprios foi reduzido em 1 unidade, não por efetivo desfazimento de imóvel. Além disso, houve alteração no quantitativo de imóveis próprios em alguns estados, também em função de atualização cadastral, conforme descrito abaixo:

I. UE-RO - Acréscimo de 1 imóvel. O imóvel da Rua Duque de Caxias, 1223 - Quadra 49 - Porto Velho, não era considerado pela Unidade Local por tratar-se de um terreno que abriga apenas estacionamento;

II. UE-MT - Acréscimo de 1 imóvel. O imóvel da Av. Brasília S/N – Poxoréo, não era considerado pela Unidade Local, por estar desocupado e em processo de devolução para a Prefeitura local;

III. UE-RJ / Sede - Redução de 1 imóvel. Erro de cadastro ao considerar o imóvel da Av. Franklin Roosevelt, 126 - Centro - Rio de Janeiro, como próprio do IBGE, quando se trata de imóvel da União, cedido para o IBGE;

IV. UE-PE - Redução de 1 imóvel. Erro de cadastro da Unidade Local, ao considerar o imóvel cedido da União (antiga Sudene), localizado na Av. Professor Moraes Rego, 634, como imóvel próprio do IBGE;

V. UE-BA - Redução de 1 imóvel. O imóvel da Rua Cel. José Gomes de Oliveira, S/N – Belmonte, constava da relação de imóveis próprios da Unidade, porém, trata-se de imóvel que teve sua doação revertida para a Prefeitura local.

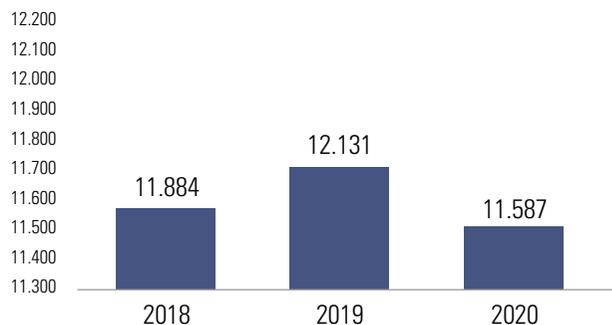
O quantitativo de imóveis alugados teve uma redução de 11 locações, resultado do fechamento de algumas agências e implantação de outras, consolidando a atuação do IBGE em algumas regiões (Projeto Rede), além de um ajuste fino nos cadastros dos sistemas, conforme a tabela a seguir.

Distribuição geográfica dos imóveis alugados		
Unidade da Federação	Exercício 2019	Exercício 2020
Acre	3	1
Alagoas	5	6
Amazonas	5	4
Amapá	1	1
Bahia	41	39
Ceará	6	5
Distrito Federal	4	0
Espírito Santo	9	9
Goiás	17	18
Maranhão	16	17
Minas Gerais	36	35
Mato Grosso	7	6
Mato Grosso do Sul	9	7
Pará	13	12
Paraíba	7	7
Pernambuco	11	11
Piauí	10	10
Paraná	31	31
Rio de Janeiro	20	20
Rio Grande do Norte	5	4
Rio Grande do Sul	34	34
Roraima	-	5
Rondônia	5	5
Santa Catarina	21	22
São Paulo	31	29
Sergipe	6	5
Tocantins	9	8
<b>Total</b>	<b>362</b>	<b>351</b>

Fonte: SPIUNET / SDA-Sistema de Imóveis (2020)

Com relação às despesas com locação de imóveis da Sede, em 2020, houve uma redução de 4,49% se comparado com 2019, resultado de negociação temporária no início da Pandemia. O gráfico a seguir apresenta a evolução dos valores gastos no âmbito da Sede do IBGE com locação de imóveis entre 2018 e 2020.

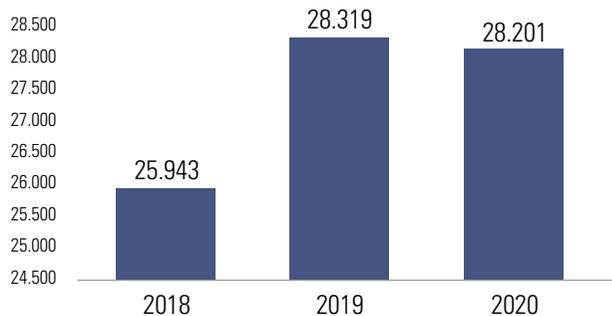
Gastos com locação de imóveis - Sede (em milhares de R\$)



Fonte: SIAFI (2020)

Quanto às despesas com locação de imóveis em âmbito nacional, em 2020, houve uma redução de 0,42% se comparado com 2019. O gráfico a seguir apresenta a evolução dos valores gastos com locação de imóveis entre 2018 e 2020 para todo o IBGE.

Gastos com locação de imóveis - IBGE (em milhares de R\$)



Fonte: SIAFI (2020)

No que se refere a imóveis cedidos ao IBGE, em 2020, houve redução no quantitativo total, ocasionado pela suspensão de alguns convênios, conforme evolução mostrada na tabela a seguir.

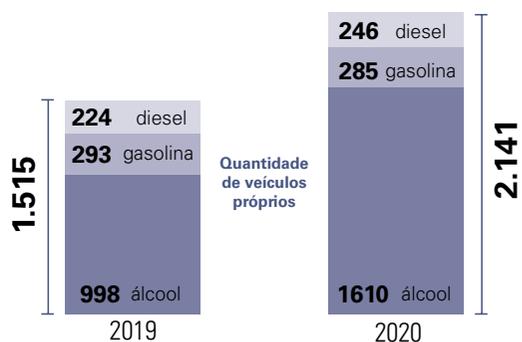
Distribuição geográfica dos imóveis cedidos		
Unidade da Federação	Exercício 2019	Exercício 2020
Acre	0	0
Alagoas	4	5
Amazonas	5	5
Amapá	0	0
Bahia	8	8
Ceará	4	3
Distrito Federal	1	1
Espírito Santo	2	2
Goiás	3	4
Maranhão	2	2
Minas Gerais	40	37
Mato Grosso	6	6
Mato Grosso do Sul	2	2
Pará	5	5
Paraíba	3	3
Pernambuco	7	7
Piauí	5	5
Paraná	5	5
Rio de Janeiro	7	3
Rio Grande do Norte	2	4
Rio Grande do Sul	4	4
Roraima	0	0
Rondônia	1	0
Santa Catarina	0	0
São Paulo	65	54
Sergipe	0	0
Tocantins	0	1
<b>Total</b>	<b>181</b>	<b>166</b>

Fonte: SPIUNET / SDA-Sistema de Imóveis (2020)

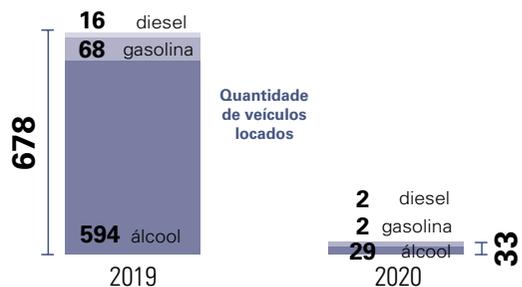
## Frota de veículos

Para a produção de informações, o IBGE precisa assegurar que a coleta de dados para as pesquisas e os levantamentos geocientíficos ocorram no tempo devido, de maneira a garantir a tempestividade na divulgação dos resultados para a sociedade.

Para a coleta presencial em campo, é imprescindível que o Instituto disponha de uma frota de veículos (locados e próprios) capaz de viabilizar o levantamento e a coleta dos dados em todo o território brasileiro. A seguir, é possível ter uma visão geral da frota nos últimos dois anos.

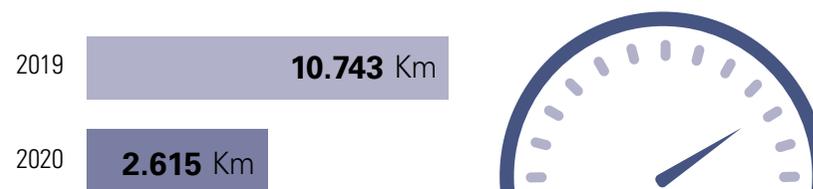


Fonte: SDA / Veículos (jan/2021).



Fonte: SDA / Veículos (jan/2021).

## Média anual de quilômetros rodados por veículo próprio e alugado



Fonte: SDA / Veículos (jan/2021).

Errata: No Relatório de Gestão 2019, página 112, foi registrada uma média anual de quilômetros rodados de 10.741 Km, um número subestimado em função do atraso na inserção de dados no sistema. O valor foi corrigido e a média anual aumentada para 10.743.

## Total de gastos com veículos próprios e alugados (manutenção, combustível e outras despesas)



Fonte: SDA / Veículos (jan/2021).

O tamanho da frota, determinado pela quantidade de veículos próprios e locados, é apurado ao final de cada ano e, por isso, sofre a influência da variação da carga de coleta das pesquisas, podendo apresentar algumas distorções que merecem ser explicadas.

Ao final do ano de 2019, o IBGE adquiriu 864 novos veículos, que teriam um papel fundamental no suporte à execução do Censo Demográfico. Com o adiamento da operação censitária e a suspensão de boa parte das atividades de coleta presencial, a demanda pela frota caiu drasticamente, impactando a quilometragem rodada média. Desses veículos novos, 170 ainda não foram recebidos devido ao fechamento do comércio no cenário de calamidade pública.

A queda na quantidade de veículos locados também pode ser explicada por esse contexto de um ano atípico, em que muitas das atividades de campo foram suspensas ou minimizadas.

O mesmo fenômeno pode explicar a queda nos gastos com a frota. Os principais gastos são combustível e manutenção, os quais possuem relação direta com a frequência de utilização dos veículos.

#### TáxiGov

O IBGE, por meio do Ministério da Economia, implantou o TáxiGov na Administração Central

em 11 de dezembro de 2019, a fim de reduzir despesas com veículos próprios no deslocamento entre os complexos da cidade do Rio de Janeiro e outros serviços externos.

No ano de 2020, foram 1.875 viagens, com 37.386 km percorridos, custando R\$107.825,61. Levando em conta que o contrato de motoristas terceirizados reduziu o número de funcionários de 18 para 9, esse custo foi compensado pelos R\$408.849,12 economizados com a redução do quadro. Considerando a diferença de gastos com a frota própria (combustível, manutenção etc.) entre 2019 e 2020 (de R\$235.319,68 para R\$26.723,16), as despe-

sas totais com a frota da Administração Central do IBGE sofreram uma queda de R\$509.620,03, o que representa 48% dos gastos em 2019.

Ainda não temos dados suficientes para precisar o quanto desse decréscimo se deveu à implantação do TáxiGov e o quanto se deveu ao teletrabalho, entre outros fatores, mas é notável que somente a economia com mão-de-obra foi cerca de quatro vezes maior que todo o valor gasto com esse novo serviço. Essa também foi a causa direta da redução da frota da Administração Central em 21 veículos, os quais foram alocados para atender as atividades-fim do IBGE.

## Gestão da tecnologia da informação

### Conformidade legal

A gestão de TIC é realizada formalmente no IBGE desde 2010, por meio do seu Plano Diretor de Tecnologia de Informação e Comunicação (PDTI), documento atualizado regularmente e disponibilizado na página Web principal da Instituição. Seguindo os preceitos adotados nas edições anteriores, a organização desse trabalho segue determinações e melhores práticas de órgãos reguladores do Governo Federal, especificamente da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI), do então Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), agora como Secretaria de Governo Digital do Ministério da Economia; bem como do Tribunal de Contas da União (TCU); da Controladoria-Geral da União (CGU); e do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR).

### Modelo de Governança de TI

O Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicação (CTIC), responsável pela construção do PDTI do IBGE, vem trabalhando fortemente em novas frentes de trabalho quanto ao aumento de maturidade na gestão das TICs, como o investimento e esforços quanto à Política de Segurança da Informação e Comunicações do IBGE (POSIC), quanto à Gestão de Riscos em TICs e na busca de métricas consideradas relevantes pelos órgãos fiscalizadores. Para a elaboração da décima edição do PDTI, referente aos anos de 2019-2020, foram, novamente, consultadas todas as áreas setoriais e as 27 Unidades Estaduais do IBGE quanto às suas

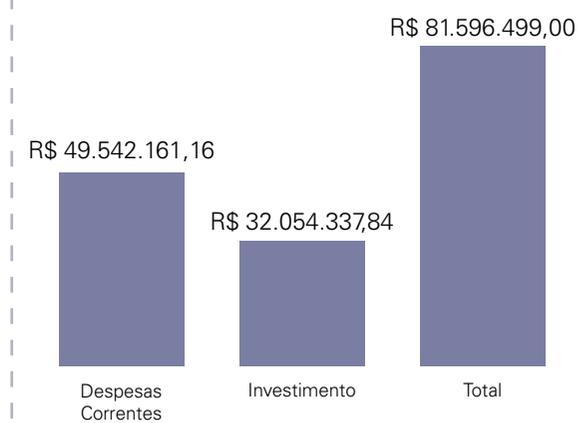
demandas de TIC. Esse documento contém uma relação dos respectivos pedidos de investimentos classificados pelo CTIC como aderentes aos objetivos do Planejamento Estratégico do IBGE e coerentes com as políticas da Instituição nessa área, visando, assim, à padronização e à economia de recursos. A Diretoria de Informática (DI) também atualizou, em 2019, o novo documento Estratégia Geral de Tecnologias de Informação para o biênio 2019-2020 (EGTI), levando em consideração o Mapa Estratégico do IBGE para 2017-2027 e apresentando projetos e vertentes, assim como oportunidades de desenvolvimento na área. Ambos os documentos, PDTI e EGTI, estavam atualizados e vigentes até 31 de dezembro de 2020 e se encontravam publicados na página institucional do IBGE. Diante do quadro da pandemia de Covid-19, tanto o EGTI quanto o PDTI de 2021-2022 trarão inovações que foram impostas pelo teletrabalho.

### Montante de recursos aplicados em TI

É fundamental explicar que, em períodos de Censos (Agropecuário ou Demográfico), as aquisições são exponenciadas significativamente, haja vista que, além da aquisição de centenas de milhares de dispositivos móveis de coleta (DMCs), que são smartphones como os de mercado, com características específicas, por causa das necessidades de visualização de mapas, coleta de informações por sistemas desenvolvidos no IBGE e transmissão delas para as centrais do IBGE; há necessidade de robustez igualmente significativa para suportar todas essas operações, indo desde roteadores instalados nas dependências fixas e temporárias do IBGE, laptops, servidores de rede, servidores de bancos de dados, linhas de

comunicação e outros tantos componentes. Desde 2019, o IBGE iniciou seus processos de aquisição e muito já se contratou. No ano de 2020, em função do adiamento do Censo Demográfico para 2021, outros processos foram finalizados e outros permanecerão para 2021 e, dessa maneira, os montantes abaixo refletem não somente os valores habituais da Diretoria de Informática para manter seu ambiente computacional, que suporta todo o trabalho técnico e administrativo para as pesquisas contínuas, como, também, os valores de Censo. Só em 2020, foram mais de 50 processos construídos à luz da IN01, o que trouxe ainda maior complexidade nos processos de compra. O montante de recursos foi, portanto, aumentado em razão desta operação censitária de enorme porte.

#### Valores utilizados em TI e Comunicação



Fonte: IBGE, Diretoria Executiva – DE/COF.

## Contratações mais relevantes de recursos de TI

### Contratos Continuados mais relevantes em 2020

#### Objeto

Fábrica de *Software*

Suporte via UST

Rede MPLS

Locação de *softwares* Microsoft

Manutenção de *software* SCE

Manutenção de *software* - Oracle

Manutenção de *software* - IBM

### Aquisições de *Software* e *Hardware* mais relevantes em 2020

#### Objeto

Aquisição de *Desktops* Técnicos e Administrativos

Appliance de Banco de Dados Oracle – Exadata (SW e HW)

NAS *Data Analytics*

Roteadores Sem Fio para postos de coleta

*Storage* Híbrido

*Software* Microsoft SCE

## Principais iniciativas (sistemas e projetos) e resultados na área de TI

Relacionamos algumas iniciativas que foram apresentadas em 2019 e que continuaram significativamente relevantes para a Instituição em 2020, analisadas a partir dos objetivos estratégicos institucionais.

**Objetivo Estratégico 1 – Ampliar a cobertura e o detalhamento das pesquisas estatísticas e dos levantamentos geocientíficos.**

Reflexão: Ampliar cobertura e detalhamentos de pesquisas enseja maior quantidade de pessoas no campo, com maior capacidade de armazenamento de dados, maior necessidade de conectividade para transmissões e comunicações, maior capacidade de recebimento desses dados e de processamento. Pode ensejar, também, maior necessidade de interação com instituições externas, como os mapas de empresas que detêm imagens de satélite de alta qualidade ou acervos e bancos de dados atualizados de governos e empresas. Trata-se, então, de inteligência para incorporação desses dados no IBGE, de capacidade de armazenamento e de processamento dos mesmos. Em todos os casos, demandar-se-á de segurança, tanto no acesso ao IBGE, no acesso aos dados e nas cópias de segurança.

A cada movimentação para esse fim, a área de informática deverá ser acionada, na busca da melhor operacionalização da atividade, mensurando não somente os esforços, mas também os recursos necessários. Trata-se, portanto, de Dispositivos Móveis de Coleta (DMCs), acessos desses DMCs à Internet, links, *storages*, software de desenvolvimento, software de segurança de dados, software de backup e recuperação e outros que devem ser avaliados para cada novo projeto. Todos esses recursos devem ser devidamente adquiridos, preferencialmente, para uso compartilhado em outras atividades, parametrizados para cada operação, distribuídos e controlados devidamente e orquestrados por equipes conhecedoras desse tipo de atividade no IBGE.

Em 2020, houve um significativo esforço na aquisição de cadastros de empresas e instituições de governo para incrementar o Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos (CNEFE), havendo, inclusive, ações levadas ao Supremo Tribunal Federal quanto à demanda do IBGE por obter o cadastro de telefones das operadoras de telefonia móvel e fixa de todo Brasil. O objetivo principal foi o de buscar telefones para que as pesquisas do IBGE, que antes eram necessariamente realizadas por visitas físicas e pessoais às localidades domiciliares e comerciais, passassem a ser realizadas através de telefones, o que tem complexidade adicional na montagem de estrutura de

telefonía para os funcionários realizarem seu trabalho, com o uso dos DMCs e de chips de telefonía celular. Além deste cadastro coordenado pela ANATEL, que ao final não foi disponibilizado por decisão do STF, cadastros relativos ao Ministério da Saúde, Ministério da Economia e outros foram adicionados às bases do IBGE para melhoria de seu CNEFE.

#### Objetivo Estratégico 2 – Estruturar e promover o Sistema Estatístico e Geocientífico Nacional

Reflexão: Tal objetivo demanda muito mais esforços administrativo, político e legal do IBGE, mas a robustez de nossas estruturas certamente referenda a coordenação desse Sistema. Estrategicamente, o IBGE e sua TI devem ser referência perante Ministérios e Governos para que, tanto tecnicamente quanto gerencialmente, possamos administrar demandas de informações, coordenar grupos distantes e heterogêneos, tutorar instituições e empresas nas temáticas relacionadas, capacitane e organizar acervos institucionais de outros órgãos e empresas. Diante disso, a demanda por TIC se mostra claramente na capacidade de comunicação e interação externa ao IBGE, provendo salas de videoconferência, sites de colaboração virtual, sites de organização e gerência de projetos e de infraestrutura necessária ao suporte para tais ações. A interoperabilidade entre sistemas deve ser uma preocupação adicional relevante.

Em 2020, se percebeu, com a nova gestão, uma posição mais definitiva do IBGE quanto à necessidade de interação governamental e respeito às metodologias das pesquisas, o que fez com que os gestores de alguns outros órgãos entendes-

sem a missão do IBGE e compartilhassem suas informações, dando a atenção esperada para esses assuntos de Estado. Tal esforço deverá permanecer em 2021, colocando o IBGE na posição de líder, quando se trata de pesquisas de campo de porte nacional, para todos os ministérios.

#### Objetivo Estratégico 4 – Ampliar e aprimorar procedimentos para recepção e uso de registros administrativos

Reflexão: Objetivo altamente dependente de acordos institucionais, nos quais deverão estar explicitados os metadados dos acervos, a forma de obtenção regular dos dados, a periodicidade, o sigilo e o retorno e contrapartida, se houver. A participação da Diretoria de Informática deve ser viabilizada desde o início das negociações, uma vez que essa área se preocupará com a maneira pela qual os dados relevantes chegarão ao IBGE e como serão administrados. A recepção dos dados deve ser amplamente analisada pela área interessada do IBGE e a área de tecnologias e produção, para que haja infraestrutura disponibilizada (links, segurança, *storage*, gerenciadores de bancos/acervos, automatização de processos, janelas temporais para as transmissões e outros do gênero), assim como pela área de desenvolvimento de sistemas e de acervos, que se preocuparão em avaliar a inserção desses dados no IBGE, a entrada desses em nossos sistemas e o seu uso para análise, além da incorporação ao acervo do IBGE, que poderá ser apartado ou não do acervo de produção própria, numa decisão posterior. Em outra escala, o IBGE deverá estar atento a procedimentos de digitalização, de mineração e de Gerência Eletrônica de Documentos (GED). A Go-

vernância dos dados também é muito relevante nesse objetivo, assim como de Política de proteção de dados.

Tal como informado no Objetivo Estratégico 1, em 2020, por causa dos inúmeros contatos e intercâmbio de cadastros, dados e informações, o IBGE amadureceu ainda mais seus procedimentos, não somente na forma de estruturação de um documento formal, mas, também, nas tecnologias que apoiam tal intercâmbio. Vários esforços foram realizados e até mesmo uma avaliação externa, realizada pelo Banco Mundial, foi feita, sob a ótica de segurança das informações trocadas e armazenadas. Percebe-se, portanto, um aprimoramento técnico relevante nesse Objetivo Estratégico 4 e espera-se a ampliação de tantos convênios que possam ser realizados para a maior obtenção de dados.

#### Objetivo Estratégico 5 – Implementar novas estratégias de aquisição de dados

Reflexão: Dada a digitalização das operações de comércio e serviços e os grandes acervos de dados (*data lakes*) de concessionárias de serviços, empresas, financeiras e bancos, havendo legalidade para tal, o uso de dados, ainda que desidentificados, uma equipe de *BigData* deverá estar habilitada a explorar esses acervos na busca de dados para uso do IBGE. Dados das secretarias estaduais de Fazenda, que hoje já vêm sendo conveniados pelo IBGE para uso em pesquisas estatísticas do comércio, indústria, serviços e outros, assim como dados de provedores de acesso à Internet, para uso em pesquisas de TIC e uso do tempo, ou outros tantos que podem ser explora-

dos, com expressiva diminuição de custos de coleta e aumento significativo de qualidade, deverão ser alvo nesse objetivo estratégico 5. O aumento da Rede de Coleta, as aquisições de mapas, imagens, ortofotos e de mineração, que permite a extração de dados de páginas da web, devem ser objeto de grupos de pesquisa e estudos nas áreas do IBGE, no que, necessariamente, as áreas de tecnologias deverão participar ativamente. Por se tratar de um objetivo que prescinde de prospecção tecnológica, a área de TIC deverá fomentar e participar ativamente de visitas técnicas na busca de melhores práticas e modelos funcionais que fomentem a aquisição de dados por novas fontes. A interoperabilidade também deve ser observada, assim como ferramentas de BI (*Business Intelligence*) e ferramentas de análise de dados.

Em 2020, em razão da pandemia, o IBGE rapidamente se adequou ao teletrabalho, mas não sem significativo esforço. DMCs foram disponibilizados aos agentes de coleta do IBGE para que, de suas casas, pudessem ter acesso a listas de pessoas, domicílios e empresas para que as pesquisas contínuas fossem mantidas, com telefones e e-mails atualizados. Um contrato emergencial para aquisição de chips de telefonia celular foi realizado no primeiro semestre de 2020, para todo Brasil, e um novo contrato de telefonia celular, agora sendo uma licitação nacional, também foi iniciada e finalizada no ano de 2020. Laptops, devidamente configurados para garantir a segurança das informações, foram distribuídos às pessoas do IBGE que atuavam no *Call-Center*, além de DMCs e chips de telefonia móvel, para que

continuassem a realizar o trabalho e ofertar dados atualizados para a divulgação das pesquisas. Adquiriu-se, também, novos equipamentos de armazenamento de dados, para suportar essas e novas pesquisas que vieram com a pandemia, como a PNAD-Covid, que refletiu os impactos da Covid na economia e na sociedade.

#### Objetivo Estratégico 17 – Adotar soluções genéricas de TI

Reflexão: A adoção de soluções genéricas de TI já vem sendo realizada há algum tempo. Soluções *ad-hoc* vêm sendo evitadas, tanto para os ambientes de desenvolvimento de sistemas quanto nas áreas de produção e de tecnologias, não somente por terem custo, mas, também, por questões de otimização de trabalho, velocidade de implantação, adequação às boas práticas de mercado, estabilidade de rotinas e processos e outros tantos. Novas metodologias, como as Ágeis, devem ser estimuladas. As soluções genéricas podem ser uma resposta interessante a alguns fabricantes que exigem rigores e preços não vantajosos à Administração Pública, dando a esta uma independência salutar. Deve-se ter atenção também para possibilidades de, com soluções genéricas implantadas no IBGE, podermos interagir com outros órgãos e empresas internacionais, nacionais e regionais, o que pode representar não somente a inserção do IBGE em outros fóruns, como membro ativo, mas, também, dependendo da legislação vigente, gerar recursos e financiamentos.

Em 2020, a Diretoria de Informática buscou investir bastante nos sistemas de controle das pesquisas por meio de um padrão único gerado pelo Censo Demográfico de 2010 e aprimorado ao longo dos anos. Os ganhos são significativos, uma vez que todos os gestores e gerentes que usaram o sistema para os Censos podem usufruir do mesmo ambiente para as pesquisas contínuas, melhorando, ao final, o esforço pela qualidade da operação e dos próprios dados. Muito se fez, também, para que as soluções genéricas ocorram num ambiente de interoperabilidade nos ambientes de suporte e de produção, além do uso de infraestrutura de hardware, software e serviços contratados.

#### Objetivo Estratégico 18 – Garantir o nivelamento tecnológico dos projetos institucionais

Reflexão: O Plano Diretor de Tecnologias de Informação e Comunicação (PDTI) deverá garantir, entre outros objetivos, este de nivelamento tecnológico, avaliando rotinas, processos e pesquisas de todas as áreas setoriais do IBGE e buscando, incessantemente, a atualização da lista de serviços, do parque computacional, de seus sistemas e da produção institucional. Os Censos, por seu volume de trabalho, costumam alavancar grandes mudanças tecnológicas no IBGE e, após essas operações censitárias, é comum que os recursos sejam transferidos para as rotinas contínuas institucionais, trazendo inovações e atualizações de todos os tipos. As pesquisas contínuas, por sua vez, podem garantir a avaliação de entrada de novas tecnologias e sua adequação às necessidades

do IBGE, ensejando que essas inovações sejam amplamente testadas e colocadas em produção, para uma avaliação pré-censitária. Espera-se, portanto, um ciclo positivo de recursos e inovações entre as pesquisas censitárias e as pesquisas contínuas, que deve ser acompanhado atentamente pelos gestores de TIC.

Para 2020, verificou-se a criação de ambientes para suporte ao Censo Demográfico que ocorrerá em 2021 e, ao final desta operação, um significativo aumento nas capacidades de processamento e armazenamento do IBGE será transferido para as pesquisas contínuas e projetos inovadores como os de uso de Inteligência Artificial, *Data Lakes* e outros não menos importantes.

### **Segurança da informação**

O compromisso legal do IBGE em manter a privacidade do informante e o sigilo das informações prestadas, conforme previsto na Lei n. 5534, de 14.11.68, torna indispensável a implementação de controles rígidos de segurança da informação e comunicações, permitindo que as atividades desempenhadas na Instituição tratem as informações e estudos de natureza estatística, geográfica, cartográfica, demográfica e administrativa com a devida segurança, para garantir a legalidade de suas ações.

A implementação dos controles de segurança da Política de Segurança da Informação e Comunicações (POSIC), está apoiada em três pilares principais: processos, pessoas e tecnologia. O Comitê

de Segurança da Informação (CSI), em conjunto com a Diretoria de Informática, vem promovendo ações direcionadas a esses três pilares por meio da normatização de diversos procedimentos e processos, do investimento em novas tecnologias de segurança da informação e em ações voltadas para a capacitação e conscientização dos colaboradores da Instituição.

A POSIC, cuja primeira edição ocorreu em 2014, com atualização em 2018, necessitará de adequação à Lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018, de Proteção de Dados Pessoais, que vem sendo discutida no IBGE em razão de pontos relevantes que podem impactar os trabalhos nesse Instituto.

No dia 26 de novembro de 2020, o IBGE indicou, de acordo com as recomendações do Ministério da Economia, o Encarregado pelo Tratamento dos Dados Pessoais por meio do Ofício IBGE nº 265 de 2020, assinado pela Presidente do IBGE, conforme Instrução Normativa DEGDI nº 100, de 19 de outubro de 2020.

Outras ações no âmbito da POSIC que foram programadas vêm sendo cumpridas com bastante empenho da Diretoria de Informática e outros órgãos setoriais, como:

- Curso a Distância (EaD) para todos os servidores do quadro, estagiários e terceirizados do IBGE, sobre as boas práticas a serem adotadas no uso das informações e sistemas da Instituição para diminuir os riscos de quebra de sigilo dos dados coletados de pessoas físicas e jurídicas e o vazamento de informações sensíveis antes da data

de suas publicações oficiais, iniciado em abril de 2019 e com resultados bastante satisfatórios, com 2.178 pessoas concluintes em dezembro de 2019. Para 2020, a previsão informada no Plano de Desenvolvimento de Pessoas era de 481, mas a realização foi ínfima (de apenas 5 pessoas que ingressaram no IBGE antes da pandemia). Faremos esforços para que o ano de 2021 tenha números mais robustos, dada a relevância do tema;

- Cartilhas temáticas sobre o uso seguro do Correio Eletrônico e Acesso Lógico foram impressas e distribuídas em todo território nacional, com mais de 5000 cópias, em 2019, e o descanso de tela sobre uso seguro da internet, dando continuidade à campanha de conscientização sobre Segurança da Informação e Comunicações (SIC), vem ocorrendo mesmo durante a pandemia, uma vez que os laptops do IBGE que estão em posse dos funcionários continuam ofertando tais informações;
- Novo Plano de Gestão de Riscos em TIC, de acordo com a metodologia definida pelo Comitê de Governança, Conformidade e Riscos do IBGE;
- Plano de Continuidade de Negócios;
- Revisão do Plano de Gerenciamento e Tratamento de Incidentes;
- Capacitação em SIC para agentes de coleta e produtores de informação, para ocorrer em 2021, uma vez que o Censo Demográfico foi adiado.

## Principais desafios e ações futuras

### Projetos Institucionais

#### Censo Demográfico 2021

Principal projeto da casa, o Censo Demográfico foi adiado para 2021, em razão da pandemia mundial que assolou, também, o Brasil. Com isso, muitas das ações que envolvem todas as coordenações da Diretoria de Informática em sua execução foram repassadas para 2021.

- Os prazos para o desenvolvimento de sistemas e aplicações segue o planejamento geral dos testes programados para a operação.
- Desenvolvimento e manutenção das ferramentas para formação dos arquivos de dados e cadastros necessários para a preparação do CNEFE e da Base Operacional Geográfica, e para a geração e distribuição de insumos descritivos dos setores.
- Projeto de infraestrutura de TIC para o Censo 2021, com a publicação do impresso Projeto Tecnológico para o Censo Demográfico de 2021, atualizado no final do ano de 2020, que serviu de base e parametrização de todas as aquisições realizadas em 2019 e 2020 e apresenta as necessárias para 2021.
- Projeto de Comunicações no Censo 2021, envolvendo a infraestrutura de redes de comunicação de dados, de voz e de streaming se integra ao Projeto de Infraestrutura de TIC. Foram devidamente adquiridos os recursos necessários à Nova Central Telefônica do IBGE, com investimentos que traduzirão agilidade, qualidade e barateamento de despe-

sas de telecomunicações em 2020. O planejamento das demandas locais de infraestrutura de comunicações, como a contratação de acessos à Internet, é objeto de elaboração de padrões de contratação para execução através das Unidades Estaduais. Em 2020, todos equipamentos foram recebidos no IBGE e, em razão da pandemia, estão sendo guardados para configuração e instalação, assim que o Conselho Diretor do IBGE determinar.

- Logística de TIC no Censo 2021. Houve significativa complexidade para administrar tal assunto, uma vez que muitas licitações e contratos já haviam sido finalizados em 2019, com entregas previstas para 2020. Em razão da pandemia, vários aditivos aos contratos com fornecedores de TI tiveram que ser feitos, objetivando os seguintes pontos: guarda dos bens adquiridos junto ao fabricante (uma vez que os prédios do IBGE no Brasil não têm segurança bastante para garantir que os equipamentos não sejam furtados durante a ausência de funcionários, pela pandemia), garantia indicada nos editais e contratos só valerão a partir da entrega efetiva dos bens (muitos equipamentos perderiam a garantia sem nunca terem sido usados, uma vez que vários equipamentos têm somente 12 meses de garantia – o que era o bastante para a operação censitária ter garantias de sucesso quanto a esse quesito – e eles seriam entregues mas ficariam sem uso dado o adiamento do Censo) e o pagamento dos bens ser feito de forma parcial, garantindo que os bens ficassem retidos na fábrica e com a garantia da sua entrega para a quitação (tudo realizado de acordo com a legislação vigente e a concordância da Procuradoria Federal no IBGE, com procuradores da AGU, e das áreas de TI e Administrativas do IBGE). O projeto de logística foi elaborado em conjunto com os demais projetos de forma a assegurar a distribuição e instalação dos recursos de TIC em todas as unidades operacionais do Censo espalhadas por todo o Brasil. Tal publicação é o Projeto Tecnológico do Censo Demográfico 2021.

### Projeto de Reconhecimento de Imagens

Tem como objetivo o uso de imagens obtidas de satélite, sensores orbitais ou de outras fontes, visando a análise do território com a finalidade de reconhecimento de cultivos, do uso do solo e de água doce e, ainda, de avaliação de habitações para auxílio à base territorial. O projeto foi formalizado no final de 2020, com suas atividades identificadas e prazos programados e com contratações previstas para 2021.

#### *BigData*: Recepção e Uso de Registros Administrativos

A utilização de Registros Administrativos e de Bases de Dados Externas ao IBGE, com características de tecnologia de *BigData*, demandará esforços de inteligência e de infraestrutura de TIC para a captação, entendimento, exploração e uso de recursos administrativos para as pesquisas estatísticas e geocientíficas do IBGE.

Diversas iniciativas estão em negociação pela Direção do IBGE e, quando for o momento de sua realização, irão implicar a obtenção e disponibilização de infraestrutura de TIC, de softwares adequados a natureza e dimensão do manuseio de dados pretendidos e do desenvolvimento de sistemas e aplicações.

Destaca-se o esforço do IBGE na realização de convênios com as Secretarias Estaduais de Fazenda para acesso às bases de dados das Notas Fiscais Eletrônicas essenciais à reformulação das pesquisas de comércio e serviços ao conhe-

cimento dos fluxos de bens na economia. Outras bases de dados administrativos ou orgânicos também são de grande interesse para o IBGE e, como citado anteriormente neste documento, já se obteve acesso a tais bases, como o INSS, da ANATEL, da Receita Federal (CPF) e ANEEL.

Em 2020, também houve um apoio do Banco Mundial na contratação de um especialista para apoio ao CNEFE, o que teve fundamental importância para as pesquisas que necessitaram de telefones e e-mails para serem realizadas, tal como a PNAD-Covid, em parceria com o Ministério da Saúde.

## Projetos de TIC

### Reestruturação do Ambiente Tecnológico do IBGE

Em razão do Censo Demográfico de 2020, adiado para 2021, e, de acordo com o Projeto Tecnológico dessa operação, foi planejada uma atualização de servidores de aplicação, de servidores de armazenamento, de elementos ativos de rede (como switches e outros), de equipamentos de funcionários (desktops e laptops) e de recursos computacionais de software e comunicação. Tal planejamento gerou inúmeros processos licitatórios em 2019 e 2020, com a desejável rodada de substituições e atualizações tecnológicas que vem ocorrendo desde junho de 2020 no IBGE, o que é não somente desejável como, também, salutar a uma Instituição que obtém, trabalha e dissemina informações.

### Plataforma de Produção e Análise de Informações

Em 2020, foram realizadas as ações voltadas ao aperfeiçoamento e otimização dos processos na Plataforma de Informações do IBGE:

- O SISMAP está sendo migrado de uma plataforma cliente-servidor para a plataforma Web, desde setembro de 2020, com previsão de término para junho de 2021;
- O *eData*, tabulador e analisador de dados, que disponibilizou, em 2019, uma ferramenta para seleção espacial de áreas de interesse e, desde março de 2020, vem sendo migrado para o ambiente *OpenShift*;
- Para o projeto ODS Brasil, foi realizada uma reunião inicial com a COINF e um consultor da Microsoft, visando a substituição do IBM Connections pelo Sharepoint, e está sendo aguardada a assinatura do novo contrato para dar prosseguimento visando a elaboração de uma prova de conceito.

Essas atividades se somam aos esforços também efetuados no BME, com o objetivo de traduzir os dados divulgados pelo IBGE em ferramentas amigáveis aos usuários, que resolvam problemas no conhecimento das informações sobre a realidade do Brasil.

### Acervo Institucional de Informações

Foram realizadas, em 2020, aquisições de *hardware* e *software* para armazenamento e tratamento de dados pois, com áreas de dados cada vez maiores,

dado o volume de informações produzidas e agora, também recebidas de outros órgãos, como citado anteriormente, o IBGE se esforça no desenvolvimento de mais ferramentas para acesso aos dados com a tecnologia hoje utilizada nos arquivos de microdados do BME, num processo de melhoria contínua bastante salutar.

### Projeto de Convergência de Comunicações: Telefonia

No final do ano de 2019, houve recursos para executarmos o pedido relativo à ata de registro de preços realizada pelo IBGE e os produtos e software adquiridos chegaram ao longo de 2020, já no início do período da pandemia. Aguarda-se, agora, a decisão do Conselho Diretor para iniciarmos a distribuição dos equipamentos, com o objetivo de implantar, o quanto antes, a nova telefonia na Sede e em todas as capitais dos Estados. Tal projeto já foi amplamente apresentado através de videoconferência a todos os Estados brasileiros, com a presença de chefes, gerentes e técnicos das Unidades Estaduais, sendo aguardado com positividade.

### Centro de Entrevistas Telefônicas Assistidas por Computador - CETAC

O CETAC, que funciona como um *Call Center* para realizar entrevistas e dar apoio a entrevistas presenciais de pesquisas do IBGE, encontrava-se no limite de sua capacidade técnica e sem possibilidade de aumento de um único posto de trabalho adicional. Com o novo projeto de telefonia institucional e de

acordo com o Projeto Tecnológico do Censo Demográfico de 2021, o IBGE dobrou sua capacidade de assentos no CETAC e, no primeiro semestre de 2021, espera-se a sua operacionalização, desde que haja possibilidade, por causa da pandemia.

Independentemente dessa linha de atuação, por causa da imposição de teletrabalho durante a pandemia, o CETAC funcionou regularmente com seus operadores trabalhando em suas casas e usando laptops, DMCs e chips de telefonia móvel celular para a realização das pesquisas, que mantiveram suas datas de coleta e divulgação, mesmo com o isolamento social imposto.

#### Novos *Data Centers* - RJ e SP

Em 2020, obteve-se um interessante e colaborativo projeto para a construção e mudança dos *Data Centers* principal e secundário, para novos

locais, de acordo com o projeto planejado de forma integrada por diversas áreas do IBGE. A mudança dos *Data Centers* objetiva modernizar as salas de instalação dos equipamentos, com aumento do nível de segurança e com redução dos custos com utilidades. Os novos *Data Centers* foram projetados para instalação dos equipamentos em modo de confinamento, em locais com segurança contra enchentes e de menor exposição.

Foram 2 (dois) processos planejados, licitados e contratados no ano de 2020, sendo o *Data Center* de São Paulo previsto para término em março de 2021 e o *Data Center* do Rio de Janeiro, com previsão de término em junho de 2021, sendo muito conveniente que as obras, instalações e mudança dos equipamentos ocorram antes da realização do Censo 2021, previsto para 1º de agosto de 2021.

#### Mudança do Correio Eletrônico

O *software* de correio eletrônico do IBGE, Lotus Notes, foi instalado nos anos 90, dentro de um projeto maior que juntava as facilidades de mensageria com workflow e aplicações. Hoje, as aplicações desenvolvidas no Notes foram todas substituídas por novas tecnologias, os recursos de workflow não são mais utilizados, restando somente os recursos de mensageria em uso.

Tal como previsto, em 2020, todas as Unidades Estaduais e todas as Diretorias do IBGE foram migradas para o produto Exchange, da Microsoft, assim como o correio de todo pessoal contratado por tempo determinado nas 27 Unidades da Federação, em razão de já termos as licenças advindas de outro projeto, concluindo, portanto, a saída definitiva do Lotus Notes.

## Sustentabilidade ambiental

### Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS) do IBGE

O PLS do IBGE (2019-2023) possui nove eixos temáticos, que tiveram como referência os temas do Índice de Acompanhamento da Sustentabilidade na Administração Pública (IASA), criado pelo Tribunal de Contas da União. Os nove eixos são apresentados a seguir:



O Plano de Gestão de Logística Sustentável do IBGE vem sendo implementado por meio de planos de trabalho anuais, com ações propostas em mais de um eixo temático. A previsão é de ações serem acrescentadas de maneira gradual, a cada semestre, até que todos os temas estejam contemplados, ao final da vigência do PLS 2019-2023.

Entretanto, em 2020, com o acometimento da pandemia da COVID-19 em âmbito mundial, foram necessárias medidas de isolamento social que levaram à adoção do trabalho remoto em caráter de emergência, impossibilitando a implementação das ações planejadas e exigindo um novo olhar para a abordagem dos temas integrantes do plano de gestão de sustentabilidade.

### Critérios de sustentabilidade nas contratações e aquisições

O IBGE, como instituição pública, e diante do atual cenário mundial, tem buscado a adoção de políticas e práticas de responsabilidade social e de sustentabilidade ambiental em suas licitações de compra de: material de consumo; equipamentos de informática; mobiliário em geral; e obras de manutenção. As contratações e aquisições são caracterizadas por aspectos sociais e ambientais facilmente identificados nos editais de licitação. Nesse sentido, continua a utilizar o seu poder de compra para implementar a política de aquisições sustentáveis, sinalizando para as empresas a necessidade de se adaptarem ao novo cenário mundial, adotando processos de produção com novos

padrões ambientais, sociais e econômicos. Assim, o IBGE mantém a adoção das seguintes práticas:

Licitações exclusivas para microempresas e empresas de pequeno porte, cujo valor seja de até R\$ 80.000,00.

Licitações para aquisições de bens de natureza divisível com cota reservada de até 25% do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

Licitações voltadas exclusivamente para aquisição de materiais com critérios de sustentabilidade.

Direito de Preferência: quando ocorrência de empate é assegurada, como critério de desempate, a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

Fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas pelas empresas.

### Redução de resíduos poluentes

Ações vêm sendo realizadas pelo IBGE para a redução de resíduos poluentes, tais como: a destinação ambientalmente adequada de coletes e pastas; a adoção de coletores de pilhas e baterias; e a utilização de coletores distintos para a separação de materiais recicláveis e lixo orgânico.

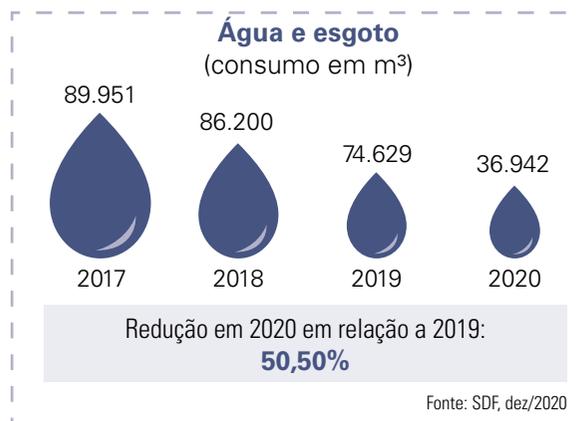
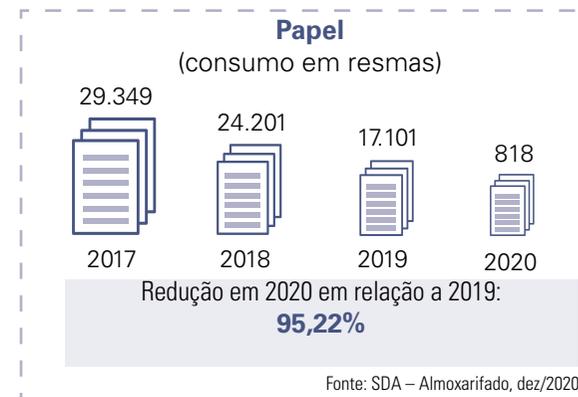
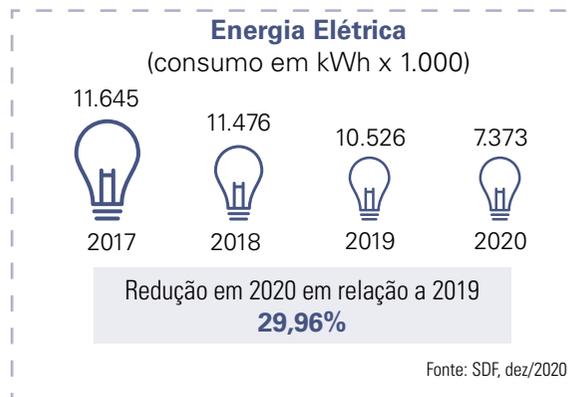
Nas Unidades Estaduais equipes têm contribuído para a disseminação das práticas de sustentabilidade no IBGE, e para a Coleta Seletiva Solidária, a fim de destinar os seus respectivos resíduos recicláveis a associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis, em atendimento ao Decreto nº 5.940/06.

Todavia, em 2020, a adoção emergencial do trabalho remoto, estabelecido em razão do cenário de pandemia, interrompeu a produção dos resíduos poluentes nos locais físicos da instituição e, consequentemente, paralisou as ações locais e regionais direcionadas para a redução dos materiais agressores do meio ambiente.

### Ações para redução no consumo de recursos naturais

As ações planejadas para a redução no consumo de recursos naturais foram mantidas até a primeira quinzena de março de 2020, com campanhas de racionalização de energia, água, papéis e copos descartáveis.

Nos demais meses do ano, a redução dos recursos naturais ocorreu, substancialmente, em decorrência da adoção do trabalho remoto, conforme pode ser visto nos resultados apresentados a seguir. Na análise dos resultados, foram considerados apenas os percentuais de redução em 2020 em relação a 2019, tendo em vista que a mudança na conjuntura existente comprometeu a análise da série histórica correspondente ao consumo de cada recurso natural.



## Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental nos serviços de engenharia ou obras

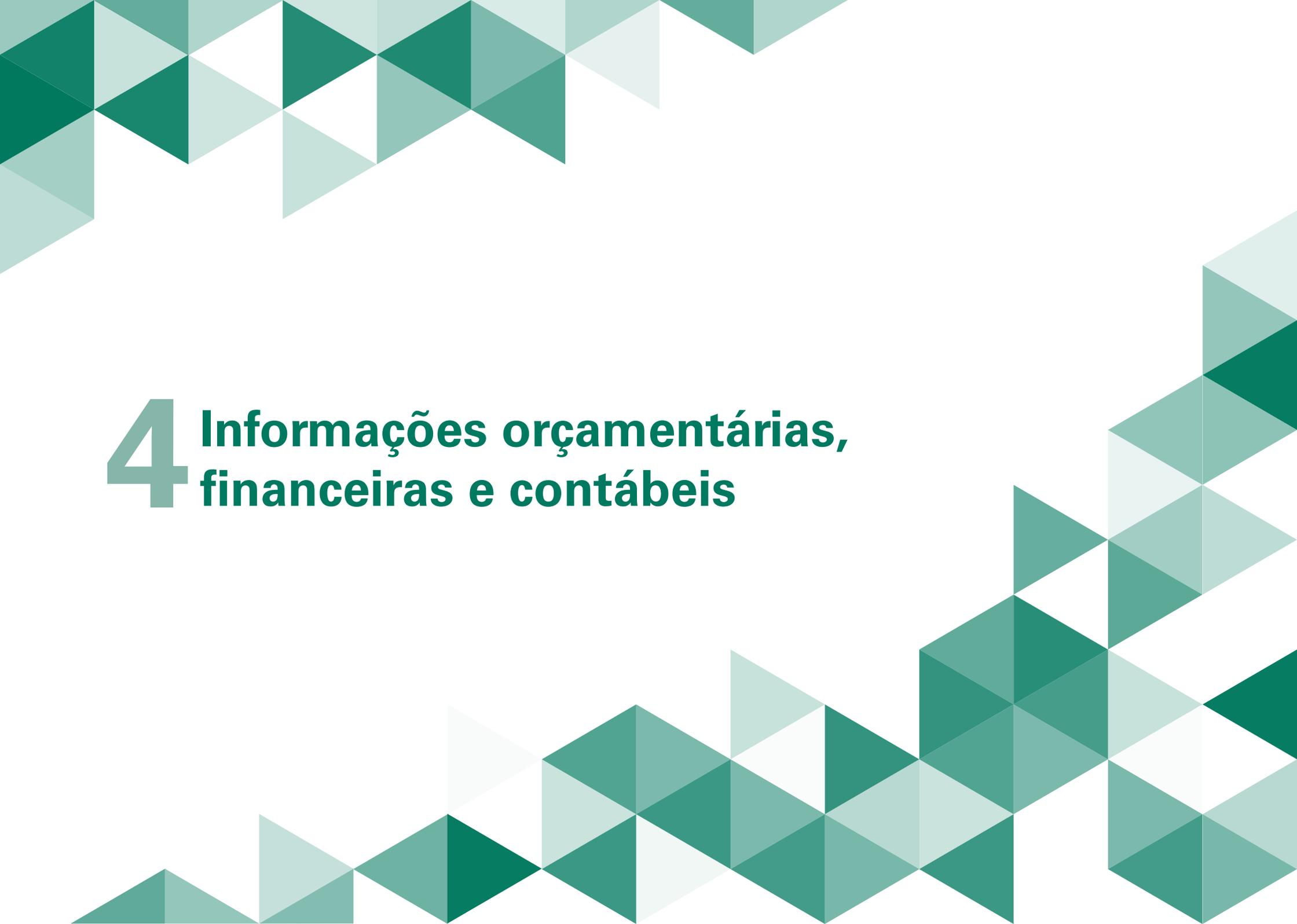
Nos projetos de engenharia e arquitetura para reforma das edificações são contemplados itens que consomem menos recursos (energia, água) ou utilizem materiais não agressores ao meio-ambiente, tais como: lâmpadas LED de baixo consumo elétrico, equipamentos de ar condicionado do tipo inverter e com gás ecológico, torneiras temporizadas,

válvulas de descarga ou caixa de descarga de dois fluxos (para líquidos e sólidos), em bacias sanitárias e temporizadas, em mictórios, ponto de água para instalação de purificadores, sensores de presença em banheiros e corredores para acionamento de lâmpadas, tintas, vernizes e colas a base de água, dentre outras medidas.

Como premissa dos projetos realizados, temos o conforto dos usuários (térmico, acústico, visual) alia-

do a eficiência energética, acessibilidade, segurança, durabilidade e manutenibilidade, de modo integrado e menos impactante aos meios econômico, social e ambiental e com a implantação do *Building Information Modeling* (BIM), que já está em andamento nesse Instituto, teremos a redução de interferências e retrabalhos, impactando na redução da necessidade de aditivos contratuais, quantidade de resíduos gerados e insumos necessários à execução das obras e serviços de engenharia.





# **4** Informações orçamentárias, financeiras e contábeis



# Demonstrações contábeis

## Balanco orçamentário - 2020

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	RECEITA			
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>57.585.403,00</b>	<b>57.585.403,00</b>	<b>2.564.468,61</b>	<b>-55.020.934,39</b>
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Receita Patrimonial	923.479,00	923.479,00	631.762,92	-291.716,08
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	157.703,00	157.703,00	170.973,22	13.270,22
Valores Mobiliários	765.776,00	765.776,00	460.789,70	-304.986,30
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	52.168.837,00	52.168.837,00	1.154.407,06	-51.014.429,94
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	52.168.837,00	52.168.837,00	1.154.407,06	-51.014.429,94
Transferências Correntes	4.475.019,00	4.475.019,00	-	-4.475.019,00
Outras Receitas Correntes	18.068,00	18.068,00	778.298,63	760.230,63
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	757.734,32	757.734,32
Demais Receitas Correntes	18.068,00	18.068,00	20.564,31	2.496,31
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>1.442.498.422,00</b>	<b>1.442.498.422,00</b>	<b>600.445,70</b>	<b>-1.441.897.976,30</b>
Operações de Crédito	1.441.331.248,00	1.441.331.248,00	-	-1.441.331.248,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	1.441.331.248,00	1.441.331.248,00	-	-1.441.331.248,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	1.167.174,00	1.167.174,00	600.445,70	-566.728,30
Alienação de Bens Móveis	1.167.174,00	1.167.174,00	600.445,70	-566.728,30
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DE RECEITAS</b>	<b>1.500.083.825,00</b>	<b>1.500.083.825,00</b>	<b>3.164.914,31</b>	<b>-1.496.918.910,69</b>
<b>REFINANCIAMENTO</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>	<b>1.500.083.825,00</b>	<b>1.500.083.825,00</b>	<b>3.164.914,31</b>	<b>-1.496.918.910,69</b>

(continua)

## Balanço orçamentário - 2020

(conclusão)

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
DEFICIT			2.543.902.625,57	2.543.902.625,57
TOTAL	1.500.083.825,00	1.500.083.825,00	2.547.067.539,88	1.046.983.714,88
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS COM SUPERÁVIT FINANCEIRO	-	-	-	-
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS COM EXCESSO DE ARRECADANÇA	-	-	-	-

## Balanço orçamentário - 2020

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	4.509.969.033,00	2.595.898.213,00	2.501.589.821,65	2.451.691.868,92	2.295.690.511,99	94.308.391,35
Pessoal e Encargos Sociais	2.123.573.897,00	2.182.476.856,00	2.137.287.868,80	2.133.032.929,73	1.996.225.382,10	45.188.987,20
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	2.386.395.136,00	413.421.357,00	364.301.952,85	318.658.939,19	299.465.129,89	49.119.404,15
DESPESAS DE CAPITAL	168.729.494,00	52.625.631,00	45.477.718,23	8.553.754,28	4.841.055,57	7.147.912,77
Investimentos	168.729.494,00	52.625.631,00	45.477.718,23	8.553.754,28	4.841.055,57	7.147.912,77
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	4.678.698.527,00	2.648.523.844,00	2.547.067.539,88	2.460.245.623,20	2.300.531.567,56	101.456.304,12
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	4.678.698.527,00	2.648.523.844,00	2.547.067.539,88	2.460.245.623,20	2.300.531.567,56	101.456.304,12
TOTAL	4.678.698.527,00	2.648.523.844,00	2.547.067.539,88	2.460.245.623,20	2.300.531.567,56	101.456.304,12

## Anexo 1 - Demonstrativo de execução dos restos a pagar não processados

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	793.051,53	57.616.292,01	39.812.604,21	39.812.604,21	7.600.755,25	10.995.984,08
Pessoal e Encargos Sociais	-	1.000,00	-	-	1.000,00	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	793.051,53	57.615.292,01	39.812.604,21	39.812.604,21	7.599.755,25	10.995.984,08
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	2.964,70	203.615.851,62	185.719.192,45	185.719.192,45	55.346,79	17.844.277,08
Investimentos	2.964,70	203.615.851,62	185.719.192,45	185.719.192,45	55.346,79	17.844.277,08
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	796.016,23	261.232.143,63	225.531.796,66	225.531.796,66	7.656.102,04	28.840.261,16

Fonte: SIAFI

## Anexo 2 - Demonstrativo de execução restos a pagar processados e não processados liquidados

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	-	153.219.451,05	153.218.481,73	969,32	
Pessoal e Encargos Sociais	-	143.053.264,78	143.053.264,78	-	
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	
Outras Despesas Correntes	-	10.166.186,27	10.165.216,95	969,32	
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	-	467,89	467,89	-	
Investimentos	-	467,89	467,89	-	
Inversões Financeiras	-	-	-	-	
Amortização da Dívida	-	-	-	-	
<b>TOTAL</b>	-	153.219.918,94	153.218.949,62	969,32	

Fonte: SIAFI

Vera Lúcia Ahnert dos Santos  
Gerente de Contabilidade - CRC-RJ 095720-0/9  
CPF: 759.819.717-20

Antonio Carlos Mantuano  
Coordenador de Orçamento e Finanças  
CPF: 401.413.737-68

Marise Maria Ferreira  
Diretora Executiva  
CPF: 763.464.637-72

Susana Leite Ribeiro Cordeiro Guerra  
Presidente  
CPF: 056.864.797-12

## Balço patrimonial - 2020

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	2020	2019	%	ESPECIFICAÇÃO	2020	2019	%
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>141.180.609,05</b>	<b>193.655.324,66</b>	<b>-27,10%</b>	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>286.500.281,22</b>	<b>226.356.685,92</b>	<b>26,57%</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	116.304.430,11	165.742.171,31	-29,83%	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	203.601.240,45	178.387.168,86	14,13%
Créditos a Curto Prazo	14.753.327,99	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-	-
Demais Créditos e Valores	15.377.069,56	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	8.973.923,72	163.631,03	5384,24%
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Curto Prazo	-623.741,57	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	730.000,00	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	-	19.662.689,40	-100,00%	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	-	Provisões a Curto Prazo	-	-	-
Estoques	10.120.187,63	8.250.463,95	22,66%	Demais Obrigações a Curto Prazo	73.195.117,05	47.805.886,03	53,11%
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-	-				
VPDs Pagas Antecipadamente	2.663,32	-	-				
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>704.990.544,05</b>	<b>476.284.870,15</b>	<b>48,02%</b>	<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>395.687,49</b>	<b>136.015,00</b>	<b>190,91%</b>
Ativo Realizável a Longo Prazo	1.882.137,93	2.023.505,34	-6,99%	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	286.896,88	22.881,47	1153,84%
Créditos a Longo Prazo	1.882.137,93	632.804,37	197,43%	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-	-
Dívida Ativa Não Tributária	2.352.663,59	2.362.406,70	-0,41%	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-	-
Demais Créditos e Valores	1.443.435,50	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-	-
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo	-1.913.961,16	-1.729.602,33	10,66%	Provisões a Longo Prazo	-	-	-
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	0	1.390.700,97	-100,00%	Demais Obrigações a Longo Prazo	108.790,61	113.133,53	-3,84%
Investimentos	-	-	-	Resultado Diferido	-	-	-
Imobilizado	676.179.910,23	460.046.149,21	46,98%	<b>TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL</b>	<b>286.895.968,71</b>	<b>226.492.700,92</b>	<b>26,67%</b>
Bens Móveis	295.911.642,96	159.935.688,62	85,02%	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Bens Móveis	516.560.693,55	348.556.814,78	48,20%	<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>%</b>
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-220.649.050,59	-188.621.126,16	16,98%	Resultados Acumulados	559.275.184,39	443.447.493,89	26,12%
Bens Imóveis	380.268.267,27	300.110.460,59	26,71%	Resultado do Exercício	106.528.567,38	-83.937.090,10	226,91%
Bens Imóveis	388.430.385,19	308.325.500,72	25,98%	Resultados de Exercícios Anteriores	443.447.493,89	527.397.450,39	-15,92%
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-8.162.117,92	-8.215.040,13	-0,64%	Ajustes de Exercícios Anteriores	9.299.123,12	-12.866,40	-72374,48%
Intangível	26.928.495,89	14.215.215,60	89,43%	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-	-
Softwares	26.928.495,89	14.215.215,60	89,43%	<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>559.275.184,39</b>	<b>443.447.493,89</b>	<b>26,12%</b>
Softwares	34.533.708,44	21.412.399,99	61,28%	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>846.171.153,10</b>	<b>669.940.194,81</b>	<b>26,31%</b>
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-7.605.212,55	-7.197.184,39	5,67%				
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>846.171.153,10</b>	<b>669.940.194,81</b>	<b>26,31%</b>				

Fonte: SIAFI.

## Quadro de ativos e passivos financeiros e permanentes

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2020	2019	ESPECIFICAÇÃO	2020	2019
ATIVO FINANCEIRO	116.306.186,78	165.742.204,11	PASSIVO FINANCEIRO	276.130.161,44	415.891.499,69
ATIVO PERMANENTE	729.864.966,32	504.197.990,70	PASSIVO PERMANENTE	126.338.360,74	72.584.296,00
			SALDO PATRIMONIAL	443.702.630,92	181.464.399,12

## Quadro de compensações

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos	2020	2019	%	ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos	2020	2019	%
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	84.753.694,03	115.013.107,64	-26,31%	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	221.742.141,65	235.481.109,34	-5,83%
Atos Potenciais Ativos	84.753.694,03	115.013.107,64	-26,31%	Atos Potenciais Passivos	221.742.141,65	235.481.109,34	-5,83%
Garantias e Contragarantias Recebidas	12.964.770,04	12.309.598,24	5,32%	Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-	
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos	71.787.465,75	102.703.509,40	-30,10%	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congêneres	1.961.097,82	1.854.958,77	5,72%
Direitos Contratuais	1.458,24	-	-	Obrigações Contratuais	219.781.043,83	233.626.150,57	-5,93%
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>84.753.694,03</b>	<b>115.013.107,64</b>	<b>-26,31%</b>	<b>TOTAL</b>	<b>221.742.141,65</b>	<b>235.481.109,34</b>	<b>-5,83%</b>

## Demonstrativo do superávit/déficit financeiro apurado no balanço patrimonial

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-104.087.234,00
Recursos Vinculados	-55.736.740,66
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-748.826,85
Previdência Social (RPPS)	-511.914,97
Dívida Pública	-59.844.045,00
Alienação de Bens e Direitos	2.708.441,81
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	2.659.604,35
<b>TOTAL</b>	<b>-159.823.974,66</b>

Fonte: SIAFI.

Vera Lúcia Ahnert dos Santos  
Gerente de Contabilidade - CRC-RJ 095720-0/9  
CPF: 759.819.717-20

Antonio Carlos Mantuano  
Coordenador de Orçamento e Finanças  
CPF: 401.413.737-68

Marise Maria Ferreira  
Diretora Executiva  
CPF: 763.464.637-72

Susana Leite Ribeiro Cordeiro Guerra  
Presidente  
CPF: 056.864.797-12

## Demonstração das variações patrimoniais - 2020

VARIACIONES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
VARIACIONES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	2020	2019	%
	2.897.644.876,39	2.691.031.221,63	7,68%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-	-
Contribuições	-	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	1.329.201,20	6.012.364,43	-77,89%
Venda de Mercadorias	95.672,63	156.557,04	-38,89%
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	1.233.528,57	5.855.807,39	-78,93%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	459.914,77	513.358,45	-10,41%
Juros e Encargos de Mora	316,10	806,50	-60,81%
Variações Monetárias e Cambiais	-	18.954,35	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	459.598,67	493.597,60	-6,89%
Transferências e Delegações Recebidas	2.763.955.714,81	2.626.250.087,34	5,24%
Transferências Intragovernamentais	2.705.513.583,15	2.602.169.899,39	3,97%
Outras Transferências e Delegações Recebidas	58.442.131,66	24.080.187,95	142,70%
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	125.473.422,89	51.150.884,84	145,30%
Reavaliação de Ativos	6.035.581,21	13.791.791,29	-56,24%
Ganhos com Alienação	-	107,96	-100,00%
Ganhos com Incorporação de Ativos	74.381.856,21	20.434.841,08	264,00%
Ganhos com Desincorporação de Passivos	45.055.985,47	16.924.144,51	166,22%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	6.426.622,72	7.104.526,57	-9,54%
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	73.850,00	-100,00%
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	160.015,91	530.093,33	-69,81%
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	6.266.606,81	6.500.583,24	-3,60%
<b>VARIACIONES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>2.791.116.309,01</b>	<b>2.774.968.311,73</b>	<b>0,58%</b>
Pessoal e Encargos	1.130.995.664,53	1.061.514.570,22	6,55%
Remuneração a Pessoal	873.507.652,47	815.561.354,70	7,11%
Encargos Patronais	182.483.074,43	157.532.986,51	15,84%
Benefícios a Pessoal	73.022.585,23	88.024.975,12	-17,04%
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	1.982.352,40	395.253,89	401,54%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	1.270.293.345,04	1.240.481.063,72	2,40%
Aposentadorias e Reformas	1.019.922.437,19	1.015.783.727,98	0,41%
Pensões	229.630.595,41	223.243.931,12	2,86%
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	20.740.312,44	1.453.404,62	1327,02%

(continua)

## Demonstração das variações patrimoniais - 2020

(conclusão)

VARIÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
VARIÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	2020	2019	%
	2.791.116.309,01	2.774.968.311,73	0,58%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	209.831.877,56	253.325.475,29	-17,17%
Uso de Material de Consumo	6.450.380,44	18.866.232,47	-65,81%
Serviços	161.531.038,47	199.647.887,72	-19,09%
Depreciação, Amortização e Exaustão	41.850.458,65	34.811.355,10	20,22%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	120.138,69	247.594,90	-51,48%
Juros e Encargos de Mora	110.711,54	239.253,50	-53,73%
Variações Monetárias e Cambiais	5.606,23	2.358,05	137,75%
Descontos Financeiros Concedidos	3.820,92	5.983,35	-36,14%
Transferências e Delegações Concedidas	135.203.594,89	136.988.448,51	-1,30%
Transferências Intragovernamentais	81.329.745,03	112.450.460,74	-27,68%
Transferências ao Exterior	9.354,66	27.715,30	-66,25%
Outras Transferências e Delegações Concedidas	53.864.495,20	24.510.272,47	119,76%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	42.741.795,09	69.529.503,47	-38,53%
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	1.381.866,05	4.711.511,35	-70,67%
Perdas com Alienação	824.312,04	1.352.241,31	-39,04%
Perdas Involuntárias	44.926,03	220.370,38	-79,61%
Incorporação de Passivos	31.145.840,78	30.602.976,67	1,77%
Desincorporação de Ativos	9.344.850,19	32.642.403,76	-71,37%
Tributárias	821.022,34	866.137,40	-5,21%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	167.427,35	152.252,48	9,97%
Contribuições	653.594,99	713.884,92	-8,45%
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	26.761,18	42.523,02	-37,07%
Custo das Mercadorias Vendidas	26.761,18	42.523,02	-37,07%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	1.082.109,69	11.972.995,20	-90,96%
Incentivos	411.366,13	344.700,00	19,34%
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	670.743,56	11.628.295,20	-94,23%
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>	<b>106.528.567,38</b>	<b>-83.937.090,10</b>	<b>-226,91%</b>

Fonte: SIAFI

Vera Lúcia Ahnert dos Santos  
Gerente de Contabilidade - CRC-RJ 095720-0/9  
CPF 759.819.717-20

Antônio Carlos Mantuano  
Coordenador de Orçamento e Finanças  
CPF: 401.413.737-68

Marise Maria Ferreira  
Diretora Executiva  
CPF: 763.464.637-72

Susana Leite Ribeiro Cordeiro Guerra  
Presidente  
CPF: 056.864.797-12

## Demonstração dos fluxos de caixa - 2020

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2020	2019	%
	140.522.529,01	17.130.088,56	720,33%
<b>INGRESSOS</b>	<b>2.713.416.006,37</b>	<b>2.622.566.787,34</b>	<b>3,46%</b>
Receita Patrimonial	170.973,22	140.568,89	21,63%
Receita de Serviços	1.154.407,06	5.865.902,26	-80,32%
Remuneração das Disponibilidades	460.789,70	483.021,56	-4,60%
Outras Receitas Derivadas e Originárias	778.298,63	149.224,61	421,56%
Transferências Correntes Recebidas	-	-	-
Outros Ingressos Operacionais	2.710.851.537,76	2.615.928.070,02	3,63%
Ingressos Extraorçamentários	2.894.784,18	10.425.930,68	-72,23%
Restituições a Pagar	35,80	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	291,00	4.934,27	-94,10%
Transferências Financeiras Recebidas	2.705.513.583,15	2.602.163.618,80	3,97%
Arrecadação de Outra Unidade	2.386.746,01	3.313.152,37	-27,96%
Demais Recebimentos	56.097,62	20.433,90	174,53%
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>-2.572.893.477,36</b>	<b>-2.605.436.698,78</b>	<b>-1,25%</b>
Pessoal e Demais Despesas	-2.307.983.970,38	-2.325.021.049,22	-0,73%
Administração	-1.084.507.420,88	-1.076.488.644,26	0,74%
Previdência Social	-1.220.218.536,42	-1.235.221.972,16	-1,21%
Saúde	-567.645,02	-10.269.740,45	-94,47%
Educação	-1.229,20	-24.417,80	-94,97%
Direitos da Cidadania	-1.679.563,25	-1.399.108,35	20,05%
Comércio e Serviços	-960.554,28	-1.564.794,93	-38,61%
Encargos Especiais	-49.948,00	-47.728,00	4,65%
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	926,67	-4.643,27	-119,96%
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-
Transferências Concedidas	-180.736.700,88	-157.514.368,20	14,74%
Intergovernamentais	-	-	-
Intragovernamentais	-180.727.676,22	-157.487.340,82	14,76%
Outras Transferências Concedidas	-9.024,66	-27.027,38	-66,61%
Outros Desembolsos Operacionais	-84.172.806,10	-122.901.281,36	-31,51%

(continua)

## Demonstração dos fluxos de caixa - 2020

(conclusão)

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2020 140.522.529,01	2019 17.130.088,56	% 720,33%
Dispêndios Extraorçamentários	-2.843.061,07	-10.455.394,19	-72,81%
Transferências Financeiras Concedidas	-81.329.745,03	-112.445.887,17	-27,67%
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-189.960.270,21	-26.855.856,49	607,33%
INGRESSOS	600.445,70	965.727,00	-37,82%
Alienação de Bens	600.445,70	965.727,00	-37,82%
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-	-
DESEMBOLSOS	-190.560.715,91	-27.821.583,49	584,94%
Aquisição de Ativo Não Circulante	-170.730.075,56	-22.865.046,88	646,69%
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-19.830.640,35	-4.956.536,61	300,09%
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-	-
INGRESSOS	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-	-
DESEMBOLSOS	-	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-49.437.741,20	-9.725.767,93	408,32%
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	165.742.171,31	175.467.939,24	-5,54%
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	116.304.430,11	165.742.171,31	-29,83%

Fonte: SIAFI

Vera Lúcia Ahnert dos Santos  
Gerente de Contabilidade - CRC-RJ 095720-0/9  
CPF: 759.819.717-20

Antonio Carlos Mantuano  
Coordenador de Orçamento e Finanças  
CPF: 401.413.737-68

Marise Maria Ferreira  
Diretora Executiva  
CPF: 763.464.637-72

Susana Leite Ribeiro Cordeiro Guerra  
Presidente  
CPF: 056.864.797-12

## Balanco financeiro - 2020

INGRESSOS				DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	2020	2019	%	ESPECIFICAÇÃO	2020	2019	%
Receitas Orçamentárias	3.164.914,31	7.604.444,32	-58,38%	Despesas Orçamentárias	2.547.067.539,88	2.732.443.905,92	-6,78%
Ordinárias	-	-		Ordinárias	817.791.927,77	1.426.437.734,13	-42,67%
Vinculadas	7.171.326,63	7.943.678,23	-9,72%	Vinculadas	1.729.275.612,11	1.306.006.171,79	32,41%
Previdência Social (RPPS)	-	-		Seguridade Social (Exceto Previdência)	14.313.751,00	983.577.825,45	-98,54%
Alienação de Bens e Direitos	601.705,70	1.293.329,00	-53,48%	Previdência Social (RPPS)	1.118.083.437,30	295.311.516,29	278,61%
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	6.569.476,93	6.650.349,23	-1,22%	Receitas Financeiras	-	21.385.702,24	-100,00%
Recursos a Classificar	144,00	-	-	Dívida Pública	593.240.425,12	-	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-4.006.412,32	-339.233,91	1081,02%	Alienação de Bens e Direitos	-	691.447,81	-100,00%
	-	-	-	Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	3.637.998,69	5.039.680,00	-27,81%
Transferências Financeiras Recebidas	2.705.513.583,15	2.602.163.618,80	3,97%	Transferências Financeiras Concedidas	81.329.745,03	112.445.887,17	-27,67%
Resultantes da Execução Orçamentária	2.481.050.438,57	2.562.451.936,62	-3,18%	Resultantes da Execução Orçamentária	60.878.942,09	99.756.552,72	-38,97%
Repasso Recebido	2.421.126.336,71	2.463.935.407,60	-1,74%	Repasso Concedido	338.990,27	1.145.041,23	-70,39%
Sub-repasso Recebido	59.924.101,86	98.516.529,02	-39,17%	Sub-repasso Concedido	59.924.101,86	98.516.529,02	-39,17%
Independentes da Execução Orçamentária	224.463.144,58	39.711.682,18	465,23%	Repasso Devolvido	615.849,96	94.982,47	548,38%
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	220.403.853,25	37.456.250,37	488,43%	Independentes da Execução Orçamentária	20.450.802,94	12.689.334,45	61,17%
Demais Transferências Recebidas	106.139,05	-		Transferências Concedidas para Pagamento de RP	14.063.897,62	9.358.250,37	50,28%
Movimentação de Saldos Patrimoniais	3.953.152,28	2.255.431,81	75,27%	Demais Transferências Concedidas	70.760,81	5.485,97	1189,85%
Aporte ao RPPS	-	-		Movimento de Saldos Patrimoniais	6.316.144,51	3.325.598,11	89,93%
Aporte ao RGPS	-	-		Aporte ao RPPS	-	-	
				Aporte ao RGPS	-	-	
Recebimentos Extraorçamentários	251.874.853,60	428.216.513,79	-41,18%	Pagamentos Extraorçamentários	381.593.807,35	202.820.551,75	88,14%
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	159.714.055,64	153.219.918,94	4,24%	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	153.218.949,62	151.853.535,39	0,90%
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	86.821.916,68	261.232.143,63	-66,76%	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	225.531.796,66	40.506.978,90	456,77%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	2.894.784,18	10.425.930,68	-72,23%	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	2.843.061,07	10.455.394,19	-72,81%
Outros Recebimentos Extraorçamentários	2.444.097,10	3.338.520,54	-26,79%	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	4.643,27	-100,00%
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	926,67	-		Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	-	4.643,27	-100,00%
Restituições a Pagar	35,80	-					

(continua)

## Balço financeiro - 2020

(conclusão)

INGRESSOS				DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	2020	2019	%	ESPECIFICAÇÃO	2020	2019	%
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	291,00	4.934,27	-94,10%		-	-	-
Arrecadação de Outra Unidade	2.386.746,01	3.313.152,37	-27,96%				
Demais Recebimentos	56.097,62	20.433,90	174,53%				
Saldo do Exercício Anterior	165.742.171,31	175.467.939,24	-5,54%	Saldo para o Exercício Seguinte	116.304.430,11	165.742.171,31	-29,83%
Caixa e Equivalentes de Caixa	165.742.171,31	175.467.939,24	-5,54%	Caixa e Equivalentes de Caixa	116.304.430,11	165.742.171,31	-29,83%
<b>TOTAL</b>	<b>3.126.295.522,37</b>	<b>3.213.452.516,15</b>	<b>-2,71%</b>	<b>TOTAL</b>	<b>3.126.295.522,37</b>	<b>3.213.452.516,15</b>	<b>-2,71%</b>

Fonte: SIAFI

Vera Lúcia Ahnert dos Santos  
 Gerente de Contabilidade - CRC-RJ 095720-0/9  
 CPF: 759.819.717-20

Antonio Carlos Mantuano  
 Coordenador de Orçamento e Finanças  
 CPF: 401.413.737-68

Marise Maria Ferreira  
 Diretora Executiva  
 CPF: 763.464.637-72

Susana Leite Ribeiro Cordeiro Guerra  
 Presidente  
 CPF: 056.864.797-12

## Notas explicativas

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - 8ª edição, as notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis. Elas contêm informações adicionais em relação às apresentadas no corpo dessas demonstrações e oferecem descrições narrativas ou segregações e aberturas de itens anteriormente divulgados, além de informações acerca de itens que não se enquadram nos critérios de reconhecimento nas Demonstrações Contábeis.

As informações contidas nas notas explicativas devem ser relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes no corpo das demonstrações contábeis.

As notas explicativas devem evidenciar, ainda, o reconhecimento de inconformidades provavelmente relevantes para a avaliação de responsabilidades *accountability*, que pode afetar a avaliação do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro. Essa evidenciação pode, também, influenciar as decisões sobre os recursos a serem alocados na entidade, no futuro.

As notas explicativas incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis, das informações de naturezas patrimonial, orçamentária, econômica, financeira, legal, física, social e de desempenho e outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações.

As notas explicativas podem ser apresentadas tanto na forma descritiva como por meio de quadros analíticos, ou mesmo englobar outras demonstrações complementares necessárias para a melhor evidência dos resultados e da situação financeira da entidade. Devem ser apresentadas de maneira sistemática, de modo que cada item constante das demonstrações contábeis faça referência à sua respectiva informação adicional relacionada nas notas.

### Resumo das políticas contábeis significativas

No IBGE, os requisitos de reconhecimento e mensuração de ativos e passivos são aplicados de acordo com as orientações emitidas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), que estão em consonância com os padrões internacionais de contabilidade.

As principais práticas contábeis estão resumidas da seguinte maneira:

#### Ajustes de Exercícios Anteriores

O valor contabilizado, até o final de 2020, na conta 23.711.03.00 (Ajustes de Exercícios Anteriores), é decorrente, principalmente, de ajustes de bens móveis e depreciação, registros de algumas despesas de exercícios anteriores e outros ajustes patrimoniais feitos intempestivamente.

#### Amortização do Ativo Intangível

A amortização dos bens intangíveis foi registrada a partir do segundo semestre de 2016, quando foram feitas as primeiras classificações de

softwares com vida útil definida. A estimativa da vida útil econômica desses ativos foi determinada pela área de Tecnologia da Informação, em função de sua utilização e obsolescência. De acordo com o item 13.1 da macrofunção SIA-FI 020330, o método de amortização que deve ser utilizado para toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional é o das quotas constantes, portanto as taxas são pro-rata.

#### Venda de Publicações

O IBGE realiza a fabricação e venda de publicações diversas. A Gerência de Comercialização (CDDI/GECOM) é responsável pela Loja virtual. Nela, podemos adquirir exemplares impressos de atlas, publicações e serviços do IBGE. Recentemente, com os avanços tecnológicos, o IBGE aderiu à nova modalidade de pagamento realizada através do sistema PagTesouro. Utilizando o PIX, o IBGE oferece aos clientes uma forma de pagamento mais ágil que o boleto via GRU, além disso, ainda há possibilidade do uso do cartão de crédito.

Registramos as transações referentes as publicações na conta contábil 11.511.01.01 – Mercadorias para venda ou revenda. Até o momento, não temos como fazer a contabilização mais adequada, que seria na conta 11.521.01.00 – Produtos Acabados, pois não realizamos a apuração completa dos processos produtivos e mensuração de custos dessas publicações, dessa maneira, contabilizamos em conta similar para preservar os registros destes bens.

## Ajuste para Perdas

Em atendimento aos princípios da oportunidade e da prudência, faz-se necessário instituir um mecanismo que devolva ao ativo a expressão real do valor contabilizado, tornando-o compatível com a situação da entidade. Para melhor evidência desse ativo, o procedimento adequado em termos contábeis é a constituição de uma estimativa de perda sobre os valores inscritos em Créditos Administrativos e Dívida Ativa.

O ajuste vai ao encontro das Normas Internacionais de Contabilidade, estando embasado pelo Conselho Federal de Contabilidade, que incluiu o procedimento nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

A constituição da Estimativa de Perdas é realizada conforme critério definido e publicado na Ordem de Serviço 01/2016 que regulamenta as Normas sobre os Registros de Ajustes para Perdas de Créditos de Liquidação Duvidosa. A seguir, a tabela utilizada para os cálculos.

CLASSIFICAÇÃO DE RISCO	FASE	PERÍODO DE ATRASO (ANOS)	PERCENTUAL APLICADO (%)
Baixa dificuldade de recuperação	A	0-1	5
Média dificuldade de recuperação	B	1-2	10
	C	2-3	25
Alta dificuldade de recuperação	D	3-4	50
	E	4-5	80

Fonte: IBGE

## Informações e detalhes das Demonstrações Contábeis

### Análise do Balanço Orçamentário

Neste exercício de 2020, a receita arrecadada acumulada representa 0,21% da receita prevista. O principal fator para essa baixa execução percentual é a previsão de receita com Operações de Crédito, no valor de R\$ 1.441.331.248,00, sem sua respectiva realização. Esta receita está sob a gestão do Tesouro Nacional e, apesar de ter havido recebimento de financeiro na fonte de recursos 0144, não teve sua realização refletida no Balanço Orçamentário. A baixa realização de valores de Inscrição em Concursos e Processos Seletivos, 2,04%, se deve ao cancelamento do concurso para o Censo Demográfico 2020, o que acarretou a devolução das taxas de inscrição que já haviam sido pagas.

Por outro lado, o grupo de Outras Receitas Correntes apresentou uma realização superior ao valor previsto, principalmente devido ao grupo de “Outras Restituições”, que corresponde a 23,42% do total arrecadado. Essa alta na realização se deve ao IBGE ter recebido, no início desse exercício, uma receita referente a notas do Tesouro Nacional, NTN-P, que estavam sob custódia no Banco do Brasil.

O déficit orçamentário de R\$ 2.543.902.625,57 apresentado no Balanço Orçamentário do IBGE se deve a característica do órgão não ser um agente arrecadador e, por isso, executa suas despesas orçamentárias e realiza seus investimentos dependendo de recursos do Tesouro, cujo reflexo contábil não aparece no Balanço Orçamentário. Este fato, de acordo com Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MACSP), não representa irregularidade.

### Análise do Balanço Patrimonial

Destacamos que o Ativo Circulante ao final do exercício de 2020 apresentou uma redução de 27,10%, em comparação com o saldo em dezembro de 2019. A conta de “Caixa e Equivalentes de Caixa” também apresentou redução em relação ao exercício anterior, de 29,83%. O principal fator que impactou a variação no saldo de caixa foi que parte do recurso financeiro recebido para o pagamento da folha de dezembro foi repassado somente em janeiro de 2021, já no ano anterior, todo o recurso referente ao pagamento da folha foi recebido em dezembro.

O grupo “Demais Créditos e Valores a Curto Prazo”, que sofreu alteração de classificação e nomenclatura dentro do Ativo Circulante entre 2019 e 2020, diminuiu 24,97% ao longo deste exercício. As principais reduções foram nas contas referentes à “Adiantamento de 13º Salário” e “Adiantamento de Férias”. A rotina de contabilização dessas duas contas confronta, ao final de cada mês, o saldo do ativo com o saldo do passivo. A primeira, apresentou saldo inferior em 2020, mas, assim como no ano anterior, o saldo do ativo foi superior ao valor a pagar contabilizado no passivo, pois nesse período é comum haver grande número de solicitações de férias e adiantamento do 13º Salário. Já a conta referente ao adiantamento de férias não apresentou saldo no ativo em dezembro de 2020, o que significa que, apesar de ter havido solicitação de férias o valor a ser pago pelo Órgão foi superior. A conta referente aos Créditos Administrativos por folha de pagamento apresentou um crescimento de 78,47%, R\$1.290.046,72, devido a inscrições realizadas na UG 114614 - Unidade Estadual do IBGE em Pernambuco, referentes à falta de com-

provação de plano de saúde e por devoluções de gratificações recebidas em duplicidade.

No Ativo Não Circulante, a variação de saldo total foi um aumento de 48,02%. Houve um crescimento de 48,20% no grupo de Bens Móveis, pois, com a preparação para o Censo Demográfico 2020 foram adquiridos diversos equipamentos. Cabe destacar que grande parte dessas aquisições foram empenhadas em 2019 e liquidadas e pagas ao longo do exercício de 2020. As categorias que apresentaram maior crescimento foram as de Equipamento de Tecnologia da Informação e Comunicação e Veículos de Tração Mecânica. No que diz respeito ao grupo dos Bens Imóveis, houve um crescimento de 25,98% referente, principalmente, aos registros de imóveis de uso especial cedidos pela SPU na UG 114604 - Unidade Estadual do IBGE no Amazonas e na UG 114629 - Unidade Estadual do IBGE no Distrito Federal.

O Passivo Circulante apresenta um aumento de 26,57% em relação a dezembro de 2019. O crescimento de 14,13% no grupo “Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo” se deve, principalmente, ao registro de precatórios alimentícios a pagar ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região - PR na conta de Precatórios de Pessoal. Outra variação que impactou o saldo desse grupo em 2020 foi a conta de Férias a Pagar, que, em 2019, não apresentava saldo. Conforme mencionado anteriormente, após o confronto com o ativo de adiantamento de férias, verificou-se que o IBGE possui a obrigação de férias a pagar superior à concessão de férias antes do período aquisitivo em dezembro de 2020.

O grupo de “Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo” também contribuiu para o aumento do Passivo Circulante ao longo de 2020, com um crescimento de 5384,24%. Apesar da variação expressiva esse grupo representa, em dezembro, apenas 3,13% de todo o Passivo Circulante. Os principais valores pendentes de pagamento referem-se à aquisição de bens móveis e despesa com locação de imóvel.

O grupo “Demais Obrigações a Curto Prazo” apresentou um crescimento de 53,11% e representa 25,55% do Passivo Circulante. A conta de “Transferências Financeiras a Comprovar -TED” foi a principal responsável por esse crescimento, além de ser bastante relevante para esse grupo do passivo, sendo responsável por 68,92% dele. No exercício de 2020, foi recebido financeiro de TED firmado com a Diretoria-Executiva do Fundo Nacional de Saúde no valor de R\$ 29.204.711,58, além de algumas baixas por comprovação. A conta de “Precatórios de Terceiros” também contribuiu para o aumento desse grupo do passivo, devido ao registro de precatórios alimentícios a pagar ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região - PR.

### Análise da Demonstração das Variações Patrimoniais

No exercício de 2020, as Variações Patrimoniais Aumentativas foram superiores em 3,82% às Variações Patrimoniais Diminutivas, o que gerou um resultado patrimonial positivo de R\$ 106.528.567,38.

O grupo “Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos”, comparado com o mesmo período do

exercício anterior, apresentou um decréscimo de 77,89%. Este fato deve-se às taxas de inscrição de concurso em 2019, em contraposição ao ano de 2020, no qual os concursos que seriam realizados foram cancelados, devido à pandemia.

O grupo Transferências e Delegações Recebidas corresponde a 95,39% das variações patrimoniais aumentativas do órgão, visto que o IBGE depende de transferências financeiras do Tesouro para realizar as suas atividades, por não ser um agente arrecador. Esse grupo apresentou uma variação positiva de 5,24%, R\$ 137.705.627,47. Essa variação positiva justifica-se pela contenção orçamentária e limitação de pagamento que afetaram negativamente o ano de 2019 e, principalmente, pela necessidade, em 2020, de recursos para cumprir com as obrigações já firmadas em prol do Censo Demográfico, o que é corroborado pelo considerável aumento na conta Transferências recebidas para pagamento de Restos a Pagar.

O aumento de 145,30% no grupo “Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos” se deve, basicamente, ao crescimento em Ganhos com Incorporação de Ativos, destacando-se os registros de imóveis nas Unidades Estaduais do Distrito Federal e Amazonas, como, também, ao aumento de Precatórios que foram baixados no passivo em 2020, ocorrendo um alto volume em junho. Em contrapartida, o subgrupo Reavaliação de Ativos influenciou negativamente a variação desse grupo, uma vez que ocorreram reavaliações de imóveis nas UG's: 114601 – Fundação IBGE Administração Central/RJ, 114608 – Unidade Estadual do IBGE no Maranhão, 114610 – Unidade Estadual do IBGE no Ceará, 114620 – Unidade Estadual do

IBGE no Mato Grosso do Sul, 114626 – Unidade Estadual do IBGE no Mato Grosso e 114627 – Unidade Estadual do IBGE em Goiás. No entanto, com valores menos expressivos que as reavaliações e os ajustes feitos em 2019. Ressalta-se que essa expressiva variação não é, contudo, tão relevante para o total das variações patrimoniais aumentativas, uma vez que esse grupo representa 4,33% da respectiva classe.

Em relação às Variações Patrimoniais Diminutivas, houve um pequeno aumento de 0,58%. O grupo de “Pessoal e Encargos” representa 40,52% das VPD’s em 2020. Nesse grupo, ocorreu um acréscimo de 6,55%. Essa variação positiva deve-se, principalmente, à contratação de servidores temporários para a realização do Censo. Em contrapartida, houve diminuição no subgrupo Benefícios a Pessoal que é, em grande parte, devido ao trabalho remoto, durante o qual alguns benefícios deixaram de serem pagos, como, por exemplo, o auxílio transporte.

O grupo “Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo” apresentou um decréscimo de 17,17% em relação ao exercício anterior, e sua representatividade perante o total das Variações Patrimoniais Diminutivas foi de 7,52%. Tanto o uso de material de consumo quanto a contratação de serviços tiveram decréscimos ao longo de 2020. Essas economias devem-se, basicamente, ao novo contexto do trabalho remoto. Uma vez que quase todas as despesas significativas tiveram decréscimos consideráveis, por exemplo, Diárias com uma redução de R\$ 12.527.573,68, Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operacional com R\$ 11.021.845,19, entre outras. Ressalta-se que a economia poderia ter sido maior se não fosse por compromissos que o Órgão já havia assumido em prol do Censo.

### Análise da Demonstração dos Fluxos de Caixa

Conforme apresentado na Demonstração dos Fluxos de Caixa, as Receitas Patrimonial, de Serviços, Remuneração das Disponibilidades e Outras Receitas Derivadas e Originárias são as receitas próprias do IBGE e são responsáveis por 0,09% dos ingressos no fluxo de caixa das atividades operacionais. Como o IBGE não é um agente arrecadador seus recursos provêm, em sua maior parte, de transferências do Tesouro. Por isso, a principal fonte de ingresso financeiro das atividades operacionais do IBGE são as Transferências Financeiras Recebidas, correspondendo a 99,71% do valor dos ingressos nessa atividade.

Já no fluxo de caixa referente a Investimentos, o desembolso com aquisição de Ativo não Circulante é responsável por 89,88% do saldo dessa atividade e cresceu 646,69% em comparação com o exercício de 2019. Como mencionado em análises anteriores, houve um aumento no volume de aquisições de equipamentos com o preparo para o Censo Demográfico. Dos R\$ 190.560.715,91 desembolsados em Investimentos, 97,46% foram para pagamento de Restos a Pagar Não Processados e 2,54% para pagamento de créditos empenhados neste exercício.

### Análise do Balanço Financeiro

Ao analisar o Balanço Financeiro do exercício de 2020, verifica-se que houve uma redução na disponibilidade de caixa, em comparação com dezembro de 2019, de 29,83%, R\$ 49.437.741,20. Como explicado anteriormente, essa diminuição se deve, principalmente, ao fato de uma parcela considerável do financeiro para pagamento da folha de dezembro só ter sido repassado em janeiro de 2021. Em de-

zembro de 2019, o saldo na conta de caixa e equivalentes de caixa englobava o valor integral que seria desembolsado no mês subsequente à folha.

Neste exercício, o total dos recebimentos orçamentários aumentou 3,79%, em comparação com o exercício de 2019, já o somatório dos dispêndios orçamentários diminuiu 7,61%. O crescimento nos recebimentos orçamentários se deve, em grande parte, ao aumento nas Transferências recebidas para pagamento de Restos a Pagar, pois, em 2019, houve grande volume de despesas empenhadas voltadas para o preparo do Censo Demográfico 2020, gerando um crescimento nos Restos a Pagar a serem executados em 2020.

Os saldos dos grupos referentes aos Recebimentos e Pagamentos Extraorçamentários também foram impactados com o preparo para o Censo Demográfico 2020. No primeiro grupo nota-se uma redução de 41,18% no exercício de 2020, visto que, no exercício anterior havia um elevado número de empenhos inscritos em Restos a Pagar, conforme mencionado no parágrafo anterior. Por outro lado, o grupo dos Pagamentos Extraorçamentários apresentou um aumento de 88,14% no exercício de 2020, pois essas despesas empenhadas em 2019 foram liquidadas e pagas ao longo de 2020, elevando o saldo dessa conta.

### Conclusões de auditorias independentes e/ou dos órgãos de controle público

Com relação às conclusões de auditorias independentes e/ou dos órgãos de controle público e medidas adotadas em relação a conclusões ou eventuais apontamentos, foi constatado junto à

Auditoria Interna do IBGE (AUD), que é a unidade responsável por receber todas as solicitações dessa natureza, não haver registros de recomendações/ determinações oriundas de auditorias independentes, do Tribunal de Contas da União (TCU) ou da Controladoria-Geral da União (CGU).

## Normas e procedimentos

No âmbito da gestão orçamentária e financeira, o IBGE se submete ao Plano Plurianual (PPA); à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); à Lei Orçamentária Anual (LOA); ao Decreto 93.872/86, alterado em 2020 pelos Decretos 10.241/2020, 10.315/2020 e 10.535/2020, o qual versa, dentre outros assuntos, sobre a gestão dos Restos a Pagar na instituição; à Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal); e ao Decreto 10.249/2020 (e atualizações), que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo federal para o exercício de 2020.

Já nas atividades contábeis, o órgão se submete ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público- MCASP 8ª ed.; à Lei 4320/64; às NBC TSP (Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público); NBC's TSP numerada em diversos assuntos; e NBC T 16.11 (Sistema e Informações de Custos do Setor Público).

A Coordenação de Orçamento e Finanças, visando controlar e garantir a confiabilidade da regularidade e da completude de todos os registros contábeis

dos atos permutativos e modificativos da instituição, adotou os seguintes procedimentos:

I. Elaborou manuais para as rotinas que mais geram dúvidas por parte dos usuários:

a) Manual para cadastro de senha SERPRO e SIAFI;

b) Manual de operacionalização de bens bibliográficos;

c) Manual de operacionalização de mercadoria para venda e revenda;

d) Manual de operacionalização de suprimento de fundos;

e) Manual do cadastro do Rol de Responsáveis;

f) Manual para registro da Dívida Ativa;

g) Manual para registro de Bens Móveis;

h) Manual para registro de Crédito Administrativo; e

i) Manual prático de cadastramento do documento fiscal e o reconhecimento do fato gerador.

II. Implantou sistema informatizado interno (Sistema de Dados Administrativos - SDA). Com esse sistema, é possível a instituição controlar as finanças, o orçamento, os bens móveis e imóveis, os contratos, a gestão de pessoas, entre outros.

III. Dispôs de gestores administrativos responsáveis pelas contratações, um sistema de captura dos documentos fiscais que é transversal a um

outro sistema de controle dos contratos, através do qual é feita toda a gestão, emissão das autorizações de pagamentos, com base na utilização dos empenhos extraídos diretamente do SIAFI. O acesso ao sistema é feito de forma segregada, de acordo com as fases de empenho, liquidação e pagamento, de acordo com o perfil de acesso de cada uma das áreas responsáveis;

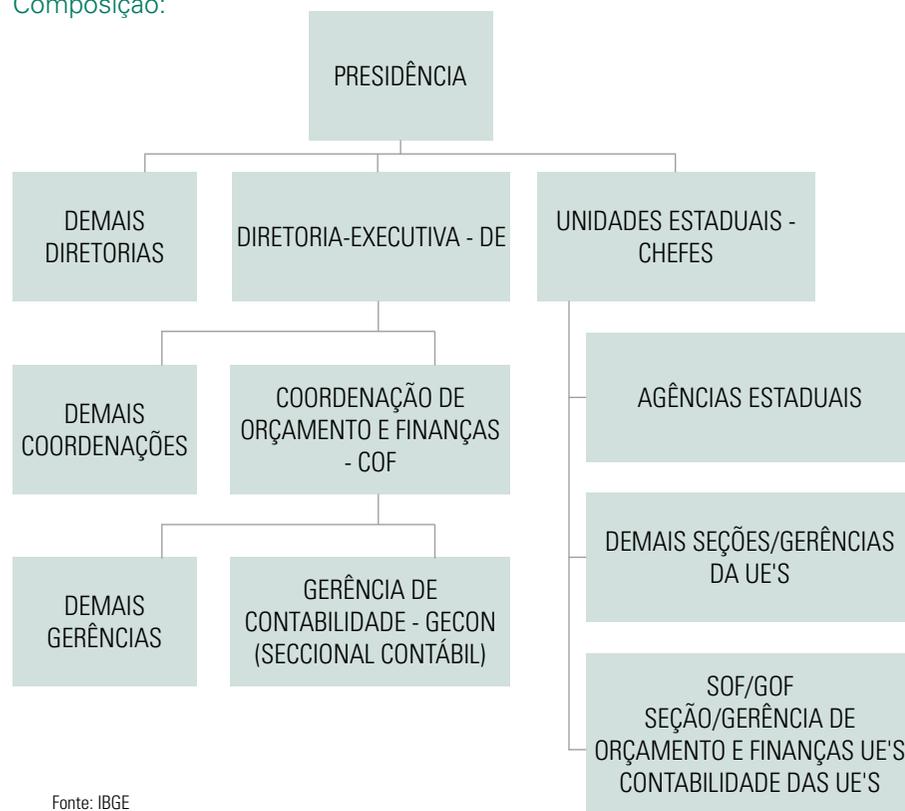
IV. Disponibilizou o curso a distância de suprimento de fundos para capacitar os servidores responsáveis por valores na modalidade de Suprimentos de Fundos, sendo a realização do curso obrigatória para os novos supridos.

# Informações acerca do setor de contabilidade do IBGE

## Estrutura

A Gerência de Contabilidade está subordinada à Coordenação de Orçamento e Finanças (COF), que faz parte da Diretoria-Executiva (DE). Funciona como uma setorial contábil de órgão e conta com a colaboração dos contadores lotados na Seção/Gerência de Orçamento e Finanças (SOF/GOF) das Unidades Estaduais.

Composição:



Fonte: IBGE

A Gerência de Contabilidade (SEDE) é composta por 6 (seis) Analistas - Contadores e 1 (um) Técnico. Há, também, o apoio local dos Contadores das Unidades Estaduais (27 Unidades Gestoras), com exceção da Unidade Estadual do Rio de Janeiro (UE/RJ) que, atualmente, não conta com a contribuição de um Contador Responsável.

## Competências

Compete à Gerência de Contabilidade do IBGE, entre outras:

- analisar balanços, balancetes e demais demonstrações contábeis das unidades gestoras pertencentes ao IBGE;
- orientar as Unidades Estaduais quanto às operações de contabilidade dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, incluindo os processos relacionados ao encerramento do exercício e abertura do exercício seguinte;
- acompanhar as atividades contábeis das unidades, no que diz respeito ao adequado e tempestivo registro dos atos e dos fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial;
- efetuar nas unidades, quando necessário, registros contábeis que, devido às suas peculiaridades, não puderem ser realizados pelas unidades gestoras executoras;
- realizar treinamentos na área de contabilidade para as unidades; e
- elaborar manuais e procedimentos necessários para orientar os servidores responsáveis

## Responsabilidades:

Como Seccional de Órgão contábil, a gerência de contabilidade da Sede é a Unidade Gestora (UG) responsável pelo acompanhamento da execução contábil do IBGE e pelo registro da conformidade contábil a nível de órgão.

## Nomes, cargos e período de atuação dos responsáveis pela contabilidade

CONTABILIDADE IBGE - CONTADORES RESPONSÁVEIS				
LOTAÇÃO	NOME		CARGO	PERÍODO DE ATUAÇÃO
<b>SEDE</b>				
114601	Adm. Central	Vera Lucia Ahnert dos Santos	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística	01/06/2010
<b>NORTE</b>				
114602	RO	Aecio Trigueiro Monte	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística	01/02/2012
114603	AC	Tiago Nogueira Marques	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística	01/03/2012
114604	AM	Miguel Carlos Viana Negreiros	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística	17/05/2010
114605	RR	Hudson Adriano da Silva	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística	03/02/2012
114606	PA	José de Anchieta Teixeira Trindade	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística	05/03/2012
114607	AP	Ibere de Souza Batista	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística	11/05/2010
114639	TO	Ismael Carvalho do Nascimento	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística	03/02/2012
<b>NORDESTE</b>				
114608	MA	Lourivaldo de Andrade Ribeiro	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística	17/12/2015
114609	PI	Priscila Magalhaes Costa	Analista Censitário - Contador	09/10/2019
114610	CE	Deusivania Muniz Nunes	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística	17/01/2002
114612	RN	Paula Frassinetti de Lima Barroso	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística	03/05/2005
114613	PB	Antonio Gouveia Junior	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística	01/03/2012
114614	PE	Gerlane Pereira de Albuquerque Rodrigues	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística	01/12/2010
114615	AL	Artur Angelo Ramos Lamenh	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística	02/09/2002
114616	SE	Alexandre Fonseca Menezes	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística	04/09/2002
114617	BA	Isabela da Silva Brandão	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística	10/01/2002
<b>SUDESTE</b>				
114618	MG	Aluizbi dos Santos Veiga	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística	01/10/1969
114619	ES	Simei Del Pupo da Rocha	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística	04/10/2016
114622	SP	Rosano Maroso Goncalves	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística	17/09/2002
114631	RJ	–	–	–

(continua)

## Nomes, cargos e período de atuação dos responsáveis pela contabilidade

(conclusão)

CONTABILIDADE IBGE - CONTADORES RESPONSÁVEIS				
LOTAÇÃO		NOME	CARGO	PERÍODO DE ATUAÇÃO
<b>SUL</b>				
114623	PR	Edson Henrique Loch	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística	24/05/2010
114624	SC	Julia Gonçalves Peres	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística	26/09/2016
114625	RS	Maik Antonio Moraes da Silva	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística	17/05/2010
<b>CENTRO-OESTE</b>				
114620	MS	Maria Regina de Miranda Nascimento	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística	17/09/2002
114626	MT	Lodomiro Pedroso da Silva	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística	01/10/1973
114627	GO	João Fernando Carolina	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística	09/12/2002
114629	DF	Talyssa Cristine Cardoso Razini	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística	28/08/2006



# Equipe técnica

O Relatório de Gestão do exercício 2020 é produto da construção coletiva de todas as unidades da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, sendo apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Instituição está obrigada, nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa nº 84, de 22 de abril de 2020, e da Decisão Normativa TCU nº 187, de 9 de setembro de 2020.

## Diretoria Executiva

### Gerência de Planejamento e Gestão

Ana Cristina Martins Bruno

### Gerente do projeto

Maria do Socorro Alves Nunes Actis Pereira

### Equipe

Flavia Azevedo Mendes de Melo

Queisse Valente Ximene de Araújo

## Colaboradores

### Coordenação de Comunicação Social

#### Programação visual e infografia

Helena Maria Mattos Pontes

Helga Szpiz

## Centro de Documentação e Disseminação de Informações

### Coordenação de Produção

Marisa Sigolo

### Gerência de Editoração

#### Estruturação textual

Leonardo Martins

#### Diagramação

Mônica Pimentel Cinelli Ribeiro

Rodrigo Passos de Oliveira

## Pontos focais - Titulares e suplentes

Adriana Gonçalves Saraiva

Ana Carolina Marchezi Cobe

Ana Cristina Martins Bruno

André Eduardo Oliveira de Paula Lico

Andressa Vinhas de Figueiredo Reis Soares

Arnaldo Lyrio Barreto

Bárbara Conceição Teixeira Coelho

Camila Ermida Pinto

Carlos Álvaro de Macedo Soares Quintella

Cinthia Oliveira Paiva

Edson Wanderlei Fontana

Gisela Vargas Silveira Salkini

Isabela Coutinho de Souza Biagio

Isabela Mateus de Araújo Torres

José Ricardo Faria Campos



**Equipe técnica**

Luciana Martins Prazeres  
Luiz D'Albuquerque Bello  
Manoel Alexandre de Oliveira Campos  
Marcelo Henrique Ferreira Barbosa  
Marcos Vinicius Amaral de Souza  
Massashige Takiguchi  
Nélio Ferreira Machado  
Paula Dias Azevedo  
Pedro Mendonca Renaux Wanderley  
Rafael Magalhães Costa  
Raissa Batista Madureira  
Ricardo Baptista  
Rodrigo Neiva Kvieska  
Rogério Cunha de Andrade  
Sandra Martins Lino  
Sheila Souza Fonseca  
Tauan Braz Bonfim  
Vivaldi Campos Junior



